

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 21/2024
07 a 20 de novembro de 2024



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2024



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

O G20 no Brasil

16 - G20 no Brasil chega ao ápice com a realização das duas grandes Cúpulas: Social e de Líderes
- *Pedro Burger, João Miguel Estephano, Vitória Kavanami e Paulo Esteves*

30 - G20: Declaração de Líderes do Rio de Janeiro

46 - Declaração Final da Cúpula Social do G20

49 - Discurso do presidente Lula por ocasião do encerramento do G20 Social

54 - Discurso do presidente Lula no lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

56 - Discurso do presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global

58- Discurso do presidente Lula na 3ª Sessão da Reunião de Líderes do G20

60 - Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da Cúpula do G20 e transmissão da presidência para a África do Sul

Sistema Nações Unidas

62 - As complicações - *Santiago Alcázar*

66 - Negociações Globais sobre Pandemias e Resistência Antimicrobiana: Desafios para uma Resposta Equitativa e Eficaz - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

75 - Primeira semana da COP29 em Baku: Urgência, Ambição e Saúde - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

84 - A luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo; breve atualização e análise de propostas e modelos. Desafios e oportunidades para a promoção da saúde - *René Mendes*

100 - Fluxos Globais: a dinâmica das migrações no mundo contemporâneo em 2024 - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giacomo Gianelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

107 - Relatório da OMS sobre a pesquisa de políticas de Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e do Adolescente (2023) - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos*

113 - O Estado da Alimentação e da Agricultura 2024: o custo dos sistemas agroalimentares aumenta ainda mais - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

124 - Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5 e a participação da UNESCO no G20 - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Vitor Rodrigues e Heliton Barros*

- 135 - As Instituições Financeiras Multilaterais na COP 29 - *Isis Pillar Cazumbá*
- 139 - Bancos Regionais de Desenvolvimento: África, Ásia e Islã - *Laura Tavares Soares*
- 150 - G20, Reforma da OMC e Indicadores Mundiais de Propriedade Intelectual - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

- 160 - "...Enquanto os homens exercem seus podres poderes, matar de fome, de raiva ou de sede são muitas vezes gestos naturais..." - *Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira e Luis Eugênio de Souza*
- 177 - Haverá algum futuro? - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 189 - Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular e COP29 - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*
- 228 - O comércio tem impulsionado o desenvolvimento econômico do BRICS+, Brasil vende mais aos BRICS do que EUA e UE juntos, e tendência é aumentar - *Claudia Hoirisch*
- 233 - Reunião Ministerial do G7 sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável e os mil dias de guerra. Discussões sobre bem-estar e ações climáticas em pauta na agenda da OCDE - *Pedro Burger, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar, João Miguel Estephano e Paulo Esteves*
- 240 - Previsão do tempo para a América Latina: ventos fortes à vista com a reeleição de Trump e desajustes na cooperação regional - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo,*
- 253 - Informe África - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 269 - O maremoto Trump sacode as águas na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 272 - Xi Jinping no Brasil - *André Costa Lobato*
- 275 - EUA: Biden-Harris consolidando iniciativas nacionais e globais - *Guto Galvão*
- 282 - Saúde no novo governo Trump: primeiras impressões - *Paulo M. Buss*

*Créditos dos autores dos Cadernos - 285

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 288

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 289

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 21/2024 – 07 a 20 de novembro de 2024

Apresentação

Nosso Caderno 21 traz como tema principal os resultados e a presidência brasileira do G20. A **Cúpula dos Líderes do G20** realizou-se no Rio de Janeiro, entre 18 e 19 de novembro, com a presença maciça de chefes de Estado e de Governo dos países membros, países convidados e organizações internacionais. Antecedendo a Cúpula, realizou-se entre 14 e 16 de novembro, pela primeira vez a **Cúpula do G20 Social**, considerado por muitos analistas como um marco nos debates do G20 pela democratização dos espaços de governança global.

*“O símbolo máximo na nossa tragédia coletiva é a fome e a pobreza. (...) Por isso, colocamos como objetivo central da presidência brasileira no G20 o lançamento de uma **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**. (...) Aqueles que sempre foram invisíveis estarão ao centro da agenda internacional”.* Com estas (e outras) frases de grande efeito, o presidente Lula anunciou o que considera o principal legado da presidência do G20 do Brasil. Ele informou no discurso que 81 países, 26 organizações internacionais, 9 instituições financeiras e 31 fundações filantrópicas e organizações não-governamentais já haviam aderido à Aliança. As Organizações Regionais das Américas (BID, CAF, CEPAL e OPAS) reafirmaram no G20 seu compromisso com equidade e desenvolvimento sustentável na região aderindo à Aliança (ver pg. 72).

A **Declaração de Líderes do Rio de Janeiro** contém 85 parágrafos, distribuídos nas 24 páginas do documento. Está conformada em cinco subitens: *Situação Econômica e Política Internacional*; *Inclusão social e combate à fome e à pobreza* (onde, no parágrafo 25 está a ‘saúde’); *Desenvolvimento Sustentável, Transições Energéticas e Ação Climática* (disparado o mais longo); *Reforma das Instituições de Governança Global* (incluindo Nações Unidas; Arquitetura financeira Internacional; Sistema de Comércio Multilateral; e Inteligência artificial); *Por um G20 Inclusivo e Eficaz* (que menciona a pioneira *Cúpula Social do G20*); um parágrafo de introdução e um de *Conclusão*.

A habilidade da diplomacia brasileira possibilitou que a maior parte das posições defendidas pelo Brasil esteja presente na Declaração, ainda que por vezes matizadas por abrandamentos, que acomodaram certos desconfortos existentes nas hostes do G7, às quais se associaram posições da Argentina, a ‘ovelha desgarrada’ dos menos desenvolvidos do grupo. O mesmo G7, apoiado pela Argentina, tentou reabrir a Declaração negociada entre os *sherpas*, particularmente em razão da intensificação dos ataques da Rússia na Ucrânia, mas o Brasil resistiu e a Declaração saiu ao seu feitio.

Digna de registro a ausência na Declaração de qualquer menção à *Cúpula do Futuro*, recentemente realizada em Nova York, durante a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, e o *Pacto pelo Futuro* resultante. Da mesma forma, consideramos que para um grupo que em diversas oportunidades anunciava a importância de ter o Sul Global à mesa não ter sido viabilizada a presença de seu maior representante, o G77, parece um desleixo importante.

No final do evento, dia 19 de novembro, citando Mandela, Lula encerrou o G20 no Rio e passou o ‘martelo’ para a África do Sul, sede do G20 em 2025.

O Caderno 21 traz na íntegra a *Declaração da Cúpula de Líderes do G20*, assim como a *Declaração da Cúpula Social*. Ademais, traz na íntegra *todos os discursos do presidente Lula* proferidos no encontro do G20.

O **grupo de analistas sobre G20 do CRIS** traz uma análise completa dos eventos e documentos resultantes neste fascículo 21 (pg. 16 e seguintes) e continuará no fascículo 22. Em 27 de novembro, 4ª feira, depois da Cúpula de Líderes, o CRIS realiza um *Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* com um *Balanço da Saúde no G20*.

A Cúpula do Clima (COP 29)

Em Baku, capital do Azerbaijão realizou-se de 11 a 22 de novembro a **COP 29 do Clima**, que vem reportada, a partir da página 70, por nossos analistas do Grupo de Ambiente e Saúde, **Danielly Magalhães**, que esteve presente no evento, e **Guto Galvão**. As notícias que chegam de Baku não são nada boas. Parece que o tema que esta COP deveria resolver – o financiamento das ações – vai cair no colo do Brasil e da COP 30. Asseguramos uma ampla cobertura da COP29 no próximo fascículo dos Cadernos.

ALC: Cúpula Ibero-Americana e Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul

Na região, é importante registrar a realização da **XXIX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo 2023-2024**, realizada em Cuenca, Equador, entre 12 e 15 de novembro, esvaziada pela concomitância de diversos eventos e com boicotes da Argentina, não conseguindo chegar a uma declaração conjunta, mas tendo aprovado um *Plano de Ação*. A **LV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde**, no exercício da Presidência Pro Tempore do Uruguai (PPTU), foi realizada em Montevideu, no dia 15 de novembro de 2024, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Chile participou como Estado Associado. Ambos os eventos vêm apresentados e comentados por **Tobar, Brito e Minayo** na seção sobre América Latina deste fascículo (pg. 240).

As guerras

Gaza e Líbano

A guerra de Israel em Gaza e no Líbano continua com intensidade. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que celebrou a vitória de Trump convencido de que isso beneficiará os seus planos de guerra, decidiu ignorar as moderadas exigências que o governo de Joe Biden e Kamala Harris lhe fizeram para aliviar o bloqueio e melhorar as condições de vida dos habitantes de Gaza. O número total de mortes desde o início da guerra ascende a 43.712, segundo o Ministério da Saúde de Gaza. As atrocidades continuam. Gaza já não existe.

No Líbano, as Forças de Defesa de Israel bombardearam Beirute durante diversos dias consecutivos. No país dos cedros, Israel matou pelo menos 3.365 pessoas e feriu 14.344 desde 7 de outubro, segundo as autoridades libanesas.

Israel mantém o bloqueio humanitário a Gaza apesar da pressão dos EUA. O exército libanês procura defender-se entre a espada de Israel e o muro do Hezbollah. Israel bombardeia novamente o norte de Gaza, onde a ONU alerta para a fome. Trump está confrontado com o desafio de parar a guerra no Médio Oriente sem virar as costas ao aliado israelense.

Ucrânia

A guerra na Ucrânia e Rússia agravou-se de forma assustadora nesta última semana. A intensificação dos ataques russos à territórios ucranianos levou a que Biden autorizasse o uso de mísseis americanos de médio alcance, o que equivale a uma quase-declaração de guerra dos Estados Unidos e OTAN contra a Rússia. A resposta russa produz arrepios: revisa suas orientações quanto ao uso de armas nucleares, empurrando o mundo para menos segundos ainda em direção ao Armagedon. Os americanos fecharam sua embaixada em Kiev. Em polvorosa, os jornais de todo o mundo tiveram manchetes berrantes quanto ao perigo instalado.

Haiti

No domingo, 10 de novembro, o primeiro-ministro do Haiti, Garry Conille, foi demitido. O país está imerso numa espiral de violência: durante o primeiro semestre de 2024, quase 4.000 pessoas foram vítimas dos bandos que controlam grande parte da capital, Porto Príncipe. As forças governamentais encontram-se cada vez mais incapazes e dependentes do apoio da controversa missão de segurança da ONU para controlar o território. No passado, estas missões estiveram implicadas em casos de violência sexual e na propagação de uma epidemia de cólera na qual morreram quase 9.000 pessoas. Já em 2022, milhares de haitianos protestaram contra o envio de forças internacionais ao país.

Em resposta à demissão de Conille, o líder criminoso Jimmy Chérizier, vulgo *Barbecue*, anunciou que “a batalha começará novamente”. Por seu lado, o Conselho de Transição que tenta administrar o Haiti não conseguiu cumprir o seu objetivo de organizar eleições num país que não tem presidente nem Parlamento.

A esta notícia somam-se as deportações massivas de haitianos pelo governo dominicano Luis Abinader – que pretende expulsar até 10.000 migrantes por semana – e que foram descritas por Porto Príncipe como uma “estratégia de limpeza étnica”. No Haiti, quase metade da população – cerca de 11 milhões de pessoas – sofre de insegurança alimentar.

Sudão e outras guerras

No *Sudão* e nos *países do Sahel*, entre outros territórios, as guerras continuam matando milhares de inocentes, deixando dezenas de milhares de sequelados físicos e mentais e milhões de desalojados que perderam tudo e hoje encontram-se, muitos deles, sem qualquer amparo. Após 19 meses de conflito, a *Guerra Civil sudanesa* em curso continua a deteriorar as condições de vida de milhões de sudaneses. Os conflitos intensivos entre as Forças de Apoio Rápido (RSF) e as Forças Armadas Sudanesas (SAF) exacerbaram enormemente os níveis de fome a nível nacional. Numerosos civis foram apanhados no fogo cruzado, levando a um aumento do número de mortos. A violência sexual e a violação têm sido utilizadas como armas de guerra, com milhares de casos que não são denunciados devido a um estado de medo generalizado. O Sudão registou números recordes de deslocamentos, tornando-se numa das maiores crises de deslocamentos do mundo. De acordo com estimativas do Comité Internacional de Resgate (IRC, *International Rescue Committee*), as vítimas civis da guerra civil ultrapassam os 20.000. Aproximadamente 25,6 milhões de pessoas necessitam urgentemente de ajuda humanitária, o que representa mais de 50% da população do Sudão.

Paralisado, e sobretudo sem efetiva vontade política, o **Conselho de Segurança da ONU** reúne-se em intermináveis conclaves que nada resolvem. As vítimas civis de todo o tipo contam-se aos milhões por ano, tornando o século XXI um dos mais letais da história da humanidade.

As eleições e a política internacional

Encerradas as eleições presidenciais, do Senado e Câmara dos Deputados nos **Estados Unidos**, constata-se a esmagadora vitória de Donald Trump, com sua agenda ultraconservadora, imediatamente posta em marcha. A vitória no colégio eleitoral e no voto popular, assim como o domínio republicano das duas casas legislativas e da Suprema Corte, dá ao ultradireitista os argumentos políticos que precisava para anunciar diversos retrocessos em direitos civis e ambientais, como a deportação em massa de migrantes ditos ilegais, sinal de sua xenofobia bem conhecida e alardeada; o possível desmonte das agências reguladoras ambientais, como a *Environmental Protection Agency (EPA)* e outras, como o *Food and Drug Administration (FDA)*, na área da saúde; o retorno de posturas negacionistas na ciência e na saúde, que afetará agências respeitadas mundialmente, como os *National Institutes of Health (NIH)* e o *Center for Diseases Control and Prevention (CDC)*.

Os primeiros nomes indicados são radicais de extrema direita, ocuparão cargos decisivos para as políticas prometidas por Trump, têm carreiras extremamente controversas e são reconhecidamente fiéis ao direitista eleito presidente.

De outro lado, o regresso do magnata à Casa Branca terá consequências em todo o mundo, potencialmente um tsunami geopolítico global, capaz de corroer a democracia e alterar as já frágeis relações internacionais e o multilateralismo.

Terá impacto na União Europeia, que está em suspense por razões econômicas e geoestratégicas, mas também porque encorajará as ultradireitas em ascensão em várias regiões e países. Vai agitar as águas da América Latina, onde terá aliados como Javier Milei ou Nayib Bukele para procurar bloquear os governos progressistas do continente, a começar pelo do vizinho México. Benjamin Netanyahu está convencido de que terá o apoio incondicional de Trump na sua ofensiva para controlar todo o Médio Oriente, e a China, a grande rival comercial dos EUA, já se prepara para uma guerra comercial feroz.

Scholz quebra o **governo alemão**. A 'coligação semáforo' que governava a Alemanha chegou ao fim. A aliança entre social-democratas, ambientalistas e liberais (vermelho, verde e amarelo) foi quebrada nos últimos dias com a decisão do chanceler Olaf Scholz de expulsar o ministro das Finanças, o liberal Christian Lindner. Após meses de tensões, Lindner precipitou a crise ao exigir uma reviravolta radical aos seus parceiros, com enormes cortes nas despesas e nos impostos. A ruptura leva a principal economia da UE a eleições antecipadas para 23 de fevereiro, ao invés de julho do próximo ano.

No **Uruguai**, em 24 de novembro, a população irá novamente às urnas para escolher presidente e vice-presidente para o período 2025-2030, no segundo turno. Yamandú Orsi, candidato da Frente Ampla, com Carolina Cosse como vice, e Álvaro Delgado, do Partido Nacional, com Valéria Ripoll como vice, são os candidatos. O resultado do primeiro turno deixou a Frente Ampla com 44% dos votos, enquanto o Partido Nacional alcançou 27% e o Partido Colorado ficou com 16%. As pesquisas eleitorais mais recentes dão vantagem ao candidato Orsi, da Frente Ampla, com 54,2% dos votos, enquanto Delgado é o preferido de 45%, com 0,8% que não responderam ou não se definiram.

Em 27 de outubro, foram eleitos os 30 membros do Senado e os 99 da Câmara de Representantes. Relativamente à distribuição de assentos, dos onze partidos políticos que se apresentaram nas eleições, apenas seis obtiveram representação parlamentar. A Frente Ampla

obteve dezesseis dos trinta senadores, garantindo assim a maioria na Câmara Alta. Mas nem a Frente Ampla, nem a soma dos partidos da coligação governamental, obtiveram maioria na Câmara dos Deputados. A ausência de maiorias implica uma dinâmica de governo diferente das administrações anteriores, o que segundo cientistas políticos exigirá negociações entre os dois blocos.

Moçambique

No país-irmão de língua portuguesa da África, a crise política instalada após as eleições presidenciais de 9 de outubro permanece. Uma onda de violência pós-eleitoral já matou mais de 60 pessoas e deixou centenas de feridos. Venâncio Mondlane, filho do revolucionário anti-colonialista que dá nome à maior Universidade do país, Eduardo Mondlane, proclama-se vencedor pelo PODEMOS, fora da esfera do poderoso partido FRELIMO, que dirige o país desde sua independência. Em suspense, o país aguarda a proclamação dos resultados pelo Conselho Constitucional.

O atual presidente da república, Filipe Nyusi, convocou os quatro candidatos Daniel Chapo (FRELIMO), Ossufo Momade (RENAMO), Lutero Simango (MDM) e Venâncio Mondlane (PODEMOS) para reunião no dia 26 de novembro próximo, visando reduzir as tensões entre os militantes das candidaturas, no aguardo dos resultados oficiais. O antigo militante da FRELIMO, Helder Martins, muito conhecido de brasileiros da área da saúde pública, lançou carta-aberta ao partido na edição de 21/11 de 'O País', jornal moçambicano, pedindo a revisão das estruturas e das práticas políticas da FRELIMO em anos recentes. No documento, ressalta a policrise política, econômica e social instalada no país, inclusive no sistema de saúde que ele bem conhece, pois foi o ministro da saúde do primeiro governo pós-independência.

O mundo

Em um movimento histórico que traduz o ímpeto da gestão brasileira por uma comunicação participativa no bloco, a **Cúpula Social do G20** aconteceu no Rio de Janeiro. Após três dias de debates e atividades, movimentos populares chegam a uma Declaração com suas reivindicações e demandas. Logo em seguida, ocorre a **Cúpula de Líderes do G20**, também no Rio de Janeiro, onde chegaram ao consenso e divulgaram a *Declaração de Líderes do Rio de Janeiro* e, simbolicamente, o Brasil passa a presidência para a África do Sul. **Burger, Estephânio e colegas** analisam estes principais eventos e documentos do G20, ao qual se seguem as reproduções, na íntegra, dos principais documentos e dos discursos do presidente Lula, num serviço especial dos Cadernos ao leitor.

Alcazar enlaça diversos processos globais em marcha, no que denomina 'as complicações' do mundo complexo, inter-relacionado e ameaçador que caracteriza a conjuntura: a guerra na Ucrânia, a eleição de Trump, a atual inoperância das Nações Unidas, entre outros processos desafiadores.

Segundo **Reges, Bermudez e Galvão**, o **Acordo Pandêmico da OMS**, em negociação pelo *Órgão de Negociação Intergovernamental (INB)*, visa criar uma estrutura global para a prevenção e resposta a emergências de saúde, como pandemias. Após 32 meses de discussões, o Acordo, inicialmente previsto para ser concluído em 2024, será adiado para 2025. Embora haja consenso sobre áreas-chave como pesquisa e desenvolvimento, produção local e fortalecimento de sistemas regulatórios, questões críticas como acesso equitativo, financiamento sustentável e soberania nacional ainda geram desacordos, principalmente em relação à transferência de

tecnologiaS e vigilância. A proposta de alocar vacinas e tratamentos para a OMS também enfrenta resistência, com a União Europeia pressionando para reduzir a porcentagem destinada a países de baixa renda. A incerteza política nos EUA pode afetar o financiamento da OMS. Alguns países do Sul Global pedem mais tempo para garantir que o acordo seja equitativo e possa ser implementado de forma eficaz. O sucesso do acordo dependerá de compromissos financeiros robustos e da solidariedade internacional. A *4ª Conferência Ministerial Global sobre Resistência Antimicrobiana*, realizada em Jeddah, Arábia Saudita, discutiu a implementação de compromissos globais sobre RAM, com foco na colaboração sul-sul e no fortalecimento de políticas baseadas em evidências. O evento destacou a importância de ações concretas, como o desenvolvimento de novos antibióticos e a redução do uso de antibióticos na agropecuária. A criação de um painel independente de especialistas foi vista como crucial para garantir a eficácia das políticas.

Magalhães e Galvão informam que a **COP29 da ONU**, que está sendo realizada em Baku, Azerbaijão, tem discussões marcadas por um senso de urgência frente aos dados alarmantes que mostram o aquecimento global ultrapassando o limite crítico de 1,5°C. A conferência foca em metas climáticas mais ambiciosas para 2035, financiamento climático através do Novo Objetivo Quantificável Coletivo (NCQG), e mecanismos como Perdas e Danos e o Mercado de Carbono. Tópicos de saúde também ganharam destaque com os Objetivos Globais de Adaptação (GGA), incluindo indicadores globais para monitorar resiliência climática. Tensões políticas e dinâmicas geopolíticas desafiam as negociações, enquanto Brasil e Reino Unido lideram com compromissos climáticos ambiciosos.

O texto do nosso analista **René Mendes** sobre **trabalho e saúde** traz uma breve atualização, e analisa as propostas, modelos e alternativas que têm alimentado a eterna luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo. A histórica luta da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho foi reacendida em nosso país pelo atual debate em torno da *Proposta de Emenda Constitucional (PEC)* que está sendo construída no Congresso Nacional, de mudança da “escala 6x1”, liderada pela Deputada Erika Hilton (PSOL). Além do óbvio interesse para todas as pessoas que constituem a classe trabalhadora – atualmente conceituada como a *classe-das-pessoas-que vivem-do-trabalho* – o tema cumpre funções extremamente emblemáticas, como mobilizar a opinião pública, mobilizar multidões, mobilizar movimentos sociais e sindicais, enfim, expressar a profunda insatisfação com o atual modelo de exploração capitalista conduzido pelo ideário neoliberal e ultra neoliberal, exatamente numa época de grandes avanços da “direita” e de perda de direitos historicamente conquistados. Grandes retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, no mundo inteiro, no continente americano e no Brasil. Trata-se, portanto de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) libertadora e civilizatória. Ela pode servir de *senha* para muitos outros avanços, seja por seu conteúdo, seja pelo processo social mobilizador, *per se*. Sua eventual adoção trará óbvios impactos, também, sob uma perspectiva de “promoção da saúde e qualidade de vida”.

O **Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global** explora o **Relatório Global das Migrações da Organização Internacional para as Migrações (OIM) 2024**, que oferece uma análise abrangente e atualizada sobre as tendências e os desafios das migrações internacionais no contexto global. Destaca-se a necessidade urgente de uma abordagem global e coordenada para lidar com as migrações, que envolva governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil. Reforça-se a importância de proteger os direitos dos migrantes e buscar

soluções sustentáveis que promovam a integração, a inclusão e o bem-estar de todos os envolvidos.

Santos, Massari e Gomes informam que, em novembro de 2024, foi publicado pela **Organização Mundial da Saúde (OMS)** um relatório sobre a pesquisa de políticas no campo da **saúde sexual, reprodutiva, materna, neonatal, infantil e adolescente (SRMNCAH)** de 2023. Nele é abordada a existência/disponibilidade de políticas nacionais e diretrizes implementadas em diferentes países para alcançar as metas globais de saúde até 2030, incluindo os ODS. A pesquisa destaca a necessidade de aprimorar as políticas e a alocação de recursos adequados para atingir as metas de SRMNCAH até 2030. Embora haja progresso na criação de políticas, muitas ainda estão desalinhadas com as recomendações da OMS. Lacunas nas áreas de violência contra mulheres e meninas, mortalidade neonatal e saúde do adolescente são destacadas e exigem atenção para implementar intervenções eficazes e acessíveis a nível global.

Nilson e Silva discutem a publicação *“O Estado Da Alimentação e da Agricultura 2024”*, produzido pela **FAO**, que atualiza as estimativas dos custos reais dos sistemas agroalimentares (*true cost accounting - TCA*), com vistas a melhor estimar os custos da produção dos alimentos e seus impactos sobre o ambiente, sobre a saúde e os modos de vida, que chegam a US\$11 trilhões anualmente. As estimativas atuais foram também analisadas conforme uma nova tipologia de classificação dos países, segundo tipos de organização dos sistemas alimentares, de modo a permitir análises de custos e de alternativas para seu enfrentamento em cada contexto específico.

O informe de **Gaspar, Sanglard, Rodrigues e Barros** apresenta o **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5**, que tem por enfoque a liderança na educação e complementa "liderança para a aprendizagem". Ele destaca que é grande a necessidade de se ter bons líderes escolares, de sistemas e de políticas educacionais para ajudar a conduzir a educação na direção certa, particularmente porque as questões educacionais continuam sendo desafiadoras. O informe mostra também o papel inédito da **UNESCO** como instituição privilegiada no G20 no Brasil. A UNESCO participa pela primeira vez do G20 em 2024, a convite da presidência brasileira, integrando discussões estratégicas em áreas como governança digital, mudanças climáticas e igualdade de gênero. A organização contribui diretamente na Trilha de Sherpas, forças-tarefa e grupos de engajamento. Entre as prioridades, destacam-se a coalizão pela alimentação escolar e a mobilização contra a fome e as mudanças climáticas.

O artigo de nossa analista **Ísis Cazumbá** informa que o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, o **Banco Mundial (BM)** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** participaram da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29). As Instituições Financeiras Multilaterais trataram sobre a necessidade de novas políticas econômicas e financeiras que visem financiar as desafiadoras metas climáticas.

Estreia nos Cadernos um novo tema e uma nova analista. **Laura Tavares** passa a colaborar com nossa publicação analisando os **bancos de desenvolvimento regionais**. Neste primeiro texto, a pesquisadora traz uma apresentação sobre os **Bancos de Desenvolvimento Regional da África, da Ásia e do Islã**. Os Bancos são apresentados de modo descritivo, situados em suas respectivas regiões, com seus países membros, sua missão e seus objetivos, bem como algumas de suas estratégias de financiamento. As respectivas apresentações são feitas de modo breve para conhecimento de um público mais amplo, particularmente ocidental, e não familiarizado com o desenvolvimento dessas regiões. Em um próximo artigo, será feita uma

apresentação do *Novo Banco de Desenvolvimento*, no contexto dos BRICs. Para além do desenvolvimento econômico “*stricto sensu*”, o papel dos bancos de desenvolvimento regionais também alcança o financiamento de programas e projetos ligados à **saúde**, às políticas sociais, ao desenvolvimento sustentável (com ênfase no meio ambiente) e à inovação, o que será apresentado em artigos subsequentes.

Chamas e Cesário informam que os Líderes do G20 discutem a reforma da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**. O Embaixador Petter Ølberg, da Noruega, Presidente do Conselho Geral, informou os membros da OMC, que convocará reunião extraordinária do Conselho Geral para avançar o processo de seleção do próximo Diretor-Geral. O relatório *Indicadores Mundiais de Propriedade Intelectual 2024*, da **OMPI**, destaca tendências globais na PI, com os depósitos de patentes atingindo 3,55 milhões em 2023, um aumento de 2,7%. A Ásia concentra 70% das solicitações globais, impulsionada por China, Índia e Coreia do Sul. Houve crescimento em energias renováveis e desenhos industriais, enquanto as patentes em tecnologia computacional representam 12,4% do total global, refletindo avanços em áreas estratégicas da inovação.

As principais manifestações de **organizações da sociedade civil (OSC) de interesse público e privado** durante a última quinzena estão sumarizadas em trabalho realizado pelo grupo liderado por **Luis Eugênio de Souza** e grande equipe. Na última quinzena, das 52 **Organizações da Sociedade Civil** monitoradas, 37 fizeram manifestações dignas de nota. Em sua maioria, as manifestações abordaram a crise climática, incluindo a Conferência Global do Clima (COP29). Também houve manifestações sobre a eleição do próximo presidente norte-americano e a possibilidade de retrocesso nas ações de mitigação da crise. Outro destaque foram os conflitos armados, a exemplo da ofensiva armada de Israel contra a Palestina e o Líbano, que vem a levando à falta de acesso a assistência à saúde, com repercussão no retorno de doenças evitáveis como a poliomielite e na grave crise de saúde mental em Gaza. Foram ainda reiteradas as denúncias de genocídio da população palestina e denunciadas as condições de vida degradantes impostas ao povo cubano pelo embargo norte-americano e pela fome na Síria. Em relação às organizações de interesse público, destacou-se a discussão do acordo pandêmico, durante a reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação, em novembro. Quanto às **Organizações de Interesse Privado**, houve manifestações de preocupação com as quedas das taxas de vacinação e o retorno de doenças como o sarampo. Por fim, cabe registrar a participação de membro do grupo de pesquisa do CRIS, na reunião do C20, representando a ABRASCO, quando teve a oportunidade de contribuir para elaboração do documento com proposições de interesse da sociedade civil para os líderes do G20.

Neste penúltimo informe de 2024, **De Negri e De Negri Filho** exploram os desenvolvimentos da **COP29 e as reações da sociedade civil organizada**, com especial foco no financiamento sustentável e nas mudanças estruturais necessárias para atingi-lo. No espaço da saúde, mergulham mais uma vez no **genocídio palestino** e na destruição da “teia da vida”, abrindo posteriormente uma breve discussão sobre a última rodada de negociações do **Acordo Pandêmico da OMS**.

Ungerer, Kastrup e Nery debruçaram-se sobre o **Sul Global**. Na COP29, o **UNOSSC** desempenhou um papel fundamental no fomento de parcerias para a ação climática. Organizou um diálogo de alto nível, intitulado “*Financiamento Justo, Equitativo e Solidariedade para a Ação Climática*”, com o objetivo de catalisar a **cooperação Sul-Sul e triangular**. Além disso, participou de vários diálogos e sessões centrados em mecanismos de financiamento inovadores e no papel da cooperação na obtenção de metas climáticas, reforçando o compromisso da ONU com o

desenvolvimento inclusivo e sustentável, destacando o *Laboratório de Soluções Sul-Sul e Triangular*.

A **cooperação Sul-Sul do Brasil** foi principalmente na área da agricultura, refletindo a importância desse setor para a economia e seu papel como ator global na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. Destaque para o *fortalecimento dos sistemas alimentares da América Latina e Caribe* dentro de um programa de cooperação entre o Brasil e a FAO e para o projeto Cotton Solos com o *Mali*. O Brasil participou também do projeto de *Recuperação de Áreas Agrícolas de Moçambique* que foram afetados por dois ciclones, e no projeto para a *redução de riscos agroambientais no corredor seco da América Central*. Estiveram ainda presentes no *Peru* para explorar áreas potenciais de colaboração e trocar experiências em políticas públicas e serviços para *mulheres rurais*. Participaram da *XXIX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo*, que tem o objetivo de fortalecer a presença da Iberoamérica no cenário global e também na *XXXV Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres do MERCOSUL*, com o objetivo de fortalecer a cooperação regional e promover uma América do Sul mais preparada para emergências.

Quanto ao **G-77 e a China**, sua atuação na **COP 29** refletiu seu compromisso em defender os interesses dos países em desenvolvimento no diálogo climático global e foi marcada por uma forte ênfase na unidade do Grupo e nas metas financeiras para os desafios climáticos e em sua declaração de abertura apresentou uma série de demandas importantes. Além disso, participaram de **nove reuniões regulares da AGNU** nos 3º, 4º e 5º Comitês.

O **Movimento Jovem dos Não-alinhados** esteve envolvido com os preparativos da **COP 29** e com a *19ª Conferência da Juventude (COY19)*, que é a maior conferência sobre o clima, liderada por jovens, com o objetivo de capacitá-los e mobilizá-los para assumir um papel proativo no movimento climático global.

Na **COP 29**, o **South Centre** se concentrou em defender os interesses das nações em desenvolvimento, particularmente em áreas como financiamento climático, perdas e danos, e as necessidades específicas de pequenos estados insulares e países em desenvolvimento sem litoral. Destacou também que os Membros da *OMC* caminham para uma revisão global do Acordo TRIPS; participaram da *1ª Conferência do Sul Global sobre os Diálogos em Agricultura*; redigiram um documento sobre o tratado de lei de desenho da *OMPI* para países em desenvolvimento e participam do *Fórum Social 2024 do Conselho de Direitos Humanos*.

Para **Cláudia Hoirisch**, o comércio tem sido um grande propulsor do desenvolvimento econômico do **BRICS+**. A participação do comércio global em bens transacionados entre os atuais membros do grupo mais que dobrou, em vinte anos. O papel crescente da China como fornecedora de bens industriais e de consumo, bem como importadora de *commodities*, tem sido uma impulsionadora para a integração. A distância comercial entre o Brasil e os BRICS diminuiu desde a fundação do bloco, há 15 anos, e, desde 2018, o país já exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE juntos. Essa tendência tende a crescer, na medida em que aumentam os acordos comerciais e diplomáticos assinados entre os membros do grupo. A China é um grande mercado para a soja, milho, açúcar, proteína (bovina, de frango e suína), celulose, algodão e minério de ferro brasileiros, e é uma grande exportadora de produtos florestais e têxteis e bens avançados, como veículos elétricos, painéis solares e maquinário pesado.

No **G7** ocorreu nesta quinzena a *Reunião Ministerial sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável*, na qual os líderes discutiram medidas com base no potencial transformador das cidades como propulsoras do desenvolvimento sustentável. Ainda, próximo ao aniversário de mil dias da Guerra entre Rússia e Ucrânia, os líderes do G7 emitem uma nova declaração de apoio à Ucrânia. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de um estudo sobre bem-estar, outro sobre monitoramento de ações climáticas e um terceiro sobre tendências e perspectivas no tema da migração, além de três atualizações de seus usuais índices estatísticos sobre a economia mundial. É o informe do GT liderado no CRIS por **Pedro Burger e João Miguel Estephânio**.

Tobar, Brito e Minayo apresentam o panorama político e econômico recente da **região latino-americana**, examinando o possível impacto da vitória de Trump para a região latino-americana. Destacamos também a *Cúpula APEC 2024*; a *LV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do Mercosul* e o *Workshop sobre Preparação de uma Proposta de Estratégia de Cooperação Sub-regional para a América do Sul*, desenvolvido pela OPAS/OMS com o MERCOSUL. No âmbito da **CEPAL**, trazem a *Agenda Digital* para a região, com a ideia de que transformação digital eficaz pode ajudar a ALC a superar as armadilhas que impedem o seu desenvolvimento. Igualmente, destacamos a **XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo** e seus principais resultados. O **ORAS-CONHU** cumpriu agenda no tema de biodiversidade e saúde, cooperação regional e doenças raras. A **SE-COMISCA** participou de agendas nos temas de doenças raras e mercado laboral em saúde. Por fim, no contexto da *reunião do G20* no Brasil, o *Acordo Mercosul-UE* foi assunto paralelo nos encontros bilaterais, bem como a conhecida resistência francesa.

Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg dedicam seu informe aos diferentes acontecimentos ocorridos no **continente africano**. A **União Africana** aderiu voluntariamente à *Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza* e comprometeu-se a prosseguir a missão, os objetivos e os princípios da Aliança. Após 19 meses de conflito, a guerra civil em curso no **Sudão** continua a deteriorar as condições de vida de milhões de pessoas. O **BAD** investiu consideravelmente em conectividade regional, demonstrando seu compromisso com o fortalecimento da integração continental e do comércio. A **União Africana**, em parceria com o U.S. Department of State Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, realizou uma *Global Coalition Continental Consultation* para enfrentar os desafios persistentes colocados pelo tráfico de drogas. A **CUA** e a **OIM** renovaram o compromisso de fortalecer a sua parceria estratégica e esforços conjuntos para enfrentar os desafios da migração. Na **COP29**, a **AUDA-NEPAD** e o **Programa Mundial de Alimentação**, lançaram a *Plataforma Africana de Gestão e Recuperação do Risco de Desastres*. No dia dedicado à África na COP29, foi feita uma declaração programática da AUDA-NEPAD. A **SADC** realizou em Harare a *reunião de Ministros da Saúde* para abordar os desafios de saúde mais urgentes na região.

A eleição de Donald Trump nos EUA deixa a **União Europeia** apreensiva, em relação ao financiamento da guerra na Ucrânia e à sua própria defesa, segundo **Freire**. A guerra, por sua vez, vive momento de escalada, com o envolvimento da Coreia do Norte, ao que se seguiu a autorização de uso de armas estadunidenses para ataque à Rússia, ao que se seguiu a revisão da doutrina nuclear russa. O *Acordo de Livre Comércio UE Mercosul* segue em pauta com seus tradicionais opositores. As audições do **Parlamento Europeu** confirmam 19 novos Comissários e deixam na berlinda o da saúde e os 6 vice-presidentes executivos.

Sobre a **China**, nosso analista **André Lobato** reporta a passagem de Xi Jin Ping pelo Brasil. Antes de desembarcar no Rio de Janeiro para o G20, o presidente chinês Xi Jinping destacou os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, elogiando a parceria estratégica e os avanços em confiança mútua e cooperação bilateral. Xi também sublinhou a afinidade cultural entre os países, com destaque para a influência brasileira na China, como samba e capoeira. Além disso, reforçou a importância de fortalecer os mecanismos de cooperação e apoiou a proposta de Lula para criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Xi chegou ao Brasil após visitar Lima, onde participou de um encontro da APEC e realizou uma reunião com Joe Biden, na qual enfatizou as “linhas vermelhas” para as relações entre China e EUA, como a questão de Taiwan e os direitos humanos.

A administração Biden-Harris prepara-se para deixar a Casa Branca, com uma transição pacífica para Donald Trump. Nesse período de final do mandato, o governo está concentrando esforços na consolidação de iniciativas e programas nacionais e internacionais, incluindo aqueles das áreas de saúde e clima, segundo **Guto Galvão**. Os **EUA** mantêm uma presença de alto nível com posições de destaque em eventos globais, como a COP29 e o G20. Suas ações integram um plano abrangente que visa fortalecer a liderança dos EUA nesses setores até o final do mandato.

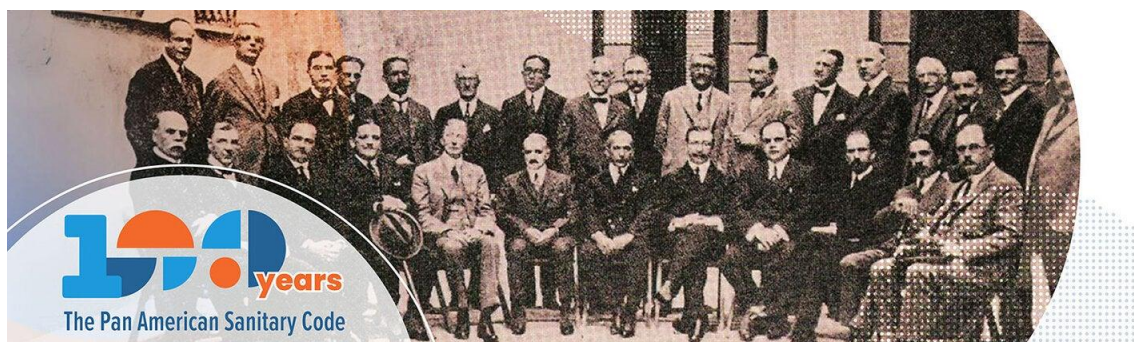
Buss externa as primeiras impressões do **novo governo Trump**, a partir das indicações dos primeiros nomes que vão ocupar cargos centrais na esfera federal dos EUA. Expressa as preocupações de entidades nacionais e internacionais quanto ao novo ocupante da pasta da Saúde, Robert Kennedy Jr., conhecido principalmente por suas posições antivacina, externadas em diversas oportunidades. A agência que controla o *Medicaid* e o *Medicare* – os ‘planos de saúde públicos norte-americanos’, que cobrem mais de 150 milhões de americanos e têm orçamento na ordem de US\$ 1,6 tri (25% do orçamento federal) – será dirigida pelo histriônico e controverso dr. Mehmet Oz, médico, apresentador de TV, que durante sua vida pública já foi criticado por dezenas de entidades médicas e motivo de manchetes em jornais.

Saúde Global na Fiocruz

Em 25 de novembro abrem-se as inscrições do **Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2025** do CRIS/Fiocruz. O curso é constituído de cerca de 23 *Seminários Avançados* quinzenais sobre o tema, na forma de aulas-painel online, que ocorrem simultaneamente aos momentos mais significativos da agenda da saúde global. Também faz parte do curso o módulo de *Leituras Seleccionadas*, extraídas dos *Cadernos Cris de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* quinzenais, o que funcionará como substrato bibliográfico básico. O curso está sendo oferecido pelo segundo ano consecutivo, e dirige-se aos profissionais e estudantes de saúde pública, diplomacia e relações internacionais, assim como à ativistas sociais no campo da saúde global. O CRIS/Fiocruz conferirá *certificado* aos participantes que acompanharem 75% das atividades oferecidas.

História: 100 anos do Código Sanitário Panamericano

Adotado pelos países das Américas em 14 de novembro de 1924, em Cuba, o **Código Sanitário Pan-Americano** foi o primeiro tratado multilateral do gênero. Ele comprometeu a Região das Américas a trabalhar conjuntamente para prevenir a disseminação internacional de doenças transmissíveis e estabeleceu a obrigação de os países notificarem o aparecimento de qualquer caso suspeito de contágio em seus territórios.



Os desafios recentes da pandemia da COVID-19 *“nos mostraram que, cem anos depois, os princípios do panamericanismo e da solidariedade, estabelecidos no Código Sanitário Pan-Americano, continuam válidos e necessários,”* segundo o diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, em sessão comemorativa realizada na sede da Organização, em Washington, DC.

=====

O indiscutível sucesso da presidência do G20 do Brasil foi o melhor acontecimento político da quinzena. Lamentavelmente, foi ensombrecido pela ampliação da gravidade da situação política na Europa-EUA-Ucrânia-Rússia e, no Brasil, pelas novas informações relativas ao golpe contra as instituições democráticas no Brasil, incluindo os planos brutais e inadmissíveis de assassinatos de autoridades nacionais, inclusive o presidente Lula.

Testemunhamos com pesar a insanidade dos conflitos militares e os ataques às democracias e, por isso mesmo, mantemos a irrestrita responsabilidade de defender a paz, a justiça social e a democracia em todos os quadrantes do planeta, tendo sempre a saúde global e a diplomacia da saúde como focos.

Boa leitura e até nosso próximo diálogo no Caderno 22.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 22 de novembro de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz



**G20 no Brasil chega ao ápice com a realização das duas grandes Cúpulas:
Social e de Líderes**

***G20 in Brazil reaches its apex with the holding of the two major Summits:
Social and Leaders***

Pedro Burger

João Miguel Estephania

Vitória Kavanami

Paulo Esteves

Abstract: *In a historic move that reflects the Brazilian administration's drive for participatory communication in the bloc, the G20 Social Summit took place in Rio de Janeiro. After three days of debates and various activities, popular movements reached a Declaration with their demands. Soon after, the G20 Leaders' Summit took place, also in Rio de Janeiro, when leaders reached consensus and released Leaders' Declaration of Rio de Janeiro and, symbolically, Brazil passes the presidency to South Africa.*

Keywords: *G20; Brazil; G20 Social; Leader's Summit.*

Resumo. Em um movimento histórico que traduz o ímpeto da gestão brasileira por uma comunicação participativa no bloco, a Cúpula Social do G20 aconteceu no Rio de Janeiro. Após três dias de debates e atividades, movimentos populares chegam a uma Declaração com suas reivindicações e demandas. Logo em seguida, ocorre a Cúpula de Líderes do G20, também no Rio de Janeiro, onde chegaram ao consenso e divulgaram a Declaração de Líderes do Rio de Janeiro e, simbolicamente, o Brasil passa a presidência para a África do Sul.

Palavras-chave: G20; Brasil; G20 Social; Cúpula dos Líderes.

Este informe considerou uma quinzena ampliada para já trazer algumas informações sobre **a Cúpula de Líderes do G20** que ocorreu no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro, além de trazer informações e percepções sobre a **Cúpula do G20 Social**, que ocorreu entre os dias 14 e 16 de novembro. Esses eventos marcam o ápice da presidência brasileira do G20, que mostrou ao mundo a que veio. Após um verdadeiro festival da sociedade civil organizada e da democracia participativa, com ampla participação do governo, a Cúpula do G20 Social, aconteceu a Cúpula dos Líderes do grupo. A tradição diplomática do governo brasileiro prevaleceu e conseguiu contornar os pontos críticos, principalmente relacionados às questões geopolíticas e conflitos armados, mas sem se omitir. Os *sherpas* brasileiros e dos demais países que compõem o grupo conseguiram optar pelo bom-senso e alcançaram o necessário consenso no texto da Declaração dos Líderes, que reproduzimos na íntegra, juntamente com a declaração do G20 Social nessa edição dos Cadernos do CRIS.

G20 Social

Após um ano repleto de atividades por parte dos grupos que representam a sociedade civil, o G20 realizou nos dias 14 a 16 de novembro, no Rio de Janeiro, a chamada Cúpula Social. Organizado de forma inédita pela presidência brasileira, o G20 Social foi idealizado com a intenção de garantir a participação de diferentes vozes e reivindicações de movimentos sociais e populares nas atividades e nos processos decisórios do bloco.

Quando o país assumiu a gestão do G20, no final do ano passado, o ministro da Secretaria Geral da Presidência responsável por coordenar o projeto, Márcio Macêdo, foi enfático ao expressar o desejo de que a participação social fosse um dos legados deixados pelo Brasil¹. Assim sendo, além das atividades desenvolvidas pelos 12 grupos de engajamento, ao longo de 2024 foram organizados eventos, sob a coordenação as trilhas política e financeira, e eventos independentes, de movimentos sociais. Diante desse quadro, a Cúpula Social marcou o momento de união de todo o trabalho decorrente dessas trocas de experiências, a fim de apresentar novos caminhos para a construção de políticas e propostas consistentes, que reflitam valores como justiça social, econômica e ambiental e a luta pela redução de todo tipo de desigualdade.

Sediado na zona portuária da capital fluminense, o evento contou com mais de 200 atividades autogestionadas por entidades da sociedade civil, plenárias temáticas, uma feira de economia solidária e exposições culturais. Um festival de música aberto ao público também foi organizado com o intuito de criar um ambiente informal e proporcionar outros espaços de encontro e celebração da diversidade cultural dos povos². De forma complementar, mais uma atração do encontro foi a realização do CRIA G20, um fórum que reuniu criadores digitais, ativistas e comunicadores para traçar novas formas colaborativas de buscar soluções para os problemas globais³.

Na cerimônia de abertura, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacou que mais de 40 mil pessoas estiveram presentes para trazer suas colaborações e ressaltou a importância desses diálogos, sobretudo para o estabelecimento do que tem sido considerado uma das principais agendas do Brasil no bloco: o combate à fome e à pobreza. “Sem a participação da sociedade o sucesso da nossa presidência não teria sido tão grande; vamos deixar uma marca importantíssima. Uma das prioridades brasileiras - a luta contra a fome e a pobreza - não poderia existir com medidas efetivas se não houvesse um diálogo com a sociedade e um acolhimento das contribuições dos cidadãos comuns”, afirmou⁴. Outras autoridades como

¹ Brasil assume a Presidência do G20 nesta sexta-feira (1/12). **Ministério da Fazenda**. 30 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/brasil-assume-a-presidencia-do-g20-nesta-sexta-feira-1-12>. Acesso em: 17 nov. 2024.

² Confira a programação da Cúpula do G20 Social - de 14 a 16 de novembro, no Rio de Janeiro. **G20**. 07 nov. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/confira-a-programacao-da-cupula-do-g20-social-de-14-a-16-de-novembro-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 17 nov. 2024.

³ CRIA G20 traz programação inovadora para discutir fome, transição energética e justiça climática. **Secretaria de Comunicação Social**. 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/cria-g20-traz-programacao-inovadora-para-discutir-fome-transicao-energetica-e-justica-climatica>. Acesso em: 17 nov. 2024.

⁴ Cerimônia de abertura do G20 Social celebra inovação e legado da presidência brasileira. **G20**. 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/cerimonia-de-abertura-do-g20-social-celebra-inovacao-e-legado-da-presidencia-brasileira>. Acesso em: 17 nov. 2024.

a primeira-dama, Janja da Silva, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, o ministro da Educação, Camilo Santana, e a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, estiveram na abertura.

As atividades autogestionadas foram organizadas em torno de painéis, oficinas, rodas de conversa e fóruns autônomos e tocaram as mais distintas reivindicações da sociedade civil, como questões de justiça ambiental, equidade em saúde, enfrentamento ao racismo e colonialismo, direitos LGBTQIAPN+, igualdade salarial, manutenção dos pontos de cultura e defesa do serviço público⁵. Saúde apareceu com destaque em sete desses encontros, mobilizando a relação da agenda com segurança alimentar, prática esportiva, saúde mental, participação social, desafios climáticos e agenda 2030, para citar alguns. Abaixo listamos os eventos e organizações responsáveis pela execução de cada um deles:

- Atividade: Contribuições das Comissões Intersectoriais de Saúde Bucal Alimentação e Nutrição Vigilância em Saúde e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do CNS para o fortalecimento do sistema de participação e controle social: Ferramentas de Inclusão e Justiça Social no Contexto Global. Proponente: Conselho Nacional de Saúde (CNS).
- Atividade: O que a Ciência Cidadã tem a dizer sobre Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde Infantil? Proponente: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).
- Atividade: Sistemas Universais de Saúde e Acesso às ações e serviços de Saúde. Proponente: Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn).
- Atividade: Saúde mental e Bem Viver - Descolonizar corpos e territórios - reconstruindo existências Brasis. Proponente: Conselho Federal de Psicologia.
- Atividade: Sinergias entre a saúde, clima e Agenda 2030: uma jornada conjunta para um Futuro Sustentável. Proponente: Fundação Oswaldo Cruz.
- Atividade: Mapa Colaborativo dos Movimentos Sociais em Saúde. Proponente: Ministério da Saúde.
- Atividade: Enfrentando os Desafios Climáticos Globais e Fortalecendo a Saúde Pública por meio da Prática Esportiva. Proponente: Instituto Ser Mais Esporte, Cultura, Meio Ambiente e Educação (Instituto Esporte pelo Planeta) Plano Nacional de Ação Climática do Esporte – PNACE.

No segundo dia de evento, a programação contou com a realização de três plenárias, dedicadas aos três eixos prioritários propostos pela presidência brasileira do G20: (i) combate à fome e às desigualdades; (ii) mudanças climáticas e sustentabilidade; e (iii) reforma da governança global.

A primeira delas reuniu o ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Nosipho Nausca-Jean Jezile, representante

⁵ Centenas de vozes confirmadas: confira a programação das 271 atividades autogestionadas do G20 Social. **G20**. 08 nov. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/centenas-de-vozes-confirmadas-confira-a-programacao-das-271-atividades-autogestionadas-do-g20-social>. Acesso em: 17 nov. 2024.

permanente da África do Sul junto à Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO, na sigla em inglês) e presidente do Comitê de Segurança Alimentar (CSA); Ibrahima Coulibaly, do Mali, presidente da Organização Pan-Africana de Agricultores (PAFO) e Elisabeta Recine, representante da Sociedade Civil Brasileira e presidente do Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A representante da FAO elogiou a iniciativa do Brasil em liderar a discussão sobre o combate à fome e à pobreza no G20 e mostrou-se positiva quanto à capacidade do país de lidar com esse desafio. Nesse sentido, o titular do MDS explicou o papel crucial da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza: “A Aliança foi debatida por governos e sociedade civil de países do mundo todo e tem uma força muito grande (...) Os países mais desenvolvidos se comprometeram a ajudar os países em desenvolvimento a superar esse desafio”, disse⁶.

A segunda plenária mobilizou debates com representantes da comunidade indígena e pequenos agricultores sobre preservação do meio ambiente aliada a inovações tecnológicas para uma agricultura mais sustentável. Marciely Tupari, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), abordou a importância de reconhecer e utilizar os conhecimentos ancestrais dos povos indígenas no manejo da terra e discorreu sobre como a comunidade tem investido na agricultura familiar, que é mais sustentável e saudável. O ministro Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, argumentou em prol da implantação de inovações tecnológicas no campo, ao dizer que o Brasil precisa não só de um sistema alimentar sustentável para alimentar as pessoas, mas da industrialização do agronegócio para se tornar um ator significativo no mercado internacional, utilizando técnicas sustentáveis⁷.

Por fim, a terceira plenária reuniu nomes como Celso Amorim, assessor-chefe da Assessoria Especial do Presidente da República do Brasil; Yildiz Temürtürkan, coordenadora internacional da Marcha Mundial das Mulheres; o escritor coreano Ha Joon Chang, economista, professor e autor do *best-seller* internacional “Chutando a Escada”; e Antonio Lisboa, representante da sociedade civil brasileira, da Confederação Sindical Internacional (CSI). Os palestrantes convergiram na necessidade urgente de uma reforma na governança global e frisaram as assimetrias de poder que ainda prevalecem nas principais instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essa desigualdade estrutural, que muitas vezes favorece países em desenvolvimento, foi apontada como um dos maiores entraves para que essas instituições sejam capazes de enfrentar crises globais, redistribuir recursos e promover justiça social e ambiental. Com base nisso, Celso Amorim defendeu uma reforma multilateral que priorize a transparência e amplie o protagonismo das nações do Sul Global e ressaltou a importância do G20 como espaço para repensar a governança mundial, destacando o papel dos blocos regionais, como o BRICS, no equilíbrio das forças tradicionais: “Temos que lutar para mudar o mundo, mas essa mudança depende de um equilíbrio de poder. O G20 Social

⁶ Plenária do G20 Social debate combate à fome e à pobreza. MDS. 15 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/plenaria-do-g20-social-debate-combate-a-fome-e-a-pobreza-e-documento-final-sera-entregue-ao-presidente-lula>. Acesso em: 17 nov. 2024.

⁷ Sustentabilidade e desenvolvimento humano podem caminhar lado a lado. G20. 15 nov. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/sustentabilidade-e-desenvolvimento-humano-podem-caminhar-lado-a-lado>. Acesso em: 17 nov. 2024.

se aproxima disso, com sua diversidade de composição – mulheres, sociedade civil, negros, povos originários. É essa pluralidade que pode criar um mundo melhor” acrescentou⁸.

De modo geral, o ponto alto dessas discussões foi a construção de consensos para compor um documento com as demandas e propostas da sociedade civil para cada um dos três eixos debatidos. Com sucesso, em um movimento histórico que traduz o ímpeto por uma comunicação participativa no bloco, no último dia da Cúpula foi possível chegar a uma [Declaração Final do G20 Social](#) elaborada pelos grupos de engajamento e pelos movimentos populares. A Declaração foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, que assumirá a presidência do G20 em 2025⁹. A expectativa é de que essa articulação se traduza em resultados na Cúpula dos Chefes de Estado do G20¹⁰.

Nas palavras de Lula, esse foi um momento histórico, tanto para ele, quanto para o bloco: “Ao longo deste ano, o grupo ganhou um terceiro pilar, que se somou aos pilares político e financeiro: o pilar social, construído por vocês. Aqui tomam forma a expressão e a vontade coletiva, motivadas pela busca de um mundo mais democrático, justo e diverso”¹¹. A cerimônia de encerramento contou também com a presença de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Tawakkol Karman, Prêmio Nobel da Paz em 2011 e representante da sociedade civil internacional; e de Ceres Hadich, representando a sociedade civil brasileira.

O documento tem 4 páginas e inicia com uma descrição dos movimentos e organizações que participaram da construção dessas demandas e reivindicações: mulheres, negros e negras, povos originários e indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiências, LGBTQIA+, jovens, crianças adolescentes, pessoas idosas, populações deslocadas ou em situação de rua, migrantes, refugiados e apátridas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da economia formal, informal, solidária e de cuidados. Salienta que “todos clamam por uma reforma da governança global que assegure o fim dos conflitos armados, o desenvolvimento e a justiça socioambiental para si e para todo o planeta”¹².

As recomendações foram divididas em três seções, de acordo com cada eixo prioritário estabelecido pela presidência brasileira. De maneira resumida, abordaremos o que foi tratado

⁸ Governança global em transformação: G20 Social aponta caminhos para um futuro mais justo. **G20**. 15 nov. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/governanca-global-em-transformacao-g20-social-aponta-caminhos-para-um-futuro-mais-justo>. Acesso em: 18 nov. 2024.

⁹ Declaração Final do G20 Social: do povo para os líderes. **MRE**. 16 nov. 2024. <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/novembro/declaracao-final-do-g20-social-do-povo-para-os-lideres>. Acesso em: 18 nov. 2024.

¹⁰ A Cúpula do G20 Social não é o fim, mas o começo: participação social é legado incontestável da presidência brasileira do G20. **G20**. 16 nov. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/a-cupula-do-g20-social-nao-e-o-fim-mas-o-comeco-participacao-social-e-legado-incontestavel-da-presidencia-brasileira-do-g20>. Acesso em: 18 nov. 2024.

¹¹ Discurso do presidente Lula por ocasião do encerramento do G20 Social. 16 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/lula-no-encerramento-do-g20-social-201caqui-tomam-forma-a-expressao-e-a-vontade-coletiva201d#:~:text=Discurso%20do%20presidente%20Lula%20por%20ocasi%C3%A3o%20do%20enceramento%20do%20G20%20Social>. Acesso em: 18 nov. 2024.

¹² Declaração Final do G20 Social. **G20**. 16 nov. 2024. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:EU:a36ead8c-388c-4e5e-8e95-30713787d292>. Acesso em: 18 nov. 2024.

em cada excerto. O documento pode ser acessado na íntegra neste fascículo do Caderno. Vale dizer que o termo ‘saúde’ (ou correlatos) não aparece ao longo do texto.

Em relação à primeira seção, o “combate à fome, à pobreza e à desigualdade”, o texto estabelece, em caráter de urgência e prioridade máxima, que todos os países do G20 façam parte da Aliança Global Contra à Fome e à Pobreza. Defende a soberania alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis, o reconhecimento pelo direito democratizado à terra e à água, e a centralidade do trabalho decente como elemento essencial na superação da pobreza e das desigualdades. Sobre este último ponto, enfatiza a necessidade de combater todas as formas de exploração e precarização do trabalho, e a essencialidade de garantir a ampliação dos direitos sindicais e de sistemas de seguridade e proteção social.

Sobre “sustentabilidade, mudanças do clima e transições justas”, os participantes frisam o descompromisso das elites com o enfrentamento das mudanças climáticas e o aquecimento global e reiteram a urgência de cumprir com as metas do Acordo de Paris. Apoiam a criação do Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF) e a criação de um Novo Objetivo Quantificado Coletivo (NOQC) como mecanismos de financiamento para fortalecer a articulação global necessária para preservar o meio ambiente e garantir o apoio financeiro contínuo para enfrentar a crise climática e preservar a biodiversidade. Elegem a transição justa como o princípio norteador para substituir o modelo de produção baseado em combustíveis fósseis e reiteram que esse processo seja acompanhado por esforços em educação ambiental, participação social e formação cidadã.

Por último, em “reforma da governança global” reivindicam a reforma do modelo atual de governança global, em especial o Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo que reflitam a realidade geopolítica contemporânea e ampliem a participação dos governos e povos do Sul Global. Ao chamarem atenção para os perigos da extrema direita em relação à desinformação, discursos totalitários, racistas, xenofóbicos, etaristas e aos ataques aos direitos humanos, defendem que essa reforma esteja em acordo com a premissa da promoção da democracia e da participação da sociedade civil. Defendem a taxa progressiva dos super ricos como forma de justiça fiscal, com a garantia de que os recursos arrecadados sejam destinados ao financiamento de políticas sociais, ambientais e culturais.

Figura 1: Encerramento da Cúpula Social do G20 no Rio de Janeiro (Fonte: G20, 2024)



Em conclusão, o documento faz um chamado à ação aos líderes do G20 ressaltando que é hora de assumir as responsabilidades e liderar uma transformação efetiva e duradoura. “Este é o momento de agir com determinação e solidariedade. Com vontade política e a institucionalização de instâncias como a Cúpula Social do G20, podemos, sim, construir uma agenda coletiva que honre o compromisso com a justiça social e com a paz global”, assinala a Declaração.

Em seu discurso na cerimônia de encerramento, o presidente Lula foi enfático ao olhar para a Cúpula do G20 Social não como o fim de um processo, mas como o início de uma nova etapa: “Esta cerimônia de encerramento marca o começo de uma nova etapa, que exigirá um trabalho contínuo durante os 365 dias do ano. Nós vamos seguir construindo juntos o mundo justo e o planeta sustentável. Gritem, protestem, repitam, porque senão as coisas não acontecem”. Lula também expressou a vontade de que a iniciativa perdure não só no bloco, mas que seja fonte de inspiração para outras instâncias que o Brasil estará à frente em 2025, como a Cúpula do BRICS e a COP 30¹³.

Sobre este último ponto, o ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Ronald Lamola, representante do país que assumirá a presidência do G20 após o Brasil, já garantiu que irá manter a articulação do G20 Social em 2025. “Nós acreditamos que a sociedade civil é um motor vital que conecta os países do G20 todos os dias. E nós aplaudimos o Brasil e a iniciativa tão corajosa de promover esta reunião da sociedade civil e de todos os grupos sociais de todo o Brasil e do mundo”, enfatizou.

Cúpula de Líderes do G20

O G20, sob a presidência brasileira, chegou ao seu ponto mais alto, a *Cúpula de Líderes*, que juntos chegaram ao consenso e publicaram a *Declaração de Líderes do Rio de Janeiro*. As palavras “cúpula” e “*sherpa*” realmente trazem muito significado para expressar a laboriosa trajetória do G20. Assim como os *sherpas* são extremamente necessários e importantes para conduzir os alpinistas até o topo das montanhas do Himalaia, ao mesmo tempo em que indicam o caminho e reduzem as incertezas e inseguranças nessa verdadeira odisseia pelas montanhas, os *sherpas* no G20 conduziram as discussões e contornaram as divergências com habilidade, para que os(as) líderes alcançassem o consenso necessário no ponto mais alto do G20.

Foram mais de 130 reuniões sobre diversos assuntos e problemas globais nessa árdua trajetória, com o foco nas três prioridades estabelecidas pelo presidente Lula: (i) combate à fome e à pobreza, (ii) desenvolvimento sustentável e (iii) reforma da governança global¹⁴. A Cúpula do G20 no Rio de Janeiro marcou o ápice de um ano de intenso trabalho diplomático sob a presidência brasileira, e consolidou o papel do país como articulador de consensos em temas cruciais para o futuro da governança global.

¹³ Lula no encerramento do G20 Social: “Aqui tomam forma a expressão e a vontade coletiva”. **MRE**. 16 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/lula-no-encerramento-do-g20-social-201caqui-tomam-forma-a-expressao-e-a-vontade-coletiva201d>. Acesso em: 18 nov. 2024.

¹⁴ Começa hoje (18) o maior evento diplomático da história do Brasil. **G20 Brasil**. 18 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/comeca-hoje-18-o-maior-evento-diplomatico-da-historia-do-brasil>.

Figura 3. Foto oficial da Cúpula de Líderes do G20 no Rio de Janeiro



Fonte: G20 Brasil

O encontro contou com presença internacional de alto nível, ao reunir líderes dos países membros do G20, como Joe Biden (EUA), Xi Jinping (China) e Emmanuel Macron (França), além de representantes de organizações internacionais, como António Guterres (ONU), Kristalina Georgieva (FMI) e Tedros Adhanom (OMS). O Brasil também convidou líderes de países não membros e organizações regionais, reforçando o caráter inclusivo do fórum¹⁵.

A principal entrega da presidência brasileira do G20, e como já mencionado em edições anteriores deste informe, uma iniciativa com potencial transformador de impacto mundial, foi a *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza*. Criada com apoio de líderes mundiais e organizações internacionais, a Aliança já conta com a adesão de 81 países, 26 organizações internacionais, 9 instituições financeiras e 31 fundações filantrópicas e organizações não governamentais. Ela tem um objetivo muito ambicioso, mas extremamente necessário, que é erradicar a fome no mundo até 2030 e, se assim for, cerca 733 milhões de pessoas que estão subnutridas, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 2024, poderão viver com dignidade¹⁶.

Para o presidente Lula, essas pessoas, que sempre foram consideradas invisíveis, mulheres, homens e crianças cujo direito à vida, à educação e à alimentação tem sido negado, estarão ao centro da agenda internacional com a ajuda da Aliança. Ele ressaltou que em um mundo onde são produzidas 6 bilhões de toneladas de alimentos por ano, e que possui um gasto militar na ordem de 2,4 trilhões de dólares, a fome é inaceitável. Em seu discurso na cerimônia

¹⁵ Países Membros e Líderes convidados para a Cúpula de Líderes do G20. G20 Brasil. 18 nov2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/cupula-rio-2024>.

¹⁶ Aliança Global contra a Fome e a Pobreza é criada com apoio de líderes mundiais e organizações internacionais. **G20 Brasil**. 18 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza-e-criada-com-apoio-de-lideres-mundiais-e-organizacoes-internacionais>.

de abertura da Cúpula de Líderes do G20, ocasião que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi lançada, o presidente Lula afirmou:

“A fome e a pobreza não são resultado da escassez ou de fenômenos naturais, é produto de decisões políticas que perpetuam a exclusão de grande parte da humanidade. Compete aos que estão aqui a inadiável tarefa de acabar com essa chaga que envergonha a sociedade. Este será o nosso maior legado. Porque não se trata apenas de fazer justiça; essa é uma condição imprescindível para construir sociedades mais prósperas e um mundo de paz. E o Brasil sabe que é possível com a participação da sociedade civil”¹⁷.

A abordagem da Aliança concentra-se no apoio a programas liderados pelos países e baseados em evidências, por meio do fortalecimento da cooperação internacional e da troca de conhecimentos, a exemplo de os programas Bolsa Família e Alimentação Escolar, que produzem resultados e são considerados políticas sociais bem-sucedidas no Brasil. Ela está aberta a todos os países e organizações qualificadas que queiram participar e busca acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de erradicação da fome e da pobreza.

A Aliança já conta com um [portal](#) dedicado a levar informações técnicas, detalhadas e atualizadas sobre suas iniciativas. O site conta com versões em português e inglês, onde é possível acessar a agenda de eventos, notícias recentes e instruções para participar, bem como documentos fundamentais da Aliança, como a Declaração de Compromisso. Também está disponível a Cestas de Políticas, um instrumento da Aliança Global, que fornece um menu de programas e instrumentos políticos e técnicos, rigorosamente avaliados, que podem ser adaptados a contextos nacionais ou subnacionais específicos.

Além da Aliança global, outros compromissos relevantes foram consensuados pelos(as) líderes do G20. No segundo dia da Cúpula, o presidente Lula (i) cobrou maior responsabilidade dos países ricos com o desenvolvimento sustentável, as transições energéticas e a ação climática, (ii) estimulou a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU que articule diferentes atores, processos e mecanismos que hoje se encontram fragmentados e (iii) reconheceu as contribuições de povos indígenas e comunidades tradicionais como parte do pensar e fazer a proteção das florestas. O presidente também destacou a importância da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que, segundo ele, será a “COP da virada” e “nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático”¹⁸.

Durante a Cúpula de Líderes, Brasil, ONU e UNESCO lançaram *a Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre Mudanças do Clima*, uma iniciativa conjunta a fim de fortalecer

¹⁷ “Aqueles que sempre foram invisíveis estarão ao centro da agenda internacional”, afirma presidente Lula na abertura da Cúpula do G20 Brasil. **G20 Brasil**. 18 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/aqueles-que-sempre-foram-invisiveis-estaraao-ao-centro-da-agenda-internacional-afirma-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-do-g20-brasil>.

¹⁸ “A COP30 será nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático”, convoca Lula na última sessão temática da Cúpula de Líderes do G20 Brasil. **G20 Brasil**. 19 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/a-cop30-sera-nossa-ultima-chance-de-evitar-uma-ruptura-irreversivel-no-sistema-climatico-convoca-lula-na-ultima-sessao-tematica-da-cupula-de-lideres-do-g20-brasil>.

pesquisas e medidas para combater a desinformação que contribui para o atraso e a inviabilização de ações climáticas. Outros países e organizações internacionais comprometidos com as metas climáticas e o compromisso com a integridade da informação estão sendo convidados a participar. Até agora, Chile, Dinamarca, França, Marrocos, Reino Unido e Suécia já confirmaram participação¹⁹.

Os países envolvidos na Iniciativa contribuirão para um fundo administrado pela UNESCO, com o objetivo inicial de arrecadar de 10 a 15 milhões de dólares nos próximos 36 meses, a serem distribuídos como doações a organizações não-governamentais que realizam pesquisas sobre a integridade da informação climática, desenvolvem estratégias de comunicação e realizam campanhas públicas de conscientização. Segundo o secretário-geral da ONU, António Guterres:

“Devemos combater as campanhas coordenadas de desinformação que impedem o progresso global em relação às mudanças do clima, incluindo negação, greenwashing e a intimidação contra cientistas do clima. Por meio desta Iniciativa, trabalharemos com pesquisadores e parceiros para fortalecer a ação contra a desinformação climática”²⁰.

A Iniciativa corresponde ao compromisso do Pacto Digital Global, adotado em setembro pelos Estados Membros da ONU, que incentiva as agências da organização, em colaboração com governos e grupos de interesse, a avaliar o impacto da desinformação na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 4. Lançamento da Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre Mudança Climática



Fonte: G20 Brasil, 2024.

¹⁹ Cúpula de Líderes do G20: Brasil, ONU e UNESCO lançam Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre Mudanças do Clima. **G20 Brasil**. 19 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/cupula-de-lideres-do-g20-brasil-onu-e-unesco-lancam-iniciativa-global-para-integridade-da-informacao-sobre-mudancas-do-clima>.

²⁰ Fato ou fake? Brasil, ONU e UNESCO lançam Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre Mudanças do Clima. **G20 Brasil**. 19 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/fato-ou-fake-brasil-onu-e-unesco-lancam-iniciativa-global-para-integridade-da-informacao-sobre-mudancas-do-clima>.

Na *cerimônia de encerramento* da Cúpula, o presidente Lula destacou algumas entregas da presidência brasileira durante o G20: (i) a realização da Cúpula do G20 Social, (ii) o roteiro para ao aprimoramento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs, na sigla em inglês), (iii) os debates sobre África e a dívida externa, (iv) a instalação do Grupo de Trabalho Empoderamento das Mulheres, (v) a inclusão do ODS 18 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável), sobre igualdade étnico-racial, (vi) a definição dos princípios sobre comércio e desenvolvimento sustentável e o compromisso pelo aumento da produção de energias renováveis até 2023, (vii) a Coalização para a Produção Local e Regional de Vacinas e Medicamentos, e (viii) o estímulo ao investimento em políticas públicas para melhorar o acesso à água e ao saneamento. Lula exaltou o trabalho feito pelo Brasil:

“Neste ano, realizamos mais de 140 reuniões em 15 cidades brasileiras. Voltamos a adotar declarações consensuais em quase todos os grupos de trabalho. Deixamos a lição de que, quanto maior for a interação entre as Trilhas de Sherpas e de Finanças, maiores e mais significativos serão os resultados dos nossos trabalhos. Trabalhamos com afinco, mesmo cientes de que apenas arranhamos a superfície dos profundos desafios que o mundo tem a enfrentar”²¹.

O presidente brasileiro também fez uma passagem simbólica da presidência do G20 para Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul, quando reconheceu os valores históricos, culturais, políticos e econômicos que unem o continente africano e a América Latina. O Brasil continuará parte da *troika* do G20 no ano que vem, que será a última de quatro presidências seguidas do G20 exercida por um país do Sul global. Segundo Lula, este é um “momento propício para avaliar o papel que desempenhamos até agora e como devemos atuar daqui em diante. Temos a responsabilidade de fazer melhor”. Em 2026, a presidência do G20 será exercida pelos Estados Unidos da América, presidido por Donald Trump. Portanto, realmente a presidência da África do Sul tem uma grande responsabilidade de continuar os pactos transformadores para o Sul global, pois em 2026 o caminho será outro.

Declaração de Líderes do Rio de Janeiro

A Declaração de Líderes aprovada é o resultado maior do ano no G20 e congrega os destaques das demais declarações e comunicados das reuniões ministeriais, forças tarefas e grupos de trabalho, emitidas ao longo do ano. Também se espera que tenha sido mais influenciada pelos comunicados dos diversos grupos de engajamento e pela declaração da Cúpula Social. Em que medida isso se confirmará é tema para análises futuras. Apresentaremos aqui, diante da sua recém publicação, os principais destaques e uma breve análise da Declaração, sem prejuízo de análises mais profundas nos próximos fascículos dos Cadernos.

É uma declaração muito abrangente, apresentando o conjunto de posições e compromissos negociados e consensuados entre os 21 membros plenos, ouvidos os países e organizações internacionais convidados. São 24 páginas com 85 parágrafos divididos em cinco

²¹ Brasil entrega presidência do G20 para a África do Sul. **G20 Brasil**. 19 nov 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/lula-destaca-entregas-da-presidencia-brasileira-do-g20-em-evento-no-rio-de-janeiro?page=2>.

seções, mais a introdução e a conclusão. Lembrando que todos os membros permanentes do G20 concordaram com o conteúdo.

A primeira seção trata da *Situação Econômica e Política Internacional*. Aqui se apresenta a visão do grupo sobre a situação mundial atual. Reconhecem, por exemplo, que o avanço rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável está muito aquém do necessário para o alcance da maioria das metas estabelecidas na Agenda 2030, faltando apenas 6 anos para seu prazo. Reconhecem também que as desigualdades intra e entre países estão na raiz da maioria dos desafios globais.

Destacam-se, nessa seção, parágrafos que tratam das guerras e da geopolítica. Aqui os líderes ressaltam que todos os Estados devem agir em acordo com os princípios da Carta da ONU e o direito internacional, incluindo a proteção aos direitos humanos, e condenam os ataques a civis e a infraestrutura. Não utiliza acusações ou reprimendas diretas a Estados específicos, mas apresenta preocupações profundas com a situação humanitária em Gaza e com a escalada no Líbano. Reiteram o compromisso com a solução de dois Estados para Israel e Palestina. Com relação à guerra na Ucrânia, relembram as discussões de 2023 na Índia, destacando o sofrimento humano e as consequências econômicas da guerra, incluindo os impactos na segurança alimentar, energética e inflação globais. Em um grupo que tem a Rússia, por um lado, e aliados de Israel e da Ucrânia, por outro, não seria de se esperar muito mais.

A segunda seção aborda a primeira prioridade da presidência brasileira, a *Inclusão Social e combate à Fome e à Pobreza*. O lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, já comentada aqui, é o principal resultado e destaque dessa seção, mas consensos em diversas áreas correlatas também chamam atenção. Apesar de reconhecerem que a fome não é um problema de falta de alimento, destacam a importância da cooperação para o fortalecimento da agricultura nos países em desenvolvimento, assim como a comercialização sustentável de alimentos a nível global. Os países se comprometem a responder aos desafios da escassez de fertilizantes. Comprometem-se a apoiar os países em desenvolvimento a acelerar seus processos de industrialização e modernização. São compromissos que atendem anseios do Sul Global. Chama atenção, também, os destaques para a cooperação tributária, com compromissos vagos de cooperação para a taxação dos indivíduos super-ricos, sem percentuais indicados, apenas com a intenção de avançar nessa discussão, com o objetivo de contribuir para redução de desigualdades.

Especial destaque para o *parágrafo 25*, que aborda os temas da *saúde*, refletindo os principais compromissos alcançados na *reunião de ministros da saúde do G20* de 31 de outubro (ver Caderno 20). Aqui os líderes reiteram o papel central e coordenador da OMS na saúde global e os compromissos em “construir sistemas de saúde mais resilientes, equitativos, sustentáveis e inclusivos, capazes de fornecer serviços de saúde integrados e centrados nas pessoas, incluindo saúde mental, e de alcançar a Cobertura Universal de Saúde”²². Os líderes saúdam a principal entrega desse ano do Grupo na área, o lançamento da *Coalizão para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo*. Apoiam o fortalecimento da formação de força de trabalho em saúde e a conclusão das negociações para o “acordo pandêmico” em complementação ao RSI, e reafirmam os compromissos com a eliminação da AIDS, Malária e

²² G20 Declaração de Líderes do Rio de Janeiro, 2024, p8

Tuberculose, e com a erradicação da poliomielite. Também reconhecem a importância da coordenação global para lidar com o surto de Mpox e de outras emergências de saúde pública.

Com relação à saúde, destaca-se o apoio a iniciativas de promoção de acesso a água potável, saneamento e higiene (WASH), como essenciais para um futuro mais saudável e equitativo. Os líderes enfatizam o papel crucial da educação e apontam preocupação com a escassez global de professores. Reconhecem o poder e valor da cultura. Reconhecem a necessidade da criação de empregos e da proteção dos direitos dos trabalhadores, de acordo com as convenções da OIT. A declaração reconhece a inauguração de dois novos GTs do G20: Pesquisa e Inovação, e Empoderamento das Mulheres.

A terceira seção aborda *Desenvolvimento Sustentável, Transições Energéticas e Ação Climática*, em relação com a segunda prioridade da presidência brasileira, o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões. Em relação à crise climática, os países do G20 reiteram a determinação em continuar os esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais, e exortam seus membros a apresentarem metas nacionalmente determinadas de redução de emissões mais ambiciosas. Mencionam também o objetivo de ampliar o financiamento climático público e privado aos países em desenvolvimento. Nesse tema o G20 inaugurou nesse ano nova Força Tarefa específica a *TF-Clima*. Os líderes esperam resultados positivos das cúpulas do Clima de Baku e de Belém (COP29, em andamento, e COP30).

A Declaração também aborda, nessa seção, as questões da desertificação, degradação dos solos e dos mares, poluição e a crise da perda de biodiversidade. Destacam a importância das florestas e a meta de reverter o desflorestamento e a degradação até 2030. Os líderes tomam nota dos planos para o estabelecimento do *Fundo Florestas Tropicais para Sempre*, reconhecendo seu potencial inovador para essa proteção. Sobre a poluição por plásticos e o objetivo de eliminá-la, há o compromisso de concluir até o fim de 2024 um instrumento internacional vinculante sobre o tema.

A quarta seção compreende as propostas relativas à *Reforma da Governança Global*, terceira prioridade definida pelo Brasil. Nesse tema, as propostas resumidamente são: fortalecer a Assembleia Geral da ONU, inclusive em temas de segurança internacional; reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, tornando-o mais representativo e eficiente, incluindo representação permanente de África e América Latina e Caribe, e maior representação da Ásia-Pacífico; fortalecer o ECOSOC, incluindo sua coordenação de agências, fundos e programas da ONU; maior voz e representatividade dos países em desenvolvimento nos bancos de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais; o objetivo de ter um sistema de resolução de disputas na OMC funcional e acessível a todos os membros até 2024.

Por fim, há uma seção sobre o próprio G20, reconhecendo seus avanços e inovações durante o ano, como a efetivação da União Africana como membro pleno, e a Cúpula Social. Observa-se também o encerramento próximo do primeiro ciclo de presidências do Grupo, com indicação de avaliação desse ciclo no próximo ano e recomendações para o segundo ciclo, incluindo roteiro para futuras presidências.

Como costumamos destacar, nesse grande Fórum de diálogo que é o G20, a declaração de líderes é um resultado em si, e um produto importante por reunir posições de consenso, arduamente negociadas por países muito representativos no mundo. Com o tempo deverão ser feitas análises mais aprofundadas, inclusive comparativas a declarações passadas, para melhor

avaliar os avanços. No entanto, identificamos nesse documento final, importantes contribuições e algumas propostas concretas da maior relevância lançadas com sucesso, como a *Aliança Global contra a fome e a pobreza* e a *Coalizão para a produção local*. Restará acompanhar se essas propostas serão efetivadas adequadamente nos próximos anos.



Declaração de Líderes do Rio de Janeiro

1. Nós, os líderes do G20, nos reunimos no Rio de Janeiro de 18 a 19 de novembro de 2024 para responder aos principais desafios e crises globais e promover um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Nós nos reunimos no berço da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para reafirmar o nosso compromisso de construir um mundo justo e um planeta sustentável, sem deixar ninguém para trás.

Situação Econômica e Política Internacional

2. Nós reafirmamos o papel do G20 como o principal fórum de cooperação econômica internacional. Juntos, compartilhamos uma responsabilidade coletiva pela administração eficaz da economia global, promovendo as condições para um crescimento global sustentável, resiliente e inclusivo. Nós continuamos empenhados em apoiar os países em desenvolvimento na resposta a crises e desafios globais e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
3. Nós vivemos em tempos de grandes desafios e crises geopolíticas, socioeconômicas, climáticas e ambientais, que exigem ações urgentes. Com apenas seis anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, há progresso efetivo em apenas 17% das metas dos ODS, ao passo que quase metade está mostrando progresso mínimo ou moderado, e em mais de um terço o progresso estagnou ou até mesmo regrediu. O G20 é adequado para responder a esses desafios por meio da tão necessária cooperação internacional e de impulso político. Como Líderes do G20, reconhecemos que as crises que enfrentamos não afetam igualmente o mundo igualmente, sobrecarregando desproporcionalmente os mais pobres e aqueles que já estão em situação de vulnerabilidade.
4. Nós reconhecemos que a desigualdade dentro e entre os países está na raiz da maioria dos desafios globais que enfrentamos e é agravada por eles. Nós aceleraremos nossos esforços e reafirmaremos nosso forte compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O mundo requer não apenas ações urgentes, mas também medidas socialmente justas, ambientalmente sustentáveis e economicamente sólidas. Por esse motivo, nós trabalhamos em 2024 sob o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” –, colocando a desigualdade, em todas as suas dimensões, no centro da agenda do G20.
5. Nós observamos boas perspectivas de uma aterrissagem suave da economia global, embora múltiplos desafios permaneçam e alguns riscos tenham aumentado em meio a elevada incerteza. Nós continuaremos a promover crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, a reagir a pressões no custo de vida, a salvaguardar a sustentabilidade fiscal e a mitigar repercussões negativas. Nossos bancos centrais continuam fortemente comprometidos em atingir estabilidade de preços de acordo com seus respectivos mandatos. Nossas políticas fiscais irão garantir a sustentabilidade fiscal e reconstruir as reservas, mantendo-se favoráveis ao crescimento e catalisando investimentos públicos e privados em reformas que aumentem a produtividade. Nós estamos confiantes pelo fato de que a atividade econômica provou ser mais resiliente do que o esperado em muitas partes do mundo e que a inflação global está caindo de níveis elevados, embora haja alguma variação entre os países. Ainda assim, o crescimento tem sido altamente desigual entre os países, contribuindo para o risco de divergência econômica. Nós estamos preocupados com o fato de que as perspectivas de crescimento global a médio e longo prazo estejam

abaixo das médias históricas. Nós continuaremos a nos esforçar para reduzir as disparidades de crescimento entre os países por meio de reformas estruturais. Reafirmamos o compromisso cambial de abril de 2021 assumido pelos nossos Ministros de Finanças e Governadores dos Bancos Centrais. Nós também reafirmamos nosso compromisso de promover um sistema financeiro aberto, resiliente, inclusivo e estável, que apoie o crescimento econômico e se baseie na implementação completa, oportuna e consistente dos padrões internacionais acordados, apoiados pela coordenação política contínua. Nós reiteramos nosso compromisso de promover ainda mais movimentações sustentáveis de capitais e fomentar marcos sólidos de políticas, nomeadamente, a independência do banco central.

6. Nós tomamos nota com angústia do imenso sofrimento humano e o impacto adverso de guerras e conflitos ao redor do mundo.
7. Em relação aos conflitos e guerras em andamento, reiteramos as nossas posições nacionais e as resoluções adotadas na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressaltamos que todos os Estados devem agir de maneira consistente com os Propósitos e Princípios da Carta da ONU em sua totalidade. Em consonância com a Carta da ONU, todos os Estados devem se abster da ameaça ou uso da força para buscar aquisição territorial contra a integridade territorial e soberania ou independência política de qualquer Estado. Afirmamos que todas as partes devem cumprir com suas obrigações sob o direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, e a este respeito condenamos todos os ataques contra civis e infraestrutura.
8. Ao expressar nossa profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza e a escalada no Líbano, enfatizamos a necessidade urgente de expandir o fluxo de assistência humanitária e reforçar a proteção de civis e exigir a remoção de todas as barreiras à prestação de assistência humanitária em escala. Destacamos o sofrimento humano e os impactos negativos da guerra. Afirmando o direito palestino à autodeterminação, reiteramos nosso compromisso inabalável com a visão da solução de dois Estados, onde Israel e um Estado palestino vivem lado a lado, em paz, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, consistentes com o direito internacional e resoluções relevantes da ONU. Estamos unidos em apoio a um cessar-fogo abrangente em Gaza, em conformidade com a Resolução n. 2735 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e no Líbano, que permite que os cidadãos retornem em segurança para suas casas em ambos os lados da Linha Azul.
9. Especificamente em relação à guerra na Ucrânia, ao relembrar as nossas discussões em Nova Délhi, destacamos o sofrimento humano e os impactos negativos adicionais da guerra no que diz respeito à segurança alimentar e energética global, cadeias de suprimentos, estabilidade macrofinanceira, inflação e crescimento. Saudamos todas as iniciativas relevantes e construtivas que apoiam uma paz abrangente, justa e duradoura, mantendo todos os Propósitos e Princípios da Carta da ONU para a promoção de relações pacíficas, amigáveis e de boa vizinhança entre as nações.
10. Nós nos comprometemos a avançar a meta de um mundo livre de armas nucleares e um lugar mais seguro para todos, e manteremos as nossas obrigações a esse respeito.
11. Condenamos o terrorismo em todas as suas formas e manifestações.
12. A resolução pacífica de conflitos e os esforços para lidar com crises, bem como a diplomacia e o diálogo são essenciais. Somente com paz alcançaremos sustentabilidade e prosperidade.
13. Para orientar nossas ações em direção a resultados concretos, a Presidência brasileira do G20 concentrou as atividades deste ano em três prioridades: (i) inclusão social e combate à fome e à pobreza; (ii) desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e (iii) reforma das instituições de governança global.

Inclusão social e combate à fome e à pobreza

14. Os avanços na redução da pobreza e erradicação da fome sofreram retrocessos significativos desde a pandemia de COVID-19. O número de pessoas que enfrentam a fome aumentou, atingindo o número

impressionante de aproximadamente 733 milhões de pessoas em 2023, sendo as crianças e as mulheres as mais afetadas. Esses desafios sem precedentes exigem um compromisso maior e mais eficaz, financiamento e ações em todos os níveis, além de políticas econômicas sólidas, para promover o crescimento e a criação de empregos.

15. O mundo produz alimentos mais do que suficientes para erradicar a fome. Coletivamente, não nos faltam conhecimentos nem recursos para combater a pobreza e derrotar a fome. O que precisamos é de vontade política para criar as condições para expandir o acesso a alimentos. À luz disso, lançamos a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e saudamos sua abordagem inovadora para mobilizar financiamento e compartilhamento de conhecimento, a fim de apoiar a implementação de programas de larga escala e baseados em evidências, liderados e de propriedade dos países, com o objetivo de reduzir a fome e a pobreza em todo o mundo. Nós convidamos todos os países, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento, centros de conhecimento e instituições filantrópicas a aderir à Aliança para que possamos acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza, reduzindo as desigualdades e contribuindo para revitalizar as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. A Aliança defende estratégias reconhecidas, como transferências de renda, desenvolvimento de programas locais de alimentação escolar, melhoria do acesso ao microfinanciamento e ao sistema financeiro formal e de proteção social, entre outras estratégias que podem ser adaptadas às circunstâncias nacionais de cada país.
16. Nós ressaltamos o compromisso do G20 com a importância da segurança alimentar e nutricional e da realização progressiva do direito à alimentação adequada, conforme reafirmado através dos Princípios de Alto Nível de Deccan. A agricultura está na vanguarda para responder aos principais desafios, como combater a pobreza, acabar com a fome, melhorar a nutrição e, ao mesmo tempo, enfrentar a mudança do clima, a perda de biodiversidade, a poluição e a desertificação. Embora reconhecendo que não existe uma solução única para todos os desafios da agricultura e dos sistemas alimentares, nós nos comprometemos a apoiar os países em desenvolvimento para aumentar sua capacidade de produção e comercialização sustentáveis de alimentos. Nós também renovamos nosso compromisso de trabalhar para aumentar de forma sustentável a produtividade agrícola e reduzir a perda e o desperdício de alimentos, inclusive aumentando nossos esforços para atingir a meta do ODS 12.3 da ONU sobre perdas e desperdício de alimentos. À luz da interação dinâmica da agricultura global e do comércio de alimentos, nós reconhecemos a interdependência dos países para alcançar a segurança alimentar e nutricional, a confiabilidade alimentar e a sustentabilidade por meio de políticas de comércio aberto consistentes com as regras da OMC. Embora se reconheça a importância da produção doméstica, a diversificação das cadeias de suprimento internacionais, regionais e locais também é uma forma importante de fortalecer a resiliência das cadeias de abastecimento alimentar mundiais a choques externos. Nosso objetivo também é responder aos desafios da escassez de fertilizantes, incluindo o fortalecimento da produção local, o comércio, o aumento da eficiência dos fertilizantes e o uso de biofertilizantes, ao abordar a necessidade de melhorar a saúde do solo e reduzir a poluição da água.
17. Nós fazemos um chamado pela rápida implementação do Plano de Ação de 2023 do G20 para Acelerar o Progresso nos ODS. Nós nos comprometemos ainda a aprimorar ferramentas e mecanismos adicionais para combater as desigualdades, como a ampliação da cooperação para o desenvolvimento, incluindo a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, bem como o desbloqueio de recursos por meio de bancos multilaterais de desenvolvimento e ferramentas e mecanismos financeiros inovadores, como financiamento misto, que podem promover fluxos sustentáveis de recursos concessionais, com estruturas de alocação claras para apoiar os países de baixa e média renda mais necessitados. Nós apelamos a todos os parceiros para mobilizar novos e adicionais recursos nacionais e internacionais, de todas as fontes, para enfrentar esse desafio, aumentando ao mesmo tempo sua eficácia. Nós notamos também a importância da transparência e da responsabilidade mútua. Nós continuamos comprometidos com a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e esperamos o sucesso da 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Sevilha, Espanha, em 2025. Nós também reafirmamos nosso compromisso de ajudar os países em desenvolvimento a se integrarem melhor às cadeias industriais, de valor e de

suprimentos globais e acelerar seu processo de industrialização e modernização, como parte de nossos esforços para promover o desenvolvimento sustentável e combater as desigualdades

18. Nós reafirmamos nossos compromissos compartilhados e nossa dedicação em liderar pelo exemplo nos esforços globais contra a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos relacionados. Nós reconhecemos o impacto da corrupção nos desafios globais, como a pobreza, a desigualdade social e econômica, bem como o desenvolvimento sustentável, e reconhecemos que o combate à corrupção e a promoção da integridade podem contribuir para construir um mundo justo e um planeta sustentável. Faremos o melhor uso da Rede GlobE e de outras redes internacionais anticorrupção.
19. Nós endossamos a Declaração Ministerial do G20 do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional. A tributação progressiva é uma das principais ferramentas para reduzir as desigualdades internas, fortalecer a sustentabilidade fiscal, promover a consolidação orçamentária, promover crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo e facilitar a realização dos ODS. Nós aplaudimos as recentes reformas fiscais internas realizadas por vários membros do G20 para combater as desigualdades e promover sistemas fiscais mais justos e progressivos e reconhecemos que melhorar a mobilização de recursos internos é importante para apoiar os ODS.
20. Com total respeito à soberania tributária, nós procuraremos nos envolver cooperativamente para garantir que indivíduos de patrimônio líquido ultra-alto sejam efetivamente tributados. A cooperação poderia envolver o intercâmbio de melhores práticas, o incentivo a debates em torno de princípios fiscais e a elaboração de mecanismos antievasão, incluindo a abordagem de práticas fiscais potencialmente prejudiciais. Nós estamos ansiosos para continuar a discutir essas questões no G20 e em outros fóruns relevantes, contando com as contribuições técnicas de organizações internacionais relevantes, universidades e especialistas. Nós incentivamos o Quadro Inclusivo sobre BEPS a considerar trabalhar nesses temas no contexto de políticas fiscais progressivas eficazes.
21. Nós saudamos o progresso feito na Solução de Dois Pilares no âmbito do FI. Nós reiteramos nosso compromisso com a Declaração da FI de outubro de 2021 e com a rápida implementação da Solução de Dois Pilares por todas as jurisdições interessadas, incluindo negociações rápidas sobre o pacote final do Pilar Um. Nossa cooperação tributária internacional deve ser inclusiva e eficaz e ter como objetivo alcançar um amplo consenso, maximizando as sinergias entre os fóruns internacionais existentes, ao mesmo tempo buscando evitar duplicações desnecessárias de esforços. Continuamos a discussão construtiva nas Nações Unidas sobre o desenvolvimento de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Tributária Internacional e seu protocolo.
22. Nós reconhecemos as restrições enfrentadas por muitos países na implementação de políticas de grande escala, incluindo aquelas para erradicar a fome e reduzir a pobreza. É imperativo que aqueles que mais precisam recebam maior apoio, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Nós reconhecemos a necessidade de aumentar os recursos de todas as fontes para a luta contra a fome e a pobreza e, em apoio deste e de outros objetivos de desenvolvimento, pretendemos alcançar uma reposição robusta e impactante do IDA 21, incluindo uma expansão da sua base de países doadores e apoio contínuo dos doadores existentes, bem como a reposição de outros instrumentos regionais importantes, como o Fundo Africano de Desenvolvimento.
23. Nós reconhecemos que as flutuações do mercado, as condições financeiras restritivas e as vulnerabilidades da dívida, entre outras, podem estar aumentando a pressão de curto prazo sobre orçamentos públicos tensionados em meio ao aumento dos custos de financiamento. Nós acreditamos que soluções específicas de cada país para os desafios do financiamento ao desenvolvimento podem se basear em medidas políticas combinadas que apoiem o crescimento, a mobilização de recursos internos, a criação de capacidades, os fluxos de capital privado e o financiamento concessional direcionado. Neste contexto, nós apelamos à comunidade internacional para envidar esforços para apoiar os países vulneráveis que enfrentam desafios de liquidez a curto prazo, cuja dívida é sustentável. Nós incentivamos o FMI e o Banco Mundial a continuar seu trabalho relacionado a opções viáveis que sejam específicas de

cada país e de forma voluntária para ajudar aqueles países e relatar aos Ministros de Finanças do G20 no ano que vem.

24. Nós reconhecemos que as desigualdades têm um impacto intergeracional, pois a mobilidade social desigual, as oportunidades e os resultados de uma geração influenciam diretamente os da próxima. Todas as pessoas, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou qualquer outra condição, devem ter acesso a serviços essenciais que atendam às suas necessidades básicas, a um trabalho digno e a outras oportunidades sociais e econômicas que garantam sua participação plena, igual, efetiva e significativa na sociedade. Reduzir a desigualdade é fundamental para atingir um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Nós encorajamos os países a darem o exemplo, adotando medidas adicionais para promover a redução das desigualdades, de acordo com as circunstâncias nacionais. Nós estamos empenhados em promover a inclusão e o empoderamento social, econômico e político de todos, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias, além de incentivar legislações, políticas e ações adequadas nesse sentido, em particular sobre o combate ao racismo e a promoção da igualdade étnica e racial. Nós reconhecemos ainda o papel significativo da inclusão financeira na melhoria do bem-estar financeiro e na realização dos ODS.
25. Nós reiteramos o papel central e coordenador da OMS na arquitetura global de saúde, apoiado por um financiamento adequado, previsível, transparente, flexível e sustentável. Nós apoiamos a realização da Rodada de Investimentos da OMS como uma medida adicional para o financiamento das atividades da OMS. Nós continuamos comprometidos em construir sistemas de saúde mais resilientes, equitativos, sustentáveis e inclusivos, capazes de fornecer serviços de saúde integrados e centrados nas pessoas, incluindo saúde mental, e de alcançar a Cobertura Universal de Saúde, focando em aprimorar os serviços essenciais de saúde e os sistemas de saúde para níveis acima dos níveis pré-pandêmicos nos próximos um a dois anos. Nós apoiamos o fortalecimento da formação da força de trabalho de saúde, incluindo por meio da Academia da OMS. Nós saudamos o estabelecimento de uma Coalizão para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, centrada na cooperação voluntária, a fim de promover o acesso a vacinas, tratamentos terapêuticos e diagnósticos e outras tecnologias de saúde para doenças negligenciadas e pessoas em situações de vulnerabilidade. Nós reafirmamos também nosso compromisso de erradicar as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e da erradicação da poliomielite. Nós enfatizamos avançar com uma abordagem de Saúde Única (One Health), reconhecendo as interconexões entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental, bem como a necessidade de enfrentar a resistência antimicrobiana. Nós reconhecemos o papel potencial da medicina tradicional e complementar baseada em provas. Nós promoveremos a coordenação e avançaremos no debate para ampliar investimentos em ODS relacionados à saúde, e na Prevenção, Preparação e Resposta a pandemias e, nesse sentido, reconhecer a contribuição do Fundo Pandêmico e de outras iniciativas de financiamento. Nós incentivamos contribuições adicionais para o Fundo Pandêmico a partir de uma base diversificada de doadores para atingir a nova meta de financiamento. Nós apoiamos a conclusão das negociações em andamento para redigir e negociar uma convenção, um acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, com o objetivo de complementar o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), com total respeito à soberania de cada Estado. Nós reiteramos nosso compromisso com um instrumento que seja ambicioso, equilibrado, eficaz e adequado ao fim a que se destina, incluindo o acesso equitativo a contramedidas médicas durante pandemias. No contexto do atual surto de mpox, nós enfatizamos a importância da coordenação global para lidar com essa e outras emergências de saúde pública emergentes e reemergentes e, nesse sentido, damos as boas-vindas ao trabalho da Força-Tarefa Conjunta de Saúde Financeira do G20 e solicitamos que ela relate seu progresso até 2025.
26. Nós reconhecemos que o acesso a água potável segura, saneamento e higiene é um pré-requisito para a saúde e nutrição e é crucial para os resultados do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, mobilizar recursos para construir sistemas de água e saneamento sustentáveis e resilientes é essencial para um futuro mais saudável e equitativo para todos. Nós, portanto, apoiamos a promoção de sistemas de água, saneamento e higiene (WASH) que sejam inclusivos, integrados, sustentáveis e com enfoque em gênero,

a fim de reforçar a resiliência aos impactos da perda de biodiversidade, da mudança do clima, da degradação ambiental, de doenças transmitidas pela água, de desastres e da poluição. Para esse fim, nós saudamos o Chamado à Ação sobre o Fortalecimento dos Serviços de Água Potável, Saneamento e Higiene.

27. Nós enfatizamos o papel crucial da educação e da formação de qualidade, incluindo a educação digital, como um facilitador para a dignidade humana e para o empoderamento; equidade, igualdade e inclusão; crescimento sustentável e socioeconômico; cidadania ativa, prosperidade, paz e bem-estar. Nós observamos com preocupação a atual escassez global de professores. Políticas de desenvolvimento profissional capazes de qualificar e reter professores, além de estimular o interesse de professores no início da carreira, tornaram-se um componente essencial do desafio multidimensional de preparar nossas sociedades para o futuro.
28. Nós reconhecemos o poder e o valor intrínseco da cultura no fomento à solidariedade, ao diálogo, à colaboração e à cooperação, promovendo um mundo mais sustentável, em todas as suas dimensões e de todas as perspectivas. Comprometemo-nos com os princípios de inclusão, participação social e acessibilidade, para o pleno exercício dos direitos culturais, enfrentando o racismo, a discriminação e o preconceito, e fazemos um apelo por um engajamento global fortalecido e eficaz no debate sobre direitos autorais e direitos conexos no ambiente digital e os impactos da inteligência artificial sobre os detentores de direitos autorais. Nós encorajamos os países a aprimorarem a cooperação, a colaboração e o intercâmbio internacionais para o desenvolvimento da economia criativa. Nós reafirmamos nosso compromisso com as convenções relevantes da UNESCO. Nós reafirmamos nosso compromisso de apoiar políticas que promovam a contribuição daqueles que trabalham nos setores de cultura, artes e patrimônio e fazemos um apelo aos países para fortalecerem a cooperação e o diálogo, abordando os direitos sociais e econômicos e a liberdade artística, tanto online quanto offline, em conformidade com os marcos de direitos de propriedade intelectual e as normas internacionais de trabalho, visando à melhoria do pagamento justo e a condições de trabalho dignas. Nós encorajamos o fortalecimento da proteção do patrimônio cultural, incluindo monumentos históricos e locais religiosos. Nós fazemos um apelo pelo apoio a um diálogo aberto e inclusivo sobre o retorno e a restituição de bens culturais, incluindo bens exportados ilegalmente, com base em uma ampla perspectiva histórica que renove as relações entre os países e permita mecanismos alternativos de resolução de disputas, quando apropriado. Nós reconhecemos a crescente apreciação do valor do retorno e da restituição de bens culturais para os países e comunidades de origem, com base no consentimento entre as partes relevantes.
29. Nós nos comprometemos a aproveitar o potencial das tecnologias digitais e emergentes para reduzir as desigualdades. Nós reconhecemos que a inclusão digital requer conectividade universal e significativa, e que as soluções de governo digital são essenciais para melhorar a vida das pessoas, ao mesmo tempo em que protegem a privacidade, os dados pessoais, os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Nós reconhecemos a contribuição da infraestrutura pública digital para uma transformação digital equitativa e o poder transformador das tecnologias digitais para reduzir as divisões existentes e empoderar sociedades e indivíduos, incluindo todas as mulheres, meninas e pessoas em situações de vulnerabilidade. Nós reconhecemos que as plataformas digitais remodelaram o ecossistema digital e as interações online, amplificando a disseminação de informações e facilitando a comunicação dentro e além das fronteiras geográficas. No entanto, a digitalização do campo da informação e a evolução acelerada de novas tecnologias, como a inteligência artificial, impactaram dramaticamente a velocidade, a escala e o alcance da desinformação não intencional e intencional, discurso de ódio e de outras formas de danos online. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de transparência e responsabilidade das plataformas digitais, em linha com as políticas relevantes e os marcos legais aplicáveis, e trabalharemos com as plataformas e as partes interessadas pertinentes a esse respeito. A transparência, com as salvaguardas apropriadas, a explicabilidade sobre dados, algoritmos e moderação de conteúdo que respeitem os direitos de propriedade intelectual e a privacidade, e a proteção de dados podem ser fundamentais para a construção de ecossistemas de informação saudáveis. No contexto do compartilhamento de dados, nós reafirmamos a importância de facilitar fluxos transfronteiriços de dados e o fluxo livre de dados com confiança,

respeitando os marcos legais domésticos e internacionais aplicáveis, e reconhecendo o papel dos dados para o desenvolvimento.

30. Nós saudamos em 2024 a reunião inaugural do Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação do G20 e reafirmamos a importância da cooperação internacional aberta, justa, diversa e mutuamente benéfica em pesquisa e inovação. Essa cooperação pode ser facilitada por meio de ferramentas como a inovação aberta, que agora foi definida pelos Ministros de Pesquisa e Inovação do G20, além da ciência aberta, infraestruturas de pesquisa quando apropriado, transferência voluntária de tecnologia e desenvolvimento conjunto de capacidades em termos mutuamente acordados, intercâmbio de pesquisadores, cientistas e recursos ao redor do mundo, assistência científica e tecnológica para países em desenvolvimento e comunicação científica aprimorada. Nós reconhecemos ainda a necessidade de reduzir as desigualdades globais e assimetrias no acesso e na produção de ciência, tecnologia e inovação.
31. Nós reconhecemos a importância de criar empregos de qualidade e promover o trabalho digno para todos a fim de alcançar a inclusão social. Nós reafirmamos nossos compromissos de (i) proteger os direitos dos trabalhadores conforme descrito na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, empoderando os trabalhadores e erradicando o trabalho forçado, acabando com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, bem como eliminando todas as formas de trabalho infantil; (ii) garantir segurança e saúde ocupacional e acesso a proteção social adequada para todos os trabalhadores; (iii) concentrar nossos esforços e políticas na garantia de uma transição justa em todos os setores; (iv) superar as divisões digitais e priorizar a inclusão de pessoas em situações de vulnerabilidade; (v) desenvolver e implementar políticas abrangentes que desmantelem normas sociais e culturais discriminatórias, bem como barreiras legais para garantir a participação igual, plena e significativa das mulheres em nossas economias, e (vi) promover o diálogo social e a negociação coletiva.
32. Nós celebramos em 2024 a reunião inaugural do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres do G20 e reafirmamos nosso total compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Nós encorajamos o desenvolvimento liderado por mulheres e promoveremos a participação e a liderança plenas, equitativas, eficazes e significativas das mulheres em todos os setores e em todos os níveis da economia, o que é crucial para o crescimento do PIB global. Nós reconhecemos que todas as mulheres e meninas enfrentam barreiras específicas devido a diversos fatores, tais como falta de acesso a saúde, educação, desenvolvimento da carreira, igualdade salarial e oportunidades de liderança. Reconhecendo que a violência baseada em gênero, inclusive a violência sexual contra mulheres e meninas, é preocupantemente alta nas esferas pública e privada, nós condenamos todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas e lembramos nosso compromisso de acabar com a violência baseada em gênero, inclusive a violência sexual, e combater a misoginia on-line e off-line. Nós nos comprometemos a promover a igualdade de gênero no trabalho de cuidado remunerado e não-remunerado para garantir a participação igualitária, plena e significativa das mulheres na economia, promovendo a corresponsabilidade social e de gênero, encorajando e facilitando o envolvimento igualitário de homens e meninos no trabalho de cuidado e desafiando as normas de gênero que impedem a distribuição equitativa e a redistribuição das responsabilidades de cuidado. Ao nos aproximarmos do 30º aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, nós fortaleceremos nossos esforços para observar sua implementação, incluindo os documentos finais de suas conferências de revisão. Nós nos comprometemos a implementar o Roteiro do G20 Rumo e Além da Meta de Brisbane e esperamos que nossos ministros desenvolvam propostas com o objetivo de estabelecer novos compromissos do G20 para o período pós-2025, em especial no que diz respeito à redução da desigualdade salarial de gênero. Nós reconhecemos o papel das mulheres como agentes da paz.
33. À medida que o mundo enfrenta um aumento sem precedentes na frequência de desastres em grande escala, nós reconhecemos que eles afetam desproporcionalmente pessoas em situações de vulnerabilidade, particularmente grupos de baixa renda, e exacerbam a pobreza e a desigualdade. Nós nos comprometemos a acelerar a cooperação internacional para a redução do risco de desastres, de acordo

com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres. Nós enfatizamos o papel crítico de uma abordagem de preparação para desastres e a necessidade de investimento em pessoas, bens e infraestrutura para redução do risco de desastres.

34. Nós reafirmamos nosso compromisso de apoiar migrantes, incluindo trabalhadores migrantes e refugiados, em nossos esforços por um mundo mais inclusivo, em conformidade com políticas, legislações e circunstâncias nacionais, assegurando pleno respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, independentemente de seu status migratório. Nós reconhecemos também a importância de prevenir fluxos migratórios irregulares e o tráfico de migrantes como parte de uma abordagem abrangente para migrações seguras, ordenadas e regulares, ao mesmo tempo em que respondemos às necessidades humanitárias e às causas fundamentais do deslocamento. Nós apoiamos o fortalecimento da cooperação entre países de origem, trânsito e destino. Nós continuaremos com o diálogo sobre migração e deslocamento forçado durante futuras Presidências.

Desenvolvimento Sustentável, Transições Energéticas e Ação Climática

35. Nós enfatizamos o papel do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – econômica, social e ambiental – como princípio orientador para a cooperação em prol das pessoas, do planeta e da prosperidade, com o objetivo final de superar nossos desafios coletivos. Nós reafirmamos nossos respectivos compromissos de intensificar ações urgentes para enfrentar as crises e os desafios decorrentes da mudança do clima, perda de biodiversidade, desertificação, degradação dos oceanos e do solo, secas e poluição. Nós reafirmamos nosso forte compromisso com o multilateralismo, especialmente à luz do avanço alcançado no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris e reiteramos nossa determinação de permanecer unidos nos esforços para atingir o propósito e os objetivos de longo prazo do Acordo. Nós compreendemos e reconhecemos a urgência e a gravidade da mudança do clima. Nós reafirmamos a meta de temperatura do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média global para bem abaixo de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais e de empreender esforços para limitar o aumento a 1,5 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos da mudança do clima. Nós ressaltamos que os impactos da mudança do clima serão significativamente menores com o aumento limitado a 1,5 graus Celsius, em comparação a 2 graus Celsius e reiteramos nossa determinação em continuar os esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5 graus Celsius.
36. Nós estamos determinados a liderar ações ambiciosas, oportunas e estruturais em nossas economias nacionais e no sistema financeiro internacional com o objetivo de acelerar e ampliar a ação climática, em sinergia com as prioridades de desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza e a fome. Reconhecendo que a totalidade de nossos esforços será mais poderosa do que a soma de suas partes, nós cooperaremos e uniremos esforços para uma mobilização global contra a mudança do clima.
37. Cientes de nosso papel de liderança, nós reafirmamos nossos compromissos firmes em busca do objetivo da UNFCCC, de enfrentar a mudança do clima fortalecendo a implementação plena e eficaz do Acordo de Paris, refletindo a equidade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Nós reiteramos nosso compromisso e intensificaremos nossos esforços para alcançar emissões líquidas globais zero de gases de efeito estufa/neutralidade de carbono até metade do século. Nós encorajamos uns aos outros a apresentar compromissos de emissões líquidas zero de GEE/neutralidade climática de maneira nacionalmente determinada, levando em consideração o Acordo de Paris e nossas diferentes circunstâncias, caminhos e abordagens nacionais.
38. Nós saudamos e subscrevemos inteiramente o resultado ambicioso e equilibrado da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima em Dubai (COP28), em particular o Consenso dos Emirados Árabes Unidos e seu primeiro Balanço Global do Acordo de Paris (GST-1).
39. Nós responderemos positivamente ao incentivo do GST-1 para que as Partes do Acordo de Paris apresentem, em suas próximas contribuições nacionalmente determinadas, metas ambiciosas de redução

de emissões abrangendo toda a economia, cobrindo todos os gases de efeito estufa, setores e categorias, alinhadas à limitação do aquecimento global a 1,5°C, conforme informado pelas mais recentes evidências científicas e à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

40. Nós reconhecemos a necessidade de uma ação urgente para ampliar, priorizar e integrar medidas de adaptação abrangentes, voltadas para toda a sociedade e toda a economia, em resposta aos impactos generalizados, significativos e crescentes da mudança do clima. Nós reafirmamos que o GST-1 destacou a urgência de ações de adaptação incrementais, transformacionais e orientadas por cada país, com base nas diferentes circunstâncias nacionais, bem como a necessidade de intensificar os esforços de adaptação em conformidade com o que é necessário para alcançar o objetivo estabelecido no Artigo 2º, parágrafo 1(b), do Acordo de Paris.
41. Nós reconhecemos a necessidade de reduções profundas, rápidas e sustentadas nas emissões de gases de efeito estufa, alinhadas aos caminhos para limitar o aquecimento global a 1,5 °C, e convocamos os membros a contribuírem para os esforços globais contra a mudança do clima de maneira nacionalmente determinada, considerando o Acordo de Paris e suas diferentes circunstâncias, trajetórias e abordagens nacionais, conforme tratado no GST-1. Nós reconhecemos ainda, como consta no GST-1, que os membros devem cooperar para a promoção de um sistema econômico internacional aberto e solidário, voltado para alcançar o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento em todos os países, permitindo-lhes, dessa forma, melhor enfrentar os problemas da mudança do clima, notando que as medidas adotadas para combater a mudança do clima, incluindo as unilaterais, não deveriam constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável e nem uma restrição disfarçada ao comércio internacional.
42. Nós ressaltamos a necessidade de uma maior colaboração e apoio internacional, incluindo com o objetivo de ampliar o financiamento e investimento climático público e privado para os países em desenvolvimento, acelerando a inovação tecnológica amplamente acessível, aumentando a resiliência e os caminhos de baixas emissões de gases de efeito estufa, e apoiando o planejamento e as estratégias industriais ambiciosas verdes. Nós reiteramos o reconhecimento da Declaração dos Líderes de Nova Délhi sobre a necessidade de aumentar rapidamente e de forma substancial o financiamento climático de bilhões para trilhões a partir de todas as fontes.
43. Em relação a finanças sustentáveis, nós continuamos a apoiar o Roteiro de Finanças Sustentáveis e saudamos o consenso alcançado no Relatório de Finanças Sustentáveis do G20 de 2024. Nós reconhecemos a importância de otimizar as operações dos fundos verticais climáticos e ambientais, alinhando-os às necessidades, prioridades e estratégias dos países para fortalecer a apropriação nacional e maximizar o impacto dos investimentos. Nós incentivamos esses fundos a trabalhar em conjunto, dar passos concretos para desbloquear todo o seu potencial e melhorar a acessibilidade, inclusive por meio de uma aplicação comum e maior cooperação com os BMDs e as instituições nacionais de desenvolvimento. Nós ressaltamos a importância de continuar o trabalho na operacionalização das transições justas, considerando suas dimensões econômicas, sociais e ambientais e as circunstâncias locais, e avançar no trabalho para responder aos desafios ao financiamento de Soluções Baseadas na Natureza (SbN).
44. Sublinhando a importância do progresso em direção à compatibilidade dos fluxos financeiros com um caminho rumo a baixas emissões de gases de efeito estufa e ao desenvolvimento resiliente à mudança do clima, nós apreciamos a iniciativa tomada pela presidência brasileira do G20 de estabelecer a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima (TF-CLIMA), reunindo as trilhas de Sherpas e de Finanças, ao mesmo tempo em que contribui para integrar ainda mais a mudança do clima nas agendas financeira, econômica e de desenvolvimento globais. Fundamentados na TF- CLIMA, nós iremos cooperar e unir esforços para identificar e responder a barreiras estruturais para promover fluxos de capital privado para a ação climática, particularmente para os países em desenvolvimento. Nós reconhecemos que as instituições relevantes devem trabalhar para garantir que os riscos sejam bem avaliados, inclusive explorando como aumentar a transparência das classificações de crédito e das avaliações de risco dos países.

45. Nós iremos acelerar a reforma da arquitetura financeira internacional de modo a que ela possa enfrentar o desafio urgente do desenvolvimento sustentável, da mudança do clima e dos esforços para erradicar a pobreza. Nós apoiamos a construção voluntária de plataformas nacionais como um dos instrumentos possíveis para impulsionar o financiamento sustentável em mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Plataformas que sejam lideradas por países, flexíveis e bem adaptadas às circunstâncias nacionais funcionam como instrumentos eficientes para mobilizar tanto o capital público quanto o privado para financiar projetos e programas em países em desenvolvimento, ajudando a conectar desafios de mitigação, adaptação e construção de resiliência com fluxos concretos de recursos para transições justas.
46. Nós aguardamos com expectativa um resultado positivo sobre o Novo Objetivo Coletivo Quantificado de Financiamento Climático (NCQG) em Baku. Nós nos damos nosso apoio à Presidência da COP29 e nos comprometemos a negociações bem-sucedidas em Baku. Nós também damos nosso apoio à Presidência da COP30, em 2025.
47. Nós nos comprometemos a acelerar transições energéticas limpas, sustentáveis, justas, acessíveis e inclusivas, em linha com o ODS 7, o Acordo de Paris e o resultado do GST- 1, adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Dubai (COP28), que não deixem ninguém para trás, especialmente os pobres e aqueles em situações vulneráveis, levando em consideração as diferentes circunstâncias nacionais.
48. Nós apoiamos a implementação de esforços para triplicar a capacidade de energia renovável globalmente e duplicar a taxa média anual global de melhorias na eficiência energética por meio de metas e políticas existentes e, da mesma forma, apoiamos a implementação em relação a outras tecnologias de emissão zero e baixa emissão, inclusive tecnologias de redução e remoção, alinhadas a circunstâncias nacionais, até 2030. Além disso, nós reconhecemos a necessidade de catalisar e aumentar os investimentos de todas as fontes e canais financeiros para suprir a lacuna de financiamento das transições energéticas globalmente, especialmente nos países em desenvolvimento. Reafirmando que os países em desenvolvimento precisam ser apoiados em suas transições para emissões de baixo carbono, nós trabalharemos para facilitar o financiamento de baixo custo para esses países. Nós reconhecemos o importante papel do planejamento energético doméstico, do fortalecimento de capacidades, das estratégias de políticas e marcos legais, bem como da cooperação entre diferentes níveis de governo, na criação de ambientes facilitadores para atrair financiamento para as transições energéticas.
49. Nós reiteramos nosso compromisso na Declaração de Nova Délhi de intensificar nossos esforços para implementar o compromisso assumido em 2009 em Pittsburgh de eliminar gradualmente e racionalizar, a médio prazo, subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que incentivam o consumo excessivo, e nos comprometemos a alcançar esse objetivo, oferecendo apoio direcionado aos mais pobres e vulneráveis. FT Clima, para 16
50. Nós enfatizamos o papel crucial de abordagens tecnologicamente neutras, integradas e inclusivas para desenvolver e implantar uma variedade de energias de baixas emissões, combustíveis e tecnologias sustentáveis, incluindo para redução e remoção, gerenciamento de carbono e redução de emissões, com o objetivo de criar escala e mercados globais para acelerar as transições energéticas, especialmente nos setores de difícil redução de emissões. Nós incentivamos, quando apropriado, o uso de metodologias e padrões mutuamente reconhecidos para avaliar as emissões de gases de efeito estufa.
51. Nós apoiamos cadeias de fornecimento confiáveis, diversificadas, sustentáveis e responsáveis para transições energéticas, inclusive para minerais e materiais críticos beneficiados na fonte, semicondutores e tecnologias. Nós tomamos nota do trabalho dos especialistas convocados no âmbito do Painel do Secretário-Geral da ONU sobre Minerais Críticos para a Transição Energética.
52. Nós nos comprometemos a acelerar esforços para atingir acesso universal ao cozimento limpo até 2030, inclusive por meio da formulação e implementação de políticas facilitadoras e do fornecimento e da mobilização de apoio financeiro e tecnológico de todas as fontes para os países em desenvolvimento,

a fim de aumentar os investimentos anuais e apoiar a acessibilidade dos projetos de cozimento limpo.

53. Nós endossamos os “Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas”, voluntários, adotados pelo Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20 e, de acordo com as circunstâncias nacionais, nós os levamos em conta ao elaborar e implementar políticas domésticas para buscar transições energéticas.
54. Nós reafirmamos o compromisso com a implementação rápida, plena e efetiva do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF) adotado na COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e incentivamos outros países a fazer o mesmo. Nós ressaltamos a importância de as Partes da CDB atualizarem ou revisarem as estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade em conformidade com o KM- GBF e seus objetivos e metas o mais rápido possível e pedimos recursos financeiros reforçados de todas as fontes. Aguardamos com expectativa a conclusão positiva da décima-sexta sessão da Conferência das Partes (COP16) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), que ocorrerá em Riade em dezembro de 2024.
55. Reconhecendo que as florestas fornecem serviços ecossistêmicos cruciais, bem como atual como sumidouros para fins climáticos, nós enfatizamos a importância de intensificar os esforços para proteger, conservar e gerenciar de forma sustentável as florestas e combater o desmatamento, inclusive por meio de esforços suplementares para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, destacando as contribuições dessas ações para o desenvolvimento sustentável e levando em consideração os desafios sociais e econômicos das comunidades locais, bem como dos povos indígenas. No contexto das florestas, nós evitaremos políticas econômicas verdes discriminatórias, consistentes com as regras da OMC e acordos ambientais multilaterais. Nós estamos empenhados em mobilizar financiamento novo e adicional de todas as fontes para florestas, incluindo financiamento concessional e inovador para países em desenvolvimento. Nós incentivamos mecanismos inovadores que buscam mobilizar novas e diversas fontes de financiamento para pagar por serviços ecossistêmicos. Como tal, tomamos nota dos planos para estabelecer o Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF) e reconhecemos o fundo como uma ferramenta inovadora para a conservação florestal. Nós reafirmamos a ambição do G20 de reduzir a degradação do solo em 50% até 2040 de forma voluntária, conforme empenhado no âmbito da Iniciativa do Solo do G20. Nós também tomaremos medidas para prevenir, gerenciar e lidar com os impactos negativos de secas e incêndios florestais extremos.
56. Como as maiores economias do mundo, que geram, em diferentes níveis, cerca de 75% dos resíduos globais e a maior parte do consumo global de recursos naturais, observando as diferentes contribuições e circunstâncias entre os países, nós reafirmamos nosso compromisso de reduzir significativamente a geração de resíduos, incluindo resíduos não- gerenciados e mal gerenciados, por meio do desperdício zero e de outras iniciativas. Nós priorizamos a prevenção e, quando não seja possível, a redução, reutilização e reciclagem de resíduos em apoio à economia circular. Nós reconhecemos a importância de adotar padrões sustentáveis de produção e consumo e de integrar Estilos de Vida para o Desenvolvimento Sustentável [LiFE].
57. Nós estamos determinados a acabar com a poluição plástica e nos comprometemos a trabalhar em conjunto com a ambição de concluir, até o final de 2024, as negociações de um instrumento internacional juridicamente vinculativo, ambicioso, justo e transparente sobre a poluição plástica, inclusive no ambiente marinho, com base numa abordagem abrangente, de acordo com o mandato da resolução 5/14 da UNEA, na Quinta Sessão do Comitê Intergovernamental de Negociação (INC-5) em Busan, República da Coreia.
58. Plenamente conscientes da crítica importância dos oceanos e mares para o desenvolvimento sustentável, nós reconhecemos que o financiamento adequado, nossos redobrados esforços e o planejamento e a gestão adequados são essenciais para garantir a proteção do ambiente marinho e a conservação e utilização sustentável dos recursos marinhos e da biodiversidade. Com base no consenso alcançado em Nova Deli, convocamos todos os países para a rápida entrada em vigor e implementação pelas Partes do

Acordo sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (Acordo BBNJ), sob a estrutura jurídica da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, enfatizando a necessidade de reforçada cooperação internacional, construção de capacidades, assistência técnica e apoio financeiro, particularmente aos países em desenvolvimento. Nós nos engajaremos ativamente na 3ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas em Nice em 2025. Nós aguardamos com expectativa a continuação da iniciativa Oceans20 nas futuras presidências.

59. Nós expressamos grande satisfação com o lançamento em 2024 da Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia (GIB). Reconhecendo o notável potencial da bioeconomia para contribuir para a construção de um futuro sustentável e promover o crescimento econômico para todos, nós decidimos adotar os dez Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia, voluntários e não-vinculantes, que buscam delinear como esse paradigma produtivo complementar e inovador pode e deve ser economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Nós reconhecemos o potencial para maior cooperação e saudamos a decisão da África do Sul de continuar o trabalho do GIB na próxima Presidência do G20 do grupo.

Reforma das Instituições de Governança Global

60. Não haverá sustentabilidade nem prosperidade sem paz. Nós conhecemos os horrores e o sofrimento produzidos por todas as guerras. Para colher os benefícios de nossos esforços conjuntos para promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões – social, econômica e ambiental –, nós precisamos equipar melhor o mundo com uma governança global reformada. O G20 nasceu de crises financeiras e econômicas, e conseguimos trabalhar juntos para superá-las. Agora enfrentamos uma crise multifacetada, na qual as tensões políticas e geopolíticas colocam em risco nossa capacidade de enfrentar desafios como a promoção do crescimento, a redução da pobreza e a luta contra a mudança do clima.
61. Os desafios que a comunidade global enfrenta atualmente só podem ser superados por meio de soluções multilaterais voltadas para um amanhã melhor e pelo fortalecimento da governança global, tanto para as gerações presentes quanto as futuras. A fim de cumprir as promessas das Nações Unidas e de outras organizações internacionais relevantes em todo o mundo, nós nos comprometemos a trabalhar por um sistema multilateral revigorado e fortalecido, baseado nos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, com instituições renovadas e uma governança reformada que seja mais representativa, eficaz, transparente e responsável, refletindo as realidades sociais, econômicas e políticas do século XXI.

Nações Unidas

62. Nós nos comprometemos a revigorar a Assembleia Geral por meio do fortalecimento de seu papel, como principal órgão deliberativo, formulador de políticas e representativo das Nações Unidas, para sustentar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, inclusive em questões relacionadas à manutenção da paz e segurança internacional, por meio de uma interação aprimorada e intensificada com o Conselho de Segurança. Também nos comprometemos a revigorar a Assembleia por meio de procedimentos e práticas transformadoras que reconheçam sua autoridade e aumentem sua eficácia e eficiência, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, e o aumento das nomeações de candidatas mulheres para o cargo de Presidente da Assembleia Geral.
63. Nós nos comprometemos a reformar o Conselho de Segurança por meio de uma reforma transformadora que o alinhe às realidades e demandas do século XXI, que o torne mais representativo, inclusivo, eficiente, eficaz, democrático e responsável, e mais transparente para toda a comunidade das Nações Unidas, permitindo uma melhor distribuição de responsabilidades entre todos os seus membros, ao mesmo tempo que melhora a eficácia e a transparência dos seus métodos de trabalho. Nós reivindicamos uma composição ampliada do Conselho de Segurança que melhore a representação das regiões e grupos sub-representados e não representados, como a África, Ásia-Pacífico e América Latina e Caribe.
64. Nós nos comprometemos a fortalecer o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) por meio de maiores sinergias e coerência com as Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas para melhor promover o

desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e auxiliar os Estados-membros a alcançarem os ODS. Nós nos comprometemos a aumentar a coerência do ECOSOC e a reforçar o engajamento com instituições financeiras internacionais, particularmente dentro do Fórum Político de Alto Nível, e fóruns de cooperação econômica internacional como o G20, respeitando mecanismos de governança e mandatos existentes independentes das Nações Unidas.

65. Nós nos comprometemos a fortalecer a Comissão de Consolidação da Paz por meio de um papel reforçado ao abordar proativamente as causas e os fatores subjacentes aos conflitos, assim como mobilizando apoio político e financeiro para a prevenção nacional, apoiando esforços de manutenção da paz e da construção da paz, principalmente para evitar possíveis retrocessos em conflitos, conforme o mandato da Comissão.
66. Nós trabalharemos para garantir um Secretariado das Nações Unidas mais representativo por meio da transparência, distribuição geográfica equitativa, rotação de nacionalidades, mérito e equilíbrio de gênero no preenchimento de cargos e aumento da nomeação de candidatas mulheres para cargos de alto nível, incluindo o cargo de Secretário(a)-Geral, reafirmando que nenhum cargo deve ser considerado exclusivo de qualquer Estado- membro ou Grupo de Estados.
67. A fim de promover a reforma das Nações Unidas que nos permitirá cumprir nossos objetivos comuns, nós trabalharemos em conjunto com todos os membros das Nações Unidas no espírito do Chamado à Ação do G20 sobre a Reforma da Governança Global.

Arquitetura Financeira Internacional

68. Com base no legado das presidências anteriores do G20 e no mandato que concedemos em Nova Délhi, nós endossamos o Roteiro do G20 para Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) Melhores, Maiores e Mais Eficazes, que apresenta recomendações e ações abrangentes para que os BMDs desenvolvam suas visões, estruturas de incentivo, abordagens operacionais e capacidades financeiras, a fim de que estejam melhor equipados para maximizar seu impacto na abordagem de uma ampla gama de desafios globais e regionais, enquanto aceleram o progresso em direção aos ODS. Embora respeitando o mandato e a estrutura de governança de cada BMD, fazemos um apelo aos BMDs, trabalhando em conjunto com as partes interessadas relevantes, para implementar o Roteiro do G20 sobre BMDs e incentivá-las a participarem de um relatório periódico sobre o progresso da implementação. Nós saudamos a implementação do Roteiro de Evolução do Grupo Banco Mundial e as reformas que estão sendo adotadas por outros BMDs. Nós também pedimos aos BMDs que continuem trabalhando como um sistema e que façam parcerias com governos, bancos de desenvolvimento nacionais e subnacionais, provedores de seguros e resseguros e o setor privado. Nós agradecemos o crescente número de BMDs relatando a implementação da Estrutura de Adequação de Capital (CAF) e o progresso feito até agora. Nós observamos que as medidas do CAF ainda têm o potencial de liberar espaço adicional para empréstimos ao longo da próxima década, com maior implementação ainda por vir. Nós incentivamos os BMDs a impulsionar a mobilização de recursos domésticos e aumentar a mobilização do capital privado.
69. Nós reafirmamos nosso compromisso na Declaração de Nova Délhi de mobilizar coletivamente mais espaço fiscal e financiamento concessional para aumentar a capacidade do Banco Mundial de apoiar os países de baixa e média renda que precisam de ajuda para responder aos desafios globais, com uma estrutura clara para a alocação de recursos concessionais escassos e para fornecer um forte apoio aos países mais pobres. Nós aguardamos com expectativa a próxima Revisão da Participação Acionária de 2025 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, de acordo com os princípios de Lima de Participação Acionária.
70. Nós enfatizamos a necessidade de aumentar a representação e a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões nos BMDs e em outras instituições econômicas e financeiras internacionais, para tornar as instituições mais eficazes, confiáveis, responsáveis e legítimas. Nesse contexto, nós saudamos a criação de uma 25ª cadeira no Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) para fortalecer a voz e a representação da África Subsaariana.

71. Nós reafirmamos nosso compromisso com um FMI forte, baseado em cotas e com recursos adequados, no centro da rede de segurança financeira global. Nós reconhecemos a urgência e a importância do realinhamento das cotas para melhor refletir as posições relativas dos membros na economia mundial, protegendo as cotas dos membros mais pobres. Nós apreciamos o trabalho contínuo do Conselho Executivo do FMI para desenvolver, até junho de 2025, possíveis abordagens como um guia para um novo realinhamento das cotas, inclusive por meio de uma nova fórmula de cotas, no âmbito da 17ª Revisão Geral de Cotas. Nós estamos prontos para agir de forma construtiva para ajudar a criar impulso no Conselho Executivo do FMI. Nós saudamos a revisão do Conselho Executivo do FMI sobre encargos e sobretaxas e a revisão das facilidades e financiamentos do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT). Essas revisões são passos relevantes e nós continuaremos a apoiar os esforços do Fundo para se adaptar às circunstâncias em evolução.
72. Nós saudamos a conquista histórica da ambição global de US\$ 100 bilhões de contribuições voluntárias (em SDRs ou equivalente) em compromissos para os países mais necessitados e pedimos a rápida entrega dos compromissos pendentes. Nós continuaremos a convidar os países que estejam dispostos e legalmente capazes de explorar a canalização de Direitos Especiais de Saque (SDRs) para os BMDs, respeitando o status de ativos de reserva dos créditos denominados em SDR resultantes e garantindo sua liquidez, a fim de fortalecer a capacidade financeira dos BMDs de apoiar os ODS e responder aos desafios globais, incluindo os objetivos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
73. Nós enfatizamos novamente a importância de abordar as vulnerabilidades da dívida em países de baixa e média renda de maneira eficaz, abrangente e sistemática. Nós saudamos os progressos realizados no tratamento da dívida no âmbito do Quadro Comum do G20 e além. Nós continuamos empenhados em abordar as vulnerabilidades globais da dívida, inclusive intensificando a implementação do Quadro Comum de forma previsível, oportuna, ordenada e coordenada, com base na Nota do G20 sobre as Lições Aprendidas com os Primeiros Casos no âmbito do Quadro Comum. Nós continuamos a respeitar todos os compromissos assumidos no Quadro Comum sobre Tratamentos da Dívida além da DSSI, incluindo os do segundo e último parágrafos. Nós saudamos os esforços conjuntos de todas as partes interessadas para continuar trabalhando em prol de melhorar a transparência da dívida e incentivar os credores privados a segui-los. Nós continuamos a apoiar a Mesa Redonda Global sobre Dívida Soberana para promover o entendimento comum entre as principais partes interessadas, incluindo o setor privado, credores bilaterais e multilaterais e países devedores. Nós saudamos os debates liderados pela África sobre Dívida, Desenvolvimento e Infraestrutura reunidos pela Presidência Brasileira do G20 em 2024.

Sistema de Comércio Multilateral

74. O comércio internacional é um motor importante para o crescimento econômico inclusivo, o combate à pobreza e à fome e a promoção do desenvolvimento sustentável e dos ODS. Enfatizando a importância de garantir que o comércio e o desenvolvimento sustentável se apoiem mutuamente, nós endossamos os Princípios do G20 sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável para servir como diretrizes para a concepção e implementação de medidas relacionadas ao comércio e ao desenvolvimento sustentável. Para permitir que o comércio e o investimento realizem plenamente seu potencial e atuem como impulsionadores do crescimento e da prosperidade globais, nós enfatizamos a necessidade de garantir um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC em seu centro. Garantir condições equitativas e concorrência justa consistente com as regras da OMC é essencial para garantir a prosperidade e promover um ambiente favorável ao comércio e ao investimento para todos. Nós reiteramos a centralidade da dimensão do desenvolvimento da OMC.
75. No 30º aniversário do Acordo de Marraquexe, nós reiteramos nosso apoio para trabalhar na necessária reforma da OMC para melhorar todas as suas funções, com vistas a responder aos desafios comerciais atuais e permitir que o comércio sirva como um motor de crescimento e prosperidade para todos. Nós continuamos comprometidos a conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de resolução de disputas completo e funcional, acessível a todos os membros até 2024.

Inteligência Artificial

76. O rápido progresso da IA promete prosperidade e expansão da economia digital global. É nossa missão alavancar a IA para o bem e para todos, resolvendo desafios de maneira responsável, inclusiva e centrada no ser humano, ao mesmo tempo em que protegemos os direitos e a segurança das pessoas. Para garantir o desenvolvimento, a implantação e o uso seguro e confiável da IA, é necessário abordar a proteção dos direitos humanos, a transparência e a explicabilidade, a justiça, a responsabilidade, a regulamentação, a segurança, a supervisão humana apropriada, a ética, os preconceitos, a privacidade, a proteção de dados e a governança de dados. Nós reconhecemos a necessidade de aproveitar as oportunidades da IA incluindo a IA generativa, mantendo-nos atentos aos seus desafios. Nós procuraremos promover uma abordagem de governança/regulatória pró-inovação para a IA, que limite os riscos e, ao mesmo tempo, nos permita nos beneficiar do que ela tem a oferecer. Para liberar todo o potencial da IA compartilhar equitativamente seus benefícios e mitigar os riscos, nós trabalharemos juntos para promover a cooperação internacional e novas discussões sobre governança internacional para IA, reconhecendo a necessidade de incorporar as vozes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nós reconhecemos o papel das Nações Unidas, juntamente com outros fóruns existentes, na promoção da cooperação internacional em IA, inclusive para fomentar o desenvolvimento sustentável. Reconhecendo as crescentes divisões digitais dentro e entre os países, nós apelamos à promoção da cooperação internacional inclusiva e à capacitação dos países em desenvolvimento neste domínio e saudamos as iniciativas internacionais para apoiar esses esforços. Reafirmamos os princípios de IA do G20 e a Recomendação da UNESCO sobre Ética da IA.
77. Nós reconhecemos que o desenvolvimento, a implantação e o uso de tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial, podem oferecer muitas oportunidades aos trabalhadores, mas também representam preocupações éticas e riscos para os seus direitos e bem-estar. À medida que a IA e outras tecnologias continuam a evoluir, também é necessário superar as divisões digitais, incluindo reduzir pela metade a divisão digital de gênero até 2030, priorizar a inclusão de pessoas em situações vulneráveis no mercado de trabalho, bem como garantir o respeito justo pela propriedade intelectual, proteção de dados, privacidade e segurança. Nós concordamos em defender e promover a IA responsável para melhorar os resultados da educação e da saúde, bem como o empoderamento das mulheres. Nós reconhecemos que o letramento e as habilidades digitais são essenciais para alcançar uma inclusão digital significativa. Nós reconhecemos que a integração das tecnologias no local de trabalho é mais bem-sucedida quando incorpora as observações e sugestões dos trabalhadores e, assim, incentiva as empresas a se engajarem no diálogo social e em outras formas de consulta ao integrar as tecnologias digitais no trabalho. Com isso em mente, nós saudamos a decisão dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20 de estabelecer diretrizes para o uso seguro e confiável da IA no mundo do trabalho, em colaboração com outras linhas de trabalho relevantes.
78. Nós aguardamos com expectativa a continuação das atividades do Grupo de Trabalho de Economia Digital, bem como as discussões no G20 em uma Iniciativa de Alto Nível/Força-Tarefa sobre Inteligência Artificial e Inovação para apoiar esses esforços, sob a Presidência sul-africana.

Por um G20 Inclusivo e Eficaz

79. Nós saudamos a União Africana como membro pleno do G20. A voz da África deve ser amplificada no G20 e em todos os outros fóruns internacionais. Nós reiteramos nosso forte apoio à África, inclusive por meio do Pacto com a África e da iniciativa do G20 de apoio à industrialização na África e nos países menos desenvolvidos, e apoiamos a União Africana para realizar a integração comercial e econômica e as aspirações de sua Agenda 2063, que entra em sua segunda década de implementação.
80. Em 2024, o G20 continuou a reforçar o papel do grupo como um fórum inclusivo e eficaz. Nós promovemos um diálogo e uma articulação aprimorados dentro do G20, reunindo as trilhas Sherpa e Finanças por meio de um número maior de reuniões conjuntas, bem como pela convocação de duas forças-tarefa conjuntas adicionais, que trataram de algumas das principais prioridades da Presidência

brasileira do G20: o combate à fome e à pobreza e a mobilização global contra a mudança do clima.

81. Nós destacamos a importância da aproximação do G20 com todos os membros da comunidade internacional. Nesse sentido, nós elogiamos a convocação de uma Reunião de Ministros das Relações Exteriores na sede das Nações Unidas durante a Presidência brasileira, que foi a primeira reunião do G20 aberta a todos os membros das Nações Unidas.
82. Nós saudamos a abordagem inovadora adotada pela Presidência Brasileira do G20 para melhor integrar os grupos de engajamento, ao destacar o papel construtivo que a sociedade civil pode e deve desempenhar no tratamento de questões econômicas, financeiras, políticas, ambientais e sociais. Nós aplaudimos a decisão de convocar uma Cúpula Social do G20, uma iniciativa que proporcionou às partes interessadas não- governamentais uma oportunidade única de expressar suas opiniões sobre questões fundamentais da agenda internacional.
83. Considerando que o G20 é um grupo informal e liderado por Líderes e deve assim permanecer, os Sherpas avaliarão o primeiro ciclo completo de presidências do G20 sob a presidência da África do Sul e, com total respeito aos princípios acordados na Cúpula de Cannes em 2011, fornecerão recomendações para o segundo ciclo, incluindo um roteiro para futuras presidências.

Conclusão

84. Nós permanecemos resolutos em nosso compromisso de combater a fome, a pobreza e a desigualdade, promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e reformar a governança global. Nós saudamos a ambição da Arábia Saudita em antecipar sua vez de sediar a Presidência do G20 no próximo ciclo. Agradecemos ao Brasil por sua liderança este ano e esperamos trabalhar juntos em 2025 sob a presidência da África do Sul e nos encontrar novamente nos Estados Unidos em 2026.

Declaração Final da Cúpula Social do G20

A Cúpula Social do G20, reunida entre os dias 14 e 16 de novembro, no Rio de Janeiro, ao final do amplo processo de participação do G20 Social, convocado pela Presidência Brasileira do G20, dirige aos líderes mundiais, que se reunirão entre os dias 18 e 19 de novembro, na Cúpula do G20, a seguinte DECLARAÇÃO sobre as principais propostas da sociedade civil global, consensuadas durante os trabalhos realizados ao longo do ano, em torno dos três temas centrais da presidência brasileira do G20:

- Combate à Fome, à Pobreza e à Desigualdade;
- Sustentabilidade, Mudanças do Clima e Transição Justa;
- Reforma da Governança Global.

QUEM SOMOS E DE ONDE FALAMOS

Representamos movimentos sociais e organizações da sociedade civil do Brasil e do mundo, reunidos ao final de intensos processos participativos, que buscaram dar voz aos mais diversos segmentos da sociedade global, frequentemente impactados, mas raramente ouvidos nas grandes decisões geopolíticas e macroeconômicas conduzidas por um seleto grupo de mandatários.

Durante esses meses de trabalho, buscamos incorporar as demandas, reivindicações e propostas historicamente construídas pelas organizações e movimentos de mulheres, negros e negras, povos originários e indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiências, LGBTQIA+, jovens, crianças, adolescentes, pessoas idosas, populações deslocadas ou em situação de rua, migrantes, refugiados e apátridas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, da economia formal, informal, solidária e de cuidados. Todos clamando por uma reforma da governança global que assegure o fim dos conflitos armados, o desenvolvimento e a justiça socioambiental para si e para todo o planeta.

COMBATE À FOME, À POBREZA E À DESIGUALDADE

Em caráter de urgência e prioridade máxima, é imperiosa a adesão de todos os países do G20 e outros Estados, à iniciativa da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, essa aliança deve promover a cooperação e a intercooperação entre países e organismos internacionais, estabelecendo um fundo específico para financiar políticas públicas e programas de combate à fome, de forma a garantir o acesso universal à alimentação adequada.

Defendemos a soberania alimentar, a partir da produção de alimentos saudáveis, como um pilar para erradicar o flagelo da fome em cada nação e no plano global. Os povos devem ter reconhecido o direito do acesso democratizado à terra e à água, de controlar sua própria produção e distribuição de alimentos, com ênfase em práticas agroecológicas e de preservação do meio ambiente. A promoção de uma alimentação saudável deve ser central para assegurar justiça socioambiental, garantindo que todos os grupos sociais, independentemente de raça, classe, gênero ou origem, tenham acesso igualitário aos benefícios ambientais, respeitando as culturas alimentares tradicionais e evitando a mercantilização dos recursos naturais.

Reafirmamos a centralidade do trabalho decente, conforme os padrões da OIT, como elemento essencial na superação da pobreza e das desigualdades. É crucial combater o trabalho escravo, infantil, o tráfico humano e todas as demais formas de exploração e de precarização do trabalho. Enfatizamos a defesa da formalização do mercado de trabalho e de economias inclusivas e contra-hegemônicas, como a economia popular e solidária, cooperativas, cozinhas solidárias e o reconhecimento e valorização da economia de cuidados. É essencial assegurar que todos, especialmente jovens, população negra, mulheres e os mais vulneráveis, tenham acesso a empregos dignos, sistemas de seguridade e proteção social e à ampliação dos direitos sindicais.

SUSTENTABILIDADE, MUDANÇAS DO CLIMA E TRANSIÇÃO JUSTA

Os mesmos dilemas que atingem milhões de pessoas vítimas da fome, das desigualdades e da pobreza refletem-se no descompromisso da maioria dos países desenvolvidos e de suas elites com o enfrentamento das mudanças climáticas e o aquecimento global. As populações mais afetadas pela fome e pela pobreza são as que mais sofrem com as emergências climáticas e desastres naturais, que se tornam mais intensos e frequentes em todo o mundo.

Reiteramos a urgência de enfrentar as mudanças climáticas, com respeito à ciência e os conhecimentos tradicionais dos nossos povos, destacando a importância dos compromissos de adaptação e mitigação no âmbito da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e do Acordo de Paris. É uma exigência ética que os líderes mundiais assumam um compromisso firme com a redução de emissões de gases de efeito estufa e do desmatamento, bem como a proteção dos oceanos, condições essenciais para limitar o aquecimento global a 1,5°C e evitar danos irreversíveis ao planeta.

A transição justa, como processo de transformação socioeconômica para um modelo sustentável, deve ser o princípio norteador para substituir o modelo de produção baseado em combustíveis fósseis por uma economia de baixo carbono. Essa transformação precisa enfrentar a exclusão social, a pobreza energética e o racismo ambiental, e garantir condições equitativas para trabalhadores e trabalhadoras, pessoas negras e comunidades vulneráveis. Reforçamos que essa transição exige um esforço relevante de educação ambiental, participação social e formação cidadã.

Precisamos reforçar, também, a proteção de nossas florestas tropicais através da criação do Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF), um mecanismo de financiamento internacional dedicado à sua proteção e inclusão socioprodutiva das populações que delas vivem e as mantém em pé. Este fundo, somado a um Novo Objetivo Quantificado Coletivo (NCQC) de financiamento climático, fortalecerá a articulação global necessária para preservar o meio ambiente, garantindo o apoio financeiro contínuo para conservar a biodiversidade e enfrentar a crise climática de forma eficaz.

REFORMA DA GOVERNANÇA GLOBAL

Para atingir esses objetivos, reivindicamos a necessária e inadiável reforma do modelo atual de governança global, que já se mostrou incapaz de oferecer respostas aos desafios contemporâneos e a manutenção da paz.

Assim, enfatizamos a necessidade inadiável de reforma das instituições internacionais para que reflitam a realidade geopolítica contemporânea, com a promoção do multilateralismo e ampliação da participação dos governos e povos dos países do Sul Global nos fóruns decisórios. Em especial, a reforma do Conselho de Segurança da ONU é imprescindível para garantir a diversidade de vozes globais e promover soluções mais equilibradas e eficazes frente aos desafios atuais.

Defendemos que esta reforma abrace a premissa da promoção da democracia e da participação da sociedade civil. A democracia está em risco quando forças de extrema direita promovem desinformação, discursos totalitários e autoritários, atentando contra os direitos humanos e veiculando mentira, ódio, preconceito, xenofobia, etarismo, racismo e violência nas relações sociais e política, dentro das fronteiras de cada país e no plano internacional. Defender a democracia implica em defender o Estado Democrático de Direito e a participação direta da população nos mecanismos nacionais e internacionais de regulação das informações. O exercício do direito à transparência e comunicação plural assegura uma governança global inclusiva, conferindo legitimidade e eficácia aos Estados e organismos internacionais.

Acreditamos que a justiça fiscal é uma ferramenta fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Por isso, defendemos a taxação progressiva dos super-ricos, com a garantia de que os recursos arrecadados sejam destinados a fundos nacionais e internacionais de financiamento de políticas sociais, ambientais e culturais. Esses e todos os demais fundos aqui reivindicados devem estar regidos por princípios de transparência, controle e participação da sociedade civil.

CONCLUSÃO

Senhores e senhoras líderes do G20, é hora de assumirmos a responsabilidade de liderar uma transformação que seja efetivamente profunda e duradoura. Compromissos ambiciosos são essenciais para fortalecer as instituições internacionais, combater a fome e a desigualdade, mitigar os impactos das mudanças do clima e proteger nossos ecossistemas. Este é o momento de agir com determinação e solidariedade. Com vontade política e a institucionalização de instâncias como a Cúpula Social do G20, podemos, sim, construir uma agenda coletiva que honre o compromisso com a justiça social e com a paz global.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2024

Discurso do presidente Lula por ocasião do encerramento do G20 Social

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do encerramento do G20 Social, no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 2024

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-por-ocasio-do-encerramento-do-g20-social>

Queridas companheiras e queridos companheiros, queridos ministros e queridas ministras que estão aqui presentes, queridos companheiros representando o movimento social brasileiro e estrangeiros que estão aqui presentes, eu vou pedir desculpas aos companheiros porque eu não vou precisar utilizar a nominata. Janja, você pode vir aqui me ajudar com essa papelada.

Eu, cumprimentando a minha companheira Janja, estarei cumprimentando todas as mulheres aqui presentes, e cumprimentando o companheiro Márcio Macêdo, eu estarei cumprimentando todos os ministros e todos os homens aqui presentes

Eu estou preparado hoje para falar apenas 5 minutos, porque vocês sabem, eu tenho seis discursos para fazer até terça-feira e cada discurso não pode ser mais que 5 minutos. Isso é importante a gente aprender: os presidentes que viajaram do mundo inteiro para vir aqui, eles só podem falar 5 minutos e, quando eu viajo para fora, às vezes uma viagem de 24 horas, também a gente só pode falar 5 minutos. E isso faz com que a gente aprenda a ter mais dificuldade para fazer o discurso, e eu passei a tarde de ontem com um grupo de assessores discutindo cada discurso, porque a gente tem menos palavras e, portanto, elas têm que ser mais preciosas, mais estudadas, e mais delicadas para a gente fazer o discurso.

Eu só queria, antes de fazer o meu discurso escrito que está aqui, dizer para vocês que não é fácil a gente trabalhar para engajar a sociedade em participar em determinadas atividades oficiais de governo.

Todo mundo se lembra que, quando eu estava na presidência, no outro mandato, que a gente fazia a reunião do Mercosul, o movimento social e o movimento sindical, no final de cada reunião, apresentava para os presidentes da América do Sul e do Mercosul as reivindicações deles e a gente ouvia eles fazerem seu discurso. E depois, isso acabou, porque depende muito da vontade de cada presidente.

E eu participei do primeiro G20 em 2008, por conta da crise do subprime, aquela crise que aconteceu sobretudo nos Estados Unidos, onde os americanos perderam 10 milhões de casas. Vocês se lembram. Eu participei da primeira vez, participei da segunda vez, em Londres, e na última vez eu já levei a Dilma [Rousseff, ex-presidenta do Brasil e atual presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento] porque ela tinha sido eleita presidente, na Coreia. Depois, eu votei 14 anos depois, e estou participando agora no Brasil.

Eu já participei na África do Sul. Não, eu participei na China e na Índia. Bem, eu só poderia inventar o foro social do G20 aqui no Brasil, eu não poderia dar palpite para que outro presidente fizesse no seu mandato. E eu fiquei imaginando como é que a gente ia fazer para que a sociedade, em todos os países do mundo, pudesse assumir o trabalho de reforçar para que as coisas acontecessem de verdade para o povo, com o povo ajudando a decidir.

Eu convidei o presidente [Cyril] Ramaphosa, da África do Sul, liguei pessoalmente para ele. Ele me disse que viria, depois ele ligou dizendo que, por motivos pessoais e motivos políticos na África do Sul, ele não poderia vir e ele mandou o seu ministro das Relações Exteriores. E eu tenho certeza que o presidente Ramaphosa vai fazer um foro social do G20 na África do Sul, e eu espero estar presente para participar do social e participar do G20 oficial.

O que é importante é que este é um momento histórico para mim e um momento histórico para o G20.

Ao longo deste ano, o grupo ganhou um terceiro pilar, que se somou aos pilares político e financeiro: o pilar social, construído por vocês.

Aqui tomam forma a expressão e a vontade coletiva, motivadas pela busca de um mundo mais democrático, mais justo e mais diverso.

De forma inédita, os grupos de engajamento puderam interagir com os chanceleres e com os ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais das maiores economias do planeta Terra.

Tive a satisfação de dialogar pessoalmente com os representantes de cada grupo.

Nos últimos dias, pela primeira vez na trajetória do G20, a sociedade civil de várias partes do mundo, em suas mais diversas formas de organização, se reuniu para formular e apresentar suas demandas à Cúpula de Líderes.

Nos dezesseis anos desde a primeira Cúpula, o G20 se consolidou como o principal fórum de cooperação econômica mundial e como importante espaço de concertação política.

Mas a economia e a política internacional não são monopólio de especialistas e nem de burocratas.

Elas não estão só nos escritórios da Bolsa de Nova York ou na Bolsa de São Paulo, nem só nos gabinetes de Washington, Pequim, Bruxelas ou Brasília.

Elas fazem parte do dia a dia de cada um de nós, alargando ou estreitando as nossas possibilidades.

Os membros do G20 têm o poder e a responsabilidade de fazer a diferença para muita gente.

Para as mulheres, ao fomentarem o empreendedorismo e a autonomia econômica feminina, como fez o Grupo de Trabalho sobre Empoderamento.

Para os povos tradicionais e indígenas, ao promoverem os produtos da biodiversidade, como fez a Iniciativa sobre a Bioeconomia.

Para os afrodescendentes, ao adotarem o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 18 sobre igualdade racial, como fez o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento.

Para o planeta, ao incentivarem a ambição climática em linha com o objetivo de limitar o aquecimento global a um grau e meio, como fez a Força Tarefa do Clima.

Nada disso teria sido possível sem a contribuição de todos vocês que estão aqui hoje.

A presidência brasileira não teria avançado nas três prioridades que escolheu se não fosse a participação decisiva das organizações e movimentos que integram o G20 Social.

A mobilização permanente de vocês será fundamental:

- para impulsionar os trabalhos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e avançar na tributação dos super-ricos;
- para garantir o cumprimento das metas de triplicar o uso de energias renováveis e antecipar a neutralidade de emissões;
- e para levar adiante nosso Chamado à Ação pela Reforma da Governança Global, assegurando instituições multilaterais mais representativas.

A presidência brasileira do G20 deixará um legado robusto de realizações, mas ainda há muito por fazer para melhorar a vida das pessoas.

Para chegar ao coração dos cidadãos comuns, os governos precisam romper com a dissonância cada vez maior entre a “voz dos mercados” e a “voz das ruas”.

O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e política que hoje assola as democracias.

O G20 precisa discutir uma série de medidas para reduzir o custo de vida e promover jornadas de trabalho mais equilibradas.

Precisa ouvir a juventude, que enfrentará as consequências das tarefas que deixarmos inacabadas.

Precisa preservar o espaço público, para que o extremismo não gere retrocessos nem ameace direitos.

Precisa se comprometer com a paz, para que rivalidades geopolíticas e conflitos não nos desviem do caminho do desenvolvimento sustentável.

Vou levar as recomendações contidas na declaração final que vocês me entregaram aos demais líderes do G20 e trabalhar com a África do Sul para que elas sejam consideradas nas discussões do grupo.

Espero que esse pilar social do G20 continue nos próximos anos, abrindo cada vez mais nossas discussões para o engajamento da cidadania.

Essa cerimônia de encerramento marca o começo de uma nova etapa, que exigirá um trabalho contínuo durante os 365 dias do ano e não só às vésperas das reuniões de líderes.

Também conto com a força de vontade e o dinamismo da sociedade civil para dois outros eventos que o Brasil sediará no próximo ano: a Cúpula do BRICS e a COP30.

Nós vamos seguir construindo, juntos, um mundo justo e um planeta sustentável.

Mas eu não posso terminar sem fazer o meu discursinho de improviso para dar um recado para vocês. O recado é curto e simples: aqui todo mundo teve experiência de participação do fórum social mundial.

Eu participei do primeiro como presidente da República e participei do segundo, e o fórum social mundial teve um problema. É que a gente juntava muita gente do mundo inteiro, a gente fazia muita discussão, mas a gente voltava para casa sem saber o que fazer no dia seguinte. E a gente só ia ser chamado para participar de outro fórum social no ano seguinte.

E a gente discutia, era muita discussão, era muito caderno, era muito panfleto, e a gente ia embora sem saber o que fazer no dia seguinte. Até que isso cansou e as pessoas resolveram começar a parar de participar.

Esse Fórum Social do G20 não pode parar aqui. Vocês não estão fazendo o encerramento do fórum social. Vocês estão fazendo a abertura de uma luta que vocês vão ter que dar sequência durante 365 dias por ano.

Isso aqui é apenas o começo. Não espere a África do Sul para a gente fazer uma nova reunião. Isso aqui, os temas que nós colocamos, são três temas muito importantes.

Quando eu saí da Polícia Federal, a primeira coisa que eu fiz foi procurar o Papa Francisco e o Conselho Mundial da Igreja porque eu queria fazer um documento sobre a indignação da sociedade sobre as mazelas da sociedade.

Vocês sabem que nós temos em cada país uma quantidade enorme de pessoas que são tratadas como se fossem invisíveis. São as pessoas que os governantes não querem enxergar, são as pessoas que aparecem nas estatísticas, todo mundo sabe que elas existem, mas elas são desprezadas no orçamento das prefeituras, elas são desprezadas no orçamento do Estado, e elas são desprezadas no orçamento da União.

E quem sabe que vocês não são invisíveis são vocês. E é por isso que nós colocamos esses três temas na ordem do dia. O primeiro, a luta contra a desigualdade, a fome e a pobreza. E não é apenas alguma desigualdade. É desigualdade racial, é desigualdade de gênero, é desigualdade de comida, é desigualdade na saúde, é desigualdade na educação, é desigualdade nos bairros que a gente mora, é desigualdade na casa que a gente usa, é desigualdade no acesso à água, é desigualdade em quase tudo que a gente faz o dia inteiro.

E é por isso que a gente colocou, porque a gente não tem que esperar o Ramaphosa convocar o G20 para que a gente faça o encontro lá não. O G20 tem que acontecer todo santo dia no nosso dia a dia, porque são setecentos e trinta e três milhões de pessoas que vão dormir toda noite sem ter o que comer.

O mundo gastou no último ano dois trilhões e quatrocentos bilhões de dólares em armamento, e não gastou quase nada para dar comida para as pessoas que precisam tomar café de manhã, almoçar e jantar.

Nós tivemos, nesses últimos anos, mais conflitos, é o período de maior conflito desde a segunda guerra mundial. E só há uma possibilidade de evitar os conflitos: é a gente dar importância ao Conselho de Segurança da ONU e a gente ter mais representatividade.

Quando a ONU foi criada, só tinha cinquenta e seis países participando, e hoje são cento e noventa e seis países. E eu fico me perguntando aonde é que está o continente africano na ONU, aonde é que está o continente latino-americano, aonde é que está grande parte dos países asiáticos, onde é que está os países importantes.

Só o Egito, são cento e seis milhões de habitantes, a Etiópia, cento e vinte e seis milhões de habitantes, a Argélia, duzentos e dezesseis milhões de habitantes, mais a África do Sul, mais o Brasil, duzentos milhões de habitantes, mais o México, mais de cem milhões de habitantes, mais a Alemanha, mais a Índia. Onde que esses países estão que eles não participam do Conselho de Segurança Nacional para tomar decisões coletivas e ajudar a gente a implantar as coisas que temos que implantar?

É por isso que nós temos que ter claro que essa luta é a luta do dia a dia. A questão do clima não é mais uma questão da Marina Silva, do Meio Ambiente, não é mais uma questão dos estudantes da USP.

A questão climática é uma questão que a gente está vendo acontecer no nosso quintal, na nossa rua, no nosso bairro. Esses dias eu vi neve na Arábia Saudita. Esses dias eu fui ao Pantanal e vi outro deserto. E esses dias a gente viu a enchente do Rio Grande do Sul. A gente viu o que está acontecendo em Valência, agora na Espanha, a gente viu o que aconteceu na Alemanha, na Itália.

O clima está mudando e se tem um responsável, se chama ser humano. Nós somos responsáveis com a única casa que a gente tem que é o planeta Terra. Então essa luta que a gente tem que fazer é uma luta do dia a dia nosso.

É importante, companheiro Márcio, eu sou muito agradecido pelo sucesso do G20, mas é preciso ter uma programação. O que é que a gente vai fazer no mês de janeiro, o que é que a gente vai fazer no mês de fevereiro, o que é que a gente vai fazer no mês de março, no mês de maio.

Nós precisamos programar para que a gente possa começar a transformar em política as coisas que a gente acerta. Eu dizia que a gente só ia acabar com a fome o dia que a gente transformasse a fome num assunto político. Enquanto ela for apenas um assunto social, ela não será tratada com respeito.

É preciso a gente assumir responsabilidade e é isso que eu vou tentar fazer ao entregar esse documento para os países que estão aí. É verdade que os países que estão aí representam 85% do PIB mundial, representam quase 80% do comércio e representam praticamente quase dois terços da população mundial.

Então a gente pode fazer a diferença, mas se a gente enquanto dirigente não assumir vocês é que tem que fazer a diferença. Gritem, protestem, reivindiquem porque senão as coisas não acontecem

E aqui eu quero terminar, companheiro Eduardo Paes. Eu não sei se o G20, se o BRIC vai ser feito aqui. Agora isso vai depender da avaliação que vocês fizerem. Se o Rio de Janeiro tratou vocês bem, se vocês comeram bem, se vocês dormiram bem, se vocês estão satisfeitos, porque nós temos dois eventos importantes para marcar a nossa história. Nós temos os BRICS, que vai ser aqui no Brasil, e nós vamos ter a COP30 no estado do Pará.

Ou seja, todo mundo no mundo inteiro fala da Amazônia. Você vai na Alemanha, fala da Amazônia, você vai na África do Sul, fala da Amazônia, você vai nos Estados Unidos, fala da Amazônia, você vai na Argentina, fala da Amazônia, você vai no México, fala da Amazônia. Agora chegou a hora da Amazônia falar para o mundo o que é que nós queremos.

As pessoas têm que saber que embaixo de cada copa de árvore tem um ser humano, tem um pescador, tem um seringueiro, tem um indígena, tem um pequeno trabalhador rural, tem um extrativista, e as pessoas têm que saber. Para que a gente possa proteger a nossa floresta, esse povo tem que comer, e

para ele comer, os países ricos têm que ajudar a financiar a proteção da nossa floresta, para que a gente possa cuidar com dignidade dela e cuidar do nosso povo.

Por isso, companheiros e companheiras, meus agradecimentos. Mas eu quero que vocês, ao saírem daqui, vocês saiam dizendo: não foi o fórum social aquela assembleia que o Lula participou, aquele documento que o Lula recebeu... Ah, peraí, eu vou falar ainda. Esse aqui, o documento que vocês me entregaram não é o fim de um processo, é o começo de um processo, e hoje eu tenho um segundo discurso que eu vou fazer no show, também, o festival Aliança Global. Se vocês estiverem aí e forem lá, eu posso até cantar um pouco para vocês.

Mas o que é importante é que a gente tem que envolver o movimento social, tem que envolver artistas, tem que envolver empresários, tem que envolver catadores de papel, tem que envolver papeleiros, ou seja, nós temos que envolver o mundo porque a gente pode mudar se a gente tiver vontade.

Por isso, companheiros e companheiras, muito obrigado. De coração, Márcio, obrigado pelo trabalho. Quero agradecer a todas as pessoas que ajudaram você a fazer isso, mas quero agradecer sobretudo ao povo brasileiro pela generosidade, pela bondade e pela vontade da gente mudar a história do Brasil e a história do planeta Terra.

Um abraço, felicidade para vocês e até a noite, no show da Cúpula Global contra a miséria e a pobreza.

Um beijo no coração.

Discurso do presidente Lula no lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 2024

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-no-lancamento-da-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza>

Minhas amigas e meus amigos,

Primeiro, eu quero agradecer a generosidade da presença de vocês, transformando o Rio de Janeiro na capital do mundo, neste dia 18 de novembro, dia 19 de novembro.

É muito importante o que vamos discutir aqui e eu tenho certeza de que, se nós assumirmos a responsabilidade com esses assuntos, da fome e da pobreza, nós poderemos ter sucesso em pouco tempo.

Por isso, eu queria dizer a todos vocês: sejam bem-vindos ao Rio de Janeiro. Aproveitem esta cidade que é conhecida como a Cidade Maravilhosa.

Esta cidade é a síntese dos contrastes que caracterizam o Brasil, a América Latina e o mundo.

De um lado, a beleza exuberante da natureza sob os braços abertos do Cristo Redentor.

Um povo diverso, vibrante, criativo e acolhedor.

De outro, injustiças sociais profundas.

O retrato vivo de desigualdades históricas persistentes.

Estive na primeira reunião de líderes do G20, convocada em Washington no contexto da crise financeira de 2008.

Dezesseis anos depois, constato com tristeza que o mundo está pior.

Temos o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial e a maior quantidade de deslocamentos forçados já registrada.

Os fenômenos climáticos extremos mostram seus efeitos devastadores em todos os cantos do planeta.

As desigualdades sociais, raciais e de gênero se aprofundam, na esteira de uma pandemia que ceifou mais de 15 milhões de vidas.

O símbolo máximo na nossa tragédia coletiva é a fome e a pobreza.

Segundo a FAO, em 2024, convivemos com um contingente de 733 milhões de pessoas ainda subnutridas.

É como se as populações do Brasil, México, Alemanha, Reino Unido, África do Sul e Canadá, somadas, estivessem passando fome.

São mulheres, homens e crianças, cujo direito à vida e à educação, ao desenvolvimento e à alimentação são diariamente violados.

Em um mundo que produz quase 6 bilhões de toneladas de alimentos por ano, isso é inadmissível.

Em um mundo cujos gastos militares chegam a 2,4 trilhões de dólares, isso é inaceitável.

A fome e a pobreza não são resultado da escassez ou de fenômenos naturais.

A fome, como dizia o cientista e geógrafo brasileiro Josué de Castro, “a fome é a expressão biológica dos males sociais”.

É produto de decisões políticas, que perpetuam a exclusão de grande parte da humanidade.

O G20 representa 85% dos 110 trilhões de dólares do PIB mundial.

Também responde por 75% dos 32 trilhões de dólares do comércio de bens e serviços e dois terços dos 8 bilhões de habitantes do planeta.

Compete aos que estão aqui em volta desta mesa a inadiável tarefa de acabar com essa chaga que envergonha a humanidade.

Por isso, colocamos como objetivo central da presidência brasileira no G20 o lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Este será o nosso maior legado.

Não se trata apenas de fazer justiça.

Essa é uma condição imprescindível para construir sociedades mais prósperas e um mundo de paz.

Não por acaso, esses são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 da Agenda 2030.

Com a Aliança, vamos articular recomendações internacionais, políticas públicas eficazes e fontes de financiamento.

O Brasil sabe que é possível.

Com a participação ativa da sociedade civil, concebemos e implementamos programas de inclusão social, de fomento da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, como o nosso Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Conseguimos sair do Mapa da Fome da FAO em 2014, para o qual voltamos em 2022, em um contexto de desarticulação do Estado de bem-estar social.

Foi com tristeza que, ao voltar ao governo, encontrei um país com 33 milhões de pessoas famintas.

Em um ano e onze meses, o retorno desses programas já retirou mais de 24,5 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Até 2026, novamente sairemos do Mapa da Fome.

E com a Aliança, faremos muito mais.

Aqueles que sempre foram invisíveis estarão ao centro da agenda internacional.

Já contamos com a adesão de 81 países, 26 organizações internacionais, 9 instituições financeiras e 31 fundações filantrópicas e organizações não-governamentais.

Meus agradecimentos a todos os envolvidos na concepção e no funcionamento desta iniciativa, que já anunciaram contribuições financeiras.

Foi um ano de trabalho intenso, mas este é apenas o começo.

A Aliança nasce no G20, mas seu destino é global.

Que esta cúpula seja marcada pela coragem de agir.

Por isso quero declarar oficialmente lançada a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Muito obrigado.

Bem, meus amigos, daremos agora o início à discussão entre os membros do G20, começando pelos países da troika. Por isso, eu quero passar a palavra para o primeiro-ministro Narendra Modi, da Índia, última presidência do G20.

Discurso do presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global, no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 2024

Fonte: Publicado em 18/11/2024 16h29 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-na-2a-sessao-da-reuniao-de-lideres-do-g20-reforma-das-instituicoes-de-governanca-global>

A história do G20 está entrelaçada com os abalos sofridos pela economia global nas últimas décadas.

Ações oportunas evitaram que a crise de 2008 redundasse em um colapso de proporções catastróficas.

O ímpeto reformador foi insuficiente para corrigir os excessos da desregulação dos mercados e a apologia do Estado mínimo.

Naquele momento, escolheu-se salvar bancos em vez de ajudar pessoas.

Optou-se por socorrer o setor privado em vez de fortalecer o Estado.

Decidiu-se priorizar economias centrais em vez de apoiar países em desenvolvimento.

O mundo voltou a crescer, mas a riqueza gerada não chegou aos mais necessitados.

Não é surpresa que a desigualdade fomente ódio, extremismo e violência. Nem que a democracia esteja sob ameaça.

A globalização neoliberal fracassou.

Em meio a crescentes turbulências, a comunidade internacional parece resignada a navegar sem rumo por disputas hegemônicas.

Permanecemos à deriva, como se arrastados por uma torrente que nos empurra para uma tragédia.

Mas o confronto não é uma fatalidade.

Negar isso é abrir mão da nossa responsabilidade.

Em torno desta mesa estão os líderes das maiores economias e blocos regionais do planeta.

Não há ninguém em melhor posição do que nós para mudar o curso da humanidade.

Este ano, a reforma da governança global entrou em definitivo na agenda do G20.

Pela primeira vez, o grupo foi à ONU e aprovou, com o endosso de outros quarenta países, um Chamado à Ação.

Mas esse chamado é apenas um toque de despertar.

A omissão do Conselho de Segurança tem sido ela própria uma ameaça à paz e à segurança internacional.

O uso indiscriminado do veto torna o órgão refém dos cinco membros permanentes.

Do Iraque à Ucrânia, da Bósnia a Gaza, consolida-se a percepção de que nem todo território merece ter sua integridade respeitada e nem toda vida tem o mesmo valor.

Intervenções desastrosas subverteram a ordem no Afeganistão e na Líbia.

A indiferença relegou o Sudão e o Haiti ao esquecimento.

Sanções unilaterais produzem sofrimento e atingem os mais vulneráveis.

As instituições de Bretton Woods impuseram obstáculos aos próprios objetivos de desenvolvimento sustentável que deveriam promover.

Impasses recentes em torno do Tratado de Pandemias, do Pacto para o Futuro e da COP da biodiversidade de Cáli mostram que a diplomacia vem perdendo terreno para a intransigência.

Não deve haver debates interditados, nem linhas vermelhas intransponíveis.

Por isso, o Brasil propôs, em Nova York, a convocação de uma conferência de revisão da Carta da ONU, nos termos do artigo 109.

Apenas 51 dos atuais 193 membros das Nações Unidas participaram de sua fundação.

Também é urgente rever regras e políticas financeiras que afetam desproporcionalmente os países em desenvolvimento.

O serviço da dívida externa de países africanos é maior que os recursos de que eles dispõem para financiar sua infraestrutura, saúde e educação.

A cooperação tributária internacional é crucial para reduzir desigualdades.

Estudos encomendados pela Trilha de Finanças do G20 são reveladores.

Uma taxação de 2% sobre o patrimônio de indivíduos super-ricos poderia gerar recursos da ordem de 250 bilhões de dólares por ano para serem investidos no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

A estabilidade mundial depende de instituições mais representativas. A pluralidade de vozes funciona como vetor de equilíbrio.

O futuro será multipolar. Aceitar essa realidade pavimenta o caminho para a paz.

Também é chave na construção de uma governança que maximize as oportunidades e mitigue os riscos da Inteligência Artificial.

A resposta para a crise do multilateralismo é mais multilateralismo.

Não é preciso esperar uma nova guerra mundial ou um colapso econômico para promover as transformações de que a ordem internacional necessita.

Em 1940, o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade escreveu um poema chamado “Congresso Internacional do Medo”, que traduzia o sentimento prevalente em meio à Segunda Guerra Mundial.

Para evitar que o título desse poema volte a descrever a governança global, não podemos deixar que o medo de dialogar triunfe.

Muito obrigado, companheiros.

Discurso do presidente Lula na 3ª Sessão da Reunião de Líderes do G20

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 3ª Sessão da Reunião de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 2024

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-na-3a-sessao-da-reuniao-de-lideres-do-g20>

Foi no Rio de Janeiro que nasceram as três Convenções-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, Biodiversidade e Desertificação.

Poucos de nós imaginavam que, três décadas depois, estaríamos vivendo o ano mais quente da história, com enchentes, incêndios, secas e furacões cada vez mais intensos e frequentes.

Os esforços empreendidos desde então contribuíram para evitar um cenário pior.

Mas temos que fazer mais e melhor.

O Protocolo de Quioto se tornou referência de frustração na ação coletiva.

A COP15, em Copenhague, foi um trauma que quase descarrilhou o regime climático.

O Acordo de Paris está chegando a Belém com dez anos e seus resultados ainda estão muito aquém do necessário.

Não há mais tempo a perder.

O G20 é responsável por 80% das emissões de gases do efeito estufa.

Por reconhecer o papel crucial do G20, a presidência brasileira lançou a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

Reunimos, pela primeira vez, ministros de Finanças, Meio Ambiente e Clima, Relações Exteriores e presidentes de Bancos Centrais para discutir como enfrentar o desafio climático.

Agora, ao lado do Secretário-Geral António Guterres, peço o engajamento do G20 na Mobilização Global Conjunta Brasil-ONU para elevar o nível de ambição da próxima rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas (as “NDCs”).

É fundamental que as novas NDCs estejam alinhadas à meta de limitar o aumento da temperatura global a um grau e meio.

Nossa bússola continua sendo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse é um imperativo da justiça climática.

Mesmo que não caminhemos na mesma velocidade, todos podemos dar um passo a mais.

Aos membros desenvolvidos do G20, proponho que antecipem suas metas de neutralidade climática de 2050 para 2040 ou até 2045.

Sem assumir suas responsabilidades históricas, as nações ricas não terão credibilidade para exigir ambição dos demais.

Aos países em desenvolvimento, faço um chamado para que suas NDCs cubram toda a economia e todos os gases de efeito estufa.

É essencial que considerem adotar metas absolutas de redução de emissões.

O Brasil apresentou em Baku sua nova NDC, que abrange todos os gases de efeito estufa e setores econômicos.

Assumimos a meta absoluta ambiciosa para 2035 de reduzir emissões de 59 a 67%, comparado a 2005.

Já temos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com 90% de eletricidade proveniente de fontes renováveis.

Somos campeões em biocombustíveis, avançamos na geração eólica e solar e em hidrogênio verde.

A maior parte da redução das nossas emissões virá da queda no desmatamento, que diminuiu 45% nos últimos dois anos.

Não transigiremos com os ilícitos ambientais. O desmatamento será erradicado até 2030.

Queremos que o mundo reconheça o papel desempenhado pelas florestas e que valorize a contribuição dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Brasil agradece a colaboração do G20 no desenho do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que vai remunerar países em desenvolvimento que mantêm suas florestas em pé.

Também saudamos a aprovação dos Princípios sobre Bioeconomia do G20, que lançam as bases para um novo modelo de desenvolvimento.

Mas esse esforço será inócuo se a comunidade internacional não se unir para fazer a sua parte.

Mesmo que não derrubemos mais nenhuma árvore, a Amazônia continuará ameaçada se o resto do mundo não cumprir a missão de conter o aquecimento global.

Os oceanos são outro importante regulador climático e fonte potencial de soluções.

Eles também devem ser objeto prioritário das nossas preocupações.

Na luta pela sobrevivência, não há espaço para o negacionismo e a desinformação.

O Brasil seguirá trabalhando com a ONU e com a UNESCO na Iniciativa Global pela Integridade das Informações sobre a Mudança do Clima.

Enquanto estamos aqui, nossos representantes estão em Baku negociando uma nova meta de financiamento climático.

Não há ambição que se sustente sem meios de implementação.

Em Paris, falávamos em uma centena de bilhões de dólares por ano, que o mundo desenvolvido não cumpriu. Hoje, falamos em trilhões.

Esses trilhões existem, mas estão sendo desperdiçados em armamentos, enquanto o planeta agoniza.

Não podemos adiar para Belém a tarefa de Baku.

A COP30 será nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático.

Conto com todos para fazer de Belém a COP da virada.

Senhoras e senhores,

Precisamos de uma governança climática mais forte.

Não faz sentido negociar novos compromissos se não temos um mecanismo eficaz para acelerar a implementação do Acordo de Paris.

O Brasil convida a comunidade internacional a considerar a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU, que articule diferentes atores, processos e mecanismos que hoje se encontram fragmentados.

A esperança renasce a cada compromisso e ato de coragem em defesa da vida e da preservação das condições em que ela nos foi dada.

Muito obrigado.

Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da Cúpula do G20 e transmissão da presidência para a África do Sul

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Sessão de encerramento da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 2024

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-encerramento-da-cupula-do-g20-e-transmissao-da-presidencia-para-a-africa-do-sul-1>

O Brasil completa hoje a penúltima etapa de uma sequência de quatro anos em que a liderança do G20 coube a países em desenvolvimento.

Indonésia, Índia, Brasil e, agora, África do Sul trazem à mesa perspectivas que interessam à vasta maioria da população mundial.

Partindo de Bali, passando por Nova Délhi e chegando ao Rio de Janeiro, buscamos promover medidas com impacto concreto sobre a vida das pessoas.

Lançamos uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e iniciamos um debate inédito sobre a taxação de super-ricos.

Colocamos a mudança do clima na agenda dos Ministérios de Finanças e Bancos Centrais e aprovamos o primeiro documento multilateral sobre bioeconomia.

Fizemos um Chamado à Ação por reformas que tornem a governança global mais efetiva e representativa e dialogamos com a sociedade por meio do G20 Social.

Lançamos um roteiro para tornar os bancos multilaterais de desenvolvimento melhores, maiores e mais eficazes e demos voz aos países africanos na discussão sobre o endividamento.

Instalamos o Grupo de Trabalho sobre Empoderamento das Mulheres e propusemos um décimo oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para promover a igualdade racial.

Definimos princípios-chave sobre comércio e desenvolvimento sustentável e adotamos o compromisso de triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2030.

Criamos uma Coalizão para a Produção Local e Regional de Vacinas e Medicamentos e decidimos expandir o financiamento para infraestruturas de água e saneamento.

Sediamos eventos da Rodada de Investimentos da Organização Mundial da Saúde, por acreditar que mais recursos são necessários para uma resposta coletiva a novos e persistentes desafios sanitários.

Aprovamos uma Estratégia para Promover a Cooperação em Inovação Aberta contra assimetrias na produção científica e tecnológica e decidimos estabelecer uma força tarefa sobre a governança da inteligência artificial no G20.

Neste ano, realizamos mais de 140 reuniões em 15 cidades brasileiras.

Voltamos a adotar declarações consensuais em quase todos os grupos de trabalho.

Deixamos a lição de que, quanto maior for a interação entre as trilhas de sherpas e de finanças, maiores e mais significativos serão os resultados dos nossos trabalhos.

Trabalhamos com afinco, mesmo cientes de que apenas arranhamos a superfície dos profundos desafios que o mundo tem a enfrentar.

Depois da presidência sul-africana, todos os países do G20 terão exercido, pelo menos uma vez, a liderança do grupo.

Será um momento propício para avaliar o papel que desempenhamos até agora e como devemos atuar daqui em diante.

Temos a responsabilidade de fazer melhor.

É com essa esperança que passo o martelo da presidência do G20 para o presidente Ramaphosa.

Esta não é uma transmissão de presidência comum – é a expressão concreta dos vínculos históricos, econômicos, sociais e culturais que unem a América Latina e a África.

Agradeço a todos os que contribuíram com a presidência brasileira, em especial as pessoas que trabalharam para viabilizar os resultados que alcançamos.

Desejo ao companheiro Ramaphosa todo sucesso na liderança do G20. A África do Sul poderá contar com o Brasil para exercer uma presidência que vá além do que pudemos realizar.

Lembro as palavras de outro grande sul-africano, Nelson Mandela, que disse: é fácil demolir e destruir; os heróis são aqueles que constroem.

Vamos seguir construindo um mundo justo e um planeta sustentável.

Muito obrigado.

As complicações

Santiago Alcázar

Horologia é uma palavra de pouco uso. Diz o mesmo que relojoaria, que é a arte de produzir instrumentos para marcar o tempo. *Hora* em grego significa hora. Como se passa de *horo+logos* a relógio deve ser algo complicado, e possivelmente até engraçado, mas foge ao que interessa aqui.

Segundo os que são do *métier* de relojoeiros, é considerado simples um relógio que indique somente as horas, os minutos e os segundos. A inclusão de marcadores de dias, semanas, meses, fases da lua, cronômetros, alarmes e assim por diante é o que no jargão deles se chama *complicações*. Assim, há complicações que precisam duzentas partes, outras que passam de mil, facilmente.

Muito bem. O que tem a ver isso com os assuntos afetos à saúde global e diplomacia da saúde? Aparentemente nada, mas se passarmos de complicação a complexidade há uma pequena esperança.

O mundo hoje é muito complexo, dizem. Deve ter muitas complicações, concluiria o mestre relojoeiro. A imagem é sugestiva. A enorme complexidade de nosso mundo salta aos olhos. Tudo se inter-relaciona, até no mais mínimo detalhe. Sempre foi assim, mas somente agora, como por meio de uma epifania, nos damos conta dessa evidência.

Não há como escapar ao fato de que o efeito borboleta é a realização concreta de uma realidade que é essencialmente pandêmica. Pandemia, é preciso insistir, é *pan* (todos) + *demos* (povos). Realidade pandêmica, nesse sentido, é aquela em que a realidade impacta a todos, deixando patente que estamos todos na mesma complicação.

O SARS-CoV-2, o nome dado a um vírus tão pequeno que sequer pode ser visto através das lentes de um microscópio ótico, paralisou o mundo e causou a morte de mais de 15 milhões de pessoas. O inexorável espiralar do aquecimento global, que já causa devastações ambientais e crises humanas catastróficas, tende a tornar-se mais violento e devastador, como um furacão supersônico. Os efeitos de uma ameaçante III Guerra Mundial, não deixariam ninguém para trás, numa irônica inversão do slogan da Agenda 2030. Todos os acima, são exemplos da realidade pandêmica de nosso tempo.

Os 17 ODS da Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre aquecimento global oferecem um retrato da complicação em que estamos todos envolvidos. Representam os problemas globais com os quais temos de nos ater. O grau de consenso sobre a realidade pandêmica dessas complicações é muito elevado, como demonstrado nas falas dos líderes durante a *Cúpula do Futuro*, realizada nos dias 22 e 23 de setembro, em Nova York, no âmbito da 79ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O diagnóstico é um só: estamos mal. As soluções reclamam dois tipos de obrigações, que devem ser universais.

A primeira diz respeito à necessidade de sobrevivência, uma vez que existe a ameaça real de extinção da espécie se sairmos da faixa estreita de temperaturas que permite a vida tal como a conhecemos. Expressiva maioria dos líderes sabe que é preciso frear o aquecimento global por meio da redução da emissão de gases de efeito estufa, o que implica profunda transformação da economia. As implicações financeiras são enormes. Os custos políticos

também. Implicações e custos não avançam sempre pela mesma via. Quando o fazem, os sinais podem ser invertidos. O resultado pode ser paralisia, retrocesso ou avanço tímido em direção ao cumprimento de objetivos acordados. É o que acontece com os ODS da Agenda 2030 e com aqueles do Acordo de Paris. Nesse quadro, a necessidade de sobrevivência responderá a um equilíbrio de interesses, não ao instinto primitivo de sobrevivência. O resultado será uma seleção artificial, que poderá sacrificar grande parte da população mundial para benefício de alguns poucos. A estrutura da economia atual já faz isso. A necessidade de sobrevivência, nesse contexto, não demandaria grande mudança.

A segunda obrigação é de natureza distinta, ainda que também se relacione com a necessidade de sobrevivência. Trata-se da obrigação moral. É inaceitável, do ponto de vista moral que haja fome, pobreza e enormes inequidades, para ficar somente por aqui. A necessidade aqui é com o dever de agir para evitar a nossa própria desumanização. É preciso entender a natureza desse *dever*, que recorda o imperativo categórico do filósofo alemão Immanuel Kant. O imperativo é como um mandamento que, por ser categórico, é também universal. Nesse contexto, a obrigação do dever vem imposta de maneira gratuita, porque sim, não por alguma atadura a interesses, ideologias, crenças ou o que for. É a própria natureza humana que a requer, constituindo assim a base para a identificação do semelhante no outro, que reclama, por sua vez, o inevitável reconhecimento dos direitos humanos.

As duas obrigações, como se pode observar, são distintas e podem contradizer-se entre si, como exemplificado ao longo da história. Com essa complicação surge uma outra: a eleição de Donald Trump para um segundo mandato.

Em seus primeiros 4 anos à frente da Casa Branca, Trump ameaçou deixar a OMS, abandonou o Conselho de Direitos Humanos e a UNESCO, esvaziou o Acordo Global sobre Migrações, ameaçou processar juízes do Tribunal Penal Internacional, deixou de financiar a Agência de Proteção aos Refugiados da Palestina (UNRWA) – tudo para o bem de MAGA (*Make America Great Again*). É ao menos discutível que a corrida desenfreada para destruir o que fora construído com apoio indiscutível dos EUA possa contribuir para MAGA, mas Trump foi, e será, a incógnita presente em qualquer equação.

O futuro Presidente fez indicações para o seu futuro Gabinete. A elas, a imprensa norte-americana dedicou críticas de levantar sobrelanceiras. Os indicados, segundo alguns, teriam sido escolhidos por lealdade, não por qualidades de governo. De qualquer modo, por excesso de defeitos e falta de virtudes, dificilmente conseguiriam aprovação nas respectivas sabatinas. Isso, não obstante, não importa.

O que sim importa é a mensagem transmitida com o anúncio das indicações e esta é clara: desprezo para com as regras de convivência. É como convidar um hipopótamo para tomar conta de uma cristaleira. Tudo pode acontecer, desde a quebra de acordos, entendimentos, princípios e valores, ao pisoteio do código de boas maneiras e bom gosto.

A eventual saída dos EUA do Acordo de Paris talvez não venha a ter a mesma relevância que poderia ter tido em 2017, quando Trump fez pública a sua ameaça. A China, hoje, faz investimentos colossais para financiar a transformação de sua economia. O risco, para os EUA, é que a China ocupe os espaços deixados vazios, permitindo alçar-se a condição de líder incontestado de um novo modelo de ordem internacional. Há, ademais, o movimento “*We are still here*”, integrado por cidades, estados e empresas norte-americanas que se levantaram contra a ameaça de deixar o Acordo de Paris. Esse movimento, que representa 65% da população e 68%

do PIB²³, é uma clara demonstração da oposição que teriam neste segundo mandato as teses negacionistas de Trump e seu acólitos. Por mais poder que tenha, o Presidente norte-americano não pode tudo, ao menos é o que diz o princípio de equilíbrio de poderes, tão caro aos que lá confiam na Constituição.

Há esperança, por tanto, com relação à compreensão das ameaças associadas ao aquecimento global e ao que teria que ser feito com respeito à necessidade de sobrevivência. Implicações e custos podem andar pela mesma via, na mesma direção. É mais uma complicação, mas não é impossível de se somar às outras.

A dificuldade é com a obrigação do dever moral. A ordem internacional, criada como resposta às barbáries da II Guerra Mundial, entre as quais caberia destacar a ocorrência do Holocausto, parece ter implodido, como aqueles magníficos monumentos na Síria e no Iraque, incompreensivelmente destruídos pelo barbarismo de uma seita de fanáticos.

O genocídio a céu aberto levado a cabo pelo regime de Benjamin Netanyahu contra o povo palestino, com o apoio material e financeiro de seus aliados ou, com o apoio do silêncio obsequioso de outros – são como as cargas explosivas colocadas nas colunas de sustentação de um prédio. O que antes estava lastimado pelos sucessivos ataques à Carta das Nações Unidas²⁴ agora foi posto abaixo por uma implosão definitiva. O prédio, como se pode deduzir, é o da paz e segurança internacional, respeito aos direitos humanos e desenvolvimento – a Organização das Nações Unidas, a mais importante conquista civilizacional da história. A questão é saber se uma ordem internacional que ignora a conquista civilizacional da ONU é possível. Certamente, não.

O que fará Trump? Como se disse antes, o homem é uma incógnita, mas é difícil imaginar que a partir da Embaixada em Jerusalém, aberta em 2018, sob protestos generalizados, os EUA conseguirão estabelecer ponte para a paz e pavimentar a solução de dois Estados para palestinos e israelenses.

Ontem à noite, os meios de todo o mundo divulgaram a notícia de que o presidente Joe Biden teria autorizado a Kiev usar mísseis de fabricação norte-americana em ataques contra o território russo. Até agora, somente drones de pequeno alcance e capacidade foram usados pelos ucranianos para ataques contra a Rússia.

A decisão de Biden muda o cenário. A Ucrânia não tem satélites, não dispõe de infraestrutura nem de pessoal para lançar esses mísseis de maneira efetiva. Não se trata, portanto, de que Biden tenha autorizado Zelensky a lançar mísseis contra a Rússia. A decisão de Biden nada mais é senão a autorização para que os EUA e os seus aliados na OTAN possam operar os seus sistemas para atacar a Rússia. Ontem, também, as TVs de todo o mundo mostraram mísseis americanos sendo lançados de território ucraniano e hoje os jornais de todo o mundo publicam manchetes berrantes.

²³ Ver artigo de Laurence Tubiana “We don’t need America to fight climate change”, publicado na seção de opinião do Financial Times, em 14 de novembro, de 2024.

²⁴ É inquestionável que a expressão *sul global* expressa, ainda de maneira vaga, a crescente insatisfação de grupo de países de peso no cenário internacional com a imposição de decisões unilaterais por parte dos EUA. A insatisfação, é preciso sublinhar, procede da falta de confiança na capacidade de exercer as responsabilidades de governança em um mundo multipolar.

Trata-se de uma declaração de guerra peculiar? Biden é o Presidente de saída. Não é provável que obtenha autorização do Congresso para declarar guerra aberta contra a Rússia, mas talvez, como no caso das indicações de Trump, isso seja irrelevante. É a mensagem, estúpido, como diria James Carville ou talvez Marshall McLuhan. E a mensagem, como aquela outra, é clara: *I dare you*, que em português poderia traduzir-se como “desafio”. O *I dare you* é usado para determinar quem afrouxará primeiro em competências que envolvem riscos pessoais. A investida de mísseis de longo alcance contra a Rússia, 24 horas após a benção de Biden a si mesmo, é um *I dare you* Putin a responder com armas nucleares. Como adolescentes, botando a língua para fora, esperam humilhar Putin que, a seus olhos, não passa de um covarde.

Esses são os líderes que governam o mundo. Agora é rezar para que essas complicações todas detenham, por milagre, o avanço dos ponteiros para a marca de meia noite. Estamos a um fio de cabelo da cabeça careca.

Negociações Globais sobre Pandemias e Resistência Antimicrobiana:

Desafios para uma Resposta Equitativa e Eficaz

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo: O Acordo Pandêmico da OMS, em negociação pelo Órgão de Negociação Intergovernamental (INB), visa criar uma estrutura global para a prevenção e resposta a emergências de saúde, como pandemias. Após 32 meses de discussões, o acordo, inicialmente previsto para ser concluído em 2024, será adiado para 2025. Embora haja consenso sobre áreas-chave como pesquisa e desenvolvimento, produção local e fortalecimento de sistemas regulatórios, questões críticas como acesso equitativo, financiamento sustentável e soberania nacional ainda geram desacordos, principalmente em relação à transferência de tecnologia e vigilância. A proposta de alocar vacinas e tratamentos para a OMS também enfrenta resistência, com a União Europeia pressionando para reduzir a porcentagem destinada a países de baixa renda. A incerteza política nos EUA pode afetar o financiamento da OMS. Alguns países do Sul Global pedem mais tempo para garantir que o acordo seja equitativo e possa ser implementado de forma eficaz. O sucesso do acordo dependerá de compromissos financeiros robustos e da solidariedade internacional. A 4ª Conferência Ministerial Global sobre Resistência Antimicrobiana, realizada em Jeddah, Arábia Saudita, discutiu a implementação de compromissos globais sobre RAM, com foco na colaboração sul-sul e no fortalecimento de políticas baseadas em evidências. O evento destacou a importância de ações concretas, como o desenvolvimento de novos antibióticos e a redução do uso de antibióticos na agropecuária. A criação de um painel independente de especialistas foi vista como crucial para garantir a eficácia das políticas.

Palavras-chave: INB, Acordo Pandêmico, Resistência Antimicrobiana

Abstract. *The WHO Pandemic Agreement, currently being negotiated by the Intergovernmental Negotiating Body (INB), aims to create a global framework for preventing and responding to health emergencies such as pandemics. After 32 months of discussions, the agreement, initially scheduled to be concluded in 2024, will be delayed until 2025. While there is consensus on key areas such as research and development, local production and strengthening of regulatory systems, critical issues such as equitable access, sustainable financing and national sovereignty still generate disagreements, particularly regarding technology transfer and surveillance. The proposal to allocate vaccines and treatments to the WHO is also facing resistance, with the European Union pushing to reduce the percentage allocated to low-income countries. Political uncertainty in the US could affect WHO funding. Some countries in the Global South are calling for more time to ensure that the agreement is equitable and can be implemented effectively. The success of the agreement will depend on robust financial commitments and international solidarity. The 4th Global Ministerial Conference on Antimicrobial Resistance, held in Jeddah, Saudi Arabia, discussed the implementation of global commitments on AMR, with a focus on South-South collaboration and strengthening evidence-based policies. The event highlighted the importance of concrete actions, such as developing new antibiotics and reducing antibiotic use*

in agriculture. The creation of an independent panel of experts was seen as crucial to ensuring the effectiveness of policies.

Keywords: INB, Pandemic agreement, Antimicrobial Resistance

Os capítulos finais do INB em 2024

Desde o início da pandemia de COVID-19, ficou claro que o mundo precisa de uma estrutura mais robusta e equitativa para enfrentar futuras emergências de saúde. O Acordo Pandêmico da Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente em negociação pelo Órgão de Negociação Intergovernamental (INB), é uma tentativa ambiciosa de estabelecer um mecanismo global para prevenção, preparação e resposta a pandemias. No entanto, as negociações, que já se estendem por 32 meses, ainda enfrentam significativas divergências entre os Estados Membros, especialmente sobre questões de acesso equitativo, financiamento sustentável e soberania nacional.

Após 12 rodadas de negociações, as co-presidentes do INB, a Embaixadora Anne-Claire Amprou (França) e Precious Matsoso (África do Sul), anunciaram que o acordo não será finalizado em 2024 como inicialmente planejado, mas em 2025, durante a próxima Assembleia Mundial da Saúde (WHA 78). A decisão de adiar a adoção do acordo reflete a complexidade das discussões em curso, embora o texto preliminar do acordo esteja amplamente em verde, indicando consenso em muitas áreas-chave, como pesquisa e desenvolvimento (Artigo 9), produção local (Artigo 10) e fortalecimento de sistemas regulatórios (Artigo 14) .

Apesar disso, os negociadores apontam alguns progressos, que inclui avanços substanciais em temas críticos que são fundamentais para a resposta global a pandemias:

- **Pesquisa e Desenvolvimento (Artigo 9):** Os Estados Membros concordaram em promover a inovação colaborativa e acelerar o desenvolvimento de contramedidas em situações de emergência, incluindo novas plataformas de vacinas e terapias.

- **Produção Local (Artigo 10):** Há um consenso emergente sobre a necessidade de apoiar a produção local de vacinas e outros insumos de saúde, especialmente em países de baixa e média renda, para reduzir a dependência das cadeias globais de suprimentos.

- **Fortalecimento de Sistemas Regulatórios (Artigo 14):** Acordos foram alcançados para capacitar reguladores nacionais, com o objetivo de melhorar a segurança e a eficácia de novos produtos médicos durante emergências.

No entanto, as áreas críticas ainda permanecem marcadas por desacordos, especialmente em relação a:

- **Prevenção e Vigilância (Artigo 4):** O texto que define as obrigações dos países para prevenir pandemias está amplamente destacado em amarelo, indicando consenso em princípios gerais, mas divergências sobre detalhes específicos. Países de baixa renda questionam como financiar medidas de vigilância e prevenção, como a detecção de patógenos a nível comunitário, enquanto nações mais ricas buscam garantias de que essas capacidades estarão em vigor para conter surtos regionais.

● **Transferência de Tecnologia (Artigo 11):** As discussões sobre a transferência de tecnologias de saúde entre países são particularmente sensíveis, já que envolvem questões de propriedade intelectual e direitos comerciais. Países em desenvolvimento, apoiados pelo Grupo de Equidade (liderado pelas Filipinas), pressionam por garantias de acesso a tecnologias críticas durante pandemias, enquanto nações desenvolvidas são mais cautelosas quanto à proteção de suas inovações.

● **Acesso e Compartilhamento de Benefícios (Artigo 12):** O sistema proposto de Acesso e Compartilhamento de Benefícios de Patógenos (PABS) visa garantir que, em troca do acesso a amostras de patógenos, países produtores recebam uma parcela justa de vacinas e terapias. No entanto, as negociações sobre este artigo enfrentam resistência devido à complexidade da operacionalização e aos interesses divergentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Um dos elementos mais tangíveis propostos no acordo é a alocação de um percentual de vacinas, medicamentos e diagnósticos para a OMS durante emergências. Inicialmente, a proposta era de que 20% da produção global seria reservada para distribuição equitativa pela OMS, com 10% sendo disponibilizados gratuitamente. No entanto, pressões de alguns membros da União Europeia resultaram na redução desse percentual nas negociações recentes.

O impacto dessa redução pode ser significativo, especialmente para países de baixa renda que dependem da assistência internacional para acessar insumos essenciais durante as pandemias/ emergência de saúde pública em contexto. Por outro lado, há preocupações sobre a viabilidade de manter um compromisso tão ambicioso, dada a complexidade das cadeias globais de suprimentos.

A incerteza política em torno da eleição presidencial nos Estados Unidos acrescentou um nível adicional de complexidade às negociações. Durante seu mandato anterior, Trump retirou os EUA da OMS e prometeu fazer o mesmo se reeleito. A potencial saída dos EUA, um dos maiores financiadores da OMS, poderia enfraquecer o apoio financeiro necessário para a implementação do acordo. Apesar disso, a OMS, enquanto agência das Nações Unidas, reafirmou seu compromisso de trabalhar com todos os seus 194 Estados Membros, independentemente de mudanças políticas internas em países individuais. No entanto, a falta de estabilidade política em nações-chave como os EUA poderia comprometer o financiamento e a execução de estratégias globais.

Alguns países do Sul Global alinham-se em pedir mais tempo para resolver questões críticas e garantir que o acordo seja realmente equitativo. A rápida disseminação de doenças como mpox e Marburg em regiões da África destaca a necessidade urgente de fortalecer a capacidade de resposta local. Exatamente alguns desses países enfrentam desafios significativos para implementar as obrigações previstas no acordo, especialmente em termos de infraestrutura, financiamento e transferência de tecnologia. É fundamental que o acordo inclua mecanismos concretos de apoio técnico e financeiro para garantir que as nações em desenvolvimento possam cumprir suas obrigações.

O Acordo Pandêmico da OMS é um passo crucial para a construção de um sistema global de saúde mais resiliente e equitativo. No entanto, a complexidade das negociações e as divisões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ressaltam a necessidade de maior flexibilidade, confiança e compromissos financeiros robustos. A continuidade das negociações

até 2025 oferece uma janela crítica para resolver questões pendentes e assegurar que o mundo esteja mais bem preparado para futuras pandemias.

À medida que o mundo se prepara para uma nova era de ameaças à saúde global, o sucesso desse acordo dependerá da capacidade dos Estados Membros de priorizar a solidariedade internacional sobre os interesses nacionais imediatos. Somente com um compromisso genuíno de todos os atores globais será possível criar um sistema verdadeiramente inclusivo e eficaz para enfrentar os desafios de saúde do futuro.

A 4ª Conferência Ministerial Global de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana

Entre os dias 15 e 16 de novembro de 2024, a Arábia Saudita sedia a 4ª Conferência Ministerial Global de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana (RAM), em Jeddah. O evento visa avançar na implementação dos compromissos estabelecidos na recente Declaração Política da Assembleia Geral da ONU sobre AMR, que ocorreu em setembro de 2024.

A agenda em Jeddah inclui discussões cruciais sobre o fortalecimento da governança global, a utilização de dados para políticas mais baseadas em evidências, financiamento sustentável e o desenvolvimento de capacidades em setores estratégicos. Um dos destaques será a criação de um Painel Independente para fornecer evidências de ação sobre RAM, um passo essencial para consolidar a abordagem “One Health”, que reconhece a interconexão entre saúde humana, animal e ambiental. Também serão abordados tópicos como a colaboração sul-sul, a ampliação do acesso a antimicrobianos acessíveis e a necessidade de fechar lacunas nos diagnósticos.

Apesar do avanço nas discussões, a implementação de compromissos efetivos ainda enfrenta desafios significativos. A criação de um painel independente de especialistas, por exemplo, é vista como uma necessidade urgente para garantir que políticas sejam fundamentadas em dados científicos robustos, permitindo que países possam alinhar suas estratégias de combate à RAM de forma coordenada. No entanto, o painel também precisa ter autonomia para desafiar os próprios órgãos que o criaram, como a “Quadripartite” (OMS, FAO, UNEP e WOAH), e garantir que a pressão política e econômica não enfraqueça sua missão.

O recente debate no World Health Summit em Berlim destacou a necessidade de ações mais ambiciosas, especialmente no que diz respeito ao uso de antibióticos em animais. A resistência encontrada para estabelecer metas concretas de redução no uso de antibióticos na agropecuária expõe os interesses conflitantes entre o setor agroalimentar e a saúde pública. A ausência de metas claras no texto final da declaração da ONU reflete essas tensões, levantando preocupações sobre a real eficácia das iniciativas propostas.

Outro ponto de destaque é o desenvolvimento de novos antibióticos. A falta de incentivos econômicos para a pesquisa e desenvolvimento de medicamentos inovadores continua sendo um obstáculo crítico, onde o incentivo financeiro é insuficiente para atrair investimentos da indústria farmacêutica. Programas recentes em países como Reino Unido, Itália e Canadá, que adotaram modelos de subscrição para estimular a criação de novos antibióticos, são promissores, mas ainda insuficientes para sustentar o pipeline global. Sem uma mudança substancial no modelo de negócios, especialistas alertam que, em menos de uma década, a maioria dos antibióticos inovadores em desenvolvimento pode nunca chegar ao mercado.

Além disso, o impacto socioeconômico da RAM é profundo, especialmente nas nações do Sul Global, onde a infraestrutura de saúde é menos robusta e o acesso a medicamentos de qualidade é limitado. A conferência em Jeddah busca não apenas discutir soluções, mas também estimular a colaboração sul-sul, que pode ser fundamental para compartilhar boas práticas, desenvolver capacidade técnica e mobilizar recursos locais. O fortalecimento de parcerias regionais pode ajudar a garantir que os avanços feitos em pesquisa, acesso a diagnósticos e tratamentos cheguem àqueles que mais precisam.

É crucial que esses compromissos não sejam apenas declarações de boas intenções, mas que se traduzam em políticas nacionais robustas, tangíveis e em um financiamento sustentável. A criação de um Painel Independente de Evidências para Ação é um passo positivo para garantir que as decisões políticas sejam baseadas em ciência sólida, evitando que interesses econômicos comprometam a saúde pública. A responsabilidade e a transparência devem ser prioridades se quisermos evitar que a RAM se transforme em uma crise ainda maior do que a pandemia de COVID-19.

A conferência em Jeddah pode ser um ponto de inflexão, desde que os compromissos assumidos sejam acompanhados de ações práticas e financiamento adequado.

E assim vem também a definição do tema da Semana Mundial de Conscientização sobre RAM de 2024, "*Educar. Defender. Agir agora.*", sublinha a necessidade de ação imediata. As atividades globais, de 18 a 24 de novembro, refletem o consenso de diferentes partes interessadas dos setores de saúde humana, animal, vegetal e ambiental, ressaltando a importância da abordagem "One Health". Ao promover um esforço coletivo para educar, defender compromissos audaciosos e implementar ações concretas, a campanha visa não apenas aumentar a conscientização, mas também transformar intenções políticas em resultados práticos. O chamado à ação nunca foi tão urgente. O mundo precisa não só de compromissos políticos, mas de uma mobilização de todos os setores da sociedade para enfrentar esse desafio imposto.

Rodada de Investimentos da OMS: momento culminante na Cúpula do G20 com promessas dos líderes

A primeira Rodada de Investimentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) atingiu seu momento culminante durante a Cúpula dos Líderes do G20 no Rio de Janeiro. Chefes de estado e governo expressaram forte apoio a uma OMS com financiamento sustentável, promessas financeiras adicionais foram anunciadas e a nova Presidência do G20, África do Sul, prometeu manter o foco no financiamento sustentável da Organização em 2025.

O apoio foi refletido na Declaração dos Líderes do G20 no Rio de Janeiro: "Reiteramos o papel central de coordenação da Organização Mundial da Saúde (OMS) na arquitetura global da saúde, apoiada por financiamento adequado, previsível, transparente, flexível e sustentável. Apoiamos a condução da Rodada de Investimentos da OMS como uma medida adicional para financiar as atividades da OMS."

A Rodada de Investimentos está levantando fundos para a estratégia da OMS para a saúde global, o Décimo Quarto Programa Geral de Trabalho, pretendendo mudar o modelo de financiamento da OMS, para que ele seja mais previsível, flexível e resiliente.

Com as promessas recebidas da Austrália, Indonésia e Espanha na Cúpula de Líderes, a OMS agora recebeu promessas de US\$ 1,7 bilhão. Incluindo outros acordos de financiamento

assinados e financiamento esperado de parcerias, a OMS tem financiamento de US\$ 3,8 bilhões para os próximos quatro anos. Isso significa que a OMS arrecadou 53% dos US\$ 7,1 bilhões de financiamento necessários, aumentando com sucesso a previsibilidade em comparação a 2020, quando a OMS tinha apenas 17% do financiamento garantido para sua estratégia anterior. A OMS, os Estados-Membros e os parceiros continuarão os esforços para cobrir a lacuna restante para que a Organização possa cumprir a estratégia para 2025–2028.

A Rodada de Investimentos também ampliou com sucesso a base de doadores da OMS, melhorando sua resiliência de financiamento, o que está tornando o financiamento da OMS mais diversificado e, portanto, torna-se um marco na evolução da Organização. Sete desses novos doadores são países de baixa renda e 21 são países de renda média, representando uma mudança na base de financiamento da OMS. Essa mudança também demonstra amplo reconhecimento da necessidade de investir em saúde e na OMS. Quarenta e seis doadores prometeram até agora um financiamento mais flexível, em comparação com 35 nos últimos quatro anos, aumentando a capacidade da OMS de usar os fundos onde eles são mais necessários.

A respeito da OMS, Lula afirmou: “A Organização Mundial da Saúde representa os maiores ideais da humanidade. O investimento nos próximos quatro anos será reembolsado muitas vezes em bem-estar obtido. Ele estabelecerá a base para as gerações futuras.” O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, que presidirá o G20 em 2025, disse: “Estamos orgulhosos de carregar o bastão do Brasil e continuar a destacar a importância da OMS e a necessidade de financiamento sustentável para a meta de saúde para todos.”



Tedros, Lula e Nísia na rodada de investimentos da OMS durante o G20

Organizações Regionais das Américas reafirmaram no G20 compromisso com equidade e desenvolvimento sustentável na região²⁵

As **Organizações Regionais das Américas** – o *Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)*, a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)*, o *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)* e a *Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)* – somaram-se aos esforços da Presidência do G20 do Brasil no consenso obtido em torno de questões críticas de desenvolvimento, incluindo pobreza e fome, governança global e mudanças climáticas, por meio de **Declaração Conjunta**, na qual reafirmaram seu compromisso de traduzir as aspirações do Brasil em ações tangíveis que impulsionem a equidade e o desenvolvimento sustentável nas Américas.



Da esquerda para a direita: Jarbas Barbosa (OPAS), Ilan Goldfajn (BID), Sergio Díaz-Granados (CAF) e José Manuel Salazar-Xirinachs (CEPAL)

Durante a liderança do Brasil no G20, a CAF, a CEPAL, o BID e a OPAS contribuíram com conhecimento técnico, visão regional e orientação estratégica alinhados com seus respectivos mandatos. Sob a liderança do *BID*, que presidiu este ano o *Grupo de Chefes de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento*, os bancos multilaterais de desenvolvimento publicaram uma Nota descrevendo 16 resultados principais para ação conjunta. O G20 incorporou 14 desses resultados em seu roteiro para a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento. O tema do Brasil, "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável", reflete a missão compartilhada das mencionadas organizações regionais: promover o crescimento inclusivo, a equidade e a resiliência nas Américas.

O lançamento da *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza*, um dos destaques da presidência do Brasil, ressalta a urgência de um investimento coordenado e direcionado para enfrentar as desigualdades persistentes. Nas Américas, esse desafio é particularmente grave, com desigualdades profundamente enraizadas que minam o progresso, apesar do potencial econômico da região. As organizações decidiram trabalhar juntas para promover o crescimento

²⁵ Reprodução da nota publicada pela OPAS em: [CAF, CEPAL, BID e OPAS promovem a equidade e o desenvolvimento sustentável nas Américas na Cúpula do G20 no Brasil - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde](#)

sustentável e equitativo e a colaboração regional, ao mesmo tempo em que seguirão apoiando o trabalho de seus países membros para atingir as metas de desenvolvimento sustentável.

Coordenação regional para desafios regionais

Segundo a nota conjunta das organizações, as Américas são uma região de contrastes: a prosperidade econômica de certos grupos existe junto com a pobreza e a fome persistentes, revelando as desigualdades sistêmicas e multidimensionais que limitam o desenvolvimento social inclusivo e o crescimento econômico. Reverter essa situação requer uma ação audaciosa e multissetorial que potencialize as competências coletivas para acelerar a mudança e ampliar as melhores práticas baseadas em evidências.

Compromissos organizacionais no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Além do compromisso de cooperar e promover abordagens mais integradas, cada uma das organizações assumirá o legado do G20/2024 por meio das seguintes ações para promover a equidade e combater a fome e a pobreza nas Américas:

Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe - CAF

A CAF está comprometida com o combate à pobreza e à desigualdade, melhorando a vida das populações vulneráveis. O banco tem a meta de investir US\$ 22 bilhões até 2035 no financiamento e assistência técnica para melhorar a infraestrutura e expandir o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança alimentar. Além disso, a CAF promoverá mecanismos de proteção social para impactar diretamente os principais indicadores sociais.

Para cumprir sua missão, a CAF priorizará a melhoria dos serviços de saúde nas comunidades amazônicas afetadas por doenças como a malária. O banco também fortalecerá a capacidade dos países para a elaboração de políticas baseadas em evidências e o desenvolvimento institucional por meio de assistência técnica e treinamento. Ao promover parcerias, a CAF pretende mobilizar recursos e conhecimentos para promover o ODS 3 (saúde). A CAF também se comprometeu a otimizar a alocação de recursos e alinhar seus esforços com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Atualmente, o banco tem US\$ 1,6 bilhão em recursos financeiros dedicados ao combate à fome e à pobreza, com US\$ 865 milhões aprovados para 2023 e 2024.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL

A fome e a pobreza vão contra o desenvolvimento social inclusivo, afetando o exercício dos direitos e o bem-estar das pessoas que sofrem com elas. Além disso, atuam como freio ao crescimento econômico e ao desenvolvimento produtivo. A CEPAL tem o compromisso de prestar assistência técnica, fortalecer o intercâmbio de informações e conhecimentos sobre políticas públicas e colaborar com outros membros da Aliança para desenvolver soluções inovadoras, mobilizar recursos financeiros e compartilhar boas práticas para combater a fome, a pobreza e a desigualdade.

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

O BID se comprometeu a fornecer até US\$ 25 bilhões em financiamento para apoiar políticas lideradas pela Aliança e programas liderados pelos países para acabar com a fome e a pobreza. Também se comprometeu a garantir que pelo menos 50% dos projetos recém-aprovados do BID e 60% dos projetos do BID Lab sejam destinados diretamente às populações

vulneráveis. O BID também tem como objetivo servir como um braço financeiro fundamental para a Aliança, buscando a realocação de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional como um mecanismo de financiamento híbrido para bancos multilaterais de desenvolvimento.

Além disso, o BID poderia fornecer até US\$ 200 milhões em assistência técnica a seus países membros para projetar, implementar, avaliar, aprimorar e ampliar as políticas e os programas prioritários no âmbito da estrutura da Aliança.

Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS

Como a eliminação da fome e da pobreza é essencial para garantir uma vida saudável para todas e todos, e o acesso equitativo à saúde é crucial para acelerar o progresso nessas áreas, a OPAS apoiará a Aliança Global trabalhando com outros membros para desenvolver políticas que fortaleçam a atenção primária à saúde, impulsionem os esforços de eliminação de doenças e garantam o acesso equitativo aos serviços para combater as doenças não transmissíveis e outros desafios críticos de saúde. Além disso, a OPAS colaborará com os parceiros da Aliança para fornecer assistência técnica, capacitação, treinamento e compartilhamento de conhecimento, enfatizando a interconexão entre a realização do ODS 3 e o combate à pobreza, à fome e à insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que promove a inclusão socioeconômica.

Primeira semana da COP29 em Baku: Urgência, Ambição e Saúde

First week of COP29 in Baku: Urgency, Ambition, and Health

Danielly Magalhães

Guto Galvão

Resumo: A COP29 da ONU está sendo realizada em Baku, Azerbaijão, com discussões marcadas por um senso de urgência frente aos dados alarmantes que mostram o aquecimento global ultrapassando o limite crítico de 1,5°C. A conferência foca em metas climáticas mais ambiciosas para 2035, financiamento climático através do Novo Objetivo Quantificável Coletivo (NCQG), e mecanismos como Perdas e Danos e o Mercado de Carbono. Tópicos de saúde também ganharam destaque com os Objetivos Globais de Adaptação (GGA), incluindo indicadores globais para monitorar resiliência climática. Tensões políticas e dinâmicas geopolíticas desafiam as negociações, enquanto Brasil e Reino Unido lideram com compromissos climáticos ambiciosos.

Abstract: *The UN COP29 is taking place in Baku, Azerbaijan, marked by a sense of urgency following alarming data showing global warming exceeding the critical threshold of 1.5°C. The conference focuses on more ambitious climate targets for 2035, climate finance through the New Collective Quantified Goal (NCQG), and mechanisms such as Loss and Damage and the Carbon Market. Health topics have also gained prominence with the Global Goals on Adaptation (GGA), including global indicators to monitor climate resilience. Political tensions and geopolitical dynamics complicate negotiations, while Brazil and the United Kingdom lead with ambitious climate commitments.*

A Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP29) está ocorrendo em Baku, no Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro. A conferência é marcada por um maior senso de urgência, dados os dados climáticos alarmantes do ano passado. Pela primeira vez, a temperatura média global de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024 ultrapassou o limite crítico de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (1850-1900). Isso marca uma tendência preocupante, já que as temperaturas globais excederam consistentemente esse limite quase diariamente durante a segunda metade de 2023, estimuladas pelo início do El Niño. Os cientistas relataram que a temperatura média durante esse período foi aproximadamente 1,52 ° C mais alta, indicando o quão perigosamente o mundo está perto de violar permanentemente o limite de 1,5 ° C estabelecido no Acordo de Paris.

Apesar desse cenário desafiador, ainda há esperança, embora o limite de 1,5 ° C seja medido ao longo de décadas e possa sofrer algumas flutuações devido a fatores de curto prazo como o El Niño, uma ação sustentada para reduzir as emissões de carbono ainda pode alterar a trajetória do aquecimento global. De forma encorajadora, a rápida adoção de tecnologias verdes, como energia renovável e veículos elétricos, reduziu a probabilidade dos cenários de aquecimento mais catastróficos (4 ° C ou mais até o final do século) que eram temidos há apenas uma década.

No entanto, o foco da conferência deste ano vai além dos avanços tecnológicos. O foco está no **financiamento climático**, com a estrutura do [Novo Objetivo Quantificável Coletivo \(NCQG\)](#) ocupando o centro das discussões. Essa estrutura ambiciosa busca aumentar o apoio financeiro para mitigação climática, adaptação e compensação de perdas e danos. As discussões destacam a necessidade crítica de reformular os mecanismos financeiros para atender às crescentes demandas, já que os níveis atuais de financiamento estão aquém do necessário para atingir as metas climáticas globais. A complexidade do debate financeiro é ainda agravada pela dinâmica geopolítica; grandes nações como China, Alemanha, França, Índia e EUA optaram por não enviar seus representantes de mais alto nível, lançando dúvidas sobre seu compromisso com as negociações.

Outro ponto de incerteza é a atual eleição do Presidente Donald Trump nos Estados Unidos. Em uma coletiva de imprensa, o Conselheiro Sênior do Presidente dos EUA, Biden, para Política Climática Internacional deu todas as garantias possíveis de que uma mudança de curso na administração federal do país não significa que o setor privado ou as administrações locais interromperão os esforços para a expansão da energia limpa.

Ainda durante a COP29, a delegação argentina foi orientada a se retirar da COP e voltar. Isso gerou tensões, especialmente dentro do grupo de países do SUR — uma coalizão que inclui a Argentina. Curiosamente, os membros da coalizão passaram a se manifestar em nome do grupo sem mencionar a Argentina, destacando um possível isolamento do país no contexto das negociações climáticas.

Esses desafios políticos complicam ainda mais as negociações sobre o clima, especialmente em um momento em que a urgência de limitar o aquecimento global a 1,5°C é maior do que nunca. Apesar das complicações, é importante lembrar que a luta contra as mudanças climáticas transcende ciclos políticos, tornando cada uma dessas conferências um momento crucial para garantir compromissos concretos em prol da sustentabilidade global.

Em fevereiro de 2025, todos os países membros devem apresentar metas atualizadas e mais ambiciosas para 2035, superando as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) estabelecidas para 2030. Enquanto algumas nações hesitam em elevar suas ambições climáticas, o Reino Unido está se posicionando como líder, prometendo uma redução de 81% nas emissões até 2035. Da mesma forma, [o Brasil anunciou novas metas ousadas](#), baseada principalmente na redução do desmatamento e no investimento de combustíveis renováveis para a área de transporte, além de outras áreas como agricultura, resíduos, infraestrutura e indústria, sinalizando sua prontidão para sediar a COP30 em Belém com uma forte agenda climática.

Outro marco importante discutido na COP29, e com relação direta com a saúde, são os **Objetivos Globais de Adaptação** (Global Goals on Adaptation, sigla em inglês GGA) com discussões interessantes na primeira semana. O GGA, estabelecido no âmbito do Acordo de Paris, integra a saúde em sua estrutura, com foco na construção de resiliência contra os impactos na saúde relacionados ao clima. O Quadro dos Emirados Árabes Unidos para Resiliência Climática Global (EAU-FGCR) visa operacionalizar o GGA, enfatizando o bem-estar coletivo, salvaguardando os meios de subsistência e aprimorando os sistemas de saúde resilientes ao clima. Um resultado significativo das discussões deste ano é o estabelecimento de indicadores globais em vários setores, incluindo a saúde, para monitorar o progresso no âmbito do GGA.

À medida que as negociações continuam, os delegados estão lidando com as complexidades de alinhar indicadores de adaptação globais e específicos do contexto, e o papel da saúde pode ganhar atenção na agenda de adaptação climática. Espera-se que os resultados de Baku estabeleçam um precedente crítico para futuras ações climáticas, à medida que o mundo se aproxima de prazos e metas cruciais.

Também estão sendo discutidos os mecanismos de Perdas e Danos, Mercado de Carbono e Relatório Bianual de Transparência (biennial transparency reports, sigla em inglês BTRs).

Este informe irá descrever os objetivos desses pontos críticos e as principais discussões durante essa primeira semana. No entanto, até o momento nenhuma negociação foi finalizada, esperando-se decisões mais concretas até o final da COP29.

Financiamento

O Novo Objetivo Quantificado Coletivo (New Collective Quantified Goal, sigla em inglês, NCQG) é um elemento fundamental do Acordo de Paris, projetado para definir uma meta financeira atualizada para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento para além de 2025. Essa meta se baseia no compromisso anterior assumido na Cúpula do Clima de Copenhague de 2009, onde as nações desenvolvidas se comprometeram a mobilizar US\$ 100 bilhões anualmente até 2020 para atender às necessidades climáticas dos países em desenvolvimento. De acordo com a OCDE, essa meta foi alcançada tardiamente em 2022, com US\$ 115,9 bilhões mobilizados, embora permaneçam preocupações sobre como esses fundos são calculados e se representam recursos realmente adicionais. Muitos países em desenvolvimento argumentam que esses fundos não se traduziram efetivamente em ações climáticas significativas, particularmente em adaptação e perdas e danos, além de terem exacerbado o peso da dívida, já que 69% desse montante foi disponibilizada na forma de empréstimos.

Atualmente, o NCQG está em negociação, com o objetivo de ser finalizado até 2025. Procura-se estabelecer metas financeiras mais ambiciosas que se alinhem com a evolução das necessidades das nações em desenvolvimento, especialmente à luz dos novos desafios climáticos. [Estimativas do Grupo Independente de Alto Nível sobre Financiamento Climático](#)²⁶ sugerem que pelo menos US\$ 1 trilhão por ano será necessário até 2030 para lidar com os esforços de mitigação e adaptação. Essa meta reflete a urgência de acelerar os compromissos financeiros para evitar os custos crescentes da inação sobre as mudanças climáticas.

²⁶ O novo relatório conclui: "Estimamos que a necessidade global de investimento projetada para ação climática seja de cerca de US\$ 6,3 a 6,7 trilhões por ano até 2030, dos quais US\$ 2,7 a 2,8 trilhões estão em economias avançadas, US\$ 1,3 a US\$ 1,4 trilhão na China e US\$ 2,3 a 2,5 trilhões em Mercado Emergente e Países em Desenvolvimento (EMDCs) que não sejam a China. Estes últimos países serão responsáveis por quase 45% das necessidades médias de investimento incremental de agora até 2030, mas têm ficado para trás, especialmente a África Subsaariana. Para 2035, estimamos que as necessidades globais de investimento para ação climática sejam de cerca de US\$ 7 a 8,1 trilhões por ano, com as economias avançadas precisando de US\$ 2,6 a 3,1 trilhões, a China de US\$ 1,3 a 1,5 trilhão e os EMDCs que não sejam a China exigindo de US\$ 3,1 a 3,5 trilhões. Essas necessidades são nossas estimativas do que é necessário para o cumprimento do Acordo de Paris, e os investimentos também darão uma contribuição vital para o crescimento sustentável e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável."

Durante a primeira semana da COP29 em Baku, As partes rejeitaram a estrutura substantiva para um projeto de texto de negociação que os copresidentes do programa de *trabalho ad hoc* sobre a nova meta quantificada coletiva (NCQG) prepararam antes da reunião ([FCCC/PA/CMA/2024/9/Add.1](#)), embora alguns tenham sugerido que ainda poderia ser uma ferramenta útil.

As discussões seguiram concentradas na mobilização de até US\$ 1 trilhão anualmente para apoiar países vulneráveis. Apesar das tensões políticas, incluindo a retirada temporária da Argentina da cúpula, os delegados se concentraram em soluções inovadoras de financiamento, como taxas de solidariedade sobre atividades prejudiciais ao meio ambiente, que poderiam arrecadar de US\$ 200 a 400 bilhões anualmente. Os países em desenvolvimento, liderados pelo G-77/China, enfatizaram a necessidade de um NCQG equilibrado que atenda às suas necessidades específicas e pediram um programa abrangente de implementação de tecnologia. A UE e outras nações desenvolvidas pressionaram por contribuições financeiras mais amplas além das finanças públicas, visando uma combinação de apoio público e investimentos do setor privado – A inserção do setor privado vem sendo criticada pelos países em desenvolvimento, segundo eles, o acordo é feito entre nações e não se deve envolver partes externas, além disso, acreditam que a inclusão do setor privado possa ser uma forma de retirar a responsabilidade dos países desenvolvidos em arcar com os prejuízos causados aos menos desenvolvidos.

Outras discussões importantes destacaram a necessidade de alinhar o financiamento climático com os resultados do Global Stocktake (GST), enfatizando a urgência de fazer a transição dos subsídios aos combustíveis fósseis, que atualmente são dez vezes maiores do que o financiamento climático. Grupos como o Environmental Integrity Group (EIG) e o Umbrella Group defenderam um NCQG em várias camadas, combinando bilhões em apoio direto com trilhões em investimentos para atingir as metas climáticas globais. Enquanto isso, países como Brasil, África do Sul, Índia e China pediram que as nações desenvolvidas cumprissem suas obrigações financeiras sem diluir sua responsabilidade sob o Acordo de Paris.

À medida que as negociações avançam, um consenso sobre a nova meta financeira ainda não foi alcançado, com números em consideração variando de US\$ 100 bilhões a **US\$ 1,3 trilhão por ano**. O sucesso da COP29 pode muito bem depender de os países concordarem com essa nova meta financeira para mobilizar os recursos necessários para a ação climática, especialmente à luz dos impactos crescentes do aquecimento global, que recentemente ultrapassou o limite de 1,5°C pela primeira vez em um período de 12 meses.

Adaptação

O Objetivo Global de Adaptação (GGA) é um componente crítico do Acordo de Paris, estabelecido para aumentar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas. Ele se alinha estreitamente com o direito à saúde, reconhecendo que melhorar os resultados de saúde é essencial diante dos impactos climáticos. O GGA visa proteger os sistemas humanos e naturais, enfatizando a interconexão da saúde, meios de subsistência e ecossistemas.

A ideia de uma meta global de adaptação foi proposta pela primeira vez em 2013 pelo Grupo Africano. O GGA foi formalmente estabelecido sob o Artigo 7.1 do Acordo de Paris em 2015 como parte de um esforço mais amplo para alcançar a resiliência climática. Para operacionalizar esse objetivo, o programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh (GlaSS) foi

lançado em 2021, seguido pelo desenvolvimento de uma estrutura preliminar pelos países em desenvolvimento em 2022.

Em 2023, o Quadro dos Emirados Árabes Unidos para Resiliência Climática Global (UAE-FGCR) foi adotado como estrutura orientadora para o GGA, com foco explícito na saúde, meios de subsistência e natureza. Essa estrutura inclui metas para melhorar os serviços de saúde resilientes ao clima e mitigar os riscos à saúde em comunidades vulneráveis, juntamente com co-benefícios em setores como segurança alimentar, água e saneamento. A adoção também levou ao início [do programa de trabalho Emirados Árabes Unidos-Belém](#), que visa desenvolver indicadores e metas específicas nos próximos dois anos. A lista inicial de indicadores determinados pelos experts pode ser encontrada [aqui](#), mas precisa ser refinada para a seleção final dos indicadores.

O GGA está estruturado em 7 alvos temáticos que cobrem áreas críticas, como:

1. Água e Saneamento
2. Alimentação e Agricultura
3. Saúde
4. Ecossistemas e Biodiversidade
5. Infraestrutura e assentamentos humanos
6. Erradicação da pobreza e meios de subsistência
7. Proteção do Patrimônio Cultural

Além disso, existem 4 dimensões alvos focadas em:

1. Avaliação de impacto, vulnerabilidade e risco
2. Planejamento
3. Implementação
4. Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

Essas metas visam coletivamente construir resiliência em vários setores, garantindo que as medidas de adaptação sejam inclusivas e equitativas.

Durante as negociações da COP29, as partes se envolveram em consultas informais para refinar os indicadores de adaptação, com visões diversas sobre sua implementação. O G-77/China enfatizou a necessidade de indicadores que rastreiem os "Meios de Implementação" (MOI) – ou seja, finanças, transferência de tecnologia e capacitação. No entanto, essa abordagem foi contestada por países como UE, Reino Unido, Japão e Canadá, que argumentaram contra indicadores globais vinculativos vinculados ao apoio à implementação.

Algumas delegações propuseram uma abordagem dupla:

1. Indicadores globais vinculativos para acompanhar o progresso geral em direção ao GGA.
2. Indicadores voluntários e específicos do contexto que permitem aos países enfrentar seus desafios únicos de adaptação.

A Federação Russa favoreceu uma abordagem totalmente voluntária para indicadores globais e locais. Essas discussões ressaltam a complexidade de definir um conjunto universal de métricas que possam acomodar as diversas necessidades e capacidades dos países.

A implementação bem-sucedida do GGA depende da garantia de financiamento e suporte técnico adequados, sendo um dos tópicos considerados na contribuição **anual de US\$ 1 trilhão**.

A estrutura do GGA serve como um roteiro para aumentar a resiliência global, garantindo que a saúde, os meios de subsistência e a natureza sejam protegidos diante dos crescentes desafios climáticos. À medida que a estrutura continua a evoluir, seu sucesso dependerá de ação coletiva, apoio financeiro equitativo e um sistema de monitoramento robusto que se alinhe aos princípios da justiça climática.

Perdas e danos

Na COP29, a revisão do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos (Warsaw International Mechanism for Loss and Damage, sigla em inglês WIM) emergiu como um ponto focal das discussões. Esse mecanismo, estabelecido em 2013, visa abordar os impactos das mudanças climáticas que estão além das capacidades de adaptação, particularmente para países em desenvolvimento vulneráveis. No entanto, muitas partes expressaram profunda decepção com o desempenho do WIM até o momento, descrevendo-o como um mecanismo "de baixa ambição e insuficiente" que fica aquém de atender às necessidades urgentes dos mais afetados por perdas e danos induzidos pelo clima.

Os países em desenvolvimento expressaram preocupação com a eficácia do WIM, citando desafios na utilização de seus resultados devido à linguagem excessivamente técnica e acadêmica, que muitas vezes cria barreiras para as partes interessadas, especialmente comunidades locais e povos indígenas. Muitos delegados pediram uma abordagem de baixo para cima, defendendo a inclusão de profissionais e atores locais na formação do trabalho do mecanismo para garantir que ele seja mais responsivo às realidades locais. Além disso, foram feitas sugestões para que o WIM produzisse relatórios anuais detalhando as necessidades e lacunas específicas de perdas e danos, aumentando assim a transparência e a responsabilidade.

O relatório anual do comitê executivo pode ser encontrado [aqui](#).

À medida que as discussões informais continuam, um dos principais desafios para a COP29 é garantir que o WIM e os mecanismos relacionados possam fornecer apoio significativo às nações vulneráveis. Fortalecer a capacidade do WIM de lidar com impactos do mundo real, promover a inclusão em seus processos e garantir mecanismos de relatórios transparentes será fundamental para aprimorar a resposta global a perdas e danos sob o Acordo de Paris.

Mecanismos de mitigação

Os mecanismos de mitigação também está sendo um ponto focal, abordando como os países podem efetivamente reduzir suas emissões de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global. Essas discussões foram enraizadas nas estruturas estabelecidas pelo **Acordo de Paris**, com foco particular no aumento da ambição e na aceleração da implementação.

1. Ambição de atenuação e programa de trabalho de execução

O Programa de Trabalho de Ambição e Implementação de Mitigação (MWP), introduzido durante a COP27, continuou a ser uma área crítica de negociação na COP29. O MWP visa aprimorar as ações climáticas pré-2030, instando os países a aumentar seus compromissos de mitigação de acordo com as metas do Acordo de Paris. Durante as consultas informais do Órgão Subsidiário (SB), os Co-Facilitadores Ursula Fuentes (Alemanha) e Maesela John Kekana (África do Sul) apresentaram uma nota informal para orientar as partes em suas discussões.

No entanto, o documento proposto enfrentou resistência de vários grupos, embora observando que precisavam de mais tempo para revisar o documento, expressaram vontade de se envolver, reconhecendo que ele tentou incorporar diversas perspectivas.

Os Co-Facilitadores pediram um envolvimento contínuo, buscando consenso e planejando intervalos de tempo adicionais para novas discussões. Isso destaca as tensões contínuas entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento sobre como equilibrar os esforços imediatos de redução de emissões com considerações de equidade e capacidade.

2. Artigo 6.4: Reforço dos mercados internacionais de carbono

Outro tema significativo e bastante complicado é a operacionalização do Artigo 6.4 do Acordo de Paris, que estabelece um mecanismo para promover o desenvolvimento sustentável por meio dos mercados internacionais de carbono. Durante as consultas informais do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA), vários pontos foram sugeridos para reestruturação do texto. Os Co-Facilitadores planejaram consultar o Presidente do SBSTA para encontrar um caminho a seguir, indicando que, embora tenham sido feitos progressos, diferenças substanciais permaneceram sobre como implementar esse mecanismo de forma eficaz.

Os mecanismos de mitigação discutidos na COP29 ressaltam a complexidade de atingir as metas climáticas globais. As diferenças nas prioridades e capacidades nacionais continuam a moldar o cenário de negociação, particularmente em torno do aprimoramento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e do estabelecimento de regras para os mercados de carbono. À medida que os países se preparam para o Balanço Global (GST) em 2025, esses mecanismos desempenharão um papel crucial para determinar se o mundo pode permanecer no caminho certo para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Os resultados da COP29 provavelmente influenciarão a forma como os países equilibram as reduções imediatas de emissões com estratégias de longo prazo, preparando o terreno para futuras ações climáticas que se alinhem com as necessidades de mitigação e adaptação.

Relatório especial da OMS - cop29 sobre mudanças climáticas e saúde: a saúde é o argumento para a ação climática

O **Relatório Especial da OMS** intitulado "*A saúde é o argumento para a ação climática*" enfatiza o papel crítico da ação climática na proteção da saúde humana. Ele pede medidas urgentes e concretas para mitigar as mudanças climáticas, vendo essas ações não como gastos, mas como investimentos essenciais para um futuro mais saudável. O relatório destaca que a transição para a resiliência climática, a adoção de soluções baseadas na natureza e o

afastamento dos combustíveis fósseis, e a interrupção de subsídios para combustíveis fósseis, são vitais para a autopreservação coletiva.

O relatório salienta que as vantagens econômicas e de saúde da resiliência e mitigação das alterações climáticas superam significativamente os custos iniciais. Ele critica os subsídios recorrentes aos combustíveis fósseis, argumentando que esses fundos públicos estão agravando a crise climática em vez de serem usados para soluções sustentáveis.

O relatório baseia-se em três pilares de atuação:

1. **Pessoas:** A mudança climática é uma ameaça profunda à saúde humana, com implicações para a estabilidade econômica e a segurança nacional. Alcançar a equidade, garantir direitos e promover uma transição justa são cruciais. O reforço da mão de obra no setor da saúde e a criação de sistemas de saúde resilientes e resistentes às alterações climáticas são essenciais para enfrentar os desafios atuais e futuros.

2. **Lugar:** O ambiente construído, particularmente as cidades (responsáveis por mais de 70% das emissões globais), desempenha um papel crítico. Desenho urbano sustentável, energia limpa, habitação resiliente e água e saneamento melhorados são vitais. Proteger os ecossistemas naturais é fundamental para fornecer ar limpo, água e sistemas alimentares sustentáveis.

○ **Planeta:** Os sistemas econômicos devem mudar para apoiar a saúde humana e planetária. Isso inclui a remoção de subsídios aos combustíveis fósseis, a implementação de preços justos de carbono e a mobilização de financiamento climático. A governança precisa integrar a saúde à política climática e vice-versa, para salvar vidas e reforçar a resiliência.

O relatório serve como um apelo à ação para que os formuladores de políticas priorizem a saúde em suas estratégias climáticas, garantindo assim um mundo mais saudável e sustentável para as gerações futuras.

Principais Recomendações

1. Nossa saúde não é negociável: Acabar com a dependência de combustíveis fósseis e garantir adaptação e resiliência centradas nas pessoas.

PESSOAS

2. Desbloquear o desenvolvimento humano e colocar as pessoas no centro da ação climática: Priorize a equidade, os direitos humanos e uma transição justa para garantir que todos se beneficiem da ação climática.

3. Construir sistemas de saúde preparados para o futuro: Invista em sistemas de saúde resilientes ao clima de baixo carbono e uma força de trabalho de saúde global adequada e bem apoiada.

LUGAR

4. As cidades são fundamentais para desbloquear os co-benefícios climáticos e de saúde: Proporcionar vitórias para a saúde e o clima financiando e implementando energia limpa, transporte com emissões zero, projeto de infraestrutura, gestão eficaz de resíduos e preparação para o clima.

5. A natureza e a biodiversidade são a base da nossa saúde: Proteger e restaurar os sistemas naturais como fundamentais para uma vida saudável, sistemas alimentares sustentáveis e meios de subsistência

PLANETA

6. Transformar os sistemas financeiros e a economia da extração para uma economia circular e de bem-estar.

7. Lidere com uma governança ousada que sirva a muitos. Capacitar e fortalecer as comunidades.

Fontes consultadas

Anotações dos autores durante a COP29

Earth Negotiations Bulletin's COP 29 Daily Report. Disponível em <https://enb.iisd.org/baku-un-climate-change-conference-cop29-daily-report-15nov2024> , acessado em 18/11/2024

Earth Negotiations Bulletin's COP 29 Halfway Point Webinar. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-165800906/cop-29-halfway-point-webinar> , acessado em 18/11/2024

Mark Poynting. 2024. World's first year-long breach of key 1.5C warming limit, Disponível em: <https://www.bbc.com/news/science-environment-68110310> , acessado em 18/11/2024

A luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo; breve atualização e análise de propostas e modelos. Desafios e oportunidades para a promoção da saúde

The fight to reduce working hours in Brazil and around the world; brief update and analysis of proposals and models. Challenges and opportunities for health promotion

René Mendes

Resumo: O texto elaborado para esta edição de *Cadernos CRIS* traz uma breve atualização, e analisa as propostas, modelos e alternativas que têm alimentado a eterna luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo. De fato, é quase mandatório aproveitar este valioso espaço quinzenal para dar visibilidade a este grande tema da luta histórica da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho, reacendido em nosso país pelo atual debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que está sendo construída no Congresso Nacional, de mudança da “escala 6x1”, liderada pela Deputada Erika Hilton (Psol). Além do óbvio interesse para todas as pessoas que constituem a classe trabalhadora – atualmente conceituada como a *classe-das-pessoas-que vivem-do-trabalho* – o tema cumpre funções extremamente emblemáticas como mobilizar a opinião pública, mobilizar multidões, mobilizar movimentos sociais e sindicais, enfim, expressar a profunda insatisfação com o atual modelo de exploração capitalista conduzido pelo ideário neoliberal e ultra neoliberal, exatamente numa época de grandes avanços da “direita” e de perda de direitos historicamente conquistados. Grandes retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, no mundo inteiro, no continente americano e no Brasil. Trata-se, portanto de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) libertadora e civilizatória. Ela servir de *senha* para muitos outros avanços, seja por seu conteúdo, seja pelo processo social mobilizador, *per se*. Sua eventual adoção trará óbvios impactos, também, sob uma perspectiva de “promoção da saúde e qualidade de vida”.

Palavras-chave: trabalho; trabalhadores; horas de trabalho; duração da jornada de trabalho; saúde dos trabalhadores.

Abstract: *The text prepared for this edition of Cadernos CRIS provides a brief update and analyzes the proposals, models and alternatives that have fueled the eternal struggle to reduce the working day in Brazil and around the world. In fact, it is almost mandatory to take advantage of this valuable biweekly space to give visibility to this great theme of the historical struggle of the working class to reduce the working day, rekindled in our country by the current debate around the Proposed Constitutional Amendment (PEC) that is being drafted in the National Congress, to change the “6x1 scale”, led by Congresswoman Erika Hilton (Psol). In addition to the obvious interest for all people who make up the working class – currently conceptualized as the class of people who live from work – the issue fulfills extremely emblematic functions such as mobilizing public opinion, mobilizing crowds, mobilizing social and union movements, and, ultimately, expressing the deep dissatisfaction with the current model of capitalist exploitation driven by neoliberal and ultra-neoliberal ideology, precisely at a time of great advances by the “right” and the loss of historically conquered rights. Major setbacks in the field of human and social rights, throughout the world, in the Americas and in Brazil. It is, therefore, a liberating and civilizing Proposed Constitutional Amendment (PEC). It will serve as a password for many other advances,*

whether due to its content or the mobilizing social process, per se. Its eventual adoption will also have obvious impacts from the perspective of “promoting health and quality of life”.

Keywords: work; workers; working hours; length of the working day; workers' health.

INTRODUÇÃO

Para um analista encarregado de apurar, analisar e escrever sobre temas da atualidade, no que se refere às interrelações entre Trabalho & Saúde, numa perspectiva nacional, continental e global, é quase mandatório aproveitar este valioso espaço quinzenal para dar visibilidade ao grande tema da **luta histórica da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho**, reacendido em nosso país pelo debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que está sendo construída no Congresso Nacional, de mudança da “escala 6x1”, liderada pela Deputada Erika Hilton (Psol).

Além do obvio interesse para todas as pessoas que constituem a classe trabalhadora – atualmente conceituada como a *classe-das-pessoas-que vivem-do-trabalho* – o tema cumpre funções extremamente emblemáticas como mobilizar a opinião pública, mobilizar multidões, mobilizar movimentos sociais e sindicais, enfim, expressar a profunda insatisfação com o atual modelo de exploração capitalista ‘turbinado’ pelo ideário neoliberal e ultra neoliberal, exatamente numa época de grandes avanços da “direita” e de perda de direitos historicamente conquistados. Grandes retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, no mundo inteiro, no continente americano e no Brasil. É por isto que recente artigo publicado no periódico alternativo *Outras Palavras* foi rotulado, acertadamente, como “A PEC que pode mudar a cena brasileira”²⁷

Assim, uma **PEC libertadora e civilizatória**, como é a proposta que tramita atualmente no Congresso Nacional, poderia servir de *senha* para muitos outros avanços, seja por seu conteúdo, seja pelo processo social mobilizador, *per se*. E aqui o analista do tema não é neutro, posto que também engajado na luta, portanto impregnado de vieses – compromissos - pró trabalhador, pró saúde, pró justiça social, pró emancipação da classe trabalhadora. A escolha do tema faz parte desta luta.

O QUE DIZEM A PEC E A MÍDIA

Segundo matéria da *Agência Câmara de Notícias*²⁸, o fim da jornada de seis dias de trabalho para um dia de descanso (6x1) foi defendido em Plenário por deputados da base do governo, mas criticada por parlamentares da oposição, que defenderam a negociação direta entre empregado e empregador. A deputada Erika Hilton (SP), líder do PSOL, busca conseguir 171 assinaturas para poder apresentar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece a duração do trabalho de até oito horas diárias e 36 semanais, com jornada de quatro dias por semana e três de descanso (4x3).

Outra proposta já em tramitação na Câmara ([PEC 221/19](#)), do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduz de 44 para 36 horas a jornada semanal do trabalhador brasileiro. Essa redução

²⁷ <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/a-pec-que-pode-mudara-cena-brasileira/>

²⁸ <https://www.camara.leg.br/noticias/1110526-proposta-de-reducao-da-jornada-de-trabalho-e-fim-da-escala-6x1-gera-debates-no-plenario-da-camara>

terá prazo de dez anos para se concretizar. O texto do deputado está na Comissão de Constituição e Justiça à espera de um relator desde março.

Cabe lembrar que a definição da carga horária atual está estabelecida no artigo 7º da Constituição Federal. Lá, fica assegurado ao trabalhador o direito de ter um expediente “não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”.

Segundo o mesmo *Portal*, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que a escala 6x1, no século 21, é muito pesada, injusta e explorativa. “A vida não é só o exercício pesado, cotidiano e necessário do trabalho – que tem que ser remunerado condignamente –, mas também o lazer, a cultura, o descanso”, disse.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) afirmou que a carga de trabalho média do brasileiro (39 horas semanais) é maior que a média mundial, de 38,2 horas. “Trazendo para humanização a jornada de trabalho, teremos trabalhador mais satisfeito e rendendo muito mais”, disse.

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a jornada 6x1 já não é mais aceita pelos trabalhadores brasileiros. “[A redução da jornada] evita o esgotamento dos trabalhadores e gera mais empregos para outras mulheres e homens deste país”, disse.

“Essa jornada é muito danosa para o trabalhador”, afirmou o deputado Kiko Celeguim (PT-SP). “Não podemos esquecer que os trabalhadores desse regime 6x1 percorrem grandes distâncias até o trabalho”. Segundo ele, não é possível deixar esse tipo de negociação para os sindicatos, que estão “fragilizados”.

O deputado Sidney Leite (PSD-AM) afirmou que boa parte da população brasileira já cumpre jornada de 40 horas. “É uma luta justa e coerente dos trabalhadores”, disse. Porém, ele comentou que o tema vai impor custos para áreas como a previdência desses trabalhadores.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou que a redução de jornada é uma “tendência no mundo inteiro” pelo avanço tecnológico e que “cabe à sociedade e ao Congresso debater o tema”. Ele comentou o tema durante entrevista no Azerbaijão, onde chefiava a delegação brasileira da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP 29.

Para a deputada Erika Hilton, é possível trabalhar com a margem de 36 horas semanais, mas o número tem o objetivo principal de iniciar o debate “para que o parlamento busque uma análise do que é melhor, levando em consideração a vida da classe trabalhadora”, segundo matéria de *O Globo*²⁹.

— Por enquanto tenho conversado mais com pares, mas, a partir da semana que vem, vamos levá-lo (o texto) para uma arena maior. Mas sabemos que, independentemente da mesa diretora (da Câmara e do Senado, que muda no ano que vem), essa é uma pauta que enfrentará inúmeras resistências.

Ao propor a mudança, a deputada encabeçou a bandeira do **Movimento Vida Além do Trabalho (VAT)**, que ganhou força nas redes no ano passado. Seu fundador, Rick Azevedo foi eleito este ano como vereador mais votado do Psol no Rio.

²⁹ <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/07/31/apos-teste-com-19-empresas-oito-delas-decidem-manter-semana-de-4-dias-no-brasil.ghtml>

A proposta de Erika enfatiza que a redução da carga horária semanal deveria ocorrer sem diminuição salarial. Esse ponto é essencial para “preservação do poder de compra e a estabilidade econômica dos trabalhadores, essenciais para o sustento de suas famílias e para a dinamização da economia como um todo”.

Para a mesma fonte da imprensa, o texto argumenta que a redução da jornada melhoraria a qualidade de vida dos trabalhadores e geraria ganhos de produtividade. A deputada cita resultados de programas pilotos com o modelo — que implica redução da carga horária e manutenção do salário. No Reino Unido, estudo do ano passado com 2,9 mil pessoas que passaram a trabalhar no regime 4x3 indicou que 39% se sentiam menos estressados com a mudança de jornada e 71% reduziram sintomas de *burnout*. Para empresas, ganhos passaram pela redução da rotatividade dos funcionários e um pequeno incremento na receita (1,4%), em comparação com os mesmos períodos anteriores, quando a jornada era mais extensa. A proposição também sugere que a redução da carga de trabalho poderia gerar 6 milhões de postos de emprego.

“Finalmente, a iniciativa legislativa aqui apresentada posiciona o Brasil na vanguarda das discussões sobre o futuro do trabalho, alinhando as práticas trabalhistas do país às tendências globais de flexibilização e humanização dos ambientes de trabalho”, completa.

Sobre resistência do empresariado, principalmente de setores como comércio e indústria, a deputada diz que é uma discussão que vai caminhar conforme o avanço da PEC, mas que pretende criar um canal de diálogo entre trabalhador, governo e setor privado:

— Há muito o discurso de que a economia será prejudicada, mas diversos estudos indicam que é possível remodelar, reorganizar o modelo de trabalho— diz a parlamentar.

O QUE DIZ A MÍDIA ALTERNATIVA

Como já mencionado, *Outras Palavras*³⁰ veiculou matéria analítica e opinativa, e aqui serão transcritos alguns de seus trechos, reconhecendo os devidos créditos aos seus autores³¹.

Desde que foi lançado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/2024, que visa regulamentar o trabalho dos motoristas por aplicativos — que ainda está parado no Congresso Nacional —, não se via um tema relacionado ao trabalho ganhar tanto destaque no debate público. O debate sobre a redução da jornada de trabalho acontece diante da apresentação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da deputada Erika Hilton (PSOL), inspirada pela campanha de Rick Azevedo, vereador recém-eleito pelo mesmo partido no Rio de Janeiro.

A chamada “escala 6x1” é aquela em que os trabalhadores têm jornadas de seis dias semanais seguidos com direito a apenas uma folga. Hilton propõe que haja uma redução da carga horária semanal para 36 horas sem alterar a carga máxima diária de oito horas de trabalho e sem redução salarial. Desde que foi lançado, o apoio popular nas redes sociais pressionou para que mais deputados endossassem a proposta e, até o momento de redação deste texto, já são 134 assinaturas, das 171 necessárias para a tramitação.

³⁰ <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/a-pec-que-pode-mudara-cena-brasileira/>

³¹ Maria J. Pereira, Eduardo R. Pereira e Mateus dos Santos.

Além de trabalhar, viver

Rick Azevedo, que foi o vereador mais votado no último pleito carioca, vem defendendo a pauta do fim da escala 6x1 a partir do movimento **Vida Além do Trabalho (VAT)**. Sua popularidade emergiu do *TikTok*, rede social em que compartilhava a sua rotina como balconista em uma farmácia em regime celetista. Azevedo reclamou do pouco tempo que tinha disponível para atividades de lazer e cuidados pessoais, e seu desabafo viralizou nas redes. Evidentemente, esta queixa não se limita à experiência pessoal de Azevedo e de seus milhares de seguidores, sendo comum ao conjunto da classe trabalhadora brasileira.

A valorização do tempo de não-trabalho não é uma pauta nova, apesar de seu ressurgimento e atualização ao tempo presente. **A jornada de trabalho** é pauta orientadora das lutas sindicais desde seus primórdios. Dentre os aspectos relacionados à sua regulação, destacam-se, dentre outros pontos, a delimitação de **intervalos de descanso** para os trabalhadores, os limites para o **trabalho noturno** e os **turnos de revezamento**. Tais pautas foram mobilizadas e conquistadas a partir da **não redução salarial**, elemento presente e central na PEC proposta por Hilton.

Tendo em vista as disputas que atravessam as relações de trabalho, a regulação da jornada foi e é um tema de relevância para o sindicalismo porque também foi alvo dos empregadores. E por que o domínio do tempo dos trabalhadores é tão relevante aos empregadores? Nas últimas cinco décadas, o trabalho tem passado por inúmeras transformações. Um conjunto de esforços de cunho neoliberal moldaram uma lógica de substituição dos trabalhadores, crescimento do setor de serviços e predominância da informalidade sem ou com pouca proteção social e trabalhista, dentre outros elementos que caracterizam o processo de neoliberalização. Isso tudo num contexto de “viração” – especialmente em países como o Brasil –, que captura o tempo dos trabalhadores, forçando-os a buscar constantemente por oportunidades no mercado, sentindo-se responsáveis diante da ausência do Estado – vide a questão da empregabilidade.

Ter mais tempo para além do tempo de trabalho implica em melhores condições de vida, o que, por sua vez, influencia positivamente a atividade produtiva. Nesse sentido, é curioso que o setor empresarial afirme que um dos maiores problemas do mercado de trabalho brasileiro, o que supostamente impediria a economia de “avançar”, é a baixa qualificação. Mas como falar em ausência de qualificação da força de trabalho, se para ela não há nem tempo de descanso e lazer?

O potencial político da PEC e da redução da jornada

A proposta de Hilton tomou as redes e mobilizou setores da sociedade. No entanto, parte do campo progressista e da base de sustentação do atual governo ainda parece tatear o debate numa aparente dúvida do quanto deve apostar nesta bandeira no atual contexto. A título de exemplo, nem o Partido dos Trabalhadores (PT) e nem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se manifestaram sobre a PEC e a convocação de atos pelo país até o presente momento. Noutra direção, o presidente da Força Sindical (FS), Miguel Torres, se manifesta de forma favorável à redução, embora com críticas à PEC: “Ressaltamos que a experiência das entidades sindicais, nas negociações constantes, demonstra que a redução da jornada é fundamental e só resulta em benefícios para toda a sociedade”.

O pronunciamento do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), veio como um balde de água fria. O ministro afirmou apenas que o fim da escala deve ser negociado em convenções e acordos coletivos entre empregados e empregadores. O ex-sindicalista não demonstra se é do interesse do governo a defesa desta pauta, e nem reforça sua importância histórica.

Na realidade, o discurso de defesa do negociado sobre o legislado, tão presente durante a aprovação da reforma trabalhista aprovada por Michel Temer (MDB) em 2017, acaba carregando, sob a aparência democrática e de respeito às particularidades locais, mais dificuldades para as condições de luta e para a construção de um novo horizonte.

Ora, há aqui uma grande oportunidade não apenas para que a esquerda e o campo progressista retomem a centralidade do trabalho e dos direitos sociais e trabalhistas, como também de se colocarem como protagonistas diante de uma demanda com forte apelo social, capaz de ser politizada para um processo mais amplo de defesa da democracia e de acesso aos direitos. Num contexto em que se debate a retomada dos vínculos com as classes trabalhadoras, pelas quais o discurso neofascista tem se espalhado, eis uma janela aberta onde as organizações e políticos da direita e da extrema-direita alinhados ao projeto neoliberal não estão encontrando espaço.

Falar no fim da escala 6x1 é falar sobre a promoção da qualidade de vida da classe trabalhadora. Porém, essa questão não pode ser discutida desacompanhada do debate sobre as desigualdades de gênero e de raça. Para que a valorização do tempo de não trabalho seja uma realidade, os trabalhos de cuidado direto e indireto, majoritariamente realizados por mulheres, devem ser pautados. Nesse sentido, a Política Nacional de Cuidados — uma aposta acertada do governo federal — deve emergir também enquanto mote da classe trabalhadora. Do contrário, o tempo de não trabalho (produtivo) das mulheres corre o risco de se transformar em tempo livre para o trabalho (reprodutivo).

O QUE DIZ O RELATÓRIO DA OIT

Em 2023, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou o robusto relatório ou informe intitulado **“Working Time and Work-Life Balance Around the World”**³², algo como **“Tempo de Trabalho e Balanço Vida-Trabalho ao Redor do Mundo”**, e ele está sendo aqui resgatado neste momento, por seu enorme potencial de contribuir para este debate que ora se reacende no Brasil, a propósito da PEC contra a “escala 6x1” e redução da jornada de trabalho e carga semanal de trabalho, como discutido neste texto.

O relatório **“Work Time and Work-Life Balance Around the World”**^{33,34} fornece uma análise abrangente dos dois principais aspectos do tempo de trabalho – horário de trabalho e acordos de horário de trabalho (também chamados de horários de trabalho) – e seus efeitos sobre o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal dos trabalhadores. O relatório analisa as horas de trabalho de várias perspectivas diferentes, destacando que, globalmente, **mais de um terço de todos os trabalhadores trabalham regularmente mais de 48 horas por semana**, enquanto um quinto da força de trabalho global está no extremo oposto do espectro trabalhando menos.

³² https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_864222/lang--en/index.htm

³³ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_864222.pdf

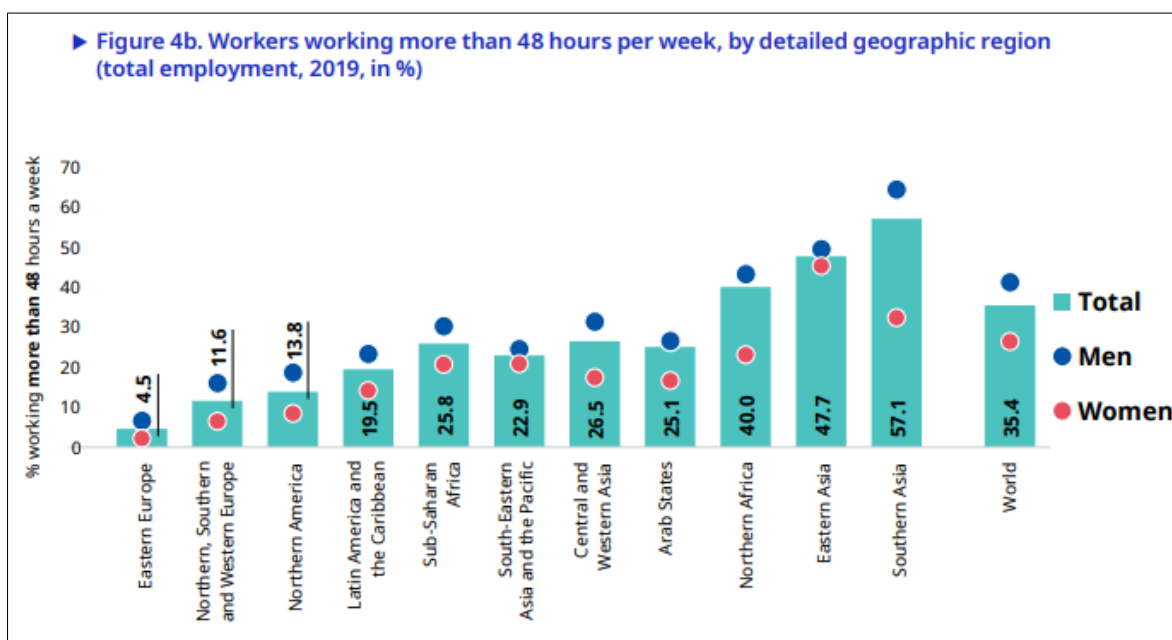
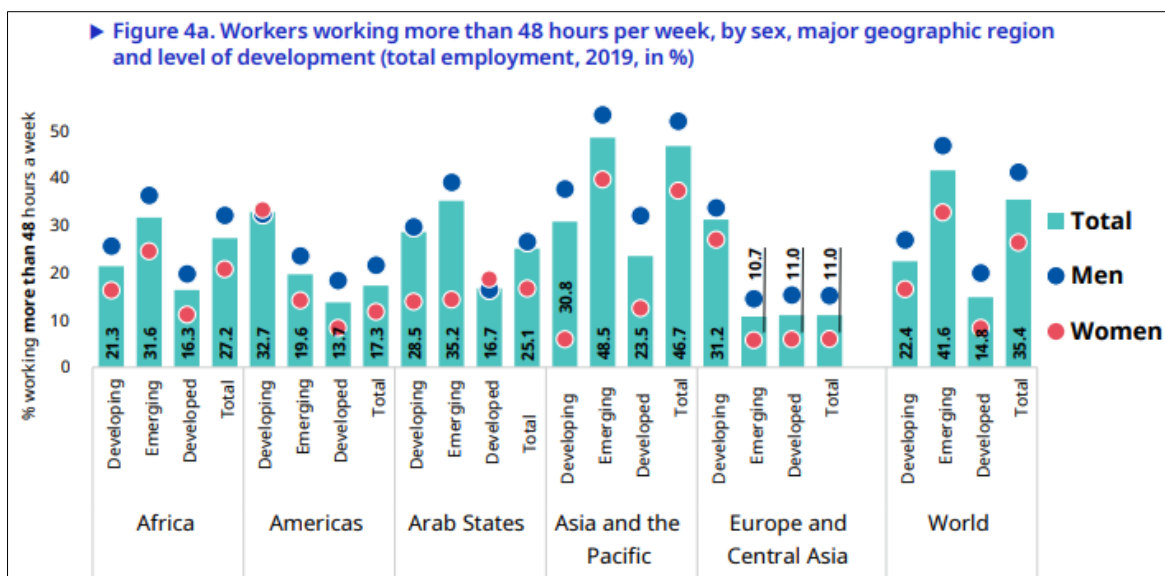
³⁴ https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_864222/lang--en/index.htm

(tempo parcial) menos de 35 horas por semana. Ele também analisa as horas reais de trabalho em comparação com o número de horas preferido dos trabalhadores, descobrindo que, em particular, **trabalhar mais horas do que o desejado tem efeitos negativos sobre o equilíbrio entre vida profissional e pessoal** relatado pelos trabalhadores. Por fim, o relatório fornece uma visão geral das medidas de resposta à crise relacionadas ao horário de trabalho implementadas por governos e empresas durante a pandemia do COVID-19, como compartilhamento de trabalho ou trabalho de curta duração e teletrabalho em casa, que ajudaram a manter as organizações funcionando e os trabalhadores empregados. Este relatório global conclui, resumidamente, sobre a importância e a necessidade de promover jornadas de trabalho reduzidas e oferecer acordos de horário de trabalho flexível, como horário flexível e teletrabalho, de forma mais ampla; esses tipos de políticas ajudariam a melhorar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e, assim, beneficiariam tanto os trabalhadores quanto os empregadores.

Os autores do relatório chamam a atenção à inadequação de estatísticas que se baseiam exclusivamente no total de horas trabalhadas por semana. Trata-se de uma deficiência grave porque – como acontece com qualquer medida de tendência central – a estimativa das horas semanais médias de trabalho falha em revelar se a distribuição das horas de trabalho em uma região, país, setor, ocupação ou outra categoria é distribuída segundo uma curva normal, ou se é distorcida; neste último caso, isso pode significar que as horas de trabalho dos trabalhadores são mais propensas a estar fora do intervalo normal na direção de horas longas ou horas curtas (meio período). Essa é a principal razão pela qual se torna necessário analisar, também, a distribuição das horas de trabalho fora do intervalo normal – ou seja, longas horas e horas curtas (meio período). Além disso, há também outras razões sólidas para esse foco, como o fato de que longas jornadas regulares de trabalho estão associadas a uma variedade de efeitos negativos, como segurança e saúde ocupacional, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e produtividade, bem como o fato de que horas de trabalho muito curtas (menos de 15/20 horas por semana) estão associadas ao subemprego relacionado ao tempo.

Com efeito, ‘longas horas de trabalho’ podem ser definidas como **trabalhar regularmente mais de 48 horas por semana**. Esta definição é consistente com as normas internacionais de trabalho relevantes, a Convenção No. 1 e a Convenção sobre Horas de Trabalho (Comércio e Escritórios), 1930 (No. 30), que limitam as horas normais de trabalho a 48 horas por semana. Também é consistente com a literatura relevante sobre os efeitos negativos de longas horas de trabalho na segurança e saúde do trabalhador, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e produtividade e desempenho.

As figuras 4a e 4b, retiradas do Relatório da OIT (págs. 13 e 14, respectivamente) mostram as regiões do mundo onde se trabalha mais (mais de 48 horas semanais), com claro destaque para os países do Sudeste asiático.



Conforme mostrado nas figuras 4a e 4b, aproximadamente um terço da força de trabalho global (35,4%) trabalhava mais de 48 horas por semana em 2019 antes do início da pandemia de COVID-19. As categorias na figura 4a são baseadas no nível de desenvolvimento econômico dos países: desenvolvidos (alta renda), emergentes (renda média) ou em desenvolvimento (baixa renda). A proporção de trabalhadores que trabalham tantas horas é substancialmente maior nos países em desenvolvimento em comparação com os países desenvolvidos e é maior de todas nas economias emergentes. A região com a maior proporção de trabalhadores que trabalham regularmente mais de 48 horas por semana é a Ásia e o Pacífico, onde quase metade de todos os trabalhadores (46,7%) trabalham longas horas. As maiores proporções de trabalhadores com longas jornadas de trabalho são encontradas no sul da Ásia (57,1%) e no leste da Ásia (47,7%). A África tem a segunda maior proporção de trabalhadores com longas horas de trabalho (27,2%), particularmente a África do Norte (40,0%), seguida pelos

Estados Árabes com 25,1%. A região com menor proporção de trabalhadores com longas jornadas de trabalho é claramente a Europa e a Ásia Central (11,0%), com destaque para o Leste Europeu (4,5%).

Nas economias em desenvolvimento e emergentes, essas longas horas de trabalho são motivadas principalmente por baixos salários por hora e/ou um desejo de maximizar ganhos (sejam eles salários ou renda de trabalho autônomo), o que significa que os trabalhadores muitas vezes precisam trabalhar longas horas apenas para sobreviver. A situação é muito diferente nos países desenvolvidos, particularmente para certas categorias de empregados assalariados, como trabalhadores profissionais e gerentes, dos quais se espera que trabalhem as horas necessárias para concluir suas atribuições e/ou podem trabalhar longas horas para demonstrar seu compromisso com a organização e, assim, tentar avançar em suas carreiras (sic).

Há também uma diferença substancial de gênero na incidência de longas horas de trabalho remunerado. Como mostrado nas figuras 4a e 4b, os homens são substancialmente mais propensos do que as mulheres a trabalhar longas horas de trabalho remunerado (41,2% contra 26,4%). Isso é verdade em todas as regiões do mundo, com as notáveis exceções da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático e Pacífico, onde praticamente não há diferença de gênero.

No entanto, como já observado, é importante ter em mente que essa diferença de gênero no trabalho remunerado não refletem a quantidade substancialmente maior de tempo que as mulheres dedicam a tarefas domésticas não remuneradas e trabalho de cuidado em comparação com os homens. Na verdade, essa maior parcela do trabalho não remunerado das mulheres responde por grande parte da diferença entre homens e mulheres nas horas de trabalho remuneradas.

“O FUTURO É A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO”³⁵

Com a mesma intenção de reunir subsídios em torno do tema da redução da jornada de trabalho, traremos aqui uma síntese de trechos selecionados do livro **“O Futuro é a Redução da Jornada de Trabalho”**, organizado pelos professores e pesquisadores Sadi Dal Rosso, Ana Claudia Moreira Cardoso, Cássio da Silva Calvete e José Dari Krein. Alerta-se que, eventualmente, terão ocorrido mudanças nos meses mais recentes, após a elaboração deste livro, sobretudo em função da “onda direitista e conservadora” que varre grande parte do mundo, e que requerem a atualização, tal como deve ser feito com o Relatório da OIT, publicado em 2023.

Segundo o livro, publicado em 2022, algumas experiências começam a chamar atenção, tais como na **Finlândia** (que está experimentando uma jornada de 4 dias por semana e há uma proposta da atual primeira-ministra de instituir no país uma jornada de 6 horas diárias); experimentos, ainda que localizados, de Redução da Jornada de Trabalho estão em curso na **Bélgica**, na **Escócia**, na **Islândia**, na **Espanha**, no **Japão**, nos **Emirados Árabes**, entre outros. Na mesma perspectiva, a agenda da redução da jornada de trabalho ganhou visibilidade com a posição do IG Metal da Alemanha a favor da Jornada de Trabalho de 32 horas; o movimento “4dayworkweek”³⁶ que iniciou na **Nova Zelândia** e rapidamente teve **adesão de empresas nos**

³⁵ “O futuro é a redução da jornada de trabalho”. Organizadores: Sadi Dal Rosso, Ana Claudia Moreira Cardoso, Cássio <https://www.4dayweek.com/what-countries-have-a-4-day-week> da Silva Calvete e José Dari Krein. Porto Alegre: Editora CirKula, 2022. 416p.

³⁶ <https://www.4dayweek.com/what-countries-have-a-4-day-week>

EUA, Grã-Bretanha, Irlanda e logo depois em muitos outros países, inclusive no **Brasil**; na **Grã-Bretanha** em 2019 o líder do Partido Trabalhista se posicionou favorável a semana de 4 dias sem perdas de salários e, como último destaque, em outubro de 2020, o Comitê Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) sugeriu uma agenda coordenada de negociações para a redução da semana de trabalho, sem redução dos salários e medidas para o controle do tempo de trabalho, qualidade de vida no trabalho e garantia de renda em caso de doença. (p. 26)

Da **Introdução** do livro (escrita pelos organizadores), a lembrança de que, atualmente, mais do que nunca, trabalhadores/as enfrentam uma forte ofensiva do capital contra as conquistas obtidas no Século XX que melhoraram suas condições de trabalho e de vida, particularmente no que se refere à **regulamentação do tempo de trabalho** que limitaram a forma de como o empregador pode dispor do tempo de vida dos/as assalariados/as. Os ataques são diversos e atingem as **três dimensões do tempo de trabalho – extensão, distribuição e intensidade** –, dado que as estratégias atuais do capital se valem de todos os recursos para se apropriarem de uma maior parcela do tempo do/a trabalhador/a, aumentar a intensidade do trabalho e tê-lo a disposição de forma discricionária em qualquer tempo e lugar.

Para os autores, “a chamada Quarta Revolução Industrial ou era digital não se resume ao *boom* de inovações tecnológicas que presenciamos, mas cria espaço para que velhas demandas dos capitalistas emergjam da escuridão para assombrar novamente a classe trabalhadora e as sociedades civilizadas. As inovações e o desconhecimento que as pessoas têm dos diversos aspectos que elas envolvem possibilitam que o velho ressurgisse travestido de novo e de moderno e acabe por achar novos espaços por meio de mudanças nas legislações trabalhista que impactam especialmente o tempo de trabalho aumentando a extração de mais-valia, no discurso do empreendedor de sucesso, nos valores associados ao neoliberalismo e na valorização do curto prazo, que é o tempo do capital financeirizado. Essas mudanças nos valores, nas tecnologias, na legislação, na percepção do tempo, no desmonte de direitos e das proteções sociais caracterizam uma involução civilizatória. Por sua vez, elas impactam sobremaneira o tempo de trabalho, tornando-o mais inteso, extenso e sem padrão, aumentando, assim, a extração da mais-valia.” (p. 23)

Nesse processo, aproveitando a nevoa provocada pelo desconhecido, - prosseguem os autores - os capitalistas buscam apropriar-se do tempo livre da classe trabalhadora, conquistado a partir de muitas lutas. O que aparece como novo no Século XXI, nas relações de trabalho, já tinha sido condenado como ignóbil no Século XX: relações de emprego sem limitação de jornadas de trabalho, relações de emprego sem vínculos reconhecidos e disponibilidade do/a trabalhador/a a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana como o teletrabalho, o trabalho em empresas-plataformas, o trabalho intermitente e o autônomo exclusivo. Poderiam ser citados muitos outros exemplos de trabalho que mexem no tempo laboral possibilitando ao capital se apropriar do tempo livre da classe trabalhadora e que, além de criar condições precárias para estes, interferem de forma perversa na construção de uma sociedade mais humana onde o/a trabalhador/a possa planejar o seu tempo livre com a família, com os amigos e para si, como no trabalho em tempo parcial, trabalho por tempo determinado e temporário.

Para os autores, “a ofensiva pela apropriação do tempo da classe trabalhadora vem recrudescendo no Brasil e no mundo desde a década de 1990. Por um lado, mediante as

mudanças nas legislações trabalhistas nacionais, que teve seu ápice no Brasil na contrarreforma de 2017 realizada por Michel Temer e continuada por Jair Bolsonaro nos anos posteriores. Por outro lado, pelo processo mundial de introdução de novos sistemas de organização do trabalho em que cada nação tem seu ritmo, mas que invariavelmente resultam, nos países com direitos consolidados historicamente, em alongamento, intensificação e não padronização do tempo de trabalho. Prevaleceu uma lógica de desconstrução de direitos e das proteções sociais, em que progressivamente a maioria dos/as trabalhadores/as foi submetida a uma situação de maior vulnerabilidade. Contexto no qual combinou com um enfraquecimento sindical, em que a redução de jornada de trabalho, apesar dos ganhos de produtividades, praticamente ficou fora da agenda política e social na maioria dos países.” (p. 25)

No mesmo livro utilizado como uma das fontes para o artigo desta edição do Cadernos CRIS, destaca-se – entre outros - o capítulo (artigo) **“Mudanças nos tempos de trabalho como determinantes do processo saúde-doença”** de Ana Claudia Moreira Cardoso e Júlio César Neffa.

Para os autores, as dimensões dos tempos de trabalho não atuam isoladamente, mas associam-se e agravam as condições de possível desgaste, e podem impactar negativamente a saúde de quem trabalha. Assim, a **duração do tempo de trabalho**, a **intensidade do trabalho no tempo**, a **distribuição dos tempos de trabalho e de não trabalho**, bem como **a forma como como estes tempos são impostos, incentivados ou escolhidos como estratégia de sobrevivência**, constituem importantes fatores determinantes de maior ou menor qualidade de bem-estar e de saúde.

O capítulo de Cardoso & Neffa mostra que o modo como essas dimensões do tempo de trabalho está sendo organizado e gerido está produzindo um conjunto de riscos psicossociais para os/as trabalhadores/as. O **conteúdo do trabalho** está demandando um grau elevado de exigências físicas e emocionais; apesar do discurso de responsabilização, o grau de autonomia e a margem de manobra para se definir como (com qual ritmo de trabalho; duração e horário do dia) e quando trabalhar é muito restrita; as relações sociais de trabalho têm incentivado não apenas o aumento do ritmo de trabalho como atitudes de competição e concorrência entre os/as trabalhadores/as; sem contar a extrema insegurança na situação de trabalho/emprego que os leva a aceitar condições de trabalho degradantes além de induzir atitudes de imprudência com as regras de segurança e de saúde. “A gestão pela hiper solicitação induz o abandono das estratégias de proteção de saúde e da vida, fazendo as pessoas que trabalham a arriscarem-se para garantir o emprego e a renda”, completam os autores. (p. 385)

Se por um lado o desgaste físico, mental e psíquico pode ser constituído, por outro ele não pode ter uma duração muito longa e precisa ser superado a partir do descanso e de pausas intra e inter jornada nos momentos que o/a trabalhador/a necessita. Isto porque, se esse desgaste é vivenciado cotidianamente, ele vai se acumulando e o seu resultado será uma fadiga crônica. Ou seja, se o indivíduo fatigado é obrigado a continuar a executar o seu labor normalmente, e até realizar horas extras, ele irá agredir seu corpo e aumentar o problema, prosseguem os autores.

Isto significa que quando os/as trabalhadores/as são forçados, sistematicamente, a ultrapassarem seus limites, se estabelece um campo fértil para os agravos à saúde, que aparecem nos **acidentes de trabalho graves e fatais** e nas **doenças do trabalho** oficialmente reconhecidas. Mas, também, em **adoecimentos** que, apesar de causados pelo trabalho, são descaracterizados ou não reconhecidos como tal (transtornos mentais, gastrites, hipertensão,

impotência sexual, depressão, esgotamento etc.). Sem contar os **suicídios**, outra expressão brutal de sofrimento no trabalho, comentam os autores, citando Dejours.

“Quando a duração do dia excede o máximo legal ou os limites que cada um pode suportar, se ele é intensificado, se é imposto um forte sistema de vigilância e controle, se é necessário trabalhar à noite ou por turnos rotativos violando ritmos circadianos, ou se a flexibilidade é totalmente definida em função das necessidades do capital e ainda gera incerteza no que se refere ao uso dos tempos de não-trabalho e de descanso, o resultado é a fadiga excessiva que predispõe corpos e mentes a adoecerem” (p.386). Além disso, o sentimento de que falta tempo para finalizar o trabalho; de que o dia já começa com tarefas “atrasadas” e que o resultado trabalho está muito aquém do que poderia ser, em função da intensificação do tempo laboral – é evidente que essa vivência gera angústia podendo levar, por exemplo, à Síndrome de Burnout.

Para barrar ou limitar essas ações, e considerando a relação desigual, hierarquizada e assimétrica entre capital e trabalho – defendem os autores - o processo de negociação coletiva, a legislação trabalhista e as políticas públicas cumprem importantes papéis quando responsabilizam o empregador no processo de construção de um trabalho de qualidade. Quando criam regras para o capital adotar medidas coletivas e democráticas que assegurem a saúde física, psíquica e mental dos/as trabalhadores/as. No que se refere aos tempos de trabalho isso significa sua **redução, sem diminuição de salários**; a **limitação das horas extras**; o **direito à desconexão do trabalho no tempo de não trabalho**; o **controle da intensidade** – reduzindo o enfoque quantitativo relacionado a metas e ampliando a discussão sobre a qualidade laboral como processo, relação e resultado; uma **distribuição do tempo de trabalho** que também esteja de acordo com os interesses e necessidades dos/as trabalhadores/as; e que estes/as possam negociar e prever quando trabalhar, reduzindo as incertezas e imprevisibilidades que destroem a saúde e a vida cotidiana.

“Entretanto, no contexto atual, vê-se que o modo neoliberal de desenvolvimento, com suas crises, reformas trabalhistas e enfraquecimento dos coletivos, tem aberto diversas possibilidades para que o capital implemente mudanças no sentido da ampliação do tempo de trabalho, da intensificação e da flexibilização hetero determinada da jornada, assim como das formas de contratação e remuneração. Sem contar a anuência, por parte do Estado, diante de formas de trabalho que intensificam a precariedade já existente, como é o caso dos trabalhadores em empresas-plataforma.” (p. 387)

O direito à limitação e redução da jornada laboral e ao efetivo descanso, ao controle da intensidade e da distribuição do tempo de trabalho possibilitam, por um lado, **que se tenha vida para além do labor** e, por outro, um **trabalho de qualidade e produtivo**. “Mesmo que o trabalho seja um direito fundamental, esse direito não pode excluir o direito ao descanso, ao lazer, ao convívio familiar e social, ou seja, ao direito ao não trabalho. Para as pessoas que trabalham, as diversas formas de pausas representam uma oportunidade para a recuperação do cansaço e redução do sofrimento evitando, assim, problemas de saúde psíquica, mental e física. Mas para o capital as pausas também são relevantes ao possibilitarem um melhor desempenho dos/as trabalhadores/as, garantindo a eficácia organizacional a médio e a longo prazos. Menos doenças significa, ainda, menos gasto por parte do Estado. Ou seja, todos/as ganham.” (p. 387)

À guisa de conclusões e recomendações dos organizadores do livro

O livro utilizado como uma das fontes para o artigo desta edição do Cadernos CRIS conclui (a partir da pág. 392) com um capítulo (artigo) dos organizadores, intitulado como “considerações finais” ou “sobre as disputas em torno do tempo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, destaca-se – entre outros - o capítulo (artigo), o qual será citado, como expressão de concordância e adesão ao propósito da obra, que é estimular o debate e a luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil.

Os organizadores (autores) acreditam que o tema parece voltar à agenda de diversos países. “Tem-se o desafio de que o tema ganhe expressão no debate público brasileiro. A última alteração formal ou legal da jornada ocorreu em 1988. Depois de quase 40 anos - dado a crise não somente do mundo do trabalho, mas também ambiental, da economia, da arte, da ciência, das inovações tecnológicas, das possibilidades de viver a vida em todas as suas dimensões, do mal-estar geral da civilização, de construir novas perspectivas - a bandeira de redução do tempo de trabalho precisa ganhar nova importância e centralidade.” (p. 393)

Entre outros elementos, a proposta está fundamentada teoricamente em economia e política do desenvolvimento, na análise dos efeitos do advento da indústria de quarta geração, na mudança de relação entre produção e preservação ambiental, na necessidade de redefinir os espaços da produção e da reprodução social, no exame da administração de empresas “inteligentes”, na crítica aos impactos dos excessos do labor sobre a saúde física, psíquica e mental de trabalhadores/as. Em última instância, nas bases teóricas da produção e da apropriação dos valores do trabalho. “A proposta do desenvolvimento social, que implica também discutir quais são os trabalhos socialmente úteis na sociedade, com redução dos tempos de trabalho, beneficia trabalhadores e trabalhadoras com mais tempo livre, sobre o qual passam a ter o poder de decisão sobre como utilizá-lo: em cultura, arte, esporte, participação política, descanso, convívio familiar, dentre outras possibilidades.” (p. 394)

Por óbvio, - prosseguem os autores - “não serão, capitalistas, proprietários, exploradores da força de trabalho, ou todos aqueles que acumulam riquezas com o mais valor produzido, que alçarão a bandeira da Redução da Jornada de Trabalho. Trata-se de uma ação da classe trabalhadora e de todas as forças sociais que buscam transformar a realidade atual e, por isso mesmo, como registrado num dos Prefácios [do livro], a bandeira de luta pela Redução da Jornada de Trabalho é abaixo assinada por dirigentes das principais centrais sindicais do Brasil. Mas sabemos que essa luta não é (e nunca foi) fácil, exigindo inexoravelmente, o envolvimento de todos/as e de cada um de nós.” (p. 394)

Os autores entendem, entretanto, que “nem tudo são flores”. Nos Estados Unidos, a economia mais poderosa do mundo, os movimentos recentes de trabalhadores/as reclamam da manutenção das jornadas prolongadas: “as jornadas de 40 horas semanais não se alteram há 80 anos”. E seu protesto assume a forma de não aceitação de empregos que não contemplem a qualidade do trabalho, como a definição de limites mais reduzidos para as horas laborais. Também são feitas greves, e são criados sindicatos novos. Outro caso delicado é o da China, a segunda economia global, na qual as jornadas oficiais de 40 horas semanais são acrescidas de inúmeras horas adicionais de trabalho, provocando protestos e greves.

“As cansativas 44 horas semanais de trabalho dos/as brasileiros/as situam acima de padrões de trabalho de países mais ricos, mas, também, dos mais pobres. Daí a pertinência deste livro em recolocar em debate o trabalho excessivamente longo em número de horas ao dia, por

semana ou ao mês; o trabalho em condições intensificadas e precarizadas sem intervalos de descanso e com exigências cada vez mais acentuadas quanto à rapidez da execução; e a distribuição flexibilizada das horas, apenas em função dos interesses do capital no processo de acumulação desenfreada resultando na perda, por parte do/a trabalhador/a, do controle sobre os horários destinados ao trabalho, mas também ao tempo livre.” (p. 395)

Os autores do capítulo (organizadores do livro) defendem uma proposta de desenvolvimento que preveja jornadas mais limitadas, elevando o valor real dos salários, buscando equivalência das jornadas gastas na produção e na reprodução social, assim como lutando por justiça entre as condições de raça, etnia, cor, gênero, geração ou território. “Com efeito, uma política pró-redução das horas laborais requer a ampliação dos empregos de modo que seus efeitos positivos possam se estender para o conjunto da população brasileira.” (p.395)

A comparação pode ser indevida, mas o tamanho do desafio é similar ao que ocorreu no começo do Século XX, pós 2ª Revolução Industrial, quando alguns países centrais conseguiram, em um contexto muito particular, melhorar o nível de emprego com a adoção de quatro medidas complementares: 1) redução em quase 50% do tamanho da jornada anual média por trabalhador/a; 2) a incorporação dos/as trabalhadores/as ao padrão de consumo, elevando a sua renda efetiva (fenômeno chamado de fordismo); 3) a retirada das crianças e adolescentes do mercado de trabalho; e, 4) a decisão política de criar políticas sociais, o que gerou muito emprego na saúde, na educação etc. Ou seja, “a combinação da jornada com um modelo de desenvolvimento sustentável, uma melhor distribuição da riqueza gerada e a criação de novas ocupações socialmente relevantes para resolver os problemas contemporâneos das pessoas e do meio ambiente. Na prática, significa repensar o modo de viver em sociedade.” (p.396)

Para os autores, tal redução, que é uma política redistributiva, pode acontecer em qualquer momento político, mas ela aumenta o grau de aceitabilidade dentro de projetos de desenvolvimento econômico que privilegiem o crescimento dos salários, o aumento dos empregos, a diminuição da pobreza e da miséria, a preservação da ecologia e do meio ambiente urbano e rural, o combate às desigualdades econômicas, sociais, de gênero, de geração e de etnia.

Os autores concluem que “no caso do Brasil, considerando que a jornada é uma das maiores no mundo e que é a mesma desde 1988, a proposta da classe trabalhadora, desde a Campanha pela Redução da Jornada em 2003, é **passar de 44 para 40 horas semanais imediatamente**, mas há espaços para uma redução ainda mais substantiva; que as formas de redução sejam negociadas coletivamente entre trabalhadores/as e seus representantes e as empresas, de forma que ambos os interesses possam ser contemplados e a redução ocorra de forma a trazer maiores benefícios: semana de 4 dias, redução da jornada diária, redução da jornada aos sábados etc.” (p.398)

Fazem parte das propostas dos autores, que se tenha controle coletivo contra a intensificação do tempo de trabalho, atenção sobre o número de pausas, o tempo das pausas, intervalos, metas, número de tarefas realizadas. Também, que a redução do tempo de trabalho venha acompanhada pela **limitação da hora extra mensal e anual**. “No caso do Brasil, a soma de uma elevada jornada normal de trabalho e um alto número de horas-extras faz com que o tempo total de trabalho seja um dos mais extensos no mundo.” (p.399)

Por isso, - completam os autores – “insistimos no presente livro que a redução da jornada precisa estar articulada com uma série de outras questões centrais para construção de uma sociedade, no futuro, em que todas as pessoas possam viver com dignidade e usufruir todas as dimensões que a vida proporciona. Viver a vida em sua plenitude, em harmonia com a natureza.” (p.401)

“Perante o avanço do capital sobre o trabalho, que ocorre em nosso país, importa reconhecer os fatos e organizar as bases sociais dos movimentos. São as decisões das sociedades, provocadas pelos movimentos sociais, que definem as jornadas laborais ou outras condições do trabalho. Não é a tecnologia, nem será o capital. Para isto, não basta reconhecer que estamos em um momento de retrocesso histórico, neste país. Precisamos reconhecer o lugar do trabalho na construção da história e organizar ações neste sentido. Através da organização e de lutas sociais a sociedade trouxe a jornada até aos padrões contemporâneos, dos quais precisamos avançar ainda mais para o futuro. **É a luta de classes que define as jornadas laborais. Não é a tecnologia e nem o capital.**”

REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL (págs. 398-400 do livro)

1. não seja acompanhada de redução da remuneração para que a parte do Trabalho, na distribuição da riqueza social, possa recuperar as perdas ocorridas nas últimas décadas. Além disso, no caso do Brasil, o custo da força de trabalho é muito baixo, comparado a diversos países, de forma que a redução da jornada de trabalho não traria nenhum prejuízo à competitividade das empresas, sobretudo porque o diferencial na competitividade não está no custo da mão de obra, mais sim nas vantagens sistêmicas que o país oferece;

2. seja realizada de forma substantiva, na perspectiva de que tenha efeitos positivos na vida das pessoas e na geração de emprego, pois não pode ser compensada por uma intensificação do trabalho;

3. no caso do Brasil, considerando que a jornada é uma das maiores no mundo e que é a mesma desde 1988, a proposta da classe trabalhadora, desde a Campanha pela Redução da Jornada em 2003, é passar de 44 para 40 horas semanais imediatamente, mas há espaços para uma redução ainda mais substantiva;

4. que qualquer tipo de subsídio, desoneração ou financiamento público ao setor privado seja condicionado a um plano de melhoria na qualidade dos empregos e de previsão da Redução da Jornada de Trabalho negociado com os sindicatos das respectivas categorias;

5. que as formas de redução sejam negociadas coletivamente entre trabalhadores/as e seus representantes e as empresas, de forma que ambos os interesses possam ser contemplados e a redução ocorra de forma a trazer maiores benefícios: semana de 4 dias, redução da jornada diária, redução da jornada aos sábados etc.

6. que sejam criadas condições para que as Micro e Pequenas Empresas possam adotar a redução da jornada de trabalho. Esse apoio pode vir na forma de incentivos ou subsídios públicos e/ou um processo de negociação para a sua efetiva implementação. O importante é que sejam discutidas com a sociedade, com os empresários e com o movimento sindical, a melhor forma de fazer;

7. que tenha controle coletivo contra a intensificação do tempo de trabalho. Atenção sobre o número de pausas, o tempo das pausas, intervalos, metas, número de tarefas realizadas etc. Assim como, que a gestão por metas e objetivos não significa que um aumento da intensidade;

8. que venha acompanhada pela limitação da hora extra mensal e anual. No caso do Brasil, a soma de uma elevada jornada normal de trabalho e um alto número de horas-extras faz com que o tempo total de trabalho seja um dos mais extensos no mundo;

9. que venha acompanhada de medidas que melhorem a segurança e saúde do ambiente de trabalho, evitando pressões excessivas sobre os/as trabalhadores/as e, assim, garantindo um ambiente saudável em todos os sentidos;

10. que venha acompanhada de instrumentos que identifiquem a presença de discriminação salarial, seja por razão de sexo ou raça e que se apliquem medidas que coíbam tais práticas;

11. que venha acompanhada de uma ampliação das licenças parentais;

12. seja aplicada integralmente ao trabalho realizado em home office, isto é, limitação da jornada normal e extraordinária, negociação coletiva da redução da jornada sem redução de salários etc. Inclusive, com respeito às licenças saúde e parental;

13. sejam eliminadas todas as formas de contrato atípico que precarizam o tempo de trabalho e que deixam os trabalhadores mais fragilizados;

14. seja aplicada integralmente a jornada legal aos trabalhadores que laboram em empresas-plataforma de trabalho, pois as jornadas excessivas não somente trazem problemas aos trabalhadores/as, mas também para os usuários e a sociedade como um todo. Os aplicativos têm toda a capacidade, caso haja vontade política, de controlar perfeitamente o tempo que o/a trabalhador/a fica à disposição para o trabalho;

15. que venha acompanhada de efetivação dos direitos trabalhistas e ampliação das proteções sociais;

16. que venha acompanhada do direito à desconexão do trabalho no tempo de não trabalho, seja a partir de proibição de uso de meios digitais para acionar os/as trabalhadores/as em seus tempos livres, ou pelo envio automático das mensagens a estes/ as nos momentos de férias, bem como pela abertura de discussões a respeito da quantidade de trabalho que cada trabalhador/ a deve realizar. Este processo, evidentemente, deve ter a participação dos representantes dos/as trabalhadores/as;

17. que o tempo *in itinere* volte a ser considerado como jornada de trabalho; dado que ele aumenta em função de mudanças como crescimento das cidades e a migração dos trabalhadores para as periferias;

18. que o tempo de troca de roupa e do preparo para exercer a atividade seja considerado como parte da jornada de trabalho; e,

19. que o tempo de qualificação, uma questão cada vez mais urgente no contexto de profundas mudanças tecnológicas, seja remunerado como tempo de trabalho.

Fluxos Globais: a dinâmica das migrações no mundo contemporâneo em 2024
Global Flows: the dynamics of migration in the contemporary world in 2024

Rafael Gomes França
Caio Murta
Giacomo Gianelli
Júlia Moraes
Marina Sujkowski
Deisy de Freitas Lima Ventura

Abstract: *In this report, the Working Group on Migration, Refugee, and Global Health explores the IOM Global Migration Report 2024, which provides a comprehensive and up-to-date analysis of trends and challenges in international migration within the global context. The report highlights the urgent need for a global and coordinated approach to address migration, involving governments, international organizations, the private sector, and civil society. It emphasizes the importance of protecting the rights of migrants and seeking sustainable solutions that promote integration, inclusion, and the well-being of all those involved.*

Keywords: *IOM; Migration; Refugee; Global Health.*

Resumo: Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global explora o Relatório Global das Migrações da OIM 2024, que oferece uma análise abrangente e atualizada sobre as tendências e os desafios das migrações internacionais no contexto global. Destaca-se a necessidade urgente de uma abordagem global e coordenada para lidar com as migrações, que envolva governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil. Reforça-se a importância de proteger os direitos dos migrantes e buscar soluções sustentáveis que promovam a integração, a inclusão e o bem-estar de todos os envolvidos.

Palavras-chave: OIM; Migração; Refúgio; Saúde Global.

A migração como parte da solução num mundo em rápida mudança em que persistem grandes desafios

Após dois anos de sua última publicação, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) divulgou o novo Informe sobre as migrações no mundo, visando trazer um panorama atual do cenário mundial das migrações, seus novos fenômenos, dados quantitativos dos fluxos migratórios, e os fatores sociopolíticos que impactam e/ou motivam os aumentos de deslocamentos.

O informe cita as guerras na Ucrânia e em Gaza de maneira enfática, como conflitos centrais para os deslocamentos forçados, porém, cita também os conflitos no Afeganistão, Etiópia, Síria, Sudão e Iêmen, no circuito da migração causada por conflitos armados. Destacando que os conflitos armados ainda são grandes causadores de intensos fluxos migratórios forçados, inclusive indicando uma intensificação nos últimos anos.

Além disto, a migração climática é trazida como efeito do consumo excessivo, o crescimento econômico desigual, o esgotamento dos recursos naturais, o colapso da biodiversidade e o aquecimento global, ou seja, a interferência humana no meio ambiente como fator que intensificou as migrações (em comparação ao informe anterior, de 2022).

O informe relata o questionamento trazido em 2022, referente ao uso de tecnologias e inteligência artificial nos sistemas de migração e acesso à cidadania, e explicita o risco do uso destas tecnologias considerando o acesso à informação pessoal entre os sistemas de diferentes Estados, considerando a 'assimetria digital'.

O trecho explicita a desigualdade que não se dará apenas isoladamente entre os Estados, mas sim pelo uso das tecnologias e IA no controle migratório, obrigando migrantes a se comunicarem por meios digitais. Reconhecendo que o acesso à internet, e até mesmo à energia elétrica, são desafios enfrentados pelas populações migrantes, a digitalização da comunicação pode ser uma forma de exclusão social.

Migração e Migrantes: Panorama mundial

As tendências recentes e as dinâmicas migratórias globais são também destaques. Em 2023, cerca de 281 milhões de pessoas estavam vivendo fora de seus países de origem, o que representa 3,6% da população mundial.

A OIM também discute o impacto das mudanças climáticas nas migrações. Estima-se que até 2050, até 200 milhões de pessoas poderão ser forçadas a migrar devido a fenômenos climáticos, criando novas rotas migratórias. A publicação enfatiza a importância de incluir considerações climáticas nas estratégias de migração, visando garantir a segurança e a resiliência das populações afetadas, especialmente em regiões como o Sudeste Asiático e a África Subsaariana.

Além disso, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DAES) estima que cerca de 281 milhões de migrantes internacionais residiam fora de seus países de nascimento em 2020, um aumento significativo em relação aos 153 milhões de 1990 e mais que o triplo dos 84 milhões de 1970. A definição de "migrante internacional" varia entre países, o que afeta a comparabilidade dos dados. Os corredores migratórios, que refletem as relações entre países de origem e destino, mostram que o corredor México-EUA é o maior do mundo, com cerca de 11 milhões de pessoas, seguido pelo corredor da Síria para a Turquia.

Atualmente, há mais migrantes internacionais do sexo masculino do que do sexo feminino, com uma brecha de gênero que se ampliou nas últimas duas décadas. Em 2000, a proporção era de 50,6% de homens e 49,4% de mulheres (88 milhões de homens e 86 milhões de mulheres). Em 2020, esses números mudaram para 51,9% de homens (146 milhões) e 48,1% de mulheres (135 milhões). A proporção de mulheres migrantes tem diminuído, enquanto a de homens aumentou em 1,3 pontos percentuais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também aponta que 102,4 milhões de trabalhadores migrantes internacionais, quase 61% do total, residem em três sub-regiões: América do Norte, Estados Árabes e Europa. A desigualdade de gênero é particularmente acentuada em regiões como a Ásia Meridional (5,7 milhões de homens contra 1,4 milhões de mulheres) e os Estados Árabes (19,9 milhões de homens contra 4,2 milhões de mulheres), onde os trabalhadores migrantes representam 41,4% da força de trabalho.

Migrantes e Migrações: dimensões regionais e desenvolvimentos

A migração e os deslocamentos internacionais em diferentes regiões do mundo, destacando a Ásia, a Europa e a América do Sul são exploradas no informe. Na Ásia, com uma população de aproximadamente 4,6 bilhões de pessoas, mais de 40% dos migrantes internacionais têm origem no continente, representando cerca de 115 milhões de pessoas, de acordo com os dados de 2020. Desse total, mais de 69 milhões de migrantes asiáticos residem em outros países asiáticos, um número que aumentou significativamente em relação a 2015, quando havia aproximadamente 61 milhões vivendo na região. A migração intrarregional na Ásia tem crescido de forma constante, passando de 35 milhões em 1990 para níveis muito mais altos em 2020. Além disso, houve um aumento expressivo nas populações asiáticas migrantes na América do Norte e na Europa nas últimas duas décadas. Em 2020, o número de asiáticos vivendo na América do Norte chegou a 17,5 milhões, enquanto na Europa, esse número alcançou 23 milhões, ambos registrando aumento em comparação com 2015. Ao todo, mais de 46 milhões de migrantes asiáticos viviam fora do continente em 2020.

A Ásia também é marcada por intensos deslocamentos devido a conflitos. Em 2022, a Síria continuava sendo a maior origem de refugiados do mundo, com mais de 6,5 milhões de pessoas deslocadas internacionalmente. O Afeganistão, após a tomada do poder pelo Talibã em 2021, registrou um aumento significativo de deslocamentos, passando de 2,7 milhões de refugiados em 2021 para quase 5,7 milhões em 2022. Mianmar, outro país com grande número de refugiados, viu a maioria de sua população refugiada deslocar-se para Bangladesh, onde os rohingyas continuam a ser acolhidos desde o deslocamento em massa de 2017. Turquia, Irã e Paquistão são alguns dos principais países de acolhimento de refugiados na Ásia, com a Turquia abrindo quase 3,6 milhões de refugiados, a maioria sírios.

No Sudeste Asiático, uma das sub-regiões mais afetadas por desastres naturais, milhões de deslocamentos ocorrem anualmente. Países como Filipinas, Vietnã e Indonésia enfrentam graves riscos de eventos climáticos e geológicos devido à localização geográfica na área do cinturão de tufões e do Círculo de Fogo do Pacífico. Em 2022, houve mais de 5,4 milhões de deslocamentos internos nas Filipinas devido a desastres, sendo o segundo maior número global, apenas atrás do Paquistão. Além disso, a migração laboral é uma característica marcante na sub-região, com países como Tailândia, Malásia e Singapura atraindo trabalhadores migrantes do Sudeste Asiático. Outros destinos importantes para trabalhadores da região incluem os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), como Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, particularmente para migrantes das Filipinas, país que figura entre os principais receptores de remessas globais, com US\$ 38 bilhões enviados em 2022, representando 9,4% do PIB do país.

Na Europa, os dados de 2020 indicam que quase 87 milhões de migrantes internacionais residiam no continente, um aumento de 16% em comparação com 2015. Aproximadamente 44 milhões desses migrantes são europeus vivendo em outros países da região. Ao longo dos últimos 30 anos, observou-se uma diminuição no número de europeus vivendo fora do continente, especialmente quando comparado ao crescimento dos migrantes não europeus vivendo na Europa, que ultrapassaram 40 milhões em 2020. A guerra na Ucrânia gerou o maior deslocamento interno devido a conflitos no mundo em 2022, com cerca de 17 milhões de deslocamentos registrados, representando aproximadamente 40% da população do país. Os maiores deslocamentos devido a desastres na Europa ocorreram na França e na Espanha, em grande parte causados por incêndios florestais.

Na América do Sul, o deslocamento de venezuelanos continua a ser um dos mais significativos, com mais de 234 mil refugiados registrados e mais de 1 milhão de solicitações de asilo pendentes até o final de 2022. Países como Peru, México, Brasil e Costa Rica são os maiores receptores de solicitações de asilo na região. A migração intrarregional, especialmente para fins laborais, permanece elevada. A região também enfrenta desafios relacionados à degradação ambiental, desastres e mudanças climáticas, que agravam crises já existentes devido a conflitos e violência.

Dessa forma, a publicação evidencia como os fenômenos migratórios e os deslocamentos variam significativamente em cada região do mundo, impulsionados por uma combinação de fatores como conflitos, desastres naturais, oportunidades econômicas e redes de migração laboral. Cada região apresenta dinâmicas específicas que refletem suas particularidades geográficas, políticas e socioeconômicas, além de desafios e vulnerabilidades únicos

Crescente desigualdade em migração: o que os dados mostram de verdade?

Explora-se como a migração internacional está intrinsecamente ligada à busca por oportunidades, frequentemente associadas a melhorias econômicas e sociais. Desde tempos antigos, migrar é visto como uma forma de progresso, seja no aumento de renda familiar, na resiliência comunitária, ou no avanço educacional e pessoal. Essa narrativa de melhoramento motivou diversas políticas de migração e emigração ao longo das décadas, muitas vezes promovidas por governos como parte de agendas econômicas e de construção de nações. Exemplos regionais, como o fluxo da América Latina para a América do Norte e o crescimento da migração para a Europa, refletem essas tendências globais.

Aborda-se também as desigualdades crescentes na migração, evidenciadas pelos dados de migração global entre 1995 e 2020. A análise demonstra que o número de migrantes internacionais de países de baixo e médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou ligeiramente, porém, de forma insuficiente para atender às aspirações migratórias de suas populações. Isso revela uma infraestrutura limitada de migração para indivíduos de países menos desenvolvidos, contrastando com a alta taxa de migração dos países de IDH elevado. Observa-se, então, um "efeito polarizador", onde as oportunidades de migração estão cada vez mais associadas a países altamente desenvolvidos.

Essas discrepâncias evidenciam como as políticas de vistos e os regimes de mobilidade são mais acessíveis para cidadãos de países ricos, restringindo o movimento daqueles oriundos de nações mais pobres. Essa realidade desafia a ideia da migração como uma "escada de oportunidades", com implicações diretas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e para o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular.

Os acordos regionais, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Espaço Schengen, mostram como abordagens multilaterais para a mobilidade podem abrir novas oportunidades e promover a igualdade. Contudo, esses acordos enfrentam desafios próprios e evoluíram de maneiras distintas, especialmente em meio a crises, como os fluxos migratórios de 2015-16 e a pandemia de COVID-19. A pandemia, em particular, exacerbou as políticas restritivas, interrompendo temporariamente a mobilidade e forçando uma reavaliação das políticas de migração em um contexto pós-pandêmico.

Em conclusão, enquanto a migração historicamente representa uma via de ascensão para milhões, os dados mais recentes sugerem que essa via está se estreitando para indivíduos de países em desenvolvimento. Isso requer uma reavaliação das políticas migratórias globais para garantir que a migração continue a ser um caminho para o progresso e para a realização plena dos ODS e do desenvolvimento humano.

Migração e Segurança Humana: Desvendando Mitos e Examinando Novas Realidades e Respostas

As rápidas mudanças no âmbito geopolítico, ambiental e tecnológico induziram alguns analistas e comentaristas a utilizar algumas frases como a "era das acelerações", a "quarta revolução industrial" e a "era da mudança". Vale destacar, que a pandemia de covid-19 aumentou ainda mais o cenário de incertezas, provocadas a partir de eventos considerados "impensáveis" e que ocorrem em nossa sociedade, perante nossos olhos, como a guerra e o deslocamento em massa na Europa. Outro fator relevante, são os impactos terríveis das mudanças climáticas em todo o mundo, algo que torna mais profunda a sensação de incerteza das pessoas¹.

Em meio a esse cenário desafiador, o informe analisou a migração e a segurança humana nos ambientes contemporâneos, pautados em conceitos que foram evoluindo no decorrer das últimas décadas. Baseada nos direitos humanos e na proteção, a segurança humana da população migrante e dos refugiados, é um ponto essencial dentro da esfera da migração e da mobilidade. Parte dessa esfera vai muito além de estruturas normativas e tratados de paz e segurança, é significativo considerar a ausência e ineficiência de algumas dessas estruturas, assim como o desenvolvimento desigual da nossa sociedade, ocasionando uma desigualdade global e sistêmica¹.

O assunto da segurança humana é notável porque permanecemos a testemunhar a conexão entre migração e segurança por meio de narrativas de "ameaça", que realizam a tentativa de enquadrar a migração dentro dos aspectos de segurança nacional ou do Estado, algo que se iniciou a décadas atrás, como uma tentativa de justificar as respostas extremas, e às vezes militarizadas, à migração¹.

A temática da segurança humana está na centralidade das estruturas globais, como os ODS e o Pacto Global para a Migração. Porém, está nítido que, mesmo com os atores regulatórios e políticos sejam fundamentais e tenham um bom teor crítico para facilitar a segurança humana, os mesmos também necessitam de suporte, parcerias e foco de atores não estatais, incluindo a colaboração da sociedade civil, setor privado, organizações não governamentais e pesquisadores. Trabalhar em conjunto entre os diversos setores, oferece uma melhor oportunidade de responder às necessidades de insegurança humana, algo que vai muito além dos somente ambientes humanitários¹.

Gênero e Migração: Tendências, Lacunas e Ações Urgentes

O relatório manifestou as interações existentes entre migração e gênero, mesmo sendo um desafio proporcionar uma visão geral das dimensões de gênero da migração. Aproximar-se da ideia de gênero através de uma perspectiva pautada nos direitos, concede a nós, uma observação mais neutra, salientando a discriminação e focando na proteção de direitos, sem incentivar a promoção dos direitos de um gênero sobre os outros.

Nessa ótica, uma análise sensível ao gênero não é exclusivamente sobre os direitos das mulheres, mas, de modo geral e mais amplo, sobre a constante luta pela igualdade de gênero, mesmo vivendo na realidade atual, que permanece discriminando de forma desproporcional mulheres e pessoas com identidades de gênero diversas, até mesmo no decorrer do processo de migração. Essa discriminação não pode ser apartada de ações mais abrangentes de investimento do Estado no fornecimento de cuidados e proteção social, devendo proceder no recrutamento de mulheres e outros grupos minoritários para esses setores, com o intuito aumentar provisão de bem-estar vinda do Estado².

Atualmente, a relevância de dialogar sobre as desigualdades de gênero na migração não pode ser subestimada. Bem como a pandemia de covid-19 expôs a interdependência de nossas individualidades, as desigualdades de gênero na migração apontam desigualdades sistêmicas de gênero muito mais abrangentes, que vão na direção contrária do desenvolvimento humano para todos. A legitimação de uma abordagem sensível ao gênero voltada para a governança da migração é, desse modo, um item fundamental a ser discutido, incentivando a promoção da igualdade de gênero de forma mais ampla como o "pré-requisito para um mundo melhor"².

Mudanças climáticas, insegurança alimentar e mobilidade humana

A publicação também se debruça sobre a complexa relação entre os eventos ambientais extremos que vêm ocorrendo com maior frequência na última década, o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e a mobilidade humana. Apesar da ausência de dados comparáveis de longo prazo, por se tratarem de mudanças recentes, já é possível inferir que a insegurança alimentar ao redor do mundo é fomentada pelo cenário de piora da crise climática, os quais configuram como importantes motores para a migração em uma relação de alta complexidade³.

Embora sejam fatores conectados, não é possível definir as catástrofes ambientais como a única causa para a insegurança alimentar, mas é uma dimensão que adiciona pressão a um sistema já fragilizado, inserido em determinadas dinâmicas de poder e sistemas de produção e consumo. Essa complexidade precisa ser considerada no desenho de políticas públicas para endereçar a fome e a migração, mitigando situações de ainda maior vulnerabilidade por meio de estratégias que aprimorem a resiliência e a capacidade de resposta à emergência dos Estados e da comunidade internacional. Ainda, é fundamental que essas políticas sejam pautadas pela proteção e respeito aos direitos humanos de pessoas migrantes, impedindo a disseminação de discursos simplistas e xenófobos³.

O relatório destaca algumas potenciais áreas de intervenção para avançar numa agenda inovadora que considere as intersecções entre clima, insegurança alimentar e migração. Primeiro, considera essencial endereçar as múltiplas causas das crises e as conexões entre elas, considerando realidades locais, assimetrias de poder e as condições nas quais as mudanças climáticas exacerbam desafios sociais já existentes.

Em segundo lugar, é necessário avaliar o impacto da migração nas comunidades de partida e de destino, como a transição de áreas rurais para urbanas e o nível de preparação, tanto a nível jurídico quanto político, para a recepção dessas pessoas migrantes. Além disso, fortalecer os sistemas de informação e as decisões baseadas em evidência são ações cruciais para essas políticas, bem como trazer à luz o papel das finanças climáticas para redução de riscos. Por fim, o relatório coloca que faz-se necessário considerar a migração como um mecanismo viável para gerenciar o risco climático, deslocando o bem-estar humano para a

prioridade central e questionando as responsabilidades da indústria alimentícia na redução da fome no mundo³.

Em direção a uma governança global da migração

O relatório retoma a evolução da cooperação internacional e das estruturas de governança global em migração, desde o primeiro relatório da Comissão Global para Mobilidade Internacional, de 2005, até o Pacto Global para Migração de 2018 e o Fórum Internacional de Revisão da Migração, que ocorreu em 2022. Com esse resgate histórico, propõem-se alguns desafios para o próximo período, em que a expectativa é de uma colaboração ainda maior entre os países frente ao novo cenário migratório do mundo. Assim, o relatório parte da avaliação de três aspectos mencionados na declaração de progressão do Fórum de 2022 acerca dos avanços observados nessa agenda.

Primeiro, abre-se a possibilidade de uma abordagem mais clara e sistemática para monitoramento da implementação do Pacto Global para Migração, com a construção de indicadores delimitados seguindo seus princípios e objetivos. Os indicadores de progresso são elementos críticos para serem acompanhados pela comunidade internacional, especialmente a sociedade civil, de forma a assegurar que os Estados membros estão implementando as políticas definidas de maneira efetiva.

Em segundo lugar, coloca-se a necessidade de desenvolver uma estratégia compreensiva para aprimorar dados desagregados de migração, a fim de fortalecer os sistemas de monitoramento e avaliação das políticas.

Por fim, o relatório menciona a responsabilidade de criação de recomendações acionáveis para cooperação nos temas de migrantes desaparecidos e provisão de assistência humanitária para migrantes em situação de vulnerabilidade, por meio da colaboração com outros atores humanitários, com o objetivo de minimizar a perda de vidas em deslocamento.

O desafio cada vez maior dos fluxos migratórios globais exige uma resposta que envolva diferentes níveis e dimensões da sociedade e uma estrutura de governança que acomode essas perspectivas. Desse modo, a migração tem o potencial de se tornar um tema cada vez mais central na agenda pós-2030 das Nações Unidas.

Referência Bibliográfica

OIM. **World Migration Report**. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/msite/wmr-2024-interactive/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**Relatório da OMS sobre a pesquisa de políticas de Saúde Sexual, Reprodutiva,
Materna, Neonatal, Infantil e do Adolescente (2023)**

***WHO report on Sexual, Reproductive, Maternal, Neonatal, Child and Adolescent
Health policy research (2023)***

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: Em novembro de 2024, foi publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um relatório sobre a pesquisa de políticas no campo da saúde sexual, reprodutiva, materna, neonatal, infantil e adolescente (SRMNCAH) de 2023. Nele é abordada a existência/disponibilidade de políticas nacionais e diretrizes implementadas em diferentes países para alcançar as metas globais de saúde até 2030, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa destaca a necessidade de aprimorar as políticas e a alocação de recursos adequados para atingir as metas de SRMNCAH até 2030. Embora haja progresso na criação de políticas, muitas ainda estão desalinhadas com as recomendações da OMS. Lacunas nas áreas de violência contra mulheres e meninas, mortalidade neonatal e saúde do adolescente são destacadas e exigem atenção para implementar intervenções eficazes e acessíveis a nível global.

Palavras-chave: Políticas de Saúde; Saúde Reprodutiva; Saúde Materna; Saúde Infantil; Saúde do Adolescente.

Abstract: In November 2024, a report on policy research in the field of Sexual, Reproductive, Maternal, Neonatal, Child and Adolescent Health (SRMNCAH) from 2023 was published by the World Health Organization (WHO) of national policies and guidelines implemented in different countries to achieve global health goals by 2030, including the Sustainable Development Goals (SDGs). The research highlights the need to improve policies and appropriate resource allocation to achieve SRMNCAH targets by the agenda. While there is progress in creating policies, many are still out of line with WHO recommendations. Gaps in the areas of violence against women and girls, neonatal mortality and adolescent health are highlighted and require attention to implement effective and accessible interventions globally.

Key-words: Health Policies; Reproductive health; Maternal health; Child health; Adolescent Health.



Políticas, diretrizes e legislações baseadas em evidências e direitos humanos desempenham um papel fundamental na melhoria da Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e Adolescente (SRMNCAH, sigla do inglês: *Sexual, Reproductive, Maternal, Newborn, Child and Adolescent Health*), pois possibilitam garantir diversos aspectos fundamentais para o bem-estar dessas populações e o desenvolvimento da sociedade.

Neste informe abordamos o relatório publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a pesquisa de políticas de SRMNCAH (referente a 2023), que monitora a existência de leis, políticas, diretrizes e estratégias nacionais voltadas para a área e seu alinhamento com as recomendações da OMS.

É um extenso documento, mas possui uma estrutura organizada com uma grande quantidade de recursos visuais, como mapas, tabelas, gráficos e figuras, que facilitam a compreensão dos dados e informações expostos.

Inicialmente, é dado um panorama sobre a importância da SRMNCAH, contextualizando o desenvolvimento dessas áreas no cenário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Estratégia Global para a Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes (2016–2030), lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

São destacados avanços na saúde sexual, reprodutiva e materna e infantil nas últimas décadas, enfatizando a redução da mortalidade materna e infantil, a redução de gravidezes indesejadas, o aumento no uso de contraceptivos modernos e de longa duração (DIU, hormonal ou não) em nível global - de 467 milhões de usuárias em 1990 para 874 milhões em 2021. Também destaca-se a queda significativa na mortalidade de crianças menores de cinco anos, reduzida de 76 para 37 por 1.000 nascidos vivos entre 2000 e 2022, o menor número já registrado. Entretanto, apesar desses progressos, ainda existem desafios para que as metas dos ODS sejam cumpridas até 2030, especialmente em áreas como mortalidade materna e neonatal.

A redução da mortalidade materna para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos; a diminuição da mortalidade neonatal para, no máximo, 12 mortes por 1.000 nascidos vivos em cada país; e a redução da mortalidade infantil para, no máximo, 25 mortes por 1.000 nascidos vivos, são prioritárias nas metas. Além disso, também buscam o fim das epidemias de HIV, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, além da redução de um terço das mortes prematuras por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e da promoção da saúde mental e bem-estar. Outros objetivos incluem eliminar práticas nocivas e de violências contra mulheres e meninas, garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, promover o desenvolvimento infantil e assegurar a Cobertura Universal de Saúde (CUS).

Para incentivar o alcance das metas, a resolução WHA77.5, aprovada na 77ª Assembleia Mundial da Saúde em 2024, reforça a necessidade de aumentar o investimento e expandir a cobertura de intervenções eficazes, garantindo a qualidade dos cuidados para a Saúde de

Mulheres, Crianças e Adolescentes. Um dos instrumentos fundamentais para alcançar esses objetivos é a formulação de políticas nacionais alinhadas com as melhores práticas e orientações baseadas em evidências, assegurando a inclusão de práticas baseadas em direitos que promovam a CUS, os direitos humanos e a igualdade de gênero.

Desde 2009, a OMS vem monitorando a adoção de recomendações relacionadas à SRMNCAH nas políticas nacionais por meio de uma série de pesquisas globais. Esses levantamentos têm acompanhado o alinhamento das políticas dos Estados-Membros com as recomendações da OMS, incentivando a criação de diretrizes nacionais que incluam práticas essenciais para a saúde de mulheres, crianças e adolescentes. Esta pesquisa em particular – de 2023 – representa uma extensão dessas iniciativas anteriores, cobrindo áreas fundamentais para a SRMNCAH e incorporando novas questões de relevância atual, como autocuidado em saúde sexual e reprodutiva e vigilância de anomalias congênitas.

Em termos metodológicos, a pesquisa utilizou abordagem multidimensional, e abrange seis áreas principais: questões transversais; saúde materna e neonatal; saúde infantil; saúde do adolescente; saúde sexual e reprodutiva e violência contra a mulher. O questionário foi desenvolvido com base em levantamentos anteriores e ajustado para incluir as áreas de relevância atual mencionadas acima.

A pesquisa foi feita em colaboração com os escritórios regionais da OMS e obteve uma taxa de resposta de 83%, envolvendo 115 dos 138 Estados-Membros que receberam o questionário. Foi estrategicamente conduzida em regiões como as Américas, o Mediterrâneo Oriental e o Pacífico Ocidental, focando em países que não participaram do levantamento anterior (2018–2019). Na Europa, a participação foi restrita a seis países, pois a maioria já havia sido coberta em levantamentos regionais específicos sobre políticas de saúde infantil, adolescente, materna e reprodutiva.

Embora a existência de políticas nacionais não signifique, por si só, sua implementação efetiva, a presença desses marcos reflete o compromisso dos governos em promover a saúde de mulheres, crianças e adolescentes, bem como em avançar em direção aos objetivos globais estabelecidos. Além disso, com os resultados é possível identificar as áreas com lacunas ou onde são necessárias melhorias, o que possibilita que os países priorizem ações e ajustem suas estratégias.

A seguir, destacamos os principais resultados, seguindo as seções do relatório:

Questões Transversais em SRMNCAH

Nesta seção são abordados temas intersetoriais que afetam a SRMNCAH, oferecendo uma visão ampla de políticas fundamentais que impactam todas essas áreas de saúde. Essas questões transversais incluem políticas, leis e diretrizes nacionais que promovem a qualidade dos serviços de saúde, proteção de direitos e inclusão social.

A maioria dos países participantes (90%) possui mecanismos de registro de nascimentos, fator crucial para garantir a identidade legal e o acesso a direitos básicos, como saúde e educação. No entanto, em aproximadamente 63% dos países, os processos para o registro de nascimento ainda são limitados para grupos vulneráveis, como crianças em situação de rua, o que pode restringir o acesso a serviços essenciais e a inclusão social. Ou seja, há obstáculos para o registro de grupos vulneráveis, afetando o acesso aos bens básicos, visto que em várias

regiões, uma certidão de nascimento, por exemplo, é obrigatória para o acesso aos serviços de saúde, o que pode prejudicar a inclusão de populações marginalizadas.

Em relação à cooperação e coordenação nacional, revela-se que a maioria dos países possui planos estratégicos nacionalmente coordenados para o desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas de SRMNCAH. Esses órgãos geralmente incluem representantes de setores públicos, ONGs e instituições internacionais, que se reúnem regularmente para revisar e ajustar as políticas nacionais.

Outro destaque é a existência de diretrizes nacionais para melhorar a qualidade dos serviços de saúde relacionados. Em algumas regiões, observa-se a implementação de padrões e protocolos para garantir que os serviços oferecidos nas instalações de saúde atendam aos requisitos de qualidade, o que impacta diretamente a experiência do usuário e o acesso ao atendimento.

No tocante aos direitos das crianças, mais de 80% dos países afirmam possuir leis que garantem a proteção de menores no âmbito da saúde. Esse aspecto é essencial para a criação de um ambiente seguro e acolhedor para as crianças, assegurando que elas possam acessar serviços de saúde sem discriminação ou barreiras desnecessárias.

No entanto, os desafios permanecem, especialmente em relação à implementação dessas políticas e ao atendimento das necessidades dos grupos vulneráveis. Barreiras de acesso estruturais ainda limitam a eficácia das políticas, o que enfatiza a necessidade de medidas para fortalecer a inclusão e a proteção social em diversas regiões, o que depende da integração de políticas intersetoriais.

Saúde Materna e Neonatal

A maioria dos países relata a existência de políticas de cuidados pré-natais e recomenda a primeira visita ao pré-natal até a 12ª semana de gestação. Apesar da disponibilidade de políticas de cuidados pré-natal e puerpério, poucas recomendam o número mínimo de atendimentos de acordo com as diretrizes da OMS. Menos de 60% dos países recomendam oito contatos pré-natais para uma gravidez normal, conforme orientação da OMS.

Além disso, apenas 41% dos países possuem diretrizes que sugerem pelo menos quatro contatos pós-natais de rotina, um padrão de contato essencial para monitorar a saúde da mãe e do recém-nascido.

Em relação ao parto, regiões como as Américas e o Pacífico Ocidental apresentam baixa proporção de políticas do “Método Canguru” para recém-nascidos de baixo peso e doenças graves. Essa prática tem demonstrado benefícios significativos para o desenvolvimento neonatal e a sobrevivência e a falta de políticas para manejo para recém-nascidos com essas demandas ainda é uma lacuna em várias regiões.

A pesquisa também aponta que políticas de isenção de taxas para serviços de saúde materno e neonatais são limitadas. Em muitas regiões, a cobrança desses serviços representa uma barreira para o acesso, especialmente para populações de baixa renda.

Saúde Infantil

Ainda que muitas políticas para o manejo de doenças infantis como pneumonia e diarreia estejam em vigor, apenas 70% dos países possuem um plano estratégico para a saúde

infantil. Existem lacunas, especialmente no Mediterrâneo Oriental e nas Américas, onde o desenvolvimento infantil e o cuidado intersectorial dos casos ainda precisam ser fortalecidos. A falta de cuidado longitudinal para a saúde infantil compromete os esforços de controle de doenças e promoção do desenvolvimento infantil.

No que se refere ao manejo de “Doenças Comuns na Infância”, em torno de 90% dos países possuem diretrizes para o tratamento de pneumonia entre crianças de 2 a 59 meses, mas poucos estendem essas diretrizes para crianças mais velhas, de 5 a 9 anos, uma faixa etária que também requer atenção. O manejo de diarreia e outras doenças é abrangente em várias regiões, mas a implementação ainda enfrenta desafios práticos.

Políticas para desenvolvimento infantil e Manejo Integrado de Doenças na Infância estão presentes na maioria dos países, principalmente nas regiões das Américas e Sudeste Asiático. No entanto, o manejo comunitário de casos por profissionais de saúde comunitários ainda é limitado, evidenciando a necessidade de expansão dessas políticas para melhorar o acesso em comunidades remotas.

Saúde do Adolescente

Cerca de 75% dos países possuem planos estratégicos para a saúde do adolescente, voltados a essa faixa etária, indicando um possível comprometimento da sustentabilidade desses programas a longo prazo. Em regiões como o Mediterrâneo Oriental, há uma falta significativa de políticas para proteger e promover a saúde do adolescente.

Também há variedade das políticas entre as regiões. Enquanto o Sudeste Asiático apresenta políticas robustas, o Mediterrâneo Oriental apresenta lacunas significativas. No Mediterrâneo, por exemplo, há uma ausência de padrões nacionais para escolas promotoras de saúde, uma estratégia que visa integrar intervenções de saúde nas escolas.

Uma área de destaque é a ausência de políticas para a redução de acidentes de trânsito entre adolescentes. Apenas 40% dos países, em média, possuem políticas que abordam habilitação graduada para motoristas novatos, sendo as regiões da África, das Américas e do Pacífico Ocidental as mais carentes desse tipo de legislação.

Saúde Sexual e Reprodutiva

Planos estratégicos nacionais para saúde sexual e reprodutiva variam entre as regiões. No entanto, há uma ampla disponibilidade de diretrizes para Planejamento Familiar e controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). A disponibilidade de políticas para controle de câncer cervical e tratamento da infertilidade é baixa em várias regiões, indicando a necessidade de ações políticas focalizadas, com destaque negativo para o Mediterrâneo Oriental, onde apenas 43% dos países possuem essas políticas.

No que tange a políticas de apoio ao tratamento de infertilidade são limitadas em todas as regiões. Apenas entre um terço e 60% dos países têm diretrizes nesse campo, evidenciando uma lacuna no suporte a pessoas que enfrentam desafios de infertilidade.

Em relação ao autocuidado, somente 42% dos países possuem diretrizes nacionais que incentivam a autogestão em Saúde Sexual e Reprodutiva, um campo emergente que visa empoderar os indivíduos em suas decisões de saúde.

Violência contra a Mulher

Aproximadamente 81% dos países possuem políticas intersetoriais para combater a violência contra a mulher, mas apenas 52% têm diretrizes específicas para o setor de saúde. A OMS desaconselha a notificação obrigatória de violência, pois isso pode ser uma barreira para o acesso a serviços. No entanto, 28% dos países mantêm essa exigência, demonstrando um desalinhamento com as diretrizes da organização.

Em relação a serviços de apoio e cuidados em saúde mental, 79% dos países incluíram esses serviços em suas políticas de atendimento a sobreviventes de violência. Além disso, aproximadamente 46% dos países oferecem avaliação de saúde mental e encaminhamento para cuidados especializados. Contudo, menos de 25% dos países incluem serviços específicos para adolescentes do sexo feminino, uma população reconhecida por estar em alto risco de violência.

Por fim, a pesquisa destaca a necessidade de aprimorar as políticas e alocação de recursos adequados para atingir as metas de SRMNCAH até 2030. Embora haja progresso na criação de políticas, muitas ainda estão desalinhadas com as recomendações da OMS. Lacunas em áreas como mortalidade neonatal e saúde do adolescente exigem atenção para apoiar intervenções eficazes e acessíveis globalmente.

Destaca-se também o elevado peso da violência sobre as mulheres e as meninas, que demandam políticas baseadas em evidências que desempenham um papel crucial para garantir que os governos priorizem e forneçam recursos adequados à saúde e intervenções intersetoriais para prevenção e resposta. A maioria dos países tem pelo menos um tipo de saúde ou política intersetorial que mencione violência contra as mulheres. No entanto, poucas políticas incluem a prevenção ou resposta como uma prioridade estratégica.

Os resultados do estudo não mostram até que ponto as políticas nos países estão de fato implementadas, mas refletem os compromissos dos governos e declararam intenções na definição de uma agenda para a SRMNCAH e avaliam o alinhamento das políticas existentes com os princípios da igualdade de gênero e direitos humanos.

Referências

WHO. Sexual, reproductive, maternal, newborn, child and adolescent health: report on the 2023 policy survey. [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240100176>. Acesso em 18 nov. 2024

O Estado da Alimentação e da Agricultura 2024: O custo dos sistemas agroalimentares aumenta ainda mais

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva**

Resumo: Nesse informe, relataremos a publicação “O Estado Da Alimentação e da Agricultura 2024”, produzido pela FAO, que atualiza as estimativas dos custos reais dos sistemas agroalimentares (true cost accounting - TCA), com vistas a melhor estimar os custos da produção dos alimentos e seus impactos sobre o ambiente, sobre a saúde e os modos de vida, que chegam a US\$11 trilhões anualmente. As estimativas atuais foram também analisadas segundo uma nova tipologia de classificação dos países segundo tipos de organização dos sistemas alimentares, de modo a permitir análises de custos e de alternativas para seu enfrentamento em cada contexto específico.

O novo relatório “O Estado Da Alimentação e da Agricultura 2024” (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024a) atualiza e aprofunda as análises de sua edição anterior, que reforçou que, enquanto as atividades dos sistemas agroalimentares geram benefícios significativos para a sociedade, também geram impactos negativos na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Para tanto, desenvolveu e trabalhou uma metodologia chamada de custos ocultos ou custos reais dos sistemas agroalimentares (o *true cost accounting*), que chegam a representar em torno de 10% do produto interno bruto global, demandando uma ação estratégica por todos os atores dos sistemas agroalimentares e a continuidade do chamamento para a transformação dos sistemas agroalimentares globais.

Outra questão relevante é que, apesar da transformação dos sistemas agroalimentares trazer um importante saldo de ganhos globais, os benefícios e custos gerados seriam distribuídos de maneira desigual entre as partes interessadas e os países ao longo do tempo. Nesse contexto o relatório de 2024 baseia-se nos achados da edição de 2023, aprofundando o uso de avaliações de custo real dos sistemas agroalimentares e identificando intervenções políticas voltadas para a transformação, usando conjuntos de dados globais atualizados e fornecendo uma análise detalhada dos custos ocultos associados a padrões alimentares não saudáveis e doenças crônicas não transmissíveis em 156 países.

Esse relatório novamente destaca que o primeiro passo para tornar os sistemas agroalimentares mais inclusivos, resilientes e sustentáveis é justamente revelar o verdadeiro custo dos alimentos, visto que as atividades dos sistemas agroalimentares geram benefícios significativos para a sociedade, mas também têm impactos negativos na sustentabilidade econômica, social e ambiental: os custos ocultos quantificados dos sistemas agroalimentares representam cerca de 10% do produto interno bruto global. Portanto, é necessária uma ação estratégica do local ao global, e todos os atores dos sistemas agroalimentares – de produtores e empresas agroindustriais a consumidores e governos – desempenham um papel crucial.

Segundo o novo estudo, embora a transformação dos sistemas agroalimentares traga um ganho global líquido, os benefícios e custos seriam distribuídos de maneira desigual entre as

partes interessadas e os países ao longo do tempo. Nesse sentido, o *Estado da Alimentação e da Agricultura 2024* baseou-se nos resultados apresentados na edição de 2023, aprofundando o uso de avaliações de custo real dos sistemas agroalimentares e identificando intervenções políticas voltadas para a transformação. Usando conjuntos de dados globais atualizados, o relatório confirma as estimativas anteriores dos custos ocultos quantificados dos sistemas agroalimentares e fornece uma análise detalhada dos custos ocultos associados a padrões alimentares não saudáveis e doenças crônicas não transmissíveis em 156 países.

No novo relatório, como outro ponto novo, as descobertas foram analisadas sob a ótica de seis categorias de sistemas agroalimentares, levando em conta diversos resultados e custos ocultos que exigem diferentes intervenções políticas. Além disso, como de costume nas publicações da FAO, são apresentados estudos de caso com avaliações detalhadas de contextos nacionais, locais e de cadeias de valor que ilustram os impactos econômicos, sociais e ambientais das práticas atuais para orientar intervenções políticas, reforçando que, em todos os contextos, é fundamental a realização de consultas inclusivas com as partes interessadas para informar intervenções e reconciliar desequilíbrios de poder e compensações.

O custo real dos sistemas agroalimentares

Antes de avançar sobre os dados do relatório de 2024, vale a pena revisitar o relatório de 2023, visto que foi pioneiro na proposição da análise do custo real da transformação dos sistemas agroalimentares, com vistas a melhor subsidiar as discussões nessa temática e preencher essa lacuna de informações a partir de uma abordagem inovadora de estimação dos custos reais dos sistemas agroalimentares e seus impactos (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023).

Essa estimação é particularmente importante diante da necessária a priorização de soluções sistêmicas para o enfrentamento de desafios que vão desde a falta de disponibilidade e acessibilidade a alimentos até os efeitos da crise climática, da perda de biodiversidade, da desaceleração econômica sobre os preços dos alimentos, bem como o aumento da pobreza. Além disso, os novos dados podem apoiar a urgência de transformação dos sistemas agroalimentares para aumentar sua eficiência, inclusão, resiliência e sustentabilidade, alinhados com a agenda 2030 de desenvolvimento sustentável e aproveitando o momento criado por iniciativas como a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas como fóruns e movimentos para fortalecer e ampliar a prioridade política por governos nacionais, assim como ganhar apoio de atores sociais para desenvolver soluções inovadoras alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A metodologia proposta no relatório de 2023 busca a estimação dos custos reais dos sistemas agroalimentares pelo chamado TCA (*true cost accounting*), que contabiliza os custos totais desses sistemas, incluindo seus custos ocultos, sobre o meio ambiente, sobre a saúde e sobre os modos de vida.

Particularmente, a questão dos custos ocultos dos sistemas agroalimentares é componente muito relevante, tendo em vista que se deve incluir problemas como os custos de produção e o aumento dos custos dos alimentos, que deve incluir aspectos como os incentivos aos produtores e consumidores e sua influência sobre a transformação dos modelos de produção, distribuição e consumo. Isso inclui, por exemplo, agregar custos normalmente não quantificados como emissões de gases de efeito estufa, emissões de nitrogênio, uso de água,

transições no uso de terra e pobreza, além dos impactos da pobreza e das perdas de produtividade causadas por padrões alimentares não-saudáveis e pela desnutrição.

Outro ponto importante trazido pela aplicação dessa nova metodologia é que, além dos resultados consistentes e comparáveis para um grande conjunto de países, reforça-se aspectos metodológicos e de disponibilidade de dados para a realização de novas análises usando o TCA, como contribuição para a gestão e a pesquisa no campo dos sistemas agroalimentares, mesmo no contexto dos países de baixos e médios rendimentos.

Por fim, o relatório de 2023 destaca que, por se tratar de uma nova metodologia, constitui um ponto de partida para futuras análises e aprimoramentos, além de buscar o aprofundamento da avaliação dos dados nacionais existentes, incluindo a avaliações por atores nacionais e por especialistas para informar o planejamento mais profundo e específico de políticas nacionais e a orientação de investimentos para guiar a transformação dos sistemas agroalimentares do nível local ao nacional.

Em nossa perspectiva, como pesquisadores dos sistemas alimentares é desejável também que essas metodologias permitam outras análises como a comparação de cenários de mudanças que reforcem os modelos de produção de alimentos que garantam a biodiversidade e a preservação ambiental, como a agroecologia. Esses dados devem reforçar a priorização da comida de verdade, incentivando circuitos curtos de produção e consumo e economia circular e buscando reverter as tendências atuais de substituição dos alimentos in natura e minimamente processados, que deveriam ser a base de nossas dietas, por produtos alimentícios ultraprocessados.

Mensagens principais do relatório

O relatório de 2024 traz 14 mensagens principais relacionadas aos sistemas agroalimentares globais, particularmente no tocante ao chamamento para a transformação dos sistemas hegemônicos que são responsáveis por grande parte dos custos estimados, principalmente considerando os custos ocultos. Para diferenciar as mensagens do relatório, as apresentamos em *itálico*, enquanto nossos comentários que vêm na sequência estão sem esse destaque.

1. Relembrando o relatório O Estado da Alimentação e da Agricultura 2023, a utilização da metodologia de contabilidade de custo real (TCA) apresentou as primeiras estimativas preliminares dos custos ocultos globais dos sistemas agroalimentares e destacou a necessidade urgente de enfrentá-los. No documento de 2024, são apresentados aprimoramentos dessas estimativas, confirmando que os custos ocultos globais quantificados dos sistemas agroalimentares excedem 10 trilhões de dólares em paridade do poder de compra (PPP) de 2020. Portanto, são necessárias e urgentes ações estratégicas por parte de todos os atores para aumentar o valor dos sistemas agroalimentares para a sociedade.

Trazar a quantificação da carga econômica tem se mostrado um argumento extremamente relevante para muitas políticas, inclusive regulatórias e fiscais, portanto, resultados como os que o relatório traz são subsídios importantes para fortalecer compromissos e ações. Além disso, os resultados podem e devem ser usados também para avaliar diferentes cenários de políticas, pensando em análises de custo-efetividade, por exemplo, bem como mostrando os custos da inação.

Dados dessa natureza mostraram-se essenciais para avanços em agendas como a redução do tabaco, global e nacionalmente, e devem ser aplicados aos sistemas alimentares como um todo, traduzindo as externalidades negativas em termos epidemiológicos e econômicos (representadas em grande parte pelos custos ocultos que o relatório aponta), dando transparência a esses impactos para governantes, legisladores, população e até mesmo para agentes do setor privado.

2. Padrões alimentares não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis representam 70% de todos os custos ocultos quantificados por meio da metodologia. Usando as métricas do Estudo de Carga Global da Doença (GBD – Global Burden of Disease), observou-se que os maiores fatores de risco globais são o baixo consumo de grãos integrais, o alto consumo de sódio e a baixa ingestão de frutas. O relatório destaca, porém, que, devido a limitações nos dados, os custos relacionados à desnutrição (aguda e crônica, assim como a deficiência de micronutrientes) não foram calculados no relatório, de modo que os números apresentados são uma subestimação, um limite inferior para os verdadeiros custos ocultos de saúde.

Para além do que coloca o relatório, há um conjunto maior de consequências da alimentação não saudável para a saúde, considerando os efeitos do consumo dos produtos ultraprocessados, que não se resume à substituição dos alimentos in natura (fontes de fibras, micronutrientes e outros componentes fitoativos, entre outros) e ao excesso de nutrientes críticos, como sódio, gorduras e açúcar (associados tradicionalmente a um grande conjunto de doenças crônicas não-transmissíveis). Particularmente, a abordagem isolada dos nutrientes críticos frequentemente traz soluções como a reformulação dos produtos sem considerar os efeitos dos ultraprocessados como um todo e por isso deve ser vista com cautela, numa perspectiva de redução de danos e não de aumento da saudabilidade ou sustentabilidade dos produtos.

Nesse sentido, ainda, a literatura científica internacional já mostra impactos dos ultraprocessados por meio das transformações físicas na matriz alimentar (que afetam diretamente a absorção de nutrientes), nas mudanças químicas associadas ao ultraprocessamento dos alimentos (particularmente pelo uso de um conjunto de aditivos alimentares cosméticos e pela introdução de contaminantes neoformados nos produtos), bem como seus impactos sobre a forma de consumo, incluindo os efeitos sobre a comensalidade, o consumo excessivo e compulsivo e outros impactos inclusive sobre a saúde mental (Juul, Vaidean e Parekh, 2021).

No campo da produção acadêmica avançaram significativamente as metodologias de modelagem para avaliação dos impactos epidemiológicos, ambientais e econômicos dos sistemas agroalimentares (particularmente em relação a ambientes alimentares) e das políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável, ampliando a abordagem focada nos nutrientes para os padrões alimentares baseados no grau e propósito do processamento industrial dos alimentos (Willett *et al.*, 2019)(Leite *et al.*, 2022)(Nilson *et al.*, 2022)(T Da Silva *et al.*, 2021).

Por exemplo, no Brasil o consumo de produtos ultraprocessados no Brasil está associado a 57 mil mortes anuais, que custam um total de R\$9,2 bilhões de reais à economia. Além disso, é estimado que os custos para o Sistema Único de Saúde do tratamento de DCNTs atribuíveis à obesidade na população adulta chegaram a R\$1,4 bilhão por ano em 2019 (Nilson *et al.*, 2020)

e, considerando as tendências futuras de crescimento do excesso de peso e obesidade no país, os custos ao SUS dos novos casos de DCNTs podem alcançar R\$4,2 bilhões de 2020 a 2030, além de perdas de produtividade por mortalidade precoce poderem chegar a R\$45 bilhões no mesmo período (Giannichi *et al.*, 2022). Consideradas as perdas econômicas associadas a todos os custos indiretos da obesidade no Brasil, incluindo absenteísmo, presenteísmo e mortes prematuras, estes podem somar até 8,7% do PIB (Rasmussen, 2015).

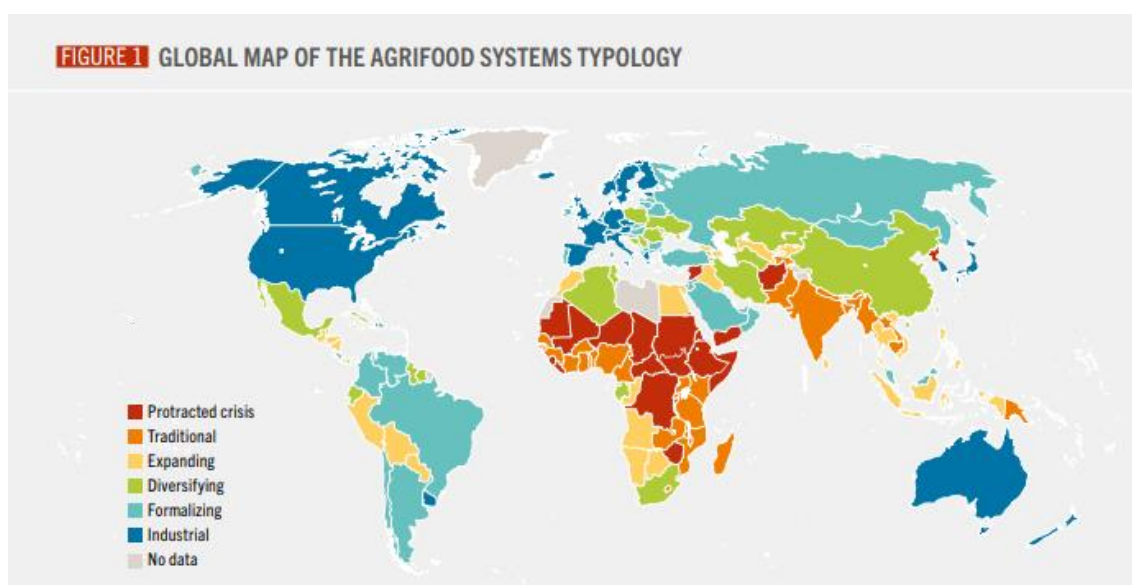
3. Como novidade, o relatório de 2024 adota uma tipologia de sistemas agroalimentares com seis categorias – crise prolongada, tradicional, em expansão, em diversificação, em formalização e industrial. Com base nessa tipologia, analisa os custos ocultos quantificados para 153 países, abrangendo 99% da população mundial. Sistemas agroalimentares industriais e em diversificação respondem pelos maiores custos ocultos globais quantificados (totalizando 5,9 trilhões de dólares em PPP de 2020), em que se destacam os custos ocultos relacionados à saúde.

Vale a pena nos determos rapidamente nessa tipologia, pois, além de ser um tema novo, ajuda a explicar a abordagem dos países para além de características de região e rendimentos. Devido à complexidade dos sistemas agroalimentares, ao longo do tempo foram feitas diversas tentativas de criar uma tipologia desses sistemas para categorizar os países com base em características econômicas, políticas, institucionais e geográficas comuns relacionadas aos sistemas alimentares. Mais recentemente, a ampliação do pensamento sistêmico para incluir os componentes mais amplos dos sistemas agroalimentares – desde a produção primária (incluindo outros sistemas de apoio) até o processamento, embalagem, consumo e descarte – aumentou a complexidade dimensional e, com isso, a necessidade de uma tipologia para estruturar o discurso em torno dos impactos de possíveis instrumentos de políticas públicas.

Nesse contexto, as tipologias traduzem as dimensões de sistemas complexos em um conjunto de características de fácil compreensão e facilitam a identificação de pontos em comum e distinções entre grupos. Como toda classificação, é possível que ainda possam ocultar heterogeneidades relevantes dentro dos grupos, mas olhares mais ampliados são particularmente para análises específicas de contexto e desenho de soluções mais adaptadas a cada uma.

Diante disso, no relatório de 2024 foi aplicada uma tipologia relacionada especificamente aos sistemas agroalimentares, com as seguintes categorias: crise prolongada, tradicional, em expansão, em diversificação, em formalização e industrial (em inglês: *protracted crisis, traditional, expanding, diversifying, formalizing and industrial*) (Marshall *et al.*, 2021). Dentre algumas das variáveis para essa classificação, temos o grau de urbanização, o valor adicionado por trabalhador na agricultura, a porcentagem de calorias que não vêm de alimentos básicos e o número de supermercados por 100.000 habitantes. Essa tipologia tem razoável sobreposição com diferentes regiões do globo, mas permitem ir além disso, considerando similaridades na estrutura e funcionamento dos sistemas alimentares entre diferentes países (Figura 1).

Figura 1. Mapa global segundo as tipologias de sistemas alimentares (SOFA/FAO 2024)



4. Em relação às possíveis respostas aos desafios atuais, o relatório aponta que não existe uma única estratégia de transformação dos sistemas agroalimentares, dado o leque de possíveis intervenções políticas e investimentos. Na transição histórica de sistemas agroalimentares tradicionais para industriais, tanto os resultados quanto os custos ocultos variam. Assim, embora haja espaço para melhorar a eficiência e a segurança, o relatório aponta que é essencial evitar a ampliação de desequilíbrios de poder, custos ocultos ambientais e sociais, e transições alimentares prejudiciais à saúde.

Como observado em outros documentos da FAO, apesar do chamamento à transformação dos sistemas agroalimentares, pouca menção é feita aos próprios sistemas agroalimentares hegemônicos, em que se associam monoculturas de commodities com produtos ultraprocessados e que estão no centro de crises como a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (Swinburn *et al.*, 2019), junto com a epidemia de DCNTs, da perda de biodiversidade e da continuidade da pobreza e do aumento das desigualdades. Esse reconhecimento mais explícito seria muito benéfico para evitar soluções paliativas e os diferentes tipos de limpeza de imagem corporativa (*green, blue e social washing*, em particular) que podem vir com falsas soluções que desviam o foco das transformações mais necessárias.

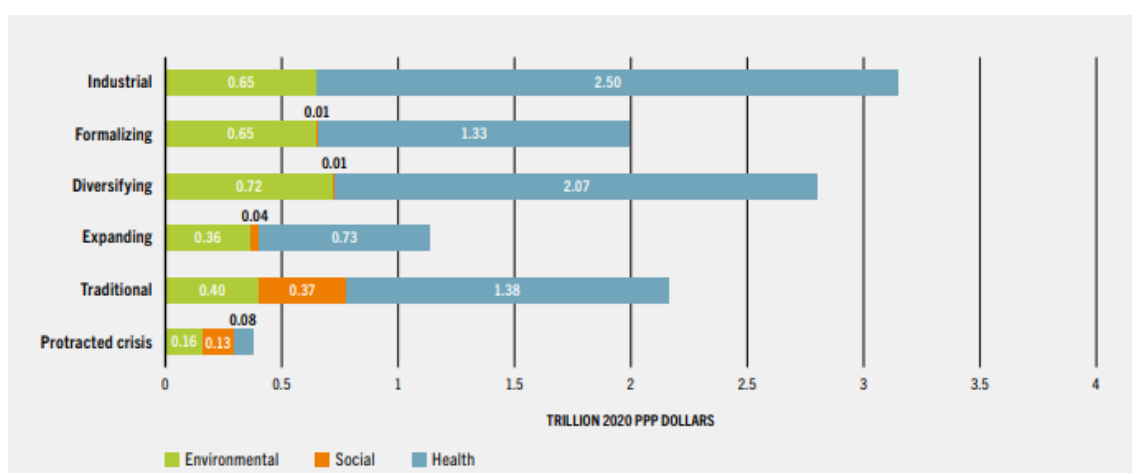
5. Os custos ocultos ambientais são maiores em sistemas agroalimentares em diversificação (720 bilhões de dólares em PPP de 2020), seguidos pelos sistemas em formalização e industriais. No entanto, os países em crise prolongada enfrentam a maior carga de custos ocultos ambientais em relação ao seu produto interno bruto (PIB) (20%).

6. Custos ocultos sociais são predominantes em sistemas agroalimentares tradicionais e em crise prolongada, representando 8% e 18% do PIB, respectivamente. Esses custos – impulsionados pela subnutrição e pela pobreza – destacam a importância de melhorar os meios de subsistência e fortalecer o nexos entre humanitário, desenvolvimento e paz.

7. Custos ocultos de saúde são relevantes em todas as categorias de sistemas agroalimentares. O principal risco alimentar relacionado a doenças crônicas não transmissíveis é o baixo consumo de grãos integrais em todos os sistemas agroalimentares, exceto em crise prolongada e tradicional, onde o maior risco é a baixa ingestão de frutas e vegetais.

Considerando os itens 5, 6 e 7, a composição dos custos segundo as tipologias mostra muito claramente que os custos dos sistemas alimentares à saúde são maiores em todos os grupos, exceto o de crise prolongada, onde os custos ambientais e sociais são ainda maiores proporcionalmente. Além disso, os custos sociais são particularmente maiores nas categorias em que predominam os países de menores rendimentos e sistemas alimentares menos globalizados, enquanto o impacto ambiental dos sistemas alimentares é considerável em todas as tipologias (Figura 2).

Figura 2. Estimativa de custos ocultos segundo categoria de sistemas agroalimentares (SOFA/FAO, 2024)



8. Em países e territórios com sistemas agroalimentares em formalização e industriais, dietas ricas em carne vermelha e processada, bem como em sódio, são significativas. Diretrizes ou guias alimentares baseados em alimentos precisam considerar esses padrões para promover de forma mais eficaz dietas saudáveis que reduzam os custos ocultos de saúde.

A exemplo da argumentação trazida no comentário sobre o item 2, o uso da classificação NOVA de alimentos, considerando a participação dos ultraprocessados nas dietas, traria maior clareza a essa análise. A transição entre as tipologias traduziria muito fielmente o aumento do consumo de ultraprocessados nas populações, substituindo os alimentos frescos e minimamente processados de origem local por dietas globalizadas.

Além disso, remetendo a nosso último informe (20/2024), para além dos guias alimentares baseados em alimentos, que focam nos padrões alimentares no lugar dos nutrientes somente, a perspectiva mais abrangente de sistemas alimentares nesses guias dietéticos traria benefícios ainda maiores em relação aos hábitos alimentares junto com as formas de produção, processamento, distribuição, consumo e descarte dos alimentos, ampliando o poder de indução de políticas (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024b).

9. Transformar os sistemas agroalimentares para reduzir os custos ocultos melhorará o bem-estar. No entanto, a distribuição dos benefícios e custos será desigual entre diferentes partes interessadas, países e períodos.

Diferentes contextos demandam diferentes abordagens e estratégias importadas de contextos distintos podem ter impacto limitado. Por isso, abordagens mais tradicionais do norte global em relação ao sul global, por exemplo, são comumente pouco transformadoras e estruturantes, enquanto soluções mais contextualizadas, como as mais trabalhadas na cooperação sul-sul, mostram-se mais efetivas.

Mesmo dentro de um mesmo país, é fundamental considerar os impactos das políticas sobre diferentes grupos populacionais, tendo em vista que grupos como populações indígenas, comunidades tradicionais e outros são mais impactados pelos sistemas agroalimentares hegemônicos e precisam ser priorizados. Ao mesmo tempo, esses mesmos grupos também aportam muitos conhecimentos tradicionais que podem e devem se somar às evidências da ciência tradicional para a construção de alternativas transformadoras de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos, além de socialmente justos.

10. Todos têm um papel a desempenhar na transformação dos sistemas agroalimentares. É crucial integrar os esforços realizados nos sistemas agroalimentares – como aqueles feitos pelos setores público e privado, instituições de pesquisa e sociedade civil.

Esse ponto é mais detalhado no corpo do relatório, mas repete o risco de muitos outros documentos de colocar em protagonismo muitos agentes dos sistemas hegemônicos, cujos interesses são financeiros, lucrando com esses sistemas e não arcando com seus custos e, ao mesmo tempo, influenciando políticas nacionais e globais para evitar os modelos verdadeiramente transformadores de sistemas alimentares.

Esse tipo de conflito de interesse precisa ser considerado para que a estrutura de governança das políticas e iniciativas não corra risco de ser capturado pelas grandes corporações de setores como agronegócio, ultraprocessados, mercados financeiros e do setor de tecnologia da informação (*Big Agro, Big Food, Big Money e Big Tech*). Enquanto isso, deve ser preservado e garantido o espaço de participação de representantes da sociedade civil e seus grupos, assim como da academia (sem conflitos de interesses) para garantir que soluções sejam baseadas em direitos, considerem aspectos de equidade e interseccionalidades e sejam baseadas em evidências.

11. Em cadeias de suprimento alimentar cada vez mais globais, os desequilíbrios de poder frequentemente transferem o ônus das mudanças para partes vulneráveis, como os produtores, que acabam enfrentando custos regulatórios mais altos e pressões de redução de preços. Em contraste, os benefícios das mudanças podem ser colhidos por partes que evitam ou repassam os custos adicionais. É possível minimizar a interrupção dos negócios ao antecipar mudanças regulatórias esperadas e adotar práticas sustentáveis e justas desde o início.

Esse item é muito importante em relação a muitos aspectos de saúde e ambientais associados aos sistemas alimentares globalizados, visto que frequentemente países mais vulneráveis às mudanças climáticas, por exemplo, são justamente impactados pelas práticas de outros locais do mundo. Da mesma maneira, na esteira de modelos neocoloniais de relações com nações ricas, se replicam modelos de aumento da pobreza e das desigualdades. Portanto, princípios como poluidor pagador, resgate histórico de exploração, perdão de dívidas, apoio ao desenvolvimento local e outros mecanismos serão fundamentais e devem ser financiados pelos países do modelo industrial em relação aos demais.

12. Os consumidores podem influenciar os sistemas agroalimentares por meio de suas decisões de compra, escolhendo produtos que sejam produzidos de forma sustentável e saudável. Incentivos financeiros, programas de informação e educação, além de regulamentações, podem apoiar essa mudança, garantindo que até mesmo as famílias vulneráveis possam participar e se beneficiar dessas transformações.

De fato, a participação dos consumidores é central em transformações, mas não se pode dar um peso desproporcional e isolado à educação e comunicação em detrimento de transformações nos ambientes alimentares em que eles vivem e fazem suas escolhas. Os ambientes alimentares determinam a disponibilidade, a publicidade e a acessibilidade física e financeira aos alimentos e determinam fortemente o que é consumido, portanto escolhas saudáveis e ambientalmente coerentes só podem se dar quando a informação e educação podem ser aplicadas.

Esse cuidado é fundamental pois constantemente existe uma tentativa de captura dessa narrativa por parte do setor produtivo, como as indústrias de alimentos, colocando toda a responsabilidade pelas consequências à saúde relacionadas à alimentação inadequada em suas escolhas, ignorando o contexto na qual ocorrem. Por isso, políticas regulatórias e fiscais são fundamentais para atuar sobre os ambientes alimentares, tornando escolhas alimentares mais saudáveis as mais fáceis e acessíveis e desincentivando as escolhas não saudáveis, como por meio da tributação de produtos nocivos à saúde, aprimoramento da rotulagem e regulação da venda e da publicidade.

13. O significativo poder de compra das instituições pode ser aproveitado para remodelar as cadeias de suprimento alimentar e melhorar os ambientes alimentares. Ao incentivar o consumo de alimentos sustentáveis e nutritivos, essas instituições podem influenciar os padrões de consumo por gerações. Esse impacto pode ser ainda maior quando combinado com uma educação abrangente sobre alimentação e nutrição.

Nesse ponto, a articulação entre políticas governamentais, desde o fomento à produção até as compras públicas, mostra-se um poderoso instrumento de transformação dos sistemas alimentares locais. No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é um exemplo frequentemente mencionado, considerando o percentual mínimo de compras de produtos da agricultura familiar, mas atualmente as compras públicas têm também se vinculado a outros equipamentos sociais e o fomento à produção local trouxe maior reforço à produção orgânica e agroecológica.

Contudo, no contexto mais ampliado, é preciso trazer uma profunda reorientação de subsídios governamentais para modelos de produção sustentáveis, resilientes e inclusivos em detrimento da priorização atual dos modelos hegemônicos, concentradores e excludentes, pode, junto com a tributação de produtos nocivos à saúde humana e planetária, podem reverter a produção mais biodiversa para priorizar os alimentos in natura e minimamente processados. No Brasil, o momento atual de discussão da reforma tributária é muito propício para agregar à tributação seletiva já prevista do tabaco, a das bebidas alcóolicas, dos produtos ultraprocessados e dos agrotóxicos, enquanto se deve estimular (inclusive por meio de subsídios) uma cesta básica alinhada com o Guia Alimentar para a População Brasileira.

14. Avaliações de TCA direcionadas aos sistemas agroalimentares, realizadas em diferentes níveis – desde produtos e cadeias de valor até o nível nacional – podem ajudar os tomadores de decisão públicos e privados a estabelecer prioridades e gerenciar compensações.

Um engajamento consultivo robusto com as partes interessadas dos sistemas agroalimentares identifica ações eficazes e justas.

Nesse sentido, o papel da FAO é particularmente importante, ao poder garantir acesso a dados públicos e aplicar metodologias comuns para diferentes contextos, apoiando os países em suas abordagens específicas. Ao mesmo tempo, o uso das informações nacionais, mesmo que agregadas ou possivelmente irregulares ao longo do tempo, estimula o aprimoramento dessas informações, tanto em termos de regularidade e qualidade quanto de aplicabilidade, num ciclo virtuoso.

Conclusão

Nas palavras da diretora de sistemas alimentares da FAO, Corinna Hawkes, novo relatório apresenta três pontos básicos e irrefutáveis: primeiro, os sistemas agroalimentares globais geram inúmeros benefícios para todos; segundo, eles também geram inúmeros custos, que somam em torno de US\$ 12 trilhões por ano, dos quais 70% vêm de padrões alimentares não saudáveis; e, em terceiro lugar, revela-se uma enorme desconexão entre os 'criadores de custos' e os 'portadores de custos' (aqueles que pagam pelos custos). Nesse sistema, os atores que geram os custos geralmente se beneficiam do status quo, enquanto os que pagam os maiores custos, definitivamente, não. Pior, quem paga pelos custos dos sistemas agroalimentares pode estar um país diferente ou mesmo podem nem ter nascido ainda. Segundo ela, essa profunda desigualdade levanta uma questão crucial: como transferir recursos dos beneficiários atuais dos custos ocultos para aqueles que arcam com os custos.

Isso remete a todo o conjunto de políticas agrícolas, de segurança alimentar e nutricional e de saúde, pensando em uma abordagem de sistemas alimentares para enfrentar os problemas dos sistemas hegemônicos, mas que, paradoxalmente, está baseado no financiamento predominante dos sistemas predatórios em detrimento dos sistemas transformadores. Por exemplo, países subsidiam e financiam pesadamente as culturas de commodities agrícolas, enquanto o financiamento dos agricultores familiares, e mais particularmente dos que praticam modelos agroecológicos de produção, é substancialmente menor.

A contradição maior vem justamente do fato que grande parte da produção de commodities gera esses grandes custos dos sistemas agroalimentares apontados pelo relatório, ou seja, os próprios recursos públicos financiam pesadamente a produção de ingredientes para os produtos ultraprocessados que estão associados a grande parte das DCNTs associadas à alimentação, além de seus impactos ambientais considerando desmatamento, queimadas, esgotamento dos solos, uso intensivo de recursos naturais e poluição ambiental por agrotóxicos, combustíveis fósseis e plásticos.

No momento atual, destacam-se os esforços da presidência brasileira do G20 (como na Aliança Global Contra a Fome), em que a fome é tratada numa perspectiva ampliada, incluindo os sistemas alimentares e a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, a partir dos quais compromissos mais efetivos possam ser assumidos e implementados pelos países, incluindo os potenciais financiadores e implementadores. Aliás, um componente inovador e essencial trazido pelo Brasil, do G20 Social deve ser replicado em novas presidências para buscar equilibrar a estrutura de governança e legitimar os compromissos diante das populações, trazendo instrumento de escuta, monitoramento e cobrança.

Ao mesmo tempo, durante a COP 26 no Azerbaijão, espera-se reforçar o olhar sobre o papel dos sistemas agroalimentares na agenda e nos compromissos ambientais, mas com especial atenção aos potenciais conflitos de interesses e problemas de governança que se apresentam em outros momentos dessas agendas.

Nesse contexto, os custos dos sistemas agroalimentares podem ser uma ferramenta poderosa para defender as mudanças necessárias nos sistemas agroalimentares globais, como sempre, colocando as transformações como elementos fundamentais para garantir a saúde humana e planetária, sem deixar ninguém para trás.

Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food and Agriculture 2023 - Revealing the true cost of food to transform agrifood systems**. Rome: [s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc7724en>>.

_____. **The State of Food and Agriculture 2024 - Value-driven transformation of agrifood systems**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd2616en>>.

_____. **Food systems-based dietary guidelines: An overview**. Rome, Italy: [s.n.].

GIANNICHI, B. V. *et al.* **Projeções dos custos das doenças crônicas em diferentes cenários de mudança na prevalência de excesso de peso no Brasil, 2020 a 2030**. Congresso Acadêmico Unifesp 2022. **Anais...** 2022 Disponível em: <<https://congresso2022.unifesp.br/programacao/162/>>

JUUL, F.; VAIDEAN, G.; PAREKH, N. Ultra-processed Foods and Cardiovascular Diseases: Potential Mechanisms of Action. **Advances in Nutrition**, p. nmab049, 2021.

LEITE, F. H. M. *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 2022.

MARSHALL, Q. *et al.* Building a Global Food Systems Typology: A New Tool for Reducing Complexity in Food Systems Analysis. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, n. November, p. 1–15, 2021.

NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.

NILSON, E. A. F. *et al.* Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, v. 44, p. e32, 2020.

RASMUSSEN, B. **Economic Costs of Absenteeism , Presenteeism and Early Retirement Due to Ill Health : A Focus on Brazil Report to the Brazil-U . S . Business Council , the US Chamber of CommerceVictoria Institute of Strategic Economic Studies**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.brazilcouncil.org/wp-content/uploads/2016/04/Econ.-Cost-of-Absenteeism-Presenteeism-and-Early-Retirement-due-to-ill-health-Brazil.pdf>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

T DA SILVA, J. *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.

WILLETT, W. *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **Lancet (London, England)**, v. 393, n. 10170, p. 447–492, 2019.

Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5 e a participação da UNESCO no G20

Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Vitor Rodrigues
Heliton Barros

Abstract: *This paper presents the Global Education Monitoring Report 2024/5, which focuses on leadership in education and complements it with “leadership for learning”. It highlights the great need for good school, system and policy leaders to help steer education in the right direction, particularly as education issues continue to be challenging. In addition, the paper highlights UNESCO’s unprecedented role as a privileged institution in the G20 in Brazil. UNESCO participates in the G20 for the first time in 2024, invited by the Brazilian presidency, engaging in strategic discussions on topics such as digital governance, climate change, and gender equality. The organization is actively contributing to the Sherpas Track, task forces, and engagement groups. Among its priorities are the coalition for school meals and the mobilization against hunger and climate change.*

Keywords: UNESCO. Leadership in education. Lead for learning. G20 Brazil.

Resumo: Este informe apresenta o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5 que tem por enfoque a liderança na educação e complementa "liderança para a aprendizagem". Ele destaca que é grande a necessidade de se ter bons líderes escolares, de sistemas e de políticas educacionais para ajudar a conduzir a educação na direção certa, particularmente porque as questões educacionais continuam sendo desafiadoras. Além disso, o informe mostra o papel inédito da UNESCO como instituição privilegiada no G20 no Brasil. A UNESCO participa pela primeira vez do G20 em 2024, a convite da presidência brasileira, integrando discussões estratégicas em áreas como governança digital, mudanças climáticas e igualdade de gênero. A organização contribui diretamente na Trilha de Sherpas, forças-tarefa e grupos de engajamento. Entre as prioridades, destacam-se a coalizão pela alimentação escolar e a mobilização contra a fome e as mudanças climáticas.

Palavras-chave: UNESCO. Liderança na educação. Liderança para aprendizagem. G20 Brasil.

Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5

O Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5 tem por enfoque a liderança na educação com ênfase na "liderança para a aprendizagem". O sétimo Relatório publicado pela UNESCO destaca que é grande a necessidade de se ter bons líderes escolares, de sistemas e de políticas educacionais para ajudar a conduzir a educação na direção certa, particularmente porque as questões educacionais continuam sendo desafiadoras.

A Declaração de Incheon sobre a Estrutura de Ação da Educação 2030 especifica que o mandato do Relatório de Monitoramento Global da Educação é ser “o mecanismo para monitorar e relatar o ODS 4 e a educação nos outros ODS” com a responsabilidade de “relatar a

implementação de estratégias nacionais e internacionais para ajudar a responsabilizar todos os parceiros relevantes por seus compromissos como parte do acompanhamento e revisão geral do ODS”. Ele é preparado por uma equipe independente apoiada pela UNESCO.

O Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5 questiona “como os sistemas educacionais podem atrair, nomear e reter bons líderes educacionais?”. O Relatório enfatiza que a liderança é importante na educação, que líderes fortes são necessários para ajudar instituições, sistemas e sociedades a mudarem para o melhor, que líderes fortes trabalham de forma colaborativa com outros atores em busca dos mesmos objetivos.

No nível escolar, eles ocupam os cargos de diretores, mas também aqueles que os cercam, na escola e na comunidade, em posições de responsabilidade também são considerados líderes educacionais. No nível do sistema, eles são servidores públicos trabalhando como oficiais distritais, supervisores ou planejadores. No nível social, eles são líderes políticos, bem como uma ampla gama de atores que ajudam a moldar os objetivos da educação, de sindicatos e pesquisadores à sociedade civil e à mídia.

Intitulado *Lead for learning*, o Relatório 2024/5 argumenta que, na persecução dos objetivos específicos, os líderes educacionais são mais do que apenas gerentes. Eles são agentes de mudança, que precisam de tempo, confiança e apoio para se concentrarem em definir uma visão e desenvolver as pessoas que atendem e com quem trabalham. O Relatório também aponta investimento e empoderamento de líderes escolares e de sistemas.

Outrossim, deve haver processos de contratação justos e oportunidades de crescimento que reconheçam o escopo total das funções dos líderes. Além disso, a liderança funciona melhor quando é compartilhada, capacitando outros a liderar na medida que conseguem lidar no escopo de suas funções.

O Relatório 2024/5 conclui que não existe um único estilo de liderança que funcione. Diferentes contextos, capacidades e personalidades significam que os estilos variam, e com razão. Isso, combinado com os diferentes objetivos que cada líder está tentando atingir, significa que seu impacto é difícil de avaliar completamente. No entanto, todas as pesquisas apontam para a necessidade crítica de líderes fortes para melhorar continuamente a qualidade da educação. Os líderes escolares ficam atrás apenas dos professores na transformação dos resultados dos alunos. Enquanto isso, os políticos exercem enorme influência para tornar a educação equitativa e inclusiva uma prioridade nacional.

O Relatório Global de Monitoramento da Educação 2024 apresenta uma nova série de perfis de países no PEER, um recurso online que apoia o diálogo político e descreve políticas e regulamentações sobre seleção, preparação e desenvolvimento de diretores escolares nos sistemas educacionais do mundo.

Estruturado em 18 capítulos, o Relatório divide-se em duas seções, uma para a liderança na educação e outra para o monitoramento da educação nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A primeira conta com a divisão de seus capítulos entre os líderes educacionais (diretores e equipe educacional) e os líderes do sistema (servidores públicos na área da educação).

Principais mensagens

Líderes educacionais são mais do que gerentes. Eles são agentes de mudança.

Os formuladores de políticas enfrentam um grande desafio: como garantir que pessoas com as habilidades e a visão certas sejam identificadas, selecionadas, preparadas e apoiadas como líderes.

Os planos nacionais em nível escolar, de sistema e político precisam nutrir quatro dimensões essenciais de liderança:

Definir expectativas, focar no aprendizado, promover a colaboração e desenvolver pessoas. No entanto, uma revisão global dos programas e cursos de preparação e treinamento de diretores de escolas sugere que apenas metade deles se concentra em qualquer uma dessas quatro dimensões — e apenas um terço se concentra em todas as quatro. Boas escolas precisam de bons líderes escolares.

Diretores eficazes trazem à tona o melhor dos alunos. Nos Estados Unidos, estimou-se que as contribuições da liderança de diretores e professores contribuíram com até 27% da variação nos resultados dos alunos, ficando logo abaixo do impacto dos professores no aprendizado entre os fatores controlados pela escola.

Diretores eficazes trazem à tona o melhor dos professores. Um estudo de 32 países afirmou que uma liderança forte se correlaciona com práticas de ensino aprimoradas. Globalmente, 57% dos países esperam que os diretores forneçam feedback aos professores com base em suas observações. No entanto, a parcela de diretores de escolas secundárias supervisionando atividades de ensino caiu de 81% em 2015 para 77% em 2022 em países de alta renda.

Diretores eficazes garantem que suas escolas sejam seguras, saudáveis e inclusivas. Prevenir o bullying e garantir a segurança dos alunos são objetivos essenciais para os líderes escolares. Nos Estados Unidos, os diretores adaptaram o currículo para priorizar o bem-estar social e emocional durante a pandemia da COVID-19. Em Malta, os diretores trabalharam com as comunidades para desenvolver uma cultura escolar inclusiva para migrantes com suporte linguístico.

Liderança eficaz exige práticas justas de contratação, confiança e oportunidades de crescimento.

Recrutamento e retenção de talentos exigem processos de contratação abertos e competitivos. Limitar a discrição política na nomeação de diretores de escola melhora os resultados escolares. No entanto, globalmente, apenas 63% dos países têm processos de recrutamento de diretores de escola abertos e competitivos no ensino fundamental e médio.

Os melhores professores não são necessariamente os melhores diretores. Mas enquanto 76% dos países exigem que os diretores sejam professores totalmente qualificados, cerca de 3 em cada 10 também especificam experiência em gestão.

A autonomia pode desbloquear o potencial dos líderes. Sistemas educacionais de alto desempenho tendem a conceder maior autonomia aos diretores sobre decisões sobre recursos humanos e financeiros. Mas em países mais ricos, menos da metade dos diretores são responsáveis pelo conteúdo do curso ou pelo estabelecimento de níveis salariais para

professores. E quase 40% dos países não reconhecem a autonomia das instituições de ensino superior por lei.

Líderes profissionais precisam de preparação e treinamento. Os padrões de liderança escolar podem ajudar a orientar o treinamento delineando as competências necessárias, que quase todos os países definiram. No entanto, quase metade dos diretores em países mais ricos não recebem nenhum treinamento antes da nomeação e apenas 31% de todos os países têm regulamentações para a indução de novos diretores. Habilidades práticas como uso de dados, gestão financeira e alfabetização digital também são essenciais, mas um quarto dos diretores em países mais ricos não tem treinamento adequado nessas áreas.

Espera-se que os líderes escolares façam muito com muito pouco.

Há muitas demandas sobre as operações escolares para deixar tempo suficiente para os diretores definirem uma visão. As expectativas dos diretores geralmente são muito altas. Os diretores são essenciais para a implementação eficaz das reformas. Em alguns países, eles também estão sob intenso escrutínio devido a novos mecanismos de responsabilização. No entanto, uma pesquisa com diretores em 14 países de renda média mostrou que 68% do seu tempo é gasto em tarefas rotineiras de gestão. Cerca de um terço dos diretores de escolas públicas e um quinto dos diretores de escolas privadas em países da OCDE relataram falta de tempo suficiente para liderança instrucional.

Líderes escolares não devem ser heróis. Compartilhar liderança constrói escolas melhores.

Compartilhar liderança em toda a escola cria um ambiente de aprendizagem colaborativo. Ele capacita professores a liderar em suas salas de aula, alunos a serem líderes ativos com seus colegas e pais e membros da comunidade a se envolverem. No entanto, a colaboração é a menos enfatizada das quatro dimensões de liderança em programas de treinamento.

A liderança escolar é muitas vezes hierárquica. Diretores assistentes e professores podem ajudar a atingir as metas escolares quando capacitados com funções, treinamento e incentivos claros. Mas apenas metade dos países enfatiza explicitamente a colaboração de professores em seus padrões de liderança e apenas um terço dos programas de treinamento de liderança se concentra nisso. Cerca de 81% dos países exigem que os conselhos escolares incluam professores e 83% incluam pais, 62% membros da comunidade e 57% alunos.

Líderes de sistema não recebem atenção suficiente nos planos de liderança.

Autoridades de educação nos níveis central e local são líderes em potencial. Eles podem impulsionar a melhoria e o alinhamento de todo o sistema na reforma e política educacional. Os países reconhecem cada vez mais que essas autoridades podem ter maior influência se receberem maior autonomia.

Líderes de sistema são eficazes quando trabalham com outros atores. No estado mexicano de Puebla, o sucesso da reforma educacional foi o resultado de esforços coordenados em todo o sistema que incluíram a liderança de autoridades educacionais. Ministros da educação trabalham em ambientes políticos complexos e são prejudicados por mandatos curtos.

Ministros equilibram múltiplas demandas durante mandatos curtos e frequentemente não têm experiência em ensino. Um novo banco de dados global mostra que metade dos ministros da educação desde 2010 deixam o cargo dentro de dois anos após sua nomeação; apenas 23% têm experiência anterior em ensino em escolas.

Líderes políticos precisam ser astutos em compromisso político e alcance para fazer a reforma acontecer. Coalizão e construção de relacionamento podem compensar a falta de tempo e bons dados e diante de opiniões conflitantes. Mandatos curtos dificultam a implementação da reforma. Análise de projetos educacionais do Banco Mundial entre 2000 e 2017 em 114 países encontrou uma correlação negativa substancial entre rotatividade ministerial e desempenho do projeto.

Mais mulheres na liderança podem ter resultados positivos na educação.

Líderes políticas femininas priorizaram a educação mais do que seus pares masculinos. Parlamentares femininas ajudam a aumentar os gastos com educação primária globalmente. No entanto, a percentagem de ministérios aumentou apenas de 23% em 2010-13 para 30% em 2020-23.

Alguns estudos sugerem que as mulheres alcançam melhores resultados de aprendizagem do que os homens como diretores. Na África francófona, os alunos em escolas primárias especializadas por diretores superaram aqueles em escolas especializadas por diretores homens em matemática e leitura por pelo menos seis meses.

Embora muitas mulheres ensinem, poucas lideram escolas. A parcela de diretoras no ensino primário e secundário é em média pelo menos 20 pontos percentuais menor do que a parcela média de professores. Apenas 11% dos países globalmente têm medidas em vigor para abordar a diversidade de gênero no recrutamento de diretores.

Muitos atores exercem liderança influenciando a direção dos sistemas educacionais.

Sindicatos de professores, sindicatos estudantis, líderes empresariais, acadêmicos e sociedade civil responsabilizam os governos, fazem lobby e aumentam a conscientização. Influência importante: Nos Estados Unidos, alguns think tanks têm pontuação baixa em expertise, mas alta em discussão educacional no Congresso, com o inverso sendo o caso para outros.

Organizações internacionais ajudam a enquadrar e informar o debate global sobre educação, bem como a financiar os sistemas educacionais dos países. No entanto, a competição por espaço e influência pode desviar o objetivo de melhoria da educação e a sua legitimidade pode ser desafiada por uma falta de capacidade ou eficiência.

Principais mensagens sobre o progresso em direção ao ODS 4

Mais do que nunca mais crianças estão na escola e progredindo por meio da educação.  A participação de crianças menores de 3 anos de idade na educação aumentou em todo o mundo; e, mais notável ainda, na última década, em mais de 10 pontos percentuais na África Subsaariana.

Desde 2015, 110 milhões a mais de crianças, adolescentes e jovens têm frequentado a escola.

As taxas de conclusão também estão aumentando: em comparação com 2015, atualmente 40 milhões a mais de jovens concluem o segundo nível da educação secundária (ensino médio no Brasil).

Desde 2010, a taxa bruta de matrículas na educação superior aumentou de 30% para 43%. Esse progresso tem sido ainda mais rápido nas regiões da América Latina e Caribe e do Leste e Sudeste Asiático

Porém, as pessoas deixadas para trás são as mais difíceis de se alcançar, o que leva à estagnação e, em casos de conflitos, ao retrocesso do desenvolvimento educacional.

Na última década, a matrícula aos 5 anos estagnou em cerca de 75%. 7 Em âmbito mundial, 251 milhões de crianças e jovens permanecem fora da escola, uma redução de apenas 1% desde 2015, dos quais 129 milhões são meninos e 122 milhões são meninas. A exclusão é agravada por normas sociais e pela pobreza: cerca de 6 em cada 10 crianças, adolescentes e jovens estão fora da escola no Afeganistão e no Níger.

Muitas crianças começam a escolarização de forma tardia e repetem séries na África Subsaariana: na educação primária, 26% têm pelo menos dois anos de distorção idade-série; e, na educação secundária superior, 35% estão acima da idade esperada para sua série.

A taxa de conclusão da educação secundária superior aumentou de 53%, em 2015, para 59%, em 2023. Em todo o mundo, 650 milhões abandonam a escola sem um certificado de conclusão do segundo nível da educação secundária.

As disparidades de gênero nas taxas de conclusão do segundo nível da educação secundária foram eliminadas em todo o mundo, menos na África Subsaariana, onde o ritmo de progresso na última década foi metade do ritmo da Ásia Central e Meridional, a única outra região onde as meninas estão em desvantagem em relação aos meninos.

A porcentagem de adultos que concluíram, pelo menos, o segundo nível da educação secundária aumentou em média 5 pontos nos últimos 10 anos. Nesse ritmo, seriam necessários mais 80 anos para se alcançar a universalidade da conclusão do segundo nível da educação secundária.

Apenas 3% dos adultos participam de educação e formação. Desde 2015, as taxas de participação têm caído em mais da metade dos países com dados de tendência disponíveis.

Em 2022, os ataques a escolas totalizaram cerca de 3 mil, agravados pela guerra na Ucrânia; e novamente em 2023, pela guerra na Palestina. Em julho de 2024, 61% das escolas em Gaza foram atingidas diretamente.

Muitas vezes, os padrões para os professores são muito baixos ou não são atingidos.

O número insuficiente de professores nas salas de aula pode ter como causa a escassez de candidatos ou a falta de vagas. O primeiro caso é mais comum em países de renda mais alta: apenas 4% dos adolescentes de 15 anos que vivem nos países de renda mais alta querem se tornar professores; o segundo caso é mais comum em países de renda mais baixa: no Senegal, houve um excedente de mais de mil professores qualificados apenas no ano de 2020.

Muitos professores não têm as qualificações mínimas exigidas. Na África Subsaariana, a proporção caiu de 70%, em 2012, para 64%, em 2022. Na Europa e na América do Norte, caiu de 98%, em 2010, para 93%, em 2023.

Os padrões variam entre as regiões. A maioria dos países exige que os professores tenham um diploma de bacharelado para lecionar na educação primária, enquanto 17% dos países da África Subsaariana aceitam um certificado de conclusão do primeiro nível da educação secundária.

Os níveis dos resultados de aprendizagem estavam diminuindo mesmo antes da COVID-19, mas a pandemia coincidiu com uma aceleração dessa tendência.

É difícil estabelecer tendências, pois em todo o mundo ainda há uma grande lacuna de dados: a baixa cobertura de avaliações da aprendizagem significa que não há informações sobre 680 milhões de crianças.

Evidências de 70 países de renda média-alta e alta que participaram do PISA de 2022 (no final do primeiro nível da educação secundária) mostram que, de 2012 a 2018, a proporção de estudantes proficientes em leitura caiu 9 pontos percentuais, e desceu ainda mais 3 pontos, reduzindo essa proporção para 47% em 2022. De 2012 a 2018, a proporção de estudantes proficientes em matemática aumentou 2 pontos percentuais, mas caiu 8 pontos, para 36%, em 2022. Um declínio de longo prazo pode estar acontecendo desde 2009. A COVID-19 pode ter acelerado essa queda e mascarado outros fatores estruturais.

Evidências de seis países da África Subsaariana que participaram da pesquisa Assessment for Minimum Proficiency level (AMPL) de 2021 e 2023 (no final do primeiro nível da educação secundária) mostram que apenas 1 em cada 10 estudantes alcançou o nível mínimo de proficiência em leitura, e 2 em cada 10, em matemática.

A tecnologia ajuda os estudantes que antes não tinham acesso à educação, mas também traz novas questões.

No segundo nível da educação secundária, 8 em cada 10 escolas estão conectadas à internet. O progresso dos países em relação a seus padrões de conectividade está apenas 3 pontos percentuais abaixo do esperado.

Existem grandes desigualdades entre os países em relação à familiaridade com atividades básicas realizadas em computadores: em países de alta renda, 8 em cada 10 adultos conseguem enviar um e-mail com um anexo, mas em países de renda média, apenas 3 em cada 10 adultos são capazes de fazer o mesmo.

Quanto às atividades relacionadas a smartphones, em países de renda alta, 51% de jovens e adultos são capazes de configurar medidas de segurança para dispositivos digitais, em comparação com 9% em países de renda média.

A educação formal está ligada à maior aquisição de habilidades digitais. Na União Europeia, a proporção de adultos com habilidades digitais básicas aumenta de 34%, entre aqueles que concluíram o primeiro nível da educação secundária, para 51% entre aqueles com diploma do segundo nível da educação secundária, e 80% para os que têm escolaridade acima do segundo nível da educação secundária.

Um aumento mais rápido na prevalência de bullying entre meninas do que entre meninos está relacionado à maior vulnerabilidade ao cyberbullying. As meninas correm mais riscos, pelo menos em parte, porque passam mais tempo nas redes sociais.

A mudança climática impõe desafios à infraestrutura e aos currículos.

Em todo o mundo, quase 1 em cada 4 escolas primárias não tem acesso básico a água potável, saneamento e higiene, mas os governos também devem realizar investimentos mais amplos para oferecer aos estudantes e às escolas mais proteção relativa ao aumento das temperaturas e dos desastres naturais. ¶ Um novo indicador que monitora o conteúdo da educação verde mostra que é preciso oferecer mais educação sobre a mudança climática nas séries iniciais e em mais disciplinas além de ciências. O investimento nacional e internacional na educação está diminuindo.

Em âmbito mundial, entre 2015 e 2022, os gastos com educação pública caíram 0,4 ponto percentual do PIB: o nível mediano caiu de 4,4% para 4%.

A participação da educação no total dos gastos públicos diminuiu 0,6 ponto percentual, de 13,2%, em 2015, para 12,6%, em 2022. ¶ O peso cada vez maior do serviço da dívida tem implicações para os gastos com educação. Em 2022, os países da África Subsaariana gastaram quase o mesmo valor em serviço da dívida do que em educação.

Quanto às duas metas referenciais internacionais de se gastar pelo menos 4% do PIB e pelo menos 15% das despesas públicas com educação, 59 de 171 países não alcançaram nenhuma delas.

Os gastos com educação por criança permanecem praticamente os mesmos desde 2010.

A participação da ajuda internacional destinada à educação caiu de 9,3%, em 2019, para 7,6%, em 2022.

Conclusões do Relatório

As principais conclusões do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024/5 tratam sobre o papel dos líderes educacionais, os desafios na formação de líderes, o impacto da liderança na aprendizagem, a autonomia e a preparação e, por fim, a colaboração e compartilhamento de liderança.

O **papel dos líderes educacionais** denota que: (a) líderes educacionais são mais do que gestores; são agentes de transformação e, (b) a necessidade de bons líderes é crucial para enfrentar os desafios educacionais atuais;

Os **desafios na formação de líderes** estão evidenciando que (a) muitos programas de formação de diretores se concentram em apenas uma dimensão da liderança, como a definição de expectativas ou o desenvolvimento de recursos humano e, (b) apenas um quinto dos programas abrange todas as quatro dimensões essenciais da liderança;

O **impacto da liderança na aprendizagem** evidencia que (a) diretores eficazes podem melhorar significativamente o desempenho dos alunos e professores e, (b) a liderança sólida está correlacionada com práticas de ensino aprimoradas;

A **autonomia e a preparação** para (a) os sistemas educacionais de alto desempenho tendem a conceder maior autonomia aos diretores e, (b) muitos diretores não recebem a formação necessária antes de assumir seus cargos, o que limita sua eficácia;

A **colaboração e compartilhamento de liderança** reforçam que: (a) a liderança compartilhada entre diretores, professores e a comunidade é fundamental para criar um ambiente colaborativo e, (b) apenas metade dos países enfatiza a colaboração em seus padrões de liderança.

Recomendações do Relatório

O Relatório traz as seguintes recomendações:

Confiar e Empoderar: criar condições que permitam aos diretores escolares tomar decisões e administrar recursos de forma eficaz.

Selecionar, Desenvolver e Reconhecer: investir na seleção inclusiva de diretores e na formação que aborde todas as dimensões da liderança.

Promover Liderança Compartilhada: incentivar a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar para alcançar objetivos comuns.

Investir em Líderes de Sistemas Educacionais: desenvolver a capacidade dos responsáveis pela educação para liderar reformas e garantir qualidade.

Esses pontos destacam a importância da liderança educacional e as ações necessárias para fortalecer esse aspecto fundamental da educação.

Referência

UNESCO. 2024. **Global Education Monitoring Report 2024/5: Leadership in education – Lead for learning**. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391406> Acesso em 18 nov. 2024.

UNESCO. 2024. **Relatório GEM 2024/5: Liderança na educação: liderar para a aprendizagem**. Paris, UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391755_por Acesso em 18 nov. 2024.

=====

A participação da UNESCO como instituição privilegiada no G20

A participação da UNESCO no G20 de 2024, a convite da presidência do Brasil, é um marco histórico para a organização. Pela primeira vez, ela está inserida diretamente nas principais frentes de trabalho do evento, como Trilha de Sherpas, forças-tarefa, grupos de trabalho e de engajamento. O G20 é um dos principais fóruns de cooperação econômica global, reunindo as maiores economias do mundo para discutir questões econômicas, políticas e sociais. Com o Brasil na presidência em 2024, o foco está em prioridades como combate à fome, redução das desigualdades, mudanças climáticas e governança digital ética.

Nesse contexto, a UNESCO participa de maneira inédita, alinhada às metas globais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Charaf Ahmimed, representante da UNESCO no G20, afirma que essa participação é “um privilégio e uma responsabilidade”, uma vez que permite à organização influenciar diretamente o desenvolvimento de políticas globais em áreas-chave.



Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em discurso na abertura da cúpula do G20, no Rio de Janeiro.

Foto: Reprodução/Gov.br

A UNESCO integra a Trilha de Sherpas, uma estrutura central do G20 voltada para a definição de agendas e prioridades do evento. A organização também atua em forças-tarefa e grupos de trabalho, abordando temas como economia digital, mudanças climáticas, governança global e inovação. A diretora-geral Audrey Azoulay destaca que a UNESCO “trabalha para prevenir crises, atender necessidades urgentes e apoiar a reconstrução pós-crise”, ressaltando o papel da educação, cultura e ciência na criação de soluções sustentáveis e de longo prazo.

Uma das principais iniciativas apoiadas pela UNESCO no G20 é a aliança global contra a fome e a pobreza, com foco na coalizão pela alimentação escolar e igualdade de gênero na educação. A UNESCO acredita que a alimentação escolar é um componente crucial para a redução das desigualdades educacionais e sociais, especialmente entre meninas e jovens em situação de vulnerabilidade. Marlova Jovchelovitch Noleto, representante da UNESCO no Brasil, salienta que “a igualdade de gênero na educação é fundamental para romper o ciclo da pobreza”. Outra prioridade é a mobilização global contra as mudanças climáticas. A UNESCO apoia essa iniciativa por meio de seus locais designados, como as reservas da biosfera e patrimônios da humanidade, além de promover a educação verde através da parceria Greening Education. Essas ações visam não apenas a mitigação dos efeitos climáticos, mas também a proteção de culturas e ecossistemas vulneráveis.

A UNESCO também desempenha um papel central nas discussões sobre governança digital e ética da Inteligência Artificial (IA). Com o aumento das tecnologias digitais e sua influência em todas as esferas sociais, a organização defende a criação de políticas que garantam uma internet mais segura, transparente e ética. Ahmimed observa que “a integridade da informação é essencial para a confiança nas instituições e na economia digital”, destacando a importância de regulamentações eficazes para combater a desinformação.

A UNESCO também está engajada em cinco grupos de engajamento do G20, que têm um papel fundamental na formulação de recomendações de políticas para os líderes do fórum:

Justiça 20: Foca no acesso à justiça, inclusão legal e proteção de direitos humanos, áreas nas quais a UNESCO promove a igualdade de gênero e o respeito às diversidades culturais.

Oceano 20: Trabalha na proteção dos oceanos e na preservação de ecossistemas marinhos. A UNESCO, por meio da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, contribui para políticas de conservação, destacando a importância da pesquisa científica marinha.

Pense 20: Esse grupo de reflexão inclui think tanks e centros de pesquisa, fomentando debates sobre inovação e governança sustentável. A UNESCO contribui com dados e análises para a elaboração de políticas baseadas em evidências.

Juventude 20 (Y20): Envolve jovens líderes de todo o mundo na formulação de políticas públicas. A UNESCO apoia o Y20, promovendo inclusão social, transição energética e educação igualitária. Marlova Noletto afirma que “é essencial incluir a juventude nos debates para garantir um futuro mais sustentável e justo”.

Negócios 20: Enfoca o desenvolvimento econômico sustentável e o papel do setor privado na criação de empregos e inovação. A UNESCO contribui com diretrizes para práticas empresariais mais responsáveis e inclusivas.

A UNESCO está alinhada para apoiar as discussões finais da Cúpula dos Líderes do G20 e garantir que suas prioridades estejam incorporadas nas declarações de políticas. A organização espera que os líderes globais adotem medidas concretas para combater a desinformação, promover a igualdade de gênero, reduzir a pobreza e mitigar as mudanças climáticas.

A participação da UNESCO no G20 de 2024 é um marco importante, não apenas por sua contribuição direta nas discussões, mas também por sua capacidade de influenciar a criação de políticas globais mais equitativas e sustentáveis. A organização visa continuar promovendo o diálogo multilateral e colaborativo, reforçando seu papel na construção de um futuro mais seguro, justo e inclusivo, alinhado às metas da Agenda 2030. A UNESCO vê o G20 como uma oportunidade única para fortalecer parcerias globais e promover mudanças positivas em escala internacional.

Referências

UNESCO. *G20*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/g20?hub=99910>. Acesso em: 12 nov. 2024.

UNESCO. *G20 Education Working Group sets stage for future educational progress*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/g20-education-working-group-sets-stage-future-educational-progress?hub=99910>. Acesso em: 18 nov. 2024.

UNESCO. *Youth 20 interagency meeting in Brazil: proposals and challenges for a sustainable and inclusive future*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/youth-20-interagency-meeting-brazil-proposals-and-challenges-sustainable-and-inclusive-future?hub=99910>. Acesso em: 14 nov. 2024.

As Instituições Financeiras Multilaterais na COP 29

Multilateral Financial Institutions at COP 29

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: *The Inter-American Development Bank (IADB), the World Bank (WB) and the International Monetary Fund (IMF) participated in the United Nations Climate Change Conference (COP29). The Multilateral Financial Institutions discussed the need for new economic and financial policies to finance the challenging climate goals.*

Keywords: *IADB. World Bank. IMF. Climate Financing. COP29*

Resumo: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) participaram da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29). As Instituições Financeiras Multilaterais trataram sobre a necessidade de novas políticas econômicas e financeiras que visem financiar as desafiadoras metas climáticas.

Palavras-chave: BID. Banco Mundial. FMI. Financiamento Climático. COP29

Banco Mundial, FMI, Trump e o financiamento climático

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29) deste ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) dividiram um pavilhão que foi destinado ao compartilhamento de conhecimento, criando assim oportunidades de diálogo a respeito da promoção de políticas econômicas e financeiras que apoiem os países membros e a comunidade internacional a alcançarem as metas climáticas, como o aumento do financiamento climático, a transição para economias de baixo carbono, a redução das emissões de gases e a ampliação da resiliência.

No evento “*Desbloqueando o financiamento para a transição verde em economias emergentes e em desenvolvimento*”, Ajay Banga e Kristalina Georgieva falaram a respeito do cumprimento das metas climáticas globais, da necessidade de mudança para energia renovável e tecnologias verdes e o quão desafiante será para os países promoverem esta transição, devido ao espaço fiscal limitado e pouco desenvolvimento financeiro. Ambos defenderam que o investimento estrangeiro direto e os empréstimos oficiais serão fundamentais para custear estes processos³⁷.

Diante de todas estas metas, Banga e Georgieva foram questionados sobre como será o trabalho com o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, que conhecidamente não é um entusiasta da agenda climática atual. Os líderes das instituições afirmaram que irão trabalhar com o novo governo americano pois isso significará a continuidade de financiamento para os países em desenvolvimento que vem sofrendo com o progresso das alterações climáticas. Kristalina lembrou que a instituição trabalhou com Trump durante o seu primeiro

³⁷ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/climate-change/COP29>

mandato e argumentou que está confiante de que o setor privado americano prosseguirá investindo nas tecnologias verdes. Banga concordou com a líder do FMI, reforçando que se deve respeitar a vontade do eleitorado americano e que em breve irá conversar com Trump sobre as pretensões do BM para o financiamento climático³⁸.

Os compromissos firmados pelas instituições financeiras na COP29

Com o intuito de ampliar a sustentabilidade climática e ambiental na América Latina e no Caribe (ALC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o seu braço do setor, o BID Invest pretendem entregar até 2030 o total de US\$ 11,3 bilhões em financiamento climático anual e mais a mobilização de US\$ 6,6 bilhões de capital privado³⁹. O anúncio foi feito durante umas das sessões da COP29, evidenciando que as projeções estão alinhadas ao *Impact Framework*⁴⁰ e que “esse valor de financiamento de adaptação representa 50% da meta total de financiamento climático do BID, uma proporção que o Banco se esforçará para manter”. De acordo com o BID, a instituição e o BID Invest aplicaram ao financiamento climático US\$ 7,5 bilhões em 2023, anunciando os desafios e as oportunidades para a resiliência climática⁴¹.

O BID trabalhará na questão climática com programas regionais que já estão em operação (*Amazônia Para Sempre*, *América en el Centro* e *One Caribbean*) pois estes programas possuem em suas orientações políticas climáticas que visam a conservação da biodiversidade, o aumento de investimentos e a criação de empregos para os setores⁴². Segundo o BID, “ferramentas inovadoras como Ecolinvest, *swaps* de dívida por resiliência climática e BID CLIMA reduzem os custos de capital e expandem o acesso ao financiamento sustentável, apoiando comunidades e impulsionando o crescimento inclusivo”⁴³.

Em uma das sessões da COP29, o presidente do BM anunciou que a instituição alargou a sua linha de vida para os países que estão passando pelo processo de reconstrução de desastres, concedendo o adiamento do pagamento dos empréstimos e juros após eventos catastróficos. A intenção do BM é assegurar que os governos consigam depositar as suas forças em se recuperar das tragédias primeiro e depois pagar as dívidas⁴⁴.

Outro anúncio foi a respeito da Cláusula de Dívida Resiliente ao Clima (CRDC) do BM. A instituição definiu que esta cláusula passará a cobrir emergências de saúde, secas e inundações,

³⁸ Disponível em: <https://www.reuters.com/pt/mundo/5NCLPCBNGJN2RHJLUXDYLVWEUI-2024-11-12/#:~:text=A%20diretora%20Dgerente%20do%20FMI,norte%20americano%22%2C%20disse>.

³⁹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-scale-annual-climate-finance-113-billion-2030-accelerating-impact>

⁴⁰ A Estratégia Institucional do Grupo BID renovou a missão do Banco de ser o parceiro preferencial da América Latina e do Caribe, com a orientação de enfrentar as vulnerabilidades da região e liberar seu potencial para promover o progresso social e econômico transformador, ao mesmo tempo em que enfrenta as mudanças climáticas. Ele define a direção estratégica do BID até 2030 para trazer um novo nível de impacto e escala na região, definindo um novo capítulo chamado IDB Impact+. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/who-we-are/institutional-strategy>

⁴¹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-scale-annual-climate-finance-113-billion-2030-accelerating-impact>

⁴² Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-scale-annual-climate-finance-113-billion-2030-accelerating-impact>

⁴³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-scale-annual-climate-finance-113-billion-2030-accelerating-impact>

⁴⁴ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/11/12/world-bank-expands-lifeline-to-small-states-hit-by-disasters>

ou seja, todos os desastres naturais. Antes, esta cláusula cobria dois tipos de desastres naturais (terremotos e ciclones), onde permitia aos países elegíveis “adiarem o pagamento do principal e/ou dos juros dos empréstimos do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) por até dois anos”⁴⁵.

A participação do BM na COP29 mostrou o que o Banco continua trabalhando com o que se comprometeu na COP anterior, anunciando a ampliação das metas para os próximos anos. Os planos de redução de metano e de redirecionamento de subsídios prejudiciais ao planeta foram apresentados no ano passado, alcançando algumas metas importantes.

O projeto que visa reduzir o metano foi anunciado em 2023 com o intuito de diminuir o aquecimento e capacitar os meios de subsistência, estabelecendo a resiliência. Inicialmente, o BM se comprometeu em lançar 15 programas nacionais que ajudassem na redução de até “10 milhões de toneladas de metano durante a vida útil dos projetos e beneficiar 150 milhões de pessoas”⁴⁶.

De um ano para cá, o BM mostrou as suas realizações sobre o projeto em uma das sessões da COP29, garantido que está apoiando mais de 40 projetos focados na redução das emissões de metano nos países escolhidos. De acordo com o BM, a maioria dos projetos já possuem financiamentos aprovados e outros estão em estágio de aprovação. O BM revelou que os primeiros dados sobre as emissões de metano reduzidas serão apresentados no 2º semestre de 2025⁴⁷.

A instituição apresentou que os próximos passos para o projeto serão a ampliação dos programas de redução de metano para os 15 países iniciais, sem se esquecer dos outros países; apoio aos países na monetização das reduções de metano, onde os países poderão transformar em créditos de carbono, ajudando a criar incentivos financeiros, estreitando cada vez mais os laços com especialistas globais para criar e implementar ações que tenham como objetivo a diminuição do metano⁴⁸.

Sobre os subsídios prejudiciais ao meio ambiente, o BM se comprometeu durante a COP28 apoiar os seus países membros, fazendo um trabalho analítico para atrair investimentos e outras parcerias, a fim de contribuir para o redirecionamento de subsídios energéticos e agrícolas, incentivando assim um maior desenvolvimento. Em um ano, o Banco conseguiu avançar em projetos nos níveis regional e global⁴⁹.

Para a COP29, o BM se comprometeu em colaborar em projetos voltados para a reforma agrícola e energética, primeiramente se concentrando na melhoria dos dados disponíveis a respeito dos preços dos combustíveis e dos subsídios. De acordo com o BM, o banco possui um novo banco de dados de preços globais de combustíveis, onde se faz a coleta

⁴⁵ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/11/12/world-bank-expands-lifeline-to-small-states-hit-by-disasters>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/methane-reduction-blueprint>

⁴⁷ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/methane-reduction-blueprint>

⁴⁸ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/methane-reduction-blueprint>

⁴⁹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/repurposing-harmful-subsidies-for-better-climate-outcomes>

e o processamento de dados mensais de preços de diversos combustíveis em mais de 100 países. A instituição ainda contará com o seu próprio Banco de Dados Global de Subsídios de Combustível e Medidas de Controle de Preços, que examina os preços dos combustíveis desde 2021 em 150 países⁵⁰.

De acordo com o recém-lançado relatório do BM a respeito da vulnerabilidade das pessoas diante do progresso das alterações climáticas⁵¹, evidencia-se que estas alterações representam riscos significativos, como o aumento da pobreza, da insegurança alimentar e do desemprego, podendo ultrapassar gerações.

Para combater o avanço das alterações climáticas é essencial que as pessoas estejam no centro das políticas de desenvolvimento das ações voltadas para o clima, diferentemente do que temos visto nos dias de hoje, que diante dos enormes desafios, o enfrentamento é feito por políticas adicionais. O momento é ampliar a eficiência, aumentando o envolvimento da comunidade e das partes interessadas, garantindo um crescimento mais participativo.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB to Scale Annual Climate Finance to \$11.3 Billion by 2030, Accelerating Impact [acesso em nov 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-scale-annual-climate-finance-113-billion-2030-accelerating-impact>

Banco Mundial [homepage na internet] Methane Reduction Blueprint [acesso em nov 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/methane-reduction-blueprint>

Banco Mundial [homepage na internet] Repurposing Harmful Subsidies for Better Climate Outcomes [acesso em nov 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/repurposing-harmful-subsidies-for-better-climate-outcomes>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Expands Lifeline to Small States hit by Disasters [acesso em nov 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/11/12/world-bank-expands-lifeline-to-small-states-hit-by-disasters>

Banco Mundial [homepage na internet] People in a Changing Climate: From Vulnerability to Action [acesso em nov 2024]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/publication/people-in-a-changing-climate-from-vulnerability-to-action?intcid=ecr_hp_sidekickA_2024-11-12-COP29CCDR

FMI [homepage na internet] IMF at COP29 [acesso em nov 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/climate-change/COP29>

Reuters [homepage na internet] FMI e Banco Mundial prometem na cúpula do clima da ONU trabalhar com Trump [acesso em nov 2024]. Disponível em: <https://www.reuters.com/pt/mundo/5NCLPCBNGJN2RHJLUXDYLWVEUI-2024-11-12/#:~:text=A%20diretora%20gerente%20do%20FMI,norte%20americano%22%2C%20disse>

⁵⁰ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2024/11/12/repurposing-harmful-subsidies-for-better-climate-outcomes>

⁵¹ Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/publication/people-in-a-changing-climate-from-vulnerability-to-action?intcid=ecr_hp_sidekickA_2024-11-12-COP29CCDR

Bancos Regionais de Desenvolvimento: África, Ásia e Islã

Laura Tavares Soares

Resumo. Este texto traz uma apresentação sobre os Bancos de Desenvolvimento Regional da África, da Ásia e do Islã. Nele, os Bancos são apresentados de modo descritivo, situados em suas respectivas regiões, com seus países membros, sua missão e seus objetivos, bem como algumas de suas estratégias de financiamento. As respectivas apresentações são feitas de modo breve para conhecimento de um público mais amplo, particularmente ocidental, e não familiarizado com o desenvolvimento dessas regiões. Em um próximo artigo será feita uma apresentação do Novo Banco de Desenvolvimento no contexto dos BRICs. Para além do desenvolvimento econômico “stricto sensu”, o papel dos bancos de desenvolvimento regionais também alcança o financiamento de programas e projetos ligados à **saúde**, às políticas sociais, ao desenvolvimento sustentável (com ênfase no meio ambiente) e à inovação, será apresentado em artigos subsequentes.

Palavras-chave: Bancos Regionais de Desenvolvimento, Financiamento do Desenvolvimento Regional, África, Ásia, Islã.

Banco Africano de Desenvolvimento

O continente africano consiste em 55 estados soberanos e 4 territórios dependentes, cobrindo uma massa de terra de 30 milhões km². Isso corresponde a cerca de 20 % da superfície habitável total da Terra. Os litorais dentro e ao redor da África têm um comprimento total de 41.184 km. 1,46 bilhões pessoas vivem nesses 59 países africanos, o que corresponde a cerca de 18,2% da população mundial. Eles são responsáveis por 2,8% da produção econômica global.

O **Banco Africano de Desenvolvimento** (ADB ou AfDB, sigla em inglês) é um banco regional de desenvolvimento, criado em 1964. São membros regionais do Banco 53 países [africanos](#). É financiado por 24 países europeus, americanos e asiáticos.

O **Grupo Banco Africano de Desenvolvimento** inclui também o **Fundo Africano de Desenvolvimento** (FAD ou ADF em inglês), criado em [1972](#), e o Fundo Especial da Nigéria, criado pelo estado [nigeriano](#) em [1976](#).

O Banco Africano de Desenvolvimento é a organização-mãe do Grupo. O [Acordo que estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento](#) foi adotado e aberto para assinatura na conferência de Cartum, no [Sudão](#), a 4 de agosto de 1963. Este acordo entrou em vigor a 10 de setembro de 1964. O Banco iniciou as suas operações efetivas a 1 de julho de 1966.

Está sediado em [Abidjan](#), na [Costa do Marfim](#), mas suas atividades foram temporariamente transferidas para [Túnis](#), desde setembro de [2003](#), após a tentativa de [golpe de estado](#) de [2002](#) e o início da [guerra civil da Costa do Marfim](#).

São Estados Membros Regionais: [Argélia](#); [Egito](#); [Líbia](#); [Mauritânia](#); [Marrocos](#); [Tunísia](#); [Benim](#); [Burkina Faso](#); [Cabo Verde](#); [Costa do Marfim](#); [Gâmbia](#); [Gana](#); [Guiné](#); [Guiné-Bissau](#); [Libéria](#); [Mali](#); [Níger](#); [Nigéria](#); [Senegal](#); [Serra Leoa](#); [Togo](#); [Burundi](#); [Ilhas Comores](#); [Djibuti](#); [Eritreia](#); [Etiópia](#);

Quênia; Ruanda; Ilhas Seicheles; Somália; Sudão; Sudão do Sul; Tanzânia; Uganda; Camarões; República Centro-Africana; Chade; Congo; República Democrática do Congo; Guiné Equatorial; Gabão; Angola; Botsuana; Lesoto; Madagáscar; Maláui; Moçambique; Namíbia; São Tomé e Príncipe; África do Sul; Suatini; Zâmbia e Zimbabué.

Sua missão é fomentar o [desenvolvimento econômico](#) e [social](#) dos seus **países membros regionais** - individual e coletivamente. Sua estratégia define a visão de uma África **próspera, inclusiva, resiliente e integrada**. Esta visão é apoiada por **dois objetivos estratégicos gêmeos**: acelerar o crescimento verde inclusivo e impulsionar economias prósperas e resilientes. Na consecução destes dois objetivos, o Banco assegurará a sustentabilidade através do equilíbrio entre o ambiente, a equidade e a economia. A **missão** do Banco, adotada há 60 anos, continua a ser relevante: promover o desenvolvimento económico sustentável e o progresso social dos países membros regionais, tanto a nível individual como regional. A satisfação das necessidades dos países membros regionais continua a ser o objetivo principal do Banco.

A principal contribuição do Banco combina as prioridades críticas definidas pelos países africanos com os principais pontos fortes do Banco enquanto parceiro na realização de projetos e programas de investimento transformadores e de elevada qualidade. São elas:

Iluminar e eletrificar a África

Acelerar os progressos no sentido do acesso universal à eletricidade em África através de uma revolução da energia limpa.

Alimentar a África

Reforçar a segurança alimentar de África através de uma transformação da agricultura africana.

Industrializar a África

Até 2033, a industrialização estará firmemente em curso em todas as regiões africanas.

Integrar a África

Promover a livre circulação de bens, finanças e pessoas e criar cadeias de valor regionais como base para uma economia africana mais produtiva e para impulsionar a industrialização.

Melhorar a qualidade de vida para as pessoas na África

Apoiar os africanos – especialmente as mulheres e os jovens – para que realizem o seu potencial.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital autorizado do Banco Africano de Desenvolvimento é subscrito por 81 [países membros](#), compostos por 54 países africanos independentes (membros regionais) e 27 países não africanos (membros não regionais).

São *Estados membros não regionais*: [Argentina](#); [Áustria](#); [Bélgica](#); [Brasil](#); [Canadá](#); [China](#); [Dinamarca](#); [Finlândia](#); [França](#); [Alemanha](#); [Índia](#); [Itália](#); [Irlanda](#); [Japão](#); [Coreia](#); [Kuwait](#); [Luxemburgo](#); [Países Baixos](#); [Noruega](#); [Portugal](#); [Arábia Saudita](#); [Espanha](#); [Suécia](#); [Suíça](#); [Turquia](#); [Reino Unido](#); [Estados Unidos da América](#); Emirados Árabes Unidos (só no ADF – Fundo Africano de Desenvolvimento)

Os recursos da instituição provêm de recursos ordinários e especiais. Os recursos ordinários compreendem:

- as ações subscritas do capital autorizado, uma parte das quais está sujeita a mobilização a fim de garantir as obrigações de empréstimo do AfDB (ADB);
- os fundos recebidos em reembolso de empréstimos do AfDB;
- os fundos obtidos através de empréstimos do AfDB nos mercados internacionais de capitais;
- os rendimentos derivados de empréstimos do AfDB; e
- outros rendimentos recebidos pelo Banco, por exemplo, rendimentos de outros investimentos.

Nos termos do Artigo 8º do Acordo que cria o AfDB, o Banco está autorizado a estabelecer ou a ser encarregado de administrar e gerir fundos especiais que sejam consistentes com os seus objetivos e funções. Em conformidade com esta disposição, o [Fundo Africano de Desenvolvimento](#) (ADF) foi estabelecido com Estados não africanos em 1972 e o [Fundo Fiduciário da Nigéria](#) (NTF) com o Governo da Nigéria em 1976. Outros fundos especiais e fiduciários incluem:

- Fundo Petrolífero Árabe
- Fundo Especial de Ajuda de Emergência para a Seca e a Fome em África
- Fundo Especial de Ajuda de Emergência

O **Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF)** foi criado em 1972 e tornou-se operacional em 1974. Administrado pelo Banco de Desenvolvimento (ADB), compreende, até à data, 32 países contribuintes e beneficia 37 países. Os 37 países elegíveis para o ADF incluem aqueles que estão aumentando suas capacidades económicas e caminhando para se tornarem os novos mercados emergentes - bem como aqueles que permanecem frágeis e necessitam de assistência especial para garantir níveis básicos de prestação de serviços.

O ADF tem o desafio de ter quase metade dos países seus clientes como *Estados frágeis*, e enfrentar uma situação em que mesmo economias estáveis possam tornar-se frágeis devido a um choque interno ou externo. Dessa forma, o ADF contribui para a [redução da pobreza](#) e o desenvolvimento económico e social nos países africanos menos desenvolvidos, fornecendo financiamento para projetos e programas, bem como assistência técnica para estudos e atividades de desenvolvimento de capacidades.

Esse fundo surgiu como solução para dois grandes constrangimentos que se tornaram evidentes depois do Banco Africano de Desenvolvimento ter iniciado as suas operações em 1974: i) o montante limitado de recursos que o Banco podia fornecer e ii) a natureza, bem como os termos dos empréstimos, que não eram totalmente apropriados para os mais pobres dos seus países membros, especialmente para projetos com durações de longo prazo ou retornos não financeiros.

O acesso aos recursos do **Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF)** é orientado pela classificação dos Países Membros Regionais (RMC) ao abrigo da política de crédito do Grupo do Banco, que é orientada por dois critérios: (i) rendimento per capita; e (ii) fiabilidade creditícia para sustentar o financiamento que não é feito por meio de empréstimo a fundo perdido (denominado de concessão). A classificação da política de crédito determina a elegibilidade de cada país ou região para recursos por empréstimo (categoria A - países ADF); recursos a fundo perdido (categoria C - países ADB); ou uma combinação de recursos por empréstimo e a fundo perdido (categoria B, ou países mistos).

Banco Asiático de Desenvolvimento

A **Ásia** é composta por 48 estados soberanos e 3 outros territórios que cobrem uma massa de terra de 45 milhões quilômetros quadrados. Isso corresponde a cerca de 30% da superfície habitável total da Terra. Os litorais da Ásia e seus arredores têm um comprimento total de 224.089 quilômetros. Esses 51 países asiáticos abrigam 4,75 bilhões pessoas (= 59,2% da população mundial). Sua participação na produção econômica global é de cerca de 37%. 77% da área de superfície da Rússia também pertence à Ásia. Entretanto, como a maioria de seus habitantes (85%) vive na parte europeia do país e a capital também está localizada lá, a Rússia é classificada pelas Nações Unidas como pertencente à Europa. A fronteira entre a Europa e a Ásia se estende aproximadamente ao longo dos Urais e, ao sul, ao longo do rio Ural até os mares Cáspio e Negro.

O **Banco Asiático de Desenvolvimento** (ADB sigla em inglês) é um Banco de Desenvolvimento Regional criado em agosto de 1966 para apoiar o desenvolvimento econômico e social nos países da Ásia e do Pacífico, fornecendo empréstimos e assistência técnica. O ADB admite membros da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP*) e países desenvolvidos não regionais.

De 31 membros quando foi criado, o ADB cresceu e possui 68 membros, incluindo 49 da região da Ásia e do Pacífico e 19 de outros países. O ADB mantém uma presença regional através da sua sede em Manila, Filipinas, e de escritórios regionais localizados em vários países da Ásia e do Pacífico. Estes escritórios regionais facilitam uma colaboração mais estreita com os países membros, agências governamentais, parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas para identificar prioridades de desenvolvimento, conceber soluções personalizadas e garantir a implementação eficaz de projetos e programas apoiados pelo ADB. O ADB também colabora com uma vasta gama de parceiros de desenvolvimento, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, doadores bilaterais, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e o sector privado. Através de parcerias estratégicas e esforços coordenados, o ADB aproveita recursos, conhecimentos especializados e redes para maximizar o impacto das suas intervenções de desenvolvimento e promover resultados de desenvolvimento sustentável na região.

Desde a sua criação em 1966, o ADB tem desempenhado um papel fundamental no financiamento de projetos de infraestruturas, apoiando iniciativas de desenvolvimento social e facilitando a cooperação regional para enfrentar os diversos desafios de desenvolvimento que os seus países membros enfrentam. Através dos seus recursos financeiros, conhecimentos

técnicos e diálogo político, o ADB esforça-se por melhorar a qualidade de vida e promover o crescimento inclusivo e ambientalmente sustentável em toda a Ásia e no Pacífico.

Sua missão é libertar a região da pobreza e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, priorizando os 1,9 bilhão de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia (dados de 2013). Apesar de alguns sucessos, duas em cada três pessoas pobres no mundo vivem na Ásia-Pacífico. O ADB promove o desenvolvimento econômico e social na região Ásia-Pacífico, fornecendo assistência financeira, conhecimentos técnicos e aconselhamento político aos seus países membros. Os objetivos globais do ADB incluem:

1. **Redução da Pobreza:** O ADB visa aliviar a pobreza investindo em projetos e programas que promovam o crescimento econômico inclusivo, melhorem as oportunidades de subsistência e melhorem o acesso a serviços básicos como educação, cuidados de **saúde** e saneamento.

2. **Desenvolvimento de infraestruturas:** O ADB apoia o desenvolvimento de ativos de infraestruturas essenciais para o crescimento econômico e a integração regional, incluindo redes de transporte, sistemas de energia, abastecimento de água e instalações de saneamento.

3. **Sustentabilidade Ambiental:** O ADB promove o desenvolvimento ambientalmente sustentável, investindo em projetos que mitigam as mudanças climáticas, protegem os recursos naturais e promovem tecnologias de energia limpa.

4. **Cooperação e Integração Regional:** O ADB promove a cooperação e integração regional entre os seus países membros para promover sinergias econômicas, facilitar os fluxos comerciais e de investimento e enfrentar desafios comuns através de ação coletiva.

5. **Desenvolvimento do Sector Privado:** O ADB trabalha para catalisar o investimento e o empreendedorismo do setor privado, fornecendo apoio financeiro, assistência técnica e aconselhamento político para facilitar o desenvolvimento empresarial e melhorar o ambiente favorável à participação do setor privado.

O ADB opera através de várias modalidades para atingir os seus objetivos de desenvolvimento, incluindo:

1. **Financiamento de Projetos:** O ADB fornece empréstimos, subvenções e assistência técnica para financiar projetos e programas de desenvolvimento em setores como infraestruturas, agricultura, educação, saúde e governança. Estes projetos visam enfrentar desafios específicos de desenvolvimento e contribuir para o crescimento econômico sustentável e a redução da pobreza.

2. **Diálogo Político e Advocacia:** O ADB envolve-se no diálogo político com governos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para promover reformas políticas, capacitação institucional e boas práticas de governança que conduzam ao desenvolvimento sustentável. Através da defesa de políticas e assistência técnica, o ADB apoia os seus países membros na formulação e implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento sólidas.

3. Capacitação e Compartilhamento de Conhecimento: O ADB oferece assistência técnica, programas de treinamento e atividades de compartilhamento de conhecimento para aumentar a capacidade de agências governamentais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de projetos. Ao partilhar melhores práticas, lições aprendidas e soluções inovadoras, o ADB contribui para a construção de capital humano e a capacidade institucional em toda a região.

4. Parcerias e Colaboração: O ADB colabora com outros parceiros de desenvolvimento, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, doadores bilaterais, organizações internacionais e o setor privado, para alavancar recursos, conhecimentos especializados e redes para um maior impacto no desenvolvimento. Através de parcerias estratégicas e esforços coordenados, o ADB aumenta a eficácia e a sustentabilidade das suas intervenções de desenvolvimento.

O ADB foi modelado no Banco Mundial e tem um sistema de votação ponderada semelhante, onde os votos são distribuídos em proporção às subscrições de capital dos membros. No final de 2013, o Japão detinha a maior proporção de ações em 15,67%. Os Estados Unidos detinham 15,56%, a China detinha 6,47%, a Índia 6,36% e a Austrália 5,81%. Desde 2014, o ADB publicou o seu relatório anual do *Índice de Produtividade e Criatividade* e inclui a Finlândia e os Estados Unidos na lista de membros da Ásia-Pacífico em particular.

Sobre a ESCAP*

A **Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP)** é a plataforma intergovernamental mais inclusiva na região da Ásia-Pacífico. A Comissão promove a cooperação entre seus 53 Estados-membros e 9 membros associados na busca de soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável. A ESCAP é uma das cinco comissões regionais das **Nações Unidas**.

O secretariado da ESCAP apoia o desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável na região, gerando conhecimento orientado para a ação e fornecendo assistência técnica e serviços de capacitação em apoio aos objetivos nacionais de desenvolvimento, acordos regionais e à implementação da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. A ESCAP também fornece suporte a parceiros em nível nacional. A oferta nacional da ESCAP está enraizada e vinculada à implementação de estruturas intergovernamentais globais e regionais, acordos e outros instrumentos. O esboço da Oferta de Suporte da ESCAP em nível nacional está disponível [aqui](#).

A ESCAP persegue este objetivo realizando trabalhos, em estreita cooperação com outras entidades das Nações Unidas e organizações intergovernamentais na região, nas seguintes áreas:

- [Política Macroeconômica e Financiamento para o Desenvolvimento](#)
- [Comércio, Investimento e Inovação](#)
- [Transporte](#)
- [Meio Ambiente e Desenvolvimento](#)
- [TIC e redução de risco de desastres](#)

- Desenvolvimento Social
- Estatísticas
- Energia

A ESCAP tem cinco instituições regionais que dão suporte às divisões substantivas da ESCAP em seus objetivos. Cada instituto regional tem um conselho administrativo. Os conselhos administrativos são responsáveis por revisar a administração e o status financeiro dos institutos; implementar o programa de trabalho; aconselhar os diretores do instituto sobre a formulação do programa de trabalho.

São elas:

- Centro de Treinamento Asiático e Pacífico para Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento, *Cidade de Incheon, Coreia*.
- Centro Asiático e Pacífico para Transferência de Tecnologia, *Nova Deli, Índia*.
- Centro Asiático e Pacífico para o Desenvolvimento da Gestão de Informações sobre Desastres, *Teerã, República Islâmica do Irã*.
- Centro de Mecanização Agrícola Sustentável, *Pequim, China*.
- Instituto de Estatística da Ásia e do Pacífico, *Makuhari, Prefeitura de Chiba, Japão*.

Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB sigla em inglês)

Criação: o presidente chinês Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang anunciaram a “iniciativa **AIIB**” durante uma visita aos países do Sudeste Asiático, em outubro de 2013. O AIIB foi planejado pela China para “promover a integração econômica e de interconexão na região” e a cooperação com bancos de desenvolvimento multilateral (AIIB, n.d). Em janeiro de **2016**, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura iniciou oficialmente suas operações, com 57 países signatários do seu Convênio Constitutivo.

Seus objetivos são:

- Desenvolvimento dos setores de infraestrutura e de produção no continente asiático, onde o investimento de instituições tradicionais não tem sido suficiente.

- Segundo seu Convênio Constitutivo, o AIIB busca:

- (i) Fomentar o desenvolvimento sustentável

- (ii) Promover a cooperação e parceria regionais ao lidar com os desafios de desenvolvimento comuns aos países asiáticos.

Com o intuito ser uma fonte de financiamento diferente das tradicionais no que diz respeito à estrutura de empréstimos, o AIIB busca um sistema mais rápido e menos burocrático, centrado em uma estrutura mais simples e mais aberta a conceder empréstimos (AIIB, 2015).

Os membros do Banco contribuem com subscrições de capital em diferentes valores, mas 75% do capital de reserva do deve ser composto por ações controladas por membros regionais. Dentre os maiores acionistas do Banco, estão a China, Índia, Rússia, Alemanha e Coreia do Sul (AIIB, 2015).

Todos os membros dos BRICS serão fundadores do AIIB (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), assim como parceiros extrarregionais, como Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Austrália. A sede do AIIB localiza-se em Pequim, China, e possui capital inicial de US\$100 bilhões. Os membros regionais terão aproximadamente 75% das ações. (2021)

O Banco pode financiar projetos em países fora da região, mas a iniciativa deverá produzir benefícios significativos para a Ásia, como a conectividade física e o comércio com a Ásia, projetos que promovam 'bens globais', ou projetos que gerem benefícios de desenvolvimento sustentável 'próximos' (em termos geográficos) da Ásia.

Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB sigla em inglês)

O IsDB se situa no contexto da Organização de Cooperação Islâmica (OCI) que é uma aliança de 56 países nos quais o Islã desempenha um papel significativo. Estes são países com o Islã como religião estatal, mas também aqueles em que os muçulmanos formam a maioria da população. Ocasionalmente, os membros também seriam admitidos nos quais os muçulmanos são apenas uma minoria, mas desempenham um papel significativo para o país.

Os 56 membros atuais da OIC estão localizados principalmente no Norte da África, no Oriente Próximo e no Sul da Ásia. Juntos eles cobrem uma área de 31,56 milhões km² com uma população de cerca de 2,01 bilhões habitantes. Isto corresponderia a cerca de 25,10% da população mundial.

O objetivo da Organização de Cooperação Islâmica é acima de tudo a cooperação dos Estados muçulmanos em relação à cultura, ciência, cooperação social, mas também à cooperação econômica. A associação foi fundada em 25 de setembro de 1969 no Marrocos sob o nome de "Organização da Conferência Islâmica". O objetivo original dos então 25 membros era a libertação da Mesquita Al-Aqsa após a ocupação de Jerusalém por Israel. Um objetivo também consagrado na Constituição é apoiar os palestinos no que diz respeito aos seus direitos de pátria. A OIC renomeou-se Organização de Cooperação Islâmica em 28 de junho de 2011.

O **Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)** é uma instituição subordinada à Organização de Cooperação Islâmica (OCI), além de ser a principal agência de desenvolvimento regional. Foi estabelecido em dezembro de 1973 (na chamada "crise do petróleo") e com abertura oficial dos trabalhos em Outubro de 1975.

O objetivo do banco é proporcionar o desenvolvimento econômico e o progresso social dos países membros.

São 56 os países-membros do **Banco Islâmico de Desenvolvimento**, mas os principais acionistas do banco são: [Arábia Saudita](#)-(27,33%); [Líbia](#)-(10,96%); [Irão](#)-(9,59%); [Egito](#)-(9,48%); [Turquia](#)-(8,65%); [Emirados Árabes Unidos](#)-(7,76%); e [Kuwait](#)-(6,86%),

As funções principais do banco são de emprestar capital a **baixos juros** para projetos e empresas, além de projetos especiais que visem a dar assistência a países islâmicos não membros do Banco. Além disso o Banco incentiva o comércio e a troca de conhecimento entre os países-membros.

O Banco islâmico de desenvolvimento (IsDB) possui um Instituição denominada **Instituto do IsDB**, comprometido em apoiar o crescimento e o desenvolvimento da indústria

financeira islâmica em todo o mundo. Através de programas de investigação, formação e capacitação, o Instituto procura contribuir para a criação de um sistema financeiro mais inclusivo e sustentável

Como exemplo de estratégia, em 2024 o IsDB lança um relatório intitulado “Estimular o empreendedorismo social através das finanças islâmicas”, que explora o potencial das finanças islâmicas para apoiar o empreendedorismo social e o investimento de impacto.

Fontes de Consulta

Geral

<https://www.dadosmundiais.com/africa/index.php>

<https://www.dadosmundiais.com/asia/index.php>

Bancos Regionais de Desenvolvimento

<https://docs.google.com/document/d/1SwGFabh85KXZc9Mul4osiHmlZ7M946-8EGOkmKUG7Tc/edit?tab=t.0>

<https://docs.google.com/document/d/1Gplipusp-zwsZ5ba5SKu0VI5Nz1n-UekDGOprR4qewS4/edit?tab=t.0>

https://www.researchgate.net/publication/348583183_The_regional_development_banks

<https://eduvest.greenvest.co.id/index.php/edv/article/view/908/1703>

https://docs.google.com/document/d/1mISVSnmilF1qdvqoaRCyMqBTsXV7Aisl2pf_Vfrx4/edit?tab=t.0

Banco Africano de Desenvolvimento

<https://docs.google.com/document/d/1j4rID4vdiLe3sf3K031uSYJ575ILz9NwpTyifjd41s/edit?tab=t.0>

<https://afdb.africa-newsroom.com/press/african-development-bank-and-stockholm-international-peace-research-institute-partner-to-advance-evidencebased-conflict-prevention-and-resilience-building-in-africa?lang=pt>

<https://afdb.africa-newsroom.com/press/african-leaders-join-african-development-banks-call-for-action-to-reform-the-global-financial-architecture-at-its-2024-annual-meetings?lang=pt>

<https://afdb.africa-newsroom.com/press/african-development-bank-group-annual-report-2023-effective-delivery-operations-and-innovation-build-resilience-and-recovery-for-its-african-members-post-covid19?lang=pt>

[https://afdb.africa-newsroom.com/source?lang=pt#:~:text=African%20Development%20Bank%20Group%20\(AfDB,de%20imprensa%20Africa%20Banca%2FFinan%C3%A7as](https://afdb.africa-newsroom.com/source?lang=pt#:~:text=African%20Development%20Bank%20Group%20(AfDB,de%20imprensa%20Africa%20Banca%2FFinan%C3%A7as)

<https://www.tesoro.es/asuntos-internacionales/banco-africano-de-desarrollo-bafd-afdb>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Africano_de_Developolvimento

<https://www.afdb.org/pt>

<https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/banco-africano-de-desenvolvimento-realiza-nova-troca-de-exposicao-de-mil-milhoes-de-dolares-com-o-banco-asiatico-de-desenvolvimento-para-aumentar-capacidade-de-financiar-desenvolvimento-63230>

<https://pt.scribd.com/document/671876557/BancoAfricanoDesenvolvimento>

<https://www.afdb.org/pt/documents/publications/internal.copyKeyFromWindow>

<https://drmims.sadc.int/pt/organizations/banco-africano-de-desenvolvimento-bad>

Banco Asiático de Desenvolvimento

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>

<https://bricspolicycenter.org/asian-infrastructure-investment-bank-aiib/>

<https://areferencia.com/tag/banco-asiatico-de-desenvolvimento/>
<https://www.adb.org/>
<https://irap.org/pt/tag/asian-development-bank/>
https://en.wikipedia.org/wiki/Asian_Development_Bank_Institute
https://pt.frwiki.wiki/wiki/Banque_asiatique_de_d%C3%A9veloppement
https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Asi%C3%A1tico_de_Desenvolvimento
<https://ocid.ibict.br/omeka/s/ocid/item/10550>
<https://novaeconomiahoje.com/banco-asiatico-de-desenvolvimento-adb/>
https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/banco-asiatico-de-desenvolvimento-bad/
<https://pt.reingex.com/Banco-Asiatico-de-Desenvolvimento.shtml>
<https://pt-br.shiftcities.org/organization/asian-development-bank>
<https://pt-br.shiftcities.org/organization/asian-development-bank#:~:text=A%20vis%C3%A3o%20da%20ADB%20%C3%A9,e%20da%20capacidade%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o>
<https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2012/05/banco-asiatico-de-desenvolvimento-e-caf-avan%C3%A7am-em-sua-parceria-estrategica/>
https://www.rtp.pt/noticias/economia/banco-asiatico-de-desenvolvimento-preve-crescimento-economico-timorense-de-34-em-2024_n1563434
<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/04/banco-asiatico-de-desenvolvimento-preve-recuperacao-economica-de-7-3-na-regiao>
<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/1107/c309806-9516043.html>
https://www.gpeari.gov.pt/web/pt/noticias/-/asset_publisher/BoOMm2d2nqMz/content/id/253442
<https://fastercapital.com/pt/contente/Banco-de-Desenvolvimento-Asiatico--capacitando-o-crescimento-sustentavel-da-Asia.html>
<https://www.dadosmundiais.com/aliancas/bad-banco-asiatico-desenvolvimento.php>

Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

<https://bricspolicycenter.org/asian-infrastructure-investment-bank-aiib/>
<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>
<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:4c915e20-1bb8-4c3c-9836-c7f5d2d1a89c>
https://www.gpeari.gov.pt/web/pt/noticias/-/asset_publisher/BoOMm2d2nqMz/content/id/253442
https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Asi%C3%A1tico_de_Investimento_em_Infraestrutura#:~:text=O%20Banco%20Asi%C3%A1tico%20de%20Investimento,uma%20alternativa%20ao%20Banco%20Mundial.&text=Em%2025%20de%20dezembro%20de,como%20membro%20fundador%20deste%20banco.
<https://janusnet-ojs.autonoma.pt/index.php/janus/article/download/66/265?inline=1>
https://docs.google.com/document/d/1w_em93N9AvuYX7Z6zUzwN9Q9qXA-_84wvEUbcIKMjnk/edit?tab=t.0
<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>
https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/29/opinion/1427653655_038770.html
<https://janusonline.autonoma.pt/edicao/o-banco-asiatico-de-investimento-em-infraestrutura-e-o-banco-asiatico-de-desenvolvimento-o-seu-contributo-para-o-relacionamento-entre-a-europa-e-a-asia/>

Banco Islâmico de Desenvolvimento

<https://www.oic-oci.org/home/?lan=en>

https://una-oic.org/pt/dispositivos_afiliados/banco-de-desenvolvimento-isl%C3%A2mico/2024/04/30/O-Presidente-do-Banco-Isl%C3%A2mico-de-Desenvolvimento-apela-a-T/

<https://pt.reingex.com/Islam-Banca.shtml>

<https://www.iaea.org/es/el-oiea/banco-islamico-de-desarrollo-bisd>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Isl%C3%A2mico_de_Desenvolvimento

<https://pt.reingex.com/Banco-Islamico-de-Desenvolvimento.shtml>

https://br.rbth.com/economia/2015/03/13/bancos_islamicos_querem_entrar_no_mercado_russo_29687

<https://fondo-cooperacion-triangular.net/e-learning-ctr/pt/modulo-b/etapa-5/>

<https://www.avrilconsult.com/opportunite-de-financement/?lang=pt>

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:f8079316-a1ba-40d4-a2f8-ee0af756a0d2>

https://www.isdbcareers.com/careers/isdb/home.aspxhttps://una-oic.org/pt/dispositivos_afiliados/banco-de-desenvolvimento-isl%C3%A2mico/2024/04/29/O-F%C3%B3rum-Global-de-Finan%C3%A7as-Isl%C3%A2micas-convida/

<https://www.isdb.org/>

https://una-oic.org/pt/dispositivos_afiliados/banco-de-desenvolvimento-isl%C3%A2mico/2024/04/30/O-Presidente-do-Banco-Isl%C3%A2mico-de-Desenvolvimento-apela-a-T/

<https://www.slideteam.net/blog/visao-geral-abrangente-do-banco-islamico?lang=Portuguese>

<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1660/1438>

G20, Reforma da OMC e Indicadores Mundiais de Propriedade Intelectual

G20, WTO Reform and World Intellectual Property Indicators

Claudia Chamas

Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *G20 Leaders Advocate World Trade Organisation Reform. Ambassador Petter Ølberg of Norway, Chair of the General Council, informed WTO members that he will convene a special meeting of the General Council to advance the process for selecting the next Director-General. The World Intellectual Property Indicators 2024 report by WIPO highlights key trends in intellectual property, with global patent filings reaching a record 3.55 million in 2023, marking a 2.7% increase. Asia accounts for 70% of global filings, driven by significant contributions from China, India, and the Republic of Korea. Growth was also observed in renewable energy-related patents and industrial designs, while computer technology patents now represent 12.4% of total filings globally.*

Keywords: *G20, WTO, intellectual property, patents, trademarks, renewable energy, Asia, innovation*

Resumo: Líderes do G20 Defendem Reforma da Organização Mundial do Comércio. O Embaixador Petter Ølberg, da Noruega, Presidente do Conselho Geral, informou os membros da OMC, que convocará reunião extraordinária do Conselho Geral para avançar o processo de seleção do próximo Diretor-Geral. O relatório Indicadores Mundiais de Propriedade Intelectual 2024, da OMPI, destaca tendências globais na PI, com os depósitos de patentes atingindo 3,55 milhões em 2023, um aumento de 2,7%. A Ásia concentra 70% das solicitações globais, impulsionada por China, Índia e Coreia do Sul. Houve crescimento em energias renováveis e desenhos industriais, enquanto as patentes em tecnologia computacional representam 12,4% do total global, refletindo avanços em áreas estratégicas da inovação.

Palavras-chave: G20, OMC, propriedade intelectual, patentes, marcas, energia renovável, Ásia, inovação

Declaração de Líderes do Rio de Janeiro: Defesa da Reforma da Organização Mundial do Comércio

Reunidos no Rio de Janeiro de 18 a 19 de novembro de 2024, os líderes do G20 abordaram a questão das regras do sistema de comércio multilateral, sustentando que:

“O comércio internacional é um motor importante para o crescimento econômico inclusivo, o combate à pobreza e à fome e a promoção do desenvolvimento sustentável e dos ODS. Enfatizando a importância de garantir que o comércio e o desenvolvimento sustentável se apoiem mutuamente, nós endossamos os Princípios do G20 sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável para servir como diretrizes para a concepção e implementação de medidas relacionadas ao comércio e ao desenvolvimento sustentável. Para permitir que o

comércio e o investimento realizem plenamente seu potencial e atuem como impulsionadores do crescimento e da prosperidade globais, nós enfatizamos a necessidade de garantir um sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a OMC em seu centro. Garantir condições equitativas e concorrência justa consistente com as regras da OMC é essencial para garantir a prosperidade e promover um ambiente favorável ao comércio e ao investimento para todos. Nós reiteramos a centralidade da dimensão do desenvolvimento da OMC.” (G20, 2024)

Além disso, apoiaram a reforma da Organização e o pleno funcionamento do sistema de resolução de controvérsias:

“No 30o aniversário do Acordo de Marraquexe, nós reiteramos nosso apoio para trabalhar na necessária reforma da OMC para melhorar todas as suas funções, com vistas a responder aos desafios comerciais atuais e permitir que o comércio sirva como um motor de crescimento e prosperidade para todos. Nós continuamos comprometidos a conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de resolução de disputas completo e funcional, acessível a todos os membros até 2024.” (G20, 2024)

Organização Mundial do Comércio: Escolha do(a) Diretor(a)

Num desenvolvimento no que diz respeito ao processo de sucessão da liderança da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), o Embaixador Petter Ølberg da Noruega, que é o Presidente do Conselho Geral, fez anúncio em 12 de novembro sobre a convocação de reunião especial do Conselho Geral agendada para 28-29 de novembro para avançar com o processo de seleção do próximo Diretor-Geral, com este anúncio vindo após a sua comunicação anterior em 9 de novembro, que revelou que a atual Diretora-Geral, Ngozi Okonjo-Iweala, emergiu como a única candidata para o cargo até o prazo de nomeação de 8 de novembro. O Presidente, com base nas suas recentes consultas com várias delegações, estruturou a reunião de dois dias de tal forma que o primeiro dia será dedicado a ouvir a apresentação da DG Okonjo-Iweala, que delineará a sua visão para a OMC. O processo foi formalmente iniciado em 8 de outubro, quando a OMC abriu o período de candidaturas, que terminou em 8 de novembro, e é de notar que o atual mandato da DG Okonjo-Iweala termina em 31 de agosto de 2025 (OMC, 2024).

Panorama Global da Propriedade Intelectual

O relatório [Indicadores Mundiais de Propriedade Intelectual 2024](#), da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI), apresenta avanços importantes na atividade de propriedade intelectual global em 2023. Os pedidos de patentes atingiram recorde de 3,55 milhões, marcando aumento de 2,7% em relação ao ano anterior e consolidando quatro anos consecutivos de crescimento. A Ásia permanece como líder absoluta, responsável por cerca de 70% dos registros globais de patentes, marcas e desenhos industriais, com destaque para o crescimento de países como Índia (+15,7%), Indonésia e Arábia Saudita. No campo das marcas, México, Indonésia e Brasil mostraram desempenhos notáveis, enquanto os desenhos industriais também apresentaram avanços expressivos, liderados por Índia e Indonésia. As patentes em tecnologia computacional representaram 12,4% do total global, refletindo média de crescimento anual superior a 10% entre 2012 e 2022. Além disso, os pedidos relacionados a energias renováveis, como solar e eólica, somaram quase 45 mil em 2022, reforçando a relevância da inovação verde no enfrentamento de desafios climáticos globais (OMPI, 2024).

Figura 1 – Atividade de depósito de PI por escritório

Patents	2022	2023	Growth rate (%)	Share of world total (%)
Applications worldwide	3,457,800	3,552,100	2.7	100.0
China	1,619,268	1,677,701	3.6	47.2
US	594,340	598,085	0.6	16.8
Japan	289,530	300,133	3.7	8.4
Utility models				
Applications worldwide	3,011,620	3,127,960	3.9	100.0
China	2,950,653	3,063,928	3.8	98.0
Russian Federation	8,521	9,742	14.3	0.3
Germany	9,469	9,704	2.5	0.3
Trademarks				
Application class counts worldwide	15,551,900	15,234,900	-2.0	100.0
China	7,513,424	7,184,831	-4.4	47.2
US	767,237	739,395	-3.6	4.9
Russian Federation	421,090	546,455	29.8	3.6
Industrial designs				
Application design counts worldwide	1,482,600	1,524,000	2.8	100.0
China	798,114	826,086	3.5	54.2
EUIPO (EU office)	109,150	116,884	7.1	7.7
UK	69,020	81,543	18.1	5.4
Plant varieties				
Applications worldwide	27,260	29,070	6.6	100.0
China	13,027	16,184	24.2	55.7
Community Plant Variety Office (EU)	3,193	2,866	-10.2	9.9
US	1,375	1,149	-16.4	4.0

Fonte: WIPO, 2024.

Figura 2 - Pedidos de patentes por região, 2013 e 2023

Region	Number of applications		Resident share (%)		Share of world total (%)		Average growth (%)
	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013-2023
Africa	14,800	21,500	16.2	19.5	0.6	0.6	3.8
Asia	1,497,600	2,438,700	79.0	83.3	58.4	68.7	5.0
Europe	346,000	365,200	63.3	55.1	13.5	10.3	0.5
Latin America and the Caribbean	63,000	55,200	12.2	13.4	2.5	1.6	-1.3
Northern America	606,400	633,700	48.2	44.2	23.6	17.8	0.4
Oceania	36,600	37,800	12.8	7.4	1.4	1.1	0.3
World	2,564,400	3,552,100	66.6	71.1	100.0	100.0	3.3

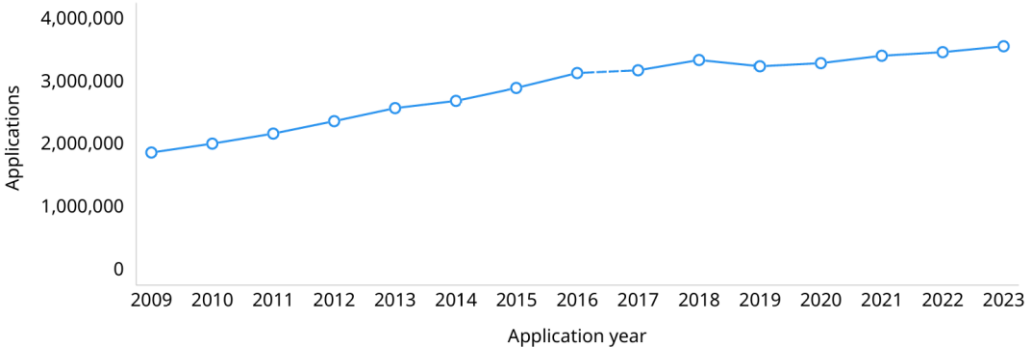
Fonte: WIPO, 2024.

Tendências Globais em Depósitos de Patentes

Em 2023, foram registrados 3,55 milhões de pedidos de patentes globalmente, refletindo crescimento de 2,7% em relação ao ano anterior e marcando o quarto ano consecutivo de aumento. Este crescimento foi impulsionado por depósitos significativos de residentes na China (+57.830), Coreia do Sul (+15.628), Estados Unidos (+12.682), Japão (+9.040) e Índia (+8.734) (OMPI, 2024).

Os pedidos realizados por residentes representaram 71,2% do total, com aumento de 4,9%, enquanto os depósitos de não residentes, que somaram 1,02 milhão, registraram queda de 2,2%. Desde 2010, os depósitos domésticos têm crescido de forma consistente, especialmente na China, onde o número quintuplicou no período, alcançando 1,5 milhão em 2023. Este crescimento contribuiu para a redução da participação global de depósitos de não residentes, que passou de 38,2% em 2009 para 28,8% em 2023. A tendência de longo prazo segue em alta, com os pedidos dobrando de cerca de 1 milhão em 1995 para 2 milhões em 2010 e atingindo o recorde atual de 3,55 milhões (OMPI, 2024).

Figura 3 - Pedidos de patentes no mundo, 2009–2023

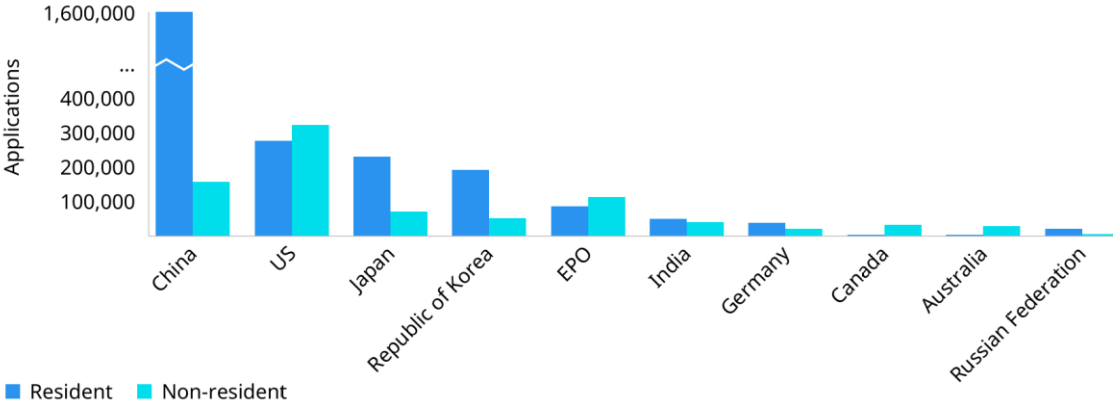


Fonte: WIPO, 2024.

Desempenho dos Principais Escritórios de Patentes

Os cinco maiores escritórios globais – China, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e o Escritório Europeu de Patentes (EPO) – concentraram 85% das solicitações de patentes em 2023, quatro pontos percentuais a mais que há uma década. A China liderou, recebendo 1,68 milhão de pedidos (+3,6%), seguida pelos Estados Unidos (598 mil) e Japão (300 mil). Destaque também para a Índia, onde, pela primeira vez, os residentes foram responsáveis por mais da metade (55,2%) dos depósitos, resultado de crescimento contínuo nos últimos anos (OMPI, 2024).

Figura 4 - Pedidos de patentes nos 10 principais escritórios, 2023



Fonte: WIPO, 2024.

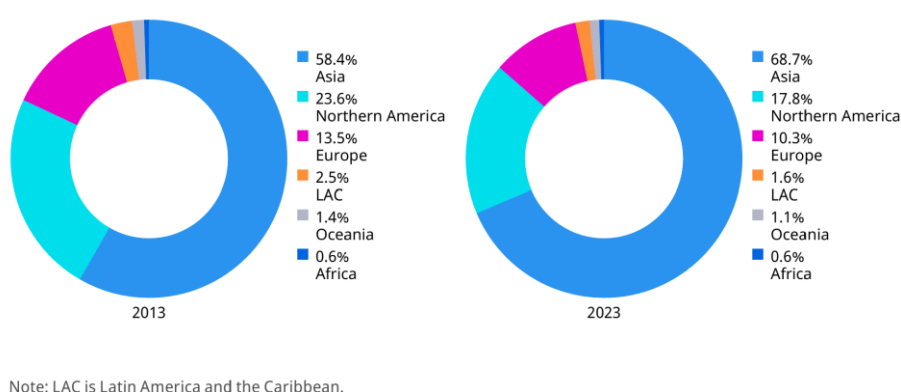
Distribuição Regional e Predominância Asiática

A Ásia consolidou sua liderança global, respondendo por 68,7% dos pedidos em 2023, aumento de 10,3 pontos percentuais em relação a 2013. Esse avanço foi impulsionado principalmente pela China, que sozinha representou 47,2% dos registros globais. Em contraste, a participação da América do Norte caiu de 23,6% para 17,8%, enquanto a Europa recuou de 13,5% para 10,3% para 10,3% no mesmo período (OMPI, 2024).

Desafios na América Latina e Caribe

A América Latina e Caribe (ALC) enfrentaram redução proporcional significativa na última década, passando de 2,5% dos depósitos globais em 2013 para apenas 1,6% em 2023. Apesar dessa queda, o Brasil permanece como o principal contribuinte da região, mas ainda enfrenta desafios para acompanhar o ritmo de crescimento de outras economias emergentes, como Índia e Indonésia, que vêm aumentando expressivamente seus volumes de depósitos (OMPI, 2024).

Figura 5 - Pedidos de patentes por região, 2013 e 2023



Fonte: WIPO, 2024.

Tendências em Países Emergentes

Além da Ásia, escritórios como o do Vietnã (+8,6%) e Indonésia (+5,9%) registraram avanços notáveis. Na Índia, os depósitos cresceram 17,2% em 2023, marcando o sétimo ano consecutivo de alta e refletindo aumento substancial nos registros por residentes. Enquanto isso, a maior parte dos países de baixa e média renda apresentou estabilidade ou queda, como na África do Sul (-23,3%) e em Singapura (-6%) (OMPI, 2024).

Crescimento em Patentes por Origem e Distribuição Regional

Entre as 20 principais origens globais, Finlândia (+11,2%) e Índia (+15,7%) registraram crescimento de dois dígitos nos depósitos de patentes em 2023. A Índia, que apresenta altas consecutivas há cinco anos, é a única entre essas origens a ter mantido crescimento anual ao longo de uma década, impulsionada por aumento expressivo nos registros domésticos. Outros destaques incluem a Coreia do Sul (+5,7%) e a Rússia (+6,1%), enquanto Israel registrou queda de 10% no mesmo período (OMPI, 2024).

A China liderou em depósitos globais, com 1,64 milhão de pedidos em 2023, seguida pelos Estados Unidos (518 mil), Japão (414 mil), Coreia do Sul (288 mil) e Alemanha (133 mil). No entanto, a proporção de depósitos no exterior varia significativamente: enquanto países como Israel (90,7%) e Canadá (83%) priorizam registros internacionais, a China registra apenas 7,3% fora do mercado doméstico, destacando estratégia focada internamente (OMPI, 2024).

Participação dos Países Emergentes

Além das 20 principais origens, países emergentes também tiveram desempenho relevante. Brasil (7.298 pedidos), Irã (8.653) e Turquia (10.105) foram os destaques, com a maioria dos registros concentrados no mercado doméstico, como no caso do Irã, onde 98,3% dos pedidos foram locais (OMPI, 2024).

Depósitos Internacionais e Patentes por PIB

Os Estados Unidos continuam liderando em depósitos internacionais, com 242 mil pedidos em 2023, seguidos por Japão (185 mil), China (120 mil), Coreia do Sul (97 mil) e Alemanha (70 mil). Em termos de patentes por PIB, a Coreia do Sul mantém a liderança, com 7.309 pedidos por unidade de USD 100 bilhões, seguida pela China (4.875) e Japão (3.974). Em 2023, a Finlândia superou a Alemanha, entrando no top 5 dessa métrica (OMPI, 2024).

Tendências Tecnológicas e Setores Estratégicos

Entre 2020 e 2022, a tecnologia computacional foi a área mais presente em patentes publicadas globalmente, representando 12,4% do total em 2022, seguida por máquinas elétricas (6,8%), medição (5,9%), tecnologia médica (5,4%) e comunicação digital (5,3%). Essas cinco áreas mantêm as posições de liderança desde 2012, ampliando sua participação conjunta de 28,8% para 35,9% em 2022, impulsionadas pelo forte crescimento em tecnologia computacional (+10,7%) (OMPI, 2024).

Figura 6 - Pedidos de patentes publicados no mundo por campo tecnológico, 2012, 2017 e 2022

Field of technology		Number of published applications			Share of total (%)	Average growth (%)
		2012	2017	2022		
Electrical engineering	Electrical machinery, apparatus, energy	148,329	200,837	230,382	6.8	4.5
	Audio-visual technology	77,407	84,040	101,542	3.0	2.8
	Telecommunications	52,926	60,613	55,728	1.6	0.5
	Digital communication	94,305	148,944	180,330	5.3	6.7
	Basic communication processes	16,508	17,111	18,158	0.5	1.0
	Computer technology	152,054	232,335	420,634	12.4	10.7
	IT methods for management	28,528	53,931	92,936	2.7	12.5
	Semiconductors	85,925	84,245	108,053	3.2	2.3
Instruments	Optics	65,534	73,949	70,809	2.1	0.8
	Measurement	95,719	150,353	201,364	5.9	7.7
	Analysis of biological materials	12,579	18,292	20,689	0.6	5.1
	Control	33,148	68,035	77,256	2.3	8.8
	Medical technology	91,819	137,525	182,367	5.4	7.1
Chemistry	Organic fine chemistry	57,841	71,337	66,077	2.0	1.3
	Biotechnology	44,395	64,855	81,657	2.4	6.3
	Pharmaceuticals	77,487	109,203	105,211	3.1	3.1
	Macromolecular chemistry, polymers	34,256	55,494	50,086	1.5	3.9
	Food chemistry	35,565	75,549	40,439	1.2	1.3
	Basic materials chemistry	56,255	98,626	67,393	2.0	1.8
	Materials, metallurgy	49,506	73,708	74,146	2.2	4.1
	Surface technology, coating	39,173	47,552	51,297	1.5	2.7
	Micro-structural and nano-technology	4,351	5,492	5,941	0.2	3.2
	Chemical engineering	45,495	81,991	102,656	3.0	8.5
	Environmental technology	32,505	56,789	58,013	1.7	6.0

Fonte: WIPO, 2024.

Apesar disso, setores relacionados à saúde, como tecnologia médica (+7,1%) e farmacêutica (+3,1%), também apresentaram crescimento, embora em ritmo mais lento. Países como Suíça (11%) e Países Baixos (12,7%) lideraram os depósitos em tecnologia médica, enquanto México (12,3%) se destacou em farmacêutica entre os países de renda média (OMPI, 2024).

Figura 7 - Distribuição dos pedidos de patentes publicados por campo tecnológico para as 10 principais origens, 2020–2022

Field of technology	China	US	Japan	Republic of Korea	Germany	France	UK	Switzerland	India	Netherlands (Kingdom of the)
Electrical machinery, apparatus, energy	6.3	4.0	9.8	8.4	9.7	6.6	5.3	6.0	4.7	6.9
Audio-visual technology	2.7	2.9	4.2	5.2	1.6	1.9	1.9	1.1	1.2	1.8
Telecommunications	1.5	2.2	1.9	2.3	0.9	1.3	1.2	0.5	1.6	1.1
Digital communication	5.2	8.3	3.1	5.6	2.1	2.9	2.6	1.6	5.4	2.5
Basic communication processes	0.4	0.8	0.7	0.5	0.6	0.5	0.7	0.4	0.4	0.8
Computer technology	13.9	13.8	6.5	9.4	4.5	5.3	8.9	3.3	11.0	6.2
IT methods for management	2.8	2.7	2.4	4.0	0.7	0.8	1.2	0.8	5.2	0.5
Semiconductors	1.9	2.7	5.3	6.9	1.9	2.4	1.4	0.9	1.2	3.0
Optics	1.5	2.1	5.1	2.4	1.9	2.0	2.0	1.0	1.4	5.2
Measurement	7.2	3.8	4.9	3.6	6.7	5.1	4.3	7.8	2.8	5.2
Analysis of biological materials	0.5	0.9	0.4	0.5	0.6	0.8	1.2	1.0	0.2	0.6
Control	2.5	2.1	2.8	2.0	2.5	1.5	1.5	1.6	4.1	1.1
Medical technology	3.7	9.5	3.8	4.5	4.6	5.8	7.8	11.0	8.7	12.7
Organic fine chemistry	1.6	2.7	1.4	2.0	2.7	4.7	3.5	5.0	5.1	4.1
Biotechnology	1.6	5.0	1.2	1.8	2.0	3.1	5.8	5.4	3.2	3.7
Pharmaceuticals	1.8	6.9	1.4	2.2	2.4	4.4	7.9	9.8	4.7	4.2

Fonte: WIPO, 2024.

Entre os países de renda média, o Brasil concentrou 8,8% de suas publicações em máquinas especiais, enquanto Tailândia (21,9%) e Turquia (8,2%) priorizaram ótica e tecnologia médica, respectivamente (OMPI, 2024).

Crescimento em Tecnologias de Energia

Entre 2020 e 2022, 54,4% das patentes relacionadas à energia publicadas globalmente estavam concentradas em energia solar, seguida por eólica (19,4%), células a combustível (13,2%), hidrelétrica (11,4%) e geotérmica (1,5%). De 2007 a 2022, os depósitos em energia solar e eólica mais que dobraram, enquanto os relacionados a células a combustível caíram pela metade. A China liderou as patentes em energia solar (54,9%), enquanto o Japão dominou em células a combustível (32,1%) (OMPI, 2024).

Aceleração nas Concessões de Patentes

Em 2023, foram concedidas 2 milhões de patentes mundialmente, crescimento de 10,1%, o mais rápido desde 2012. A China concedeu 920 mil patentes, quase três vezes o volume dos Estados Unidos, que concederam 315 mil. Índia (+149,4%), Canadá (+51,7%) e o EPO (+29%) registraram os maiores aumentos, impulsionados por concessões a não residentes. Em

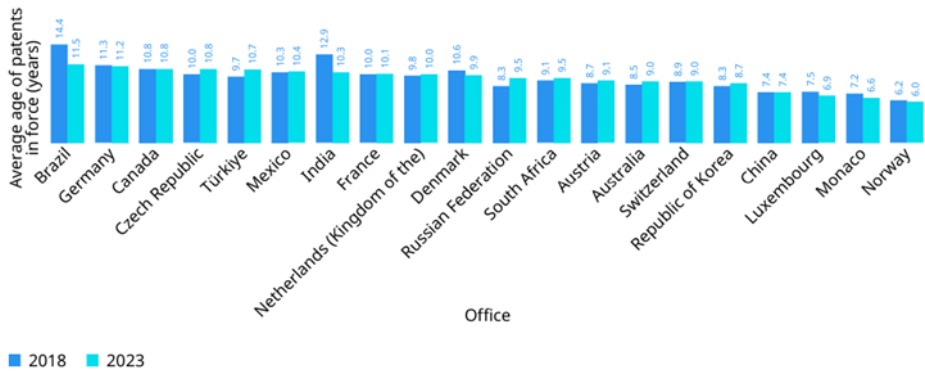
contraste, o Brasil teve quedas significativas pelo segundo ano consecutivo (-22,3% em 2023) (OMPI, 2024).

Patentes em Vigor

Em 2023, havia aproximadamente 18,6 milhões de patentes em vigor em 140 jurisdições, representando aumento de 7,6% em relação a 2022, o maior crescimento em 15 anos. A China liderou com 5 milhões de patentes ativas, seguida pelos EUA (3,5 milhões), Japão (2,1 milhões), Coreia do Sul (1,3 milhão) e Alemanha (928 mil). Entre os cinco maiores escritórios, a China teve o crescimento mais rápido (+18,5%), enquanto nos EUA, o aumento foi de 3,4% (OMPI, 2024).

A idade média das patentes em vigor varia entre os países. O Brasil apresentou a maior média entre os escritórios avaliados, com 14,4 anos em 2018 – último dado disponível para o país. Já em 2023, os escritórios da Alemanha (11,5 anos), Canadá (10,8 anos) e Índia (10,4 anos) destacaram-se por manter altas idades médias. Em contraste, Noruega (6 anos) e Mônaco (6,2 anos) registraram as menores médias (OMPI, 2024).

Figura 8 - Idade média das patentes em vigor nos escritórios selecionados, 2018 e 2023



Fonte: WIPO, 2024.

Essa variação reflete diferenças no perfil econômico e na manutenção de patentes em cada região, uma vez que os titulares precisam pagar taxas para manter os direitos vigentes. Aproximadamente 36,2% das patentes permanecem válidas por ao menos 10 anos, enquanto 17,5% chegam ao prazo máximo de 20 anos (OMPI, 2024).

Participação de Mulheres em Invenções e Depósitos PCT

Em 2023, mulheres representaram 17,7% de todos os inventores listados em pedidos publicados sob o Tratado de Cooperação de Patentes (PCT), enquanto os homens constituíram 82,3%. Esse percentual de inventoras aumentou de forma consistente, passando de 10,9% em 2009 para 17,7% em 2023. Cerca de 36,2% dos pedidos PCT publicados em 2023 incluíram pelo menos uma mulher como inventora, comparado a 21,4% em 2009 (OMPI, 2024).

O campo das ciências da vida destacou-se com maior participação feminina: química de alimentos (32,4%) e biotecnologia (31%) apresentaram as maiores proporções de inventoras. Entre os 20 principais países de origem dos pedidos PCT, China, Espanha e Turquia tiveram os maiores percentuais de inventoras (acima de 20%), enquanto Índia, Alemanha e Japão registraram apenas cerca de 10% (OMPI, 2024).

Modelos de Utilidade: Crescimento Global em 2023

Os depósitos globais de modelos de utilidade cresceram 3,9% em 2023, totalizando 3,13 milhões de pedidos, sendo 99,5% originados de residentes. A China respondeu por 98% desse total, consolidando sua liderança como o principal motor desse crescimento na última década (OMPI, 2024).

Tendências Globais em Marcas Registradas

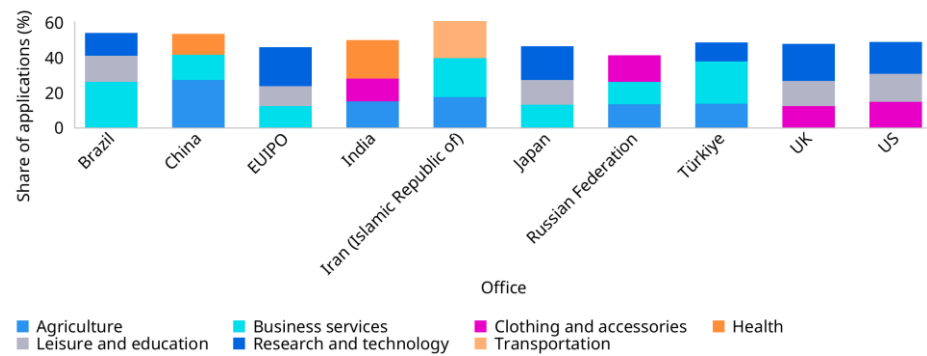
Em 2023, foram registradas 15,23 milhões de classes em aplicações de marcas no mundo, redução de 2% em relação ao ano anterior. A China permaneceu líder, com 7,18 milhões de classes aplicadas, embora tenha registrado queda de 4,4%. Em contrapartida, o Brasil destacou-se com aumento de 19,8%, alcançando 326.414 classes, refletindo o fortalecimento da atividade econômica e empreendedora no país (OMPI, 2024).

As aplicações relacionadas a serviços representaram 30,3% do total global, com destaque para o Brasil, onde mais de 66% das aplicações focaram em classes de serviços, o maior percentual entre os principais países. Setores como pesquisa e tecnologia lideraram as aplicações de marcas não residentes (20,1% do total), seguidos pela saúde (13,7%) e vestuário e acessórios (12,4%) (OMPI, 2024).

Crescimento nas Marcas Relacionadas à Saúde

O setor de saúde apresentou crescimento significativo em diversas regiões. Entre os países emergentes, a Índia se destacou com 21,9% das aplicações de marcas publicadas relacionadas à saúde em 2023. Globalmente, a expansão no registro de marcas em saúde reflete o aumento de demandas por bens e serviços como produtos farmacêuticos, dispositivos médicos e suplementos nutricionais (OMPI, 2024).

Figura 9 - Aplicações de marcas pelos três principais setores nos principais escritórios, 2023



Fonte: WIPO, 2024.

Marcas Ativas e Dinâmica Regional

O número total de marcas em vigor alcançou 88,2 milhões em 2023, aumento de 6,4% em relação a 2022. A China lidera com 46,1 milhões de marcas ativas, seguida pelos Estados Unidos e Índia, ambos com aproximadamente 3,2 milhões. O Brasil mantém relevância regional com cerca de 2,5 milhões de registros ativos, consolidando sua posição no mercado global (OMPI, 2024).

Ajustes por PIB e População

Ao ajustar o número de classes por PIB, países como Brasil e Turquia, que apresentam volumes de classes residentes mais baixos em números absolutos, sobem na classificação global, superando economias maiores como Índia e Estados Unidos. Em 2023, a China liderou em aplicações por unidade de PIB (22.381 classes), seguida por Turquia (12.466), Coreia do Sul (10.125), Brasil (9.642) e Chile (8.029). Entre 2013 e 2023, o Brasil (+6.177) e a China (+12.470) registraram aumentos significativos nesse indicador, evidenciando maior intensidade de registros em relação ao tamanho de suas economias (OMPI, 2024).

Referências

- 1.G20. Declaração de Líderes do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos/declaracao-de-lideres-do-g20-brasil>
- 2.World Intellectual Property Organization (WIPO). World Intellectual Property Indicators 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo-pub-941-2024-en-world-intellectual-property-indicators-2024.pdf>
- 3.OMC. General Council Chair to convene meeting on selection of next Director-General. 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/gc_12nov24_e.htm

“...Enquanto os homens exercem seus podres poderes, matar de fome, de raiva ou de sede são muitas vezes gestos naturais...” (Caetano Veloso)

***Tatiana Cerqueira Machado
Medrado, Jesús Enrique Patiño
Escarcina, Diana Zeballos, Renan
Amaral Oliveira, Laurenice Pires,
Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos
Santos da Silveira e Luis Eugênio de
Souza***

Resumo: Na última quinzena, das 52 Organizações da Sociedade Civil monitoradas, 37 fizeram manifestações dignas de nota. Em sua maioria, as manifestações abordaram a crise climática, incluindo a Conferência Global do Clima (COP29). Também houve manifestações sobre a eleição do próximo presidente norte-americano e a possibilidade de retrocesso nas ações de mitigação da crise. Outro destaque foram os conflitos armados, a exemplo da ofensiva armada de Israel contra a Palestina e o Líbano, que vem a levando à falta de acesso a assistência à saúde, com repercussão no retorno de doenças evitáveis como a poliomielite e na grave crise de saúde mental em Gaza. Foram ainda reiteradas as denúncias de genocídio da população palestina e denunciadas as condições de vida degradantes impostas ao povo cubano pelo embargo norte-americano e pela fome na Síria. Em relação às organizações de interesse público, destacou-se a discussão do acordo pandêmico, durante a reunião do Órgão Intergovernamental de Negociação, em novembro. Quanto às organizações de interesse privado, houve manifestações de preocupação com as quedas das taxas de vacinação e o retorno de doenças como o sarampo. Por fim, cabe registrar a participação de membro do grupo de pesquisa do CRIS, na reunião do C20, representando a ABRASCO, quando teve a oportunidade de contribuir para elaboração do documento com proposições de interesse da sociedade civil para os líderes do G20.

INTRODUÇÃO

A crise climática foi a temática mais frequente entre as manifestações do período, tanto das organizações de interesse público como das de interesse privado. A realização da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas – COP29 mobilizou a maioria das organizações. As organizações de interesse público trouxeram questões como as ameaças da crise para países insulares e a obrigação financeira dos países desenvolvidos, o retrocesso representado pela vitória jurídica da Shell na Holanda sobre emissão de gases de efeito estufa. As organizações de interesse privado também manifestaram preocupação com o clima, a exemplo da Fundação Rockefeller, a ALTÉRRRA, a Adaptation and Resilience Collaborative for Funders (ARC), se comprometendo em investir na transição energética no Sul Global, em sistemas de saúde resilientes com ações que integrem o clima e a saúde e no combate ao calor extremo e na mitigação climática.

A crise climática foi considerada também como uma crise sanitária pelas organizações de interesse público, como a DNDi, Sustainable Health Equity Movement (SHEM) e Federação

Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA). As entidades propuseram o desenvolvimento de respostas inovadoras, o investimento em sistemas de saúde resilientes ao clima e iniciativas educacionais em saúde climática. Ainda sobre o tema, a ActionAid manifestou preocupação com o resultado da eleição para presidente dos Estados Unidos da América, tendo em vista seu negacionismo climático e a possibilidade de criar barreiras para a ação climática. Já a Fundação Rockefeller reafirmou o compromisso com a democracia e o respeito ao resultado da eleição. Outras questões aventadas foram a distância do Brasil no alcance dos objetivos da Agenda 2030 e a pobreza energética nos países da União Europeia.

Outra temática relevante trazida pelas organizações de interesse público foram os conflitos armados e as crises humanitárias. A Organização Médico Sem Fronteiras (MSF) demonstrou preocupação com as condições de vida precárias da população libanesa após os ataques de Israel. Além disso, as violações de Israel contra o povo palestino vêm sendo objeto de investigação e de manifestação da Progressive International, que apela para que os governos apliquem embargos a Israel por conta do genocídio do povo palestino. As crises humanitárias em Cuba e na Síria foram objeto de manifestação da Progressive International e da CARE, respectivamente, com enfoque a degradação das condições de vida dos dois países. Em relação aos conflitos armados, a GAVI registrou o agravamento da situação de saúde em Gaza, seja pelo ressurgimento de casos de poliomielite após 25 anos, seja pela crise de saúde mental que enfrenta o povo palestino.

Em relação às organizações de interesse público, a importância do cumprimento do acordo pandêmico pelos Estados membros na prevenção, preparação e resposta às pandemias e epidemias foi objeto de manifestação, bem como a situação da Mpox na República Democrática do Congo, epicentro global da doença. Houve ainda manifestações relativas a eventos que discutiram os riscos da Resistência Antimicrobiana entre idosos e indivíduos com condições crônicas e a necessidade de investimento em pesquisa. Outras manifestações abordaram temáticas como o Dia Mundial do Diabetes, a situação das doenças cardiovasculares na África, a luta da saúde pública contra alimentos processados, a exposição à poluição domiciliar na Europa e a situação do HIV na Argentina, entre outros.

Em relação às organizações de interesse privado, houve manifestações da GAVI sobre as campanhas de vacinação de HPV no Kosovo e na Nigéria, sendo que a organização deu destaque à queda das taxas de vacinação com retorno do sarampo no Ocidente relacionando à disseminação de fake news contra a vacinas.

Enfim, as organizações da sociedade civil continuam a manifestar preocupações com a crise climática e a cobrar o compromisso dos países ricos em financiar a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento, principalmente, no Sul Global. As OSC continuam denunciando os atuais conflitos e embargos contra países e as repercussões para a população atingida, a exemplo dos ataques de Israel contra a Palestina e o Líbano, dos embargos norte-americanos contra Cuba e da situação da Síria. Por fim, este informe apresenta uma sessão especial sobre o C20 e suas principais decisões, considerando que um membro do grupo participou do evento representando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO.

C20

Nos dias 12 e 13 de novembro, a sociedade civil organizada global (SCOG), sob a coordenação do C20, reuniu-se na Cúpula Final do C20 para apresentar e entregar as demandas

formuladas pelos dez grupos temáticos de engajamento. Desde março de 2024, esses grupos vêm trabalhando intensamente, com a apresentação do grupo de saúde liderado por Guillermina Gatius, da AIDS Healthcare Foundation, que apresentou o documento consensual elaborado pelo Grupo 5 – Saúde Integrada para Todas e Todos.

As apresentações ocorreram durante a manhã do dia 12, em um evento que contou com uma audiência qualificada, incluindo a participação de ministros como Márcio Macedo (Secretaria-Geral da Presidência da República), presente fisicamente, e, de forma remota, Nísia Trindade (Ministério da Saúde) e Mauro Vieira (Ministério das Relações Exteriores). A Primeira-Dama, Janja Lula da Silva, também marcou presença, sendo a primeira autoridade pública a receber uma cópia impressa do *C20 Brazil 2024 Policy Pack*.

O encerramento se deu em um clima de satisfação com o trabalho realizado. Representantes de ministérios, incluindo Desenvolvimento Social e Meio Ambiente e Mudança do Clima, enfatizaram que, sob a liderança do Presidente Lula, a voz da sociedade será central no G20 Brasil 2024.

Esse evento final foi também um espaço para conhecermos a delegação sul-africana, que conduzirá as atividades do C20 no ano de 2025. As delegadas sul-africanas celebraram a nova responsabilidade com entusiasmo e musicalidade. Elas destacaram que há muita força e liderança feminina em seu país e reafirmaram o compromisso de manter os interesses da sociedade civil organizada global no centro do C20 2025.

Renan Oliveira, representante da Abrasco e coautor do presente capítulo, comemorou a conclusão do relatório, que incluiu propostas pelas quais advogou, como a promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero, justiça racial, além das importantes temáticas da saúde mental e do envelhecimento saudável. O documento, de modo geral, sublinhou a necessidade da participação ativa da sociedade civil e a transição para sistemas de saúde resilientes ao clima. Ele pode ser encontrado na íntegra no seguinte link: < <https://c20brasil.org/documents/> > ¹.



Da esquerda para direita, Renan Oliveira (Abrasco), Paula Simões (Coletivo Negro de Relações Internacionais), Arquias Sófocles (Conectas Brasil), e Raquel Conceição (Coletivo Negro de Relações Internacionais). Rio de Janeiro, 13/11/24.

Durante o C20 foi feito o lançamento do ODS 18 pelo Brasil, tendo como foco a Igualdade Étnico-Racial. Na fala das autoridades presentes no evento de lançamento, foi registrada a importância do novo ODS, tanto no Brasil quanto no cenário global, para a luta contra desigualdades étnico-raciais, que é uma luta global, a necessidade do ODS 18 entrar no orçamento de estados e municípios. Nesse sentido, também foi destacado o protagonismo da Presidência do Brasil ao propor o novo ODS ².

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática

COP 29

A ActionAid enfatizou a [importância da COP29](#) para milhões de pessoas em pequenos Estados insulares como Vanuatu, ameaçados pela crise climática. A organização criticou os países desenvolvidos por não cumprirem suas obrigações financeiras para ajudar essas nações a enfrentar desastres naturais e apelou para que reconheçam a dependência dessas comunidades das decisões da conferência, destacando a necessidade de um novo objetivo de financiamento climático que inclua apoio para perdas e danos. Michelle Higelin, da ActionAid International, reforçou que é injusto que países do Pacífico, que contribuíram pouco para a crise, sejam os mais afetados, pedindo que países poluentes ricos, como a Austrália, se comprometam a fornecer, pelo menos, 1 trilhão de dólares em subsídios climáticos ³.

A apelação bem-sucedida da Shell contra uma decisão histórica da Holanda, que em 2021 a obrigava a reduzir drasticamente suas emissões de gases de efeito estufa, foi considerada um [retrocesso para a justiça climática](#), segundo a assessora de políticas da ActionAid. Embora o tribunal tenha determinado que não pode estabelecer um objetivo de redução para a Shell, reconheceu a responsabilidade das empresas em prevenir a mudança climática, o que é um avanço importante. Este caso já influenciou processos similares globalmente e pressionou as grandes petrolíferas, destacando a necessidade de resultados firmes na COP29 e de ações mais robustas dos governos, especialmente dos países mais ricos, responsáveis pela crise climática ⁴.

A Planetary Health Alliance (PHA) e outros membros da comunidade global de Saúde e Clima endossaram um [relatório de 2024, coordenado pela GCHAlliance](#), instando as Partes na COP29 a desenvolverem ações climáticas que protejam as pessoas e o planeta. O relatório pode ser lido aqui: <https://climateandhealthalliance.org/cop-29/> ⁵.

Eleições nos EUA e as barreiras para a ação climática

A ActionAid expressou preocupação com a [eleição de um negacionista climático](#) para a presidência dos EUA, destacando que isso criará novas barreiras à ação climática. A diretora executiva, Niranjali Amerasinghe, afirmou que as comunidades mais afetadas pela crise climática, especialmente nos países do Sul Global, sentirão os impactos dessa eleição. Ela enfatizou que, enquanto os EUA são os principais responsáveis pela poluição, as nações em desenvolvimento enfrentam os piores efeitos. A presença de um negacionista no governo trará dificuldades à cooperação internacional necessária para enfrentar a crise climática, reforçando a urgência de uma visão mundial baseada em equidade e justiça. Movimentos por justiça climática, racial, econômica e de gênero estão determinados a intensificar seus esforços nesse sentido ⁶.

Clima, Ambiente e saúde

A DNDi publicou notícia sobre o trabalho conjunto com FINDdx, MedsforMalaria e KEMRI-Kenya para desenvolver ferramentas biomédicas inovadoras, acessíveis para comunidades mais impactadas pelos desafios das [mudanças climáticas](#) ⁷.

Ainda sobre o tema, a Sustainable Health Equity Movement (SHEM) repercutiu o relatório publicado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) intitulado “[A Crise Climática é uma Crise Sanitária](#)”. Esse relatório afirma que as mudanças climáticas estão piorando as desigualdades sociais e de saúde em todo o mundo e que são necessários sistemas de saúde resilientes à crise climática para proteger todas as comunidades ⁸.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou entrevista com os coordenadores de seu grupo de trabalho sobre [Saúde Ambiental](#), Hanna Marcus, Lwando Maki e Andrea Rother. As áreas de foco do grupo incluem mudanças climáticas, regulamentação química, poluição do ar, saúde única e transição justa. O grupo de trabalho esteve envolvido na *advocacy* em favor de uma nova resolução sobre mudanças climáticas e saúde que seria adotada em maio de 2024 pela Assembleia Mundial da Saúde. Também está envolvido em uma força-tarefa liderada pela OMS para apoiar a preparação de um programa de trabalho voltado para a educação em saúde climática para a COP29 e COP 30 ⁹.

Desenvolvimento sustentável

A ACT Promoção da Saúde divulgou a edição 2024 do Relatório Luz realizado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 que reúne 59 organizações e movimentos da sociedade civil, incluindo a ACT. O relatório aponta que [o Brasil ainda percorre a duras penas o caminho do desenvolvimento sustentável](#), assim como acontece no resto do mundo. Após a pandemia, a situação é um caminho de recuperação, apenas suficiente para voltar aos índices de 2020 ou 2015, muito mais do que de avanços. A situação global de emergências climáticas e guerras são exemplos que ilustram como a sociedade mundial está longe de atingir os objetivos da Agenda 2030 ¹⁰.

Pobreza Energética

A European Public Health Alliance (EPHA) divulgou artigo sobre o [combate à pobreza energética](#), onde abordou a descarbonização e habitação acessível tendo em vista o número de residentes da União Europeia que são incapazes de manter suas casas aquecidas. A entidade ainda destacou que as políticas não incorporam a abordagem social e de equidade à pobreza energética e a intersecção entre saúde, equidade social e pobreza energética na transição justa e verde da União Europeia. Entre as recomendações da entidade estão a incorporação da abordagem da saúde em todas as políticas, inclusive de construção civil e energia e a realização de intervenções para reduzir a pobreza energética e fortalecer a resposta comunitária.¹¹

Guerras e conflitos

Ataques Israelenses contra o Líbano

Em meio aos [bombardeios e incursões israelenses no sul do Líbano](#), centenas de famílias foram forçadas a fugir, buscando refúgio em Saida, uma cidade costeira. Equipes de Médicos Sem Fronteiras (MSF) têm prestado cuidados médicos essenciais aos deslocados, que enfrentam condições de vida precárias. Os relatos ilustram não só os horrores da guerra, mas também a

resiliência de famílias que, mesmo diante da perda e do sofrimento, buscam uma esperança de reconstrução e de cuidados de saúde para sobreviver ¹².

Violações de Israel na Palestina

A Progressive International informou que a delegação internacional de emergência enviada à Palestina concluiu sua [investigação sobre as violações sistemáticas do direito internacional por Israel](#), encontrando provas consistentes dessas práticas contra os palestinos, que sustentam o projeto colonial israelense. A delegação emitiu um apelo urgente aos governos globais para impor um embargo total de recursos energéticos, armas e relações econômicas com Israel, visando deter o genocídio do povo palestino e dismantelar a estrutura de apartheid nos Territórios Ocupados.¹³

“Parem as Guerras”

O Movimento pela Saúde dos Povos continuou sua campanha pelo fim das guerras em curso no mundo, incluindo Palestina, Líbano, Iêmen, Sudão e República Democrática do Congo. Com a campanha [“Parem as Guerras”](#), o PHM, uma rede global de ativistas de saúde de base, acadêmicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, lança luz sobre as guerras e conflitos em andamento no mundo, com foco especial no impacto nos sistemas de saúde e no acesso à saúde para as pessoas que vivem em guerra.¹⁴

Crise humanitária

Sanções americanas contra Cuba

A Progressive International divulgou um relatório apontando que as [sanções americanas contra Cuba, intensificadas por Trump e mantidas por Biden, agravaram a crise humanitária na ilha](#). A inclusão de Cuba na lista de países que patrocinam o terrorismo devastou sua economia, limitando o acesso a importações essenciais, como medicamentos, e levando a uma queda drástica nas condições de vida. A escassez generalizada de alimentos, a falta de energia e o êxodo de mais de um milhão de cubanos são alguns dos efeitos dessa crise.¹⁵

Fome na Síria

A CARE denunciou a [grave situação de desnutrição na Síria](#) à medida que o conflito armado permanece e o colapso econômico e de subfinanciamento severo ainda aprofundam mais a crise humanitária no país. A Organização destacou que 9 em cada dez crianças estão desnutridas, sendo que a assistência à saúde está em declínio, principalmente no Noroeste do país, o que faz com que famílias inteiras andem quilômetros em busca de centros médicos ¹⁶.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

A NCD Alliance publicou notícia comemorando o [engajamento recorde da Semana Global de Ação sobre DCNT](#) que aconteceu entre os dias 15 a 22 de outubro. Foram realizados 86 eventos online e presenciais em todo o mundo e houve 1,5 milhões de visualizações nas redes sociais e um ganho de 2.500 novos seguidores nas redes sociais. De acordo com a organização, “a Semana Global de Ação contra as DCNT deste ano preparou o terreno para uma jornada transformadora rumo a um mundo mais saudável e equitativo” ¹⁷.

Dia Mundial do Diabetes

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) registrou a passagem, em 14 de novembro, do [Dia Mundial do Diabetes](#), lembrando que as taxas de diabetes estão aumentando globalmente. A IFA visa aumentar a conscientização sobre o impacto do diabetes na saúde de adultos mais velhos e destaca que o diagnóstico precoce, o acesso a cuidados de qualidade e a educação são vitais para prevenir e controlar o diabetes ¹⁸.

Doença Cardiovascular na África

A World Heart Federation publicou relatório sobre a doença cardiovascular na África, como uma bomba prestes a explodir. Ressaltam a urgência de mais monitoramento e pesquisa sobre a poluição do ar em toda a África a fim de evitar que as doenças cardiovasculares superem as doenças infecciosas na região. A fim de chamar atenção para o tema, foi publicado um artigo no Journal of the American College of Cardiology: Advances, mostrando que há apenas seis estudos acadêmicos sobre o impacto da poluição do ar nas doenças cardiovasculares no continente; assim como demonstra o artigo, que [apenas 24 das 54 nações africanas estão preparadas para medir a qualidade do ar de alguma forma](#). De acordo com a instituição, “o estudo vem na esteira do relatório global de 2024 da WHF, publicado em maio, que destacou que apenas 30% dos países da África são legalmente obrigados a monitorar a qualidade do ar e apenas 18% são obrigados a relatar suas descobertas” ¹⁹.

Saúde pública versus alimentos processados

A ACT Promoção da Saúde, em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor, lançou o "Dossiê Big Food 2.0", que expõe as [táticas da indústria de ultraprocessados contra a saúde pública](#). O documento traz oito casos concretos e recentes que ilustram como a indústria atua para impedir avanços em políticas públicas voltadas à promoção de uma alimentação adequada e saudável. Entre as estratégias destacam-se a evasão fiscal, a pressão por benefícios fiscais, a judicialização e a sabotagem de normas que visam coibir práticas abusivas e que incentivam padrões de consumo prejudiciais à saúde, além da compra de nomes de espaços públicos para fins publicitários disfarçados.²⁰

Poluição de fogões a gás na Europa

A European Public Health Alliance (EPHA) divulgou [comunicado](#) à imprensa sobre as milhares de mortes prematuras e centenas de milhares de casos de asma que podem ocorrer em toda a Europa por causa das [violações do uso de gás em cozinha](#), mesmo existindo regulamentação sobre o assunto e existência de recomendação de padrões aceitáveis emitidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A entidade exigiu maior rigor e punição para os países europeus que descumprem as normas existentes, entre eles figuram o Reino Unido, França e Itália.²¹

Prevenção, Preparação e Respostas às Pandemias

A World Medical Association (WMA) apelou aos Estados Membros para adotarem [compromissos vinculativos, garantindo equidade e transparência, durante a 12ª reunião do Órgão Negociador Intergovernamental \(INB12\) sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias](#). A WMA também informou que adotou uma versão revisada de sua Declaração sobre Pandemias e Epidemias, que defende o fortalecimento da resiliência global à saúde, o acesso equitativo aos cuidados de saúde e uma abordagem integrada de Uma Só Saúde. Esta

Declaração orienta a defesa da WMA nas negociações em curso sobre o Acordo Pandêmico da OMS, com o objetivo de criar um marco legal eficaz para a prevenção, preparação e resposta a pandemias.²²

Durante a 12ª reunião do International Negotiating Body da OMS, o Geneva Global Health Hub (G2H2) leu uma declaração, pedindo uma mudança vinculativa no Artigo 20, de modo a abordar o [cancelamento da dívida](#), os fluxos financeiros ilícitos e a soberania fiscal dos governos para que os países possam investir em saúde pública e definir suas prioridades ²³.

Mpox

A Public Citizen informou que dezenas de grupos de saúde estão pressionando a empresa de testes moleculares Cepheid e sua controladora, Danaher, a [reduzir o preço do teste diagnóstico para mpox](#), GeneXpert, de US\$ 20 para US\$ 5 por unidade, visando o fornecimento a países africanos, incluindo a República Democrática do Congo, epicentro da emergência de mpox. Apesar de estimativas indicarem que cada teste GeneXpert poderia ser vendido com lucro a US\$ 5, a Cepheid e a Danaher têm se recusado a reduzir os preços de todos os testes ou a divulgar os resultados de uma auditoria prometida sobre os custos de produção do GeneXpert.²⁴

Resistência antimicrobiana

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) realizou webinar sobre a [resistência antimicrobiana](#), lembrando que seu aumento representa riscos significativos, especialmente entre idosos e indivíduos com condições crônicas de saúde ²⁵.

A European Public Health Alliance (EPHA) acolheu a [Declaração da Organização Mundial da Saúde](#) após a reunião de Alto Nível que tratou da [Resistência Antimicrobiana](#), reafirmando a necessidade de mais investimentos em pesquisa sobre o assunto, que priorizem a saúde em detrimento aos lucros. A Organização também pediu incentivo nas estratégias que visem inovar a prevenção, diagnóstico e tratamento e utilizar a abordagem One Health nas práticas veterinárias e agrícolas. ²⁶

HIV na Argentina

A Fundação Huésped divulgou uma nota explicando o [projeto do orçamento para 2025 e a projeção da resposta ao HIV](#) na Argentina. Inicialmente estão previstos 9.150 tratamentos a menos que os realizados em 2023, além de uma redução na compra de insumos para medir a carga viral, testes rápidos de HIV e sífilis. Conforme a legislação, o acesso ao tratamento é universal na Argentina, sendo responsabilidade do poder executivo e legislativo garanti-lo, com possível intervenção judicial caso isso não ocorra. A fundação destacou que a mobilização da comunidade de pessoas vivendo com HIV e da sociedade civil na defesa de seus direitos é uma tradição no país e espera que esses primeiros alertas sejam o início de um diálogo.²⁷

Segurança do Paciente

A World Patients Alliance realizará no dia 5 de dezembro a Webinar “Patient Safety Right Charter” a fim de destacar a [importância da Carta dos Direitos de Segurança do Paciente](#). A Carta, lançada em setembro de 2023 pela Organização Mundial da Saúde é, segundo a instituição, um documento fundamental que visa estabelecer os principais direitos do paciente para garantir a segurança da assistência médica em todo o mundo” ²⁸.

Semana Global de Biossimilares

A International Alliance of Patients' Organizations apresenta novo [kit de ferramentas criado para capacitar as organizações de pacientes e os defensores a liderar a conversa sobre medicamentos biossimilares](#). O lançamento comemora a Semana Global de Biossimilares 2024, realizada entre os dias 11 e 15 de novembro, tendo como tema “Advancing Access to Biosimilars” (Avançando no acesso a biossimilares). De acordo com a instituição, o kit tem como foco o empoderamento do paciente e oferece aos defensores materiais que ajudarão no envolvimento em políticas de saúde, no apoio às comunidades de pacientes e na promoção da assistência centrada no paciente ²⁹.

Mulheres na Saúde Global

A integração das considerações de gênero nas cadeias de suprimentos farmacêuticos foi o tema da webinar realizada pela Women in Global Health em 29 de outubro de 2024 que teve como título “Sistemas de cadeia de suprimentos de saúde sensíveis ao gênero: já chegamos lá?”. De acordo com a instituição, o encontro virtual lançou luz sobre maneiras práticas de tornar as cadeias de suprimentos mais sensíveis ao gênero e compartilhou estratégias para reduzir as lacunas de gênero. A [importância da liderança feminina para criar cadeias de suprimentos que atendam melhor a todos, especialmente mulheres e crianças](#), foi destacada como fundamental ³⁰.

O grupo também defendeu uma [estrutura de governança de saúde mais inclusiva, transparente e equitativa](#) na 74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a Europa. A WGH Dinamarca assinou uma Declaração Conjunta estimulando a criação de sistemas que priorizem os direitos do paciente, a participação social e a inclusão de vozes sub-representadas — especialmente mulheres, meninas e outras comunidades marginalizadas que são desproporcionalmente impactadas por desigualdades de saúde ³¹.

Direitos LGBTQI+

A Fundação Huésped participou da [Marcha do Orgulho Gay na Argentina](#), celebrando nas ruas “o orgulho de sermos quem somos, de escolhermos nossa família, de amar livremente, mas, acima de tudo, o orgulho de ter para onde ir.” A organização destacou as dificuldades em manter os serviços que oferece gratuitamente e ressaltou que este é um momento na história da fundação em que necessita de maior apoio. ³²

A Fundação Huésped divulgou a apresentação em Buenos Aires da Declaração Conjunta de Diplomatas Pela Igualdade, co-assinada por 30 países em [apoio às pessoas LGBTQI+ na Argentina e ao redor do mundo](#). Este evento ocorreu no marco da Semana do Orgulho Gay em Buenos Aires, e a Fundação celebrou essa conquista importante, junto a todas as iniciativas que fortalecem a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa. ³³

Futuro da Ciência no G20

A InterAcademy Partnership repercutiu um vídeo com apresentações do seminário [“Jovens Cientistas e o Futuro da Ciência no G20”](#), organizado pela Academia Nacional de Medicina do Brasil no Rio de Janeiro. O encontro serviu como um fórum para capacitar a próxima geração de cientistas, oferecendo uma plataforma para compartilhar ideias inovadoras e estratégias para enfrentar desafios globais. O evento híbrido foi uma iniciativa-chave dentro do contexto do G20, com o objetivo de inspirar novas soluções para questões como saúde global,

avanços médicos impulsionados por inteligência artificial, desenvolvimento sustentável e equidade de gênero na ciência ³⁴.

Pacto para o futuro

A InterAcademy Partnership convidou para o webinar programado para 10 de dezembro de 2024, que discutirá as implicações do [Pacto para o Futuro](#), um marco significativo apresentado durante a Assembleia Geral das Nações Unidas e a Cúpula do Futuro em setembro de 2024. Esse pacto busca reformular a cooperação multilateral e fortalecer a governança global para enfrentar as necessidades urgentes das gerações presentes e futuras. Juntamente com seus anexos — o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Futuras Gerações —, o pacto aborda desafios globais fundamentais, como desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, cooperação digital, direitos humanos, igualdade de gênero, paz e segurança, empoderamento da juventude e a reformulação das estruturas de governança global ³⁵.

Saúde digital

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou entrevista com os coordenadores de seu grupo de trabalho sobre [Saúde Digital](#), Vina Hulamm e Timothy Mackey. O grupo de trabalho se concentra em atividades como fornecer uma plataforma global para membros e parceiros interessados em equidade em saúde e tecnologia digital, avançar na pesquisa e apoiar políticas baseadas em evidências que fortaleçam a posição da WFPHA sobre saúde digital e equidade em saúde ³⁶.

Financiamento de serviços de saúde

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) publicou artigo sobre os benefícios da integração entre o financiamento e a prestação de serviços de saúde, comparando dois modelos de [financiamento de assistência médica](#), a captação e o pagamento baseado em valor. A captação envolve o pagamento de uma quantia fixa por paciente, independentemente dos serviços prestados, incentivando o cuidado preventivo. Em contraste, o pagamento baseado em valor compensa os provedores com base na obtenção de resultados de saúde específicos, visando aumentar a eficiência e reduzir tratamentos desnecessários ³⁷.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

G20

A Fundação Rockefeller divulgou artigo sobre os compromissos que governos, agências da ONU e grandes fundações filantrópicas estão assumindo ao expandir os [programas de merenda escolar](#), visando alcançar 150 milhões de crianças em países de baixa renda até 2030. Esse compromisso está alinhado com o lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza durante a Cúpula do G20 no Rio. Entre as principais contribuições, a Indonésia planeja lançar um dos maiores programas mundiais em 2025, alcançando 78,3 milhões de crianças, enquanto a Nigéria busca dobrar o alcance do seu programa para 20 milhões de crianças. A iniciativa destaca o papel das merendas na melhoria da educação, saúde e dos sistemas agrícolas locais. Apesar dos benefícios, essa expansão enfrenta desafios financeiros. Para a fundação, parcerias com bancos de desenvolvimento e fundações privadas serão vitais para reforçar os recursos e o suporte técnico ³⁸.

COP29

Na COP29, a Fundação Rockefeller anunciou um investimento de US\$ 10,9 milhões para apoiar [soluções de transição energética lideradas pela África](#). Os recursos serão destinados à criação da Iniciativa African Energy Futures, ao desenvolvimento da Escola Africana de Regulação, e ao lançamento da Unidade de Entrega de Cozinha Limpa no Quênia. Também serão financiadas estratégias para integrar energia solar fora da rede em cerca de 20 países e apoiar a instalação de 1.000 mini-redes rurais na Zâmbia, beneficiando até um milhão de pessoas. A fundação já havia se comprometido com US\$10 milhões para assistência técnica em 11 países africanos. Este esforço visa reduzir a lacuna de energia renovável e promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática em regiões com pouca ou nenhuma eletricidade ³⁹.

Durante a COP29 a ALTÉRRRA, a maior iniciativa de investimentos privados em clima, a GEAPP e a Fundação Rockefeller assinaram um Memorando de Entendimento para [fortalecer a cooperação na aceleração da transição energética no Sul Global](#). O objetivo é criar uma plataforma colaborativa para aumentar os investimentos climáticos, visando um futuro energético mais resiliente e equitativo. Com a previsão de que os países em desenvolvimento precisarão de US\$ 2,4 trilhões anuais até 2030 para alcançar suas metas climáticas, a parceria busca mobilizar capital público, privado e filantrópico. A colaboração visa financiar soluções inovadoras e acessíveis para acelerar a transição energética ⁴⁰.

Na COP29, a CNN lançou uma [série de microdocumentários que mostram os impactos das mudanças climáticas no Sul Global](#), produzidos por jornalistas de 14 países. A iniciativa, apoiada pela Fundação Rockefeller, fez parte do programa Global South Climate Storytelling da CNN Academy, que tem o objetivo de amplificar vozes diversas e treinar jovens jornalistas. Ao longo de sete meses, os participantes receberam mentoria de especialistas da CNN em técnicas de narrativa, filmagem e edição. O programa produziu filmes sobre os desafios climáticos locais. A colaboração também ofereceu treinamentos em jornalismo móvel e outras técnicas para criar narrativas envolventes. Os microdocumentários destacam a necessidade urgente de ação climática, oferecendo uma plataforma para perspectivas muitas vezes negligenciadas ⁴¹.

A Rockefeller Foundation divulgou artigo relatando que a OMS requisitou que a saúde seja integrada nas negociações climáticas da COP29, destacando que a [crise climática também é uma crise de saúde](#). O relatório especial da OMS defendeu o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis e a implementação de soluções para proteger a saúde e o meio ambiente. A organização sugeriu investir em sistemas de saúde resilientes e promover políticas que integrem clima e saúde. A OMS também forneceu diretrizes para que países adotem medidas concretas para enfrentar as mudanças climáticas com foco na saúde pública ⁴².

Eleições norte-americanas

Após os resultados das eleições norte-americanas, Dr. Rajiv J. Shah, presidente da Fundação Rockefeller, reafirmou o [compromisso da instituição com a democracia](#), destacando seu apoio à proteção do acesso ao voto e ao combate à desinformação. Ele enfatizou a importância de respeitar os processos democráticos e a transferência pacífica de poder, independentemente do resultado da eleição. A Fundação se colocou como imparcial, defendendo a não-violência e a integridade eleitoral ⁴³.

Financiamento Climático

A Adaptation and Resilience Collaborative for Funders (ARC), organização financiada pela Rockefeller Foundation, cresceu para mais de 60 organizações que, no primeiro ano, mobilizaram mais de US\$ 600 milhões em [financiamento para adaptação climática](#). A ARC foca em ações como o combate ao calor extremo e o deslocamento climático, e está a caminho de investir até US\$ 700 milhões em 2024. A colaboração visa mobilizar recursos filantrópicos e catalisar investimentos públicos e privados para fechar a lacuna de financiamento de adaptação, estimada em US\$ 400 bilhões anuais. A ARC tem desempenhado um papel crucial na coordenação de esforços globais para apoiar comunidades vulneráveis ⁴⁴.

A Fundação Rockefeller concedeu uma doação à Convergence para [mobilizar capital privado local em ação climática no sudeste asiático](#). O apoio visa duas iniciativas que têm como objetivo desenvolver soluções inovadoras para acelerar a adaptação e mitigação climática, com foco em países vulneráveis como Indonésia, Filipinas e Vietnã. Segundo a fundação, a doação também busca fortalecer mercados de capitais locais, ampliando a participação do setor privado no financiamento climático e apoiando comunidades vulneráveis ⁴⁵.

Conflitos armados e repercussões na saúde

Poliomielite em Gaza

A GAVI, The Vaccine Alliance, destacou que em meio à crise contínua em Gaza, [uma nova campanha de vacinação foi iniciada para proteger as crianças contra a pólio](#). O conflito e a falta de acesso a cuidados de saúde permitiram que o vírus circulasse entre a população não vacinada, ameaçando especialmente os mais jovens. Com apoio local e internacional, a campanha busca imunizar as crianças e impedir novos surtos. A iniciativa enfrenta desafios, incluindo deslocamentos populacionais e a necessidade urgente de recursos para alcançar todos os afetados ⁴⁶.

Saúde Mental em Gaza

A GAVI reforçou que a guerra prolongada e o deslocamento forçado na Síria resultaram [em uma grave crise de saúde mental](#), exacerbada pela falta de financiamento para apoio psicológico. Com serviços limitados, os sírios enfrentam grandes dificuldades para tratar traumas e outras condições mentais causadas pela violência. A falta de recursos afeta as iniciativas para ajudar a população, que necessita urgentemente de suporte humanitário especializado e investimentos para manter os serviços de saúde mental funcionando e acessíveis aos mais afetados ⁴⁷.

Vacinação

Vacinação de HPV no Kosovo

Segundo a GAVI, [o Kosovo tornou-se um dos primeiros países a vacinar amplamente meninas contra o HPV](#), que previne o câncer cervical. Superando barreiras culturais e desafios logísticos, o país enfatizou a importância da saúde feminina, criando uma referência para outras nações. A iniciativa, com apoio de parceiros de saúde, reforça a prevenção de doenças e destaca a necessidade de manter políticas públicas focadas na imunização, especialmente em áreas historicamente desatendidas ou com menos acesso a informações médicas sobre o câncer ⁴⁸.

Campanha de Vacinação na Nigéria

Em resposta ao aumento de casos de sarampo, [a Nigéria iniciou uma grande campanha para vacinar 24 milhões de crianças](#). A ação, segundo a GAVI busca reduzir mortes e prevenir surtos, principalmente entre crianças pequenas. Em colaboração com parceiros internacionais, a campanha de vacinação aborda a vulnerabilidade de comunidades remotas e superlotadas, visando diminuir a mortalidade e melhorar as taxas de imunização nacional. Esta iniciativa é crucial para reverter o impacto do sarampo e outras doenças evitáveis por vacina ⁴⁹.

Fake news e retorno do sarampo

A queda nas taxas de vacinação e a disseminação de desinformação resultaram no [ressurgimento do sarampo em países ocidentais](#). A GAVI alertou que com a complacência e a hesitação vacinal aumentando, especialistas destacam a necessidade urgente de fortalecer as campanhas de imunização e educar o público sobre os riscos das doenças. Estratégias como programas de conscientização e combate às fake news são essenciais para reverter essa tendência e proteger a saúde coletiva, especialmente entre grupos que ainda não se vacinaram ⁵⁰.

EVENTOS

Saúde urbana

O SHEM divulgou chamada da InterAcademy Partnership para o [International Urban Health Summit](#) em Hanover, Alemanha, em abril de 2025, convidando especialistas globais em saúde urbana a participar ⁵¹.

CONCLUSÕES

Este informe apresenta as principais manifestações das organizações da sociedade civil na última quinzena. Mais uma vez, a crise climática e os conflitos armados e suas consequências foram s principais objetos de manifestação da maioria das organizações da sociedade civil.

As manifestações trouxeram à baila a necessidade de ação dos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, na preparação de sistemas de saúde resilientes, de ações voltadas mitigar os efeitos do calor e dos eventos climáticos, com necessidade de investimento e participação da iniciativa privada. Essas manifestações ocorreram no período de realização da COP29.

As condições degradantes da população deslocada por conflitos ou por eventos climáticos foi trazida como preocupação por muitas organizações da sociedade civil. Os ataques de Israel contra a Palestina e o Líbano, com evidente genocídio da população em Gaza, o retorno da poliomielite e a crise de saúde mental foram denunciadas, bem como, a situação do povo cubano que vive sobre o embargo norte-americano e a crise humanitária por fome que enfrenta o povo sírio

A sociedade civil continua atuante e vigilante, demonstrando a importância da participação no enfrentamento de problemas de saúde que, por vezes, fogem do interesse do

“mercado”, dos grandes grupos econômicos e extrapolam as decisões de governos nacionais, tendo em vista o impacto global das suas repercussões.

REFERÊNCIAS

1. Documents – C20 Brazil [Internet]. [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://c20brasil.org/documents/>
2. Lançamento do ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial e da Cartilha "Agenda 2030 e os ODS ao seu alcance [Internet]. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wjVUZd9XAPg>
3. ActionAid. The fate of millions of people living on small island states depends on this COP, says ActionAid [Internet]. ActionAid International. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/fate-millions-people-living-small-island-states-depends-cop-says-actionaid>
4. Shell appeal reactive - Ruling a setback for climate justice but polluters are now feeling the heat [Internet]. ActionAid International. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/shell-appeal-reactive-ruling-setback-climate-justice-polluters-are-now-feeling-heat>
5. Planetary Health Alliance. PHA & other members of the global #Health and #Climate community [Internet]. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: https://x.com/ph_alliance/status/1857122059354255473
6. ActionAid. Having a climate denier in the White House poses new barriers to climate action, says ActionAid [Internet]. ActionAid International. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/having-climate-denier-white-house-poses-new-barriers-climate-action-says-actionaid>
7. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1857353236300120326>
8. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/shequitymov/status/1856859931695026236>
9. World Federation of Public Health Associations. Interview with the Co-Chairs of the WFPHA Environmental Health Working Group [Internet]. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/environmental-health-working-group/>
10. Waetge J. Agenda 2030: Brasil pena para se recuperar da pandemia e de anos de retrocessos [Internet]. ACT. ACTBR; 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/relatorio-luz-2024/4538>
11. European Public Health Alliance. Powering Health Equity: Integrating Health for Effective Energy Poverty Policy - EPHA. [citado 15 de novembro de 2024]; Disponível em: <https://epha.org/powering-health-equity-integrating-health-for-effective-energy-poverty-policy/>
12. “Minha filha está desaparecendo diante dos meus olhos” [Internet]. MSF Brasil. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/minha-filha-esta-desaparecendo-diante-dos-meus-olhos/>
13. IP. Newsletter da Internacional Progressista [Internet]. Progressive International. 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-11-07-pi-briefing-no-42-detention-apartheid-genocide/pt-br>
14. Solidarity is the language of all people, join our campaign to Stop The War and make a difference! [Internet]. [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/solidarity-language-all-people-join-our-campaign-stop-war-and-make-difference>

15. A política de Biden para Cuba deixa a ilha destruída [Internet]. Progressive International. [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-11-04-bidens-cuba-policy-leaves-the-island-in-wreckage/pt-br>
16. Sobhan H. Syria: “When we get sick, we just suffer through it” [Internet]. CARE. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/health-care-and-malnutrition-in-syria/>
17. Record engagement in the first half of the 2024-2025 Global Week for Action on NCDs [Internet]. NCD Alliance. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/record-engagement-in-the-first-half-of-the-2024-2025-global-week-for-action-on-ncds>
18. IFA. Diabetes rates are on the rise globally. This #WorldDiabetesDay, IFA aims to raise awareness about the impact of diabetes on the health of older adults [Internet]. X. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/IFAgeing/status/1857076330484891998>
19. Report warns cardiovascular disease in Africa is a “time bomb waiting to explode” [Internet]. World Heart Federation. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/report-warns-cardiovascular-disease-in-africa-is-a-time-bomb-waiting-to-explode/>
20. Mattos R. Dossiê Big Food 2.0 mostra táticas da indústria de ultraprocessados contra a saúde pública [Internet]. ACT. ACTBR; 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/alimentacao-saudavel/dossie-big-food-2-0/4545>
21. European Public Health Alliance. Gas Cooker Pollution Causes Thousands of Early Deaths, Regularly Breaching WHO Standards Across Europe - EPHA. [citado 15 de novembro de 2024]; Disponível em: <https://epha.org/gas-cooker-pollution-causes-thousands-of-early-deaths-regularly-breaching-who-standards-across-europe/>
22. WMA. WMA calls on Member States to adopt binding commitments on pandemic prevention, preparedness, and response [Internet]. 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-calls-on-member-states-to-adopt-binding-commitments-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response/>
23. G2H2 statement on debt cancellation and financial justice, INB12, 4-15 November 2024 [Internet]. G2H2. [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://g2h2.org/posts/g2h2-inb12/>
24. Health Groups Urge Cepheid and Danaher to Lower Price of Mpox Tests for African Countries [Internet]. Public Citizen. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/health-groups-urge-cepheid-and-danaher-to-lower-price-of-mpox-tests-for-african-countries/>
25. IFA. The rise in #AntimicrobialResistance #AMR poses significant risks, especially among older adults and individuals with chronic health conditions [Internet]. X. 2024 [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/IFAgeing/status/1856683601905229993>
26. European Public Health Alliance. EPHA Statement at the UN High Level Meeting on AMR at UNGA 79, New York - EPHA. [citado 15 de novembro de 2024]; Disponível em: <https://epha.org/epha-statement-at-the-un-high-level-meeting-on-amr-at-unga-79/>
27. Agus. Sobre el proyecto del presupuesto 2025 y la respuesta al VIH [Internet]. Fundación Huésped. 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/sobre-el-proyecto-del-presupuesto-2025-y-la-respuesta-al-vih/>
28. Patient Safety Right Charter [Internet]. World Patients Alliance. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/all-events/patient-safety-right-charter/>
29. IAPO launches new toolkit on biosimilar medicines [Internet]. [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15684>
30. Comms WGH. Webinar: Gender-Responsive Health Supply Chain Systems: Are We There Yet? [Internet]. Women in Global Health. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://womeningh.org/webinar-gender-responsive-health-supply-chain-systems-are-we-there-yet/>

31. Comms WGH. Women in Global Health advocates for inclusive health governance at WHO Regional Committee for Europe [Internet]. Women in Global Health. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://womeningh.org/women-in-global-health-advocates-for-inclusive-health-governance-at-who-regional-committee-for-europe/>
32. Agus. Marcha del Orgullo 2024 [Internet]. Fundación Huésped. 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/marcha-del-orgullo-2024/>
33. Agus. Declaración Conjunta de Diplomáticos Por La Igualdad en Buenos Aires [Internet]. Fundación Huésped. 2024 [citado 14 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/declaracion-conjunta-de-diplomaticos-por-la-igualdad-en-buenos-aires/>
34. IAP. IAP Reposts G20 Science Seminar Highlights on YouTube [Internet]. InterAcademy Partnership. [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iap-reposts-g20-science-seminar-highlights-youtube>
35. IAP. Unpacking the UN Pact for the Future and its implications for Science Academies [Internet]. InterAcademy Partnership. [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/unpacking-un-pact-future-and-its-implications-science-academies>
36. Global Health Equity and Digital Technology Working Group Co- Chairs Interview: Vina Hulamm and Timothy Mackey [Internet]. [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/global-health-equity-and-digital-technology-working-group/>
37. International Hospital Federation. Optimizing healthcare systems: The benefits of financial and delivery integration (YEL 2024) [Internet]. IHF. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/optimizing-healthcare-systems-the-benefits-of-financial-and-delivery-integration-yel-2024/>
38. Governments and Partners Pledge To Double School Meals for Children in Hardest-Hit Countries by 2030 [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/governments-and-partners-pledge-to-double-school-meals-for-children-in-hardest-hit-countries-by-2030/>
39. Rockefeller Foundation Advances African-Led Energy Transition Solutions at COP29 [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-advances-african-led-energy-transition-solutions-at-cop29/>
40. ALTÉRRRA, GEAPP, and Rockefeller Foundation Explore New Collaboration to Accelerate Clean Energy Transition in the Global South [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/alterra-geapp-and-rockefeller-foundation-explore-new-collaboration-to-accelerate-clean-energy-transition-in-the-global-south/>
41. CNN Academy's New "Micro-Documentaries" Sound the Climate Alarm for Global South at COP29 [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/cnn-academys-new-micro-documentaries-sound-the-climate-alarm-for-global-south-at-cop29/>
42. WHO Demands Urgent Integration of Health in Climate Negotiations Ahead of COP29 [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/who-demands-urgent-integration-of-health-in-climate-negotiations-ahead-of-cop29/>
43. Shah RJ. Statement by Dr. Rajiv J. Shah, President of The Rockefeller Foundation, on the Eve of the 2024 U.S. Election [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-by-dr-rajiv-j-shah-president-of-the-rockefeller-foundation-on-the-eve-of-the-2024-u-s-election/>
44. COP29: Adaptation and Resilience Collaborative for Funders Accelerates Funding, Climate Action in First Year [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em:

<https://www.rockefellerfoundation.org/news/cop29-adaptation-and-resilience-collaborative-for-funders-accelerates-funding-climate-action-in-first-year/>

45. The Rockefeller Foundation Awards Convergence a Grant to Support Local Capital Mobilization for Climate Action in Southeast Asia [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2024 [citado 15 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-awards-convergence-a-grant-to-support-local-capital-mobilization-for-climate-action-in-southeast-asia/>

46. Tschopp A. Polio is haunting Gaza as vaccination campaign resumes [Internet]. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/polio-haunting-gaza-vaccination-campaign-resumes>

47. Syria's mental health crisis deepens as funds dry up [Internet]. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/syrias-mental-health-crisis-deepens-funds-dry>

48. How Kosovo led the way in protecting girls against cervical cancer [Internet]. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-kosovo-led-way-protecting-girls-against-cervical-cancer>

49. Abiola A. 24 million Nigerian kids to be vaccinated against measles in major campaign [Internet]. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/24-million-nigerian-kids-be-vaccinated-against-measles-major-campaign>

50. Geddes L. How the West lost its grip on measles (and what we can do about it) [Internet]. 2024 [citado 17 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-west-lost-its-grip-measles-and-what-we-can-do-about-it>

51. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [citado 16 de novembro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/shequitymov/status/1854145331941851458>

Haverá algum futuro?
Will there be a future at all?

Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho

Abstract. *In this last but one inform of 2024, we maintain our division of 2 main blocs: Political-economic panorama and Health. In the first one, we pay close attention and explore the COP29 developments and the OCS reactions, with special focus on sustainable financing and on the structural changes necessary to attain such aspects. For Health, we lay ourselves once more into the Palestine Genocide and the destruction of the “web of life”, latter opening up a short discussion about the latest resolution around the Pandemic Accord.*

Keywords: *COP29. Sustainable Financing. Pandemic Accord. Climate financing. Green Transition.*

Resumo. Neste penúltimo informe de 2024, mantemos nossa divisão em 2 blocos principais: Panorama Político-econômico e Saúde. No primeiro, prestamos muita atenção e exploramos os desenvolvimentos da COP29 e as reações da SCO, com especial foco no financiamento sustentável e nas mudanças estruturais necessárias para atingir tais aspectos. Para a Saúde, mergulhamos mais uma vez no Genocídio Palestino e na destruição da “teia da vida”, abrindo posteriormente uma breve discussão sobre a última rodada de negociações do Acordo Pandêmico.

Palavras-chave: COP29. Financiamento Sustentável. Acordo Pandêmico. Financiamento climático. Transição Verde.

No penúltimo informe de 2024, mantemos nossos dois blocos de contextualização: Panorama político-econômico e Saúde.

O primeiro se dedica a analisar os desdobramentos da quase concluída COP29, apelidada de *Finance COP*, e às reações da Sociedade Civil a respeito do limitado avanço nas questões do financiamento justo e sustentável da transição verde. Trazemos documentos e colocações da *Third World Network*, da *MENAFEM*, da *Society for International Development* junto da *Civil Society Financing for Development Mechanism*, novidades do Tribunal Internacional dos Povos acerca do G20 e ações de *International Solidarity* organizadas pela Especialista da ONU em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional. Esse trabalho exploratório visa percorrer o tecido da crítica social à COP29 e ao *Summit* do G20.

Em Saúde, começamos com as últimas notícias sobre Gaza e Palestina e partimos para o Acordo Pandêmico e sua mais recente rodada de negociações, focado no financiamento da saúde.

Tanto no primeiro quanto no segundo bloco, são evocados os tecidos da teia da vida e seus significados, suas reproduções. No primeiro, as colocações da sociedade civil, da academia e dos ativistas internacionais nos leva mais uma vez a questionar um funcionamento social que

não leva em consideração a necessidade de restringir as multinacionais e os governos que servem ao capital a partir do super extrativismo dos povos e do planeta, pensando alternativas viáveis que se centrem num financiamento sustentável que auxilie a quem mais precisa e que promova uma responsabilização comum que respeite as diferenças seculares entre o nível de genitura de cada nação - a *CBDR*. No segundo bloco, a partir da denúncia e exposição de provas que comprovam o a intenção do genocídio palestino, vemos a destruição e a incapacitação de instrumentos e mecanismos de manutenção da vida, vindo nosso título do artigo da *The Lancet*: “*Will there be a future for newborns in Gaza?*”. Com a falha iminente da COP29 e a falta de fé no G20 e em suas possibilidades de governança global, a sociedade civil responde: haverá um futuro *at all*?

Panorama político-econômico

A construção do panorama político-econômico desta quinzena é atravessada pelos 2 principais eventos de governança global da segunda metade de 2024: a Reunião do G20 e a COP29. O primeiro começando nesta segunda-feira e tendo duração de 2 dias e o segundo tendo acontecido dos dias 11 a 22 deste mês.

Informalmente chamada de *Finance COP*, evento da COP29 carregava a missão de definir, quantificar e colocar os pingos nos i's do *know how* do financiamento para a transição verde sob a ameaça da possível saída de um dos maiores emissores de carbono - e - que concomitantemente, pela lógica do per-capita, o maior possível financiador: os Estados Unidos agora governados pelo maior *climate denier* da atualidade. A ausência trimendisonal do país - em comprometimento, em endosso e em orçamento - pode comprometer o objetivo de estabelecer o *NCQG* - *New Collective quantified goal* - em 100 bilhões de dólares anuais e de controlar o uso de combustíveis fósseis junto do controle de emissão de carbono. A rede de ativismo do sul [global Third World Network](#) publicou um artigo-comentário no primeiro dia de evento:

“As implicações são graves e pressagiam coisas piores calamidades que virão. Espera-se que 2024 seja o ano mais quente já registrado, pois testemunhamos incontáveis devastação em muitas partes do mundo, com eventos extremos de fortes ondas de calor, incêndios florestais, secas e inundações, com os mais pobres do mundo já está pagando o custo, e que têm contribuiu menos para os gases de efeito estufa emissões.

A COP de Baku foi aclamada como uma “COP do financiamento”, com a esperança de que haja acordo em uma nova meta coletiva quantificada (NCQG), proporcional às necessidades dos países em desenvolvimento para enfrentar o ataque à crise climática. A grande questão é se os países desenvolvidos concordam em fornecer e mobilizar recursos públicos significativos para países em desenvolvimento de acordo com o PA. No entanto, a julgar pelo estado da política atual em muitos países desenvolvidos, parece haver um dinheiro público para financiar guerras, bombas e genocídio, mas não há vontade política para fornecer os tão necessários recursos financeiros públicos ao mundo em desenvolvimento.

(...)Principais questões controversas que dominaram o as negociações são: sobre o quantum da meta; mandato do NCQG – seja obrigatório ou voluntário; vinculação à Convenção ou não; estrutura do objetivo – seja de camada única ou multicamadas; base de contribuidores – quem paga; o base de destinatários – quem recebe; papel do setor privado, bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs), instituições financeiras internacionais (IFIs) e

mobilização de recursos internos para alcançar o objetivo; prazo e revisão da meta; entre outros.”

A partir do documento é possível destacar a visão de não responsabilização dos países desenvolvidos - vendo o NCQG como alheio a COP, sendo discutido diretamente entre líderes nacionais; propondo que a contribuição seja voluntária e não vinculativa; que o valor por nação seja baseado nas “capacidades em evolução” e pelo nível de emissões e que apenas os países mais vulneráveis sejam receptores da quantia; negando a existência de orçamento comum suficiente e pautando a necessidade de envolver o setor privado - FMI, Bancos de Desenvolvimento, etc. Em contrapartida, os países em desenvolvimento pautam a fixação do valor da NCQG com base nas suas necessidades e prioridades:

“Além disso, eles sustentaram que:

(i) o NCQG está firmemente ligado à Convenção dado que o artigo 2.º do PA estabelece que o PA deve melhorar a implementação da Convenção; (ii) a contribuição para o NCQG é obrigatória, uma vez que é uma continuação do objetivo anual de 100 mil milhões de dólares e que o artigo 9º do PA e os princípios e disposições da Convenção constituem o fundamento do NCQG, o que significa que os objetivos devem ser entregues pelos países desenvolvidos para países em desenvolvimento com base na equidade e no princípio responsabilidade comum, mas diferente (CBDR); (iii) a estrutura do o objetivo deve ser mantida simples e sem camadas complexas; o objetivo deve incluir resposta a perdas e danos juntamente com mitigação e adaptação; devem reconhecer a importância de transições justas rumo a baixas emissões, caminhos de desenvolvimento no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza para os países em desenvolvimento resilientes às alterações climáticas; (iv) não deve impor condicionalidades à provisão e/ou mobilização do financiamento climático para o desenvolvimento e deve fornecer recursos de acesso que operacionalize a necessidade de canais de acesso para garantir um acesso eficiente e rápido e melhorar a coordenação e entrega de financiamento climático para países em desenvolvimento; (ajuda ao desenvolvimento e ajuda não específica ao financiamento climático; (vii) o NCQG deverá ser entregue via provisão de financiamento público de forma baseada em subvenções ou forma concessional e o quantum não deve incluir recursos internos de países em desenvolvimento; (viii) deve fornecer um claro acordo sobre partilha de encargos entre países desenvolvidos, a estabelecerem a sua “quota justa” e seua obrigação coletiva de fornecer financiamento climático, que permite previsibilidade, transparência e responsabilização e (ix) deve abordar os “descapacitadores” do financiamento climático, como o elevado custo do capital, os elevados custos de transação associados ao acesso, e medidas unilaterais, como medidas de ajustes para fronteiras de carbono(CBAM).”

Além das divergências práticas entre norte e sul global que evidenciam o não compartilhamento da visão de urgência frente à crise climática e a falha em possibilitar a construção de um caminho comum, outro furo de caráter da COP29 foi a presença do *lobby* dos combustíveis fósseis - em peso. Em torno de 1.800 lobistas foram à Conferência das Partes, e tiveram suas vozes e demandas supervalorizadas ao se colocarem - fisicamente - no centro das discussões: [um standard chamado BusinessHub](#) patrocinado pela *International Emissions Trading Association (IETA)* empresa lobista formada pelas maiores empresas do ramo de combustíveis fósseis. O objetivo seria a “cooperação corporativa”, mas a realidade pende mais para a pressão - física e econômica - pela adoção de projetos que não prejudiquem as multinacionais em questão.

“E assim aconteceu que no primeiro dia da COP29 os delegados aprovaram novas regras sobre “créditos de carbono”. Acordos que regulam o comércio de poluição, permitindo compensação pelo CO2 emitido. E nas tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS). Pois bem, há vários anos que a IETA tenta influenciar as negociações sobre estas questões, tanto que já em 2018 se vangloriou ao DeSmog de que “as suas propostas tinham encontrado um lugar no texto negocial”. E o então principal conselheiro da Shell sobre alterações climáticas vangloriou-se de que, graças à IETA, a multinacional petrolífera poderia “receber parte do crédito pelo fato de os créditos de carbono terem sido adoptados no Acordo de Paris”

E, por obviedade, os países do norte global precisam ser pressionados a adotar novas medidas de controle, porém, [cabe também aos países do sul global em posição de poder emergente liderar pelo exemplo](#), se comprometendo com as ações propostas e os eventos organizados, buscando modelos de desenvolvimento que fujam do crescimento extrativista.

“Embora os países do Norte Global, como os Estados Unidos, continuem a ser os maiores expansores da produção de petróleo e gás e tenham a responsabilidade e os meios para liderar a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, os países da Troika têm o dever especial de liderar pelo exemplo. Estas três nações (UAE, Azerbaijão e Brasil) optaram por acolher conversações sobre o clima e comprometeram-se repetidamente a apresentar Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) alinhadas com 1,5°C, ao mesmo tempo que apelam a todos os países para que o façam. Devem estabelecer a referência de que os NDC alinhados com os 1,5°C devem incluir um plano claro para pôr fim a novos projectos de petróleo, carvão e gás, apoiados pela ciência.

- O aumento projetado na produção de petróleo e gás até 2035, data final das NDCs previstas para o próximo ano, é de 36% para o Brasil, 34% para os Emirados Árabes Unidos e 14% para o Azerbaijão. A nível mundial, a produção de combustíveis fósseis deve diminuir 55% até 2035 para limitar o aquecimento a 1,5°C, segundo a Agência Internacional de Energia.

- Juntas, as nações da Troika são responsáveis por quase um terço da poluição por carbono em risco proveniente dos campos de petróleo e gás recentemente aprovados em 2024. Apesar de liderarem o acordo COP28 para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, os EAU lideram o mundo na aprovação de novas expansões de petróleo e gás. desde dezembro de 2023 – incluindo um projeto previsto para operar até 2100, meio século depois do prazo global de eliminação progressiva de 2050. O Brasil, que sob o presidente Lula apelou aos países para que fizessem mais para combater as alterações climáticas, ocupa o terceiro lugar em 2024.

- Embora os planos de expansão da Troika suscitem preocupações, os países do Norte Global continuam a ser os maiores expansores de petróleo e gás no longo prazo. Uma pesquisa anterior da Oil Change International mostra que apenas cinco países do Norte Global – os EUA, o Canadá, a Austrália, a Noruega e o Reino Unido – estão no caminho certo para serem responsáveis por cerca de 50% da poluição por carbono proveniente de novos campos de petróleo e gás e de poços de fracking até 2050.”

[Como apontado pelo MENAFEM](#), as crenças limitantes que nos prendem a um único modelo de desenvolvimento possível e todas suas armadilhas deve ser superada para que uma COP29 verdadeiramente eficaz seja alcançada - e o mesmo vale para um plano de contingência que nos faça ter um futuro como planeta e grupo. O gasto em campanhas militares, a constante relação com multinacionais da poluição e a fé neoliberal devem dar espaço à economia

feminista, a representação equitativa de grupos minorizados e a revisão de gastos em ações danosas (indústria bélica, por exemplo).

“Antes da COP29, o movimento feminista na região e a nível mundial juntou-se aos esforços dos movimentos da dívida, do clima, do comércio e da juventude através da campanha #PayUp [8], apelando ao Norte Global para pagar a dívida climática devida ao Sul Global. Empenhados em dismantelar as raízes estruturais da opressão e da exploração, há uma ênfase na necessidade crítica de financiamento público que dê prioridade aos direitos humanos colectivos, à equidade de género, à transparência, à responsabilização e à melhoria do acesso. Isto exige a disponibilização de financiamento baseado em subvenções para fazer face aos níveis insustentáveis de dívida [9] e à redução do espaço fiscal enfrentada por muitos países da região MENA e outras regiões do sul global. Esse financiamento deve abordar e corrigir diretamente as falhas existentes, especialmente nos sistemas de apoio social e de redes de segurança, sem as quais a crise climática apenas agravará a carga de cuidados não remunerados suportada predominantemente pelas mulheres [10]. O financiamento baseado em subvenções também reconhece que a dívida climática faz parte de uma dívida social, económica e ecológica histórica e contínua mais ampla, que foi acumulada ao longo de séculos de colonialismo, imperialismo, patriarcado e exploração racista.”

Essa nova visão deve ter como ponto de partida a demolição dos mitos repressivos. [A Civil Society Financing for Development Mechanism elaborou um documento chamado Climate Finance Myth Busting](#) que derruba os 10 principais mitos que nos impedem de repensar nosso modelo de desenvolvimento. O que, além das crenças ocas construídas e retroalimentadas por décadas e atores interessados, nos impede de tecer uma nova rede de significados?

“Mito nº 1 A falta de financiamento é o principal obstáculo para enfrentar as crises ecológicas. Realidade: Mais dinheiro para alimentar um sistema que é destrutivo por natureza não resolverá todas as crises ambientais que enfrentamos.

Mito nº 2 O financiamento climático tem a ver com a generosidade dos países ricos para com os países em desenvolvimento. Realidade: O financiamento climático faz parte de uma agenda mais ampla de justiça, reparações e restituição para aqueles que foram os mais impactados, mas que são os menos responsáveis por causar as crises ecológicas.

Mito n.º 3 O atual acordo de governança do financiamento climático é justo para todos os países Realidade: A atual governança do financiamento climático global exige injustamente uma transição energética para os países do Sul Global, ao mesmo tempo que deixa intacta a dinâmica económica ecocida que beneficia os ricos.

Mito n.º 4 A mobilização do financiamento privado e a redução dos riscos dos investimentos privados são a única saída porque não há dinheiro público suficiente para enfrentar as crises ambientais. Realidade: Não se pode esperar que o foco dos investidores privados e dos credores na obtenção de lucros forneça bens públicos ou responda às necessidades de adaptação e perdas e danos (L&D), que são prioridades para o Sul Global.

Mito n.º 5 A crise da dívida não está relacionada com a emergência climática e não devemos confundir as questões. Realidade: A emergência climática é uma crise de dívida devido à responsabilidade histórica do Norte Global na destruição ecológica global.

Mito #6 Os países em desenvolvimento precisam reduzir os impostos como incentivo ao investimento privado em soluções climáticas. Realidade: A redução dos impostos corporativos

para competir pela atração de investidores privados ocorre às custas dos trabalhadores, das comunidades indígenas e do meio ambiente.

Mito #7 Mecanismos baseados no mercado são a solução para enfrentar as crises ambientais Realidade: Estes mecanismos provaram ser soluções falsas para reduzir eficazmente as emissões de CO2 em todo o mundo e não conseguiram travar modelos de negócios destrutivos.

Mito #8 Podemos tornar a nossa economia extrativa “verde” como uma forma de sair da crise climática, inclusive através do investimento em combustíveis fósseis “limpos”. Realidade: “Soluções verdes” ou “soluções tecnológicas” que são baseadas no mercado e no lucro, mantendo a economia extrativa e práticas predatórias destruirão a integridade do frágil ecossistema.

Mito #9 Não há necessidade de uma reforma da Arquitetura Financeira Global porque os países do Norte Global estão desenvolvendo Novos Acordos Verdes (GNDs) Realidade: Os GNDs estão causando uma nova era de extração de minerais e recursos com esteroides, na terra e no oceano, no Global Sul através de acordos comerciais injustos.

Mito n.º 10 O G7, o G20, a OCDE, o Clube de Paris e as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) encontrarão as soluções de que todos necessitamos para a emergência climática. Realidade: As instituições do Norte Global moldaram e beneficiaram de um sistema económico global injusto e a descolonização da economia global deve ser a principal prioridade.”

Adentrando as pautas do G20, mas continuando com a construção de uma crítica sistêmica: na última semana, o [Tribunal Internacional dos Povos](#) condenou a estrutura imperialista pelos crimes de genocídio, fome, violação de soberania e racismo. No Rio de Janeiro, às portas do G20, organizações da sociedade civil, sindicatos e ativistas se reuniram para organizar o julgamento.

“Os crimes reconhecidos pelo tribunal foram o genocídio de povos, baseado no massacre perpetrado pelo Estado de Israel e seus aliados contra o povo palestino; a geração de pobreza, baseada em políticas de austeridade e acordos de livre comércio, como o acordo negociado entre o Mercosul e a União Europeia; a guerra económica e a violação da soberania e autodeterminação dos povos, exemplificada pelo bloqueio ilegal dos Estados Unidos contra o povo cubano e pela perseguição do Haiti por parte das nações imperialistas; e, por fim, o racismo estrutural e ambiental, destacado nos diversos casos de assassinato de jovens negros no Rio de Janeiro e no rompimento da barragem em Mariana (MG) em 2015, com efeitos que ainda hoje se fazem sentir.

Na abertura, a juíza Simone Nacif, membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), explicou o objetivo da atividade. “O objetivo deste tribunal é denunciar os crimes praticados pelo imperialismo. É um espaço de denúncia das práticas imperialistas que afetam os povos e a natureza. A economia de guerra, as sanções unilaterais e a destruição das democracias. O capitalismo, que se expressa através do imperialismo, é um sistema condenado à morte”, disse ela.

Depois foi a vez dos procuradores, que pediram ao júri que condenasse o capitalismo e o imperialismo. “A primeira coisa que vou pedir a vocês e ao júri é que esqueçam o princípio da presunção de inocência no caso do imperialismo. Pedimos a condenação unânime, sem

paliativos, do imperialismo que, desde o seu nascimento, só gerou sofrimento aos povos do mundo”, afirmou o procurador Dayron Roque Lazo, membro do Centro Martin Luther King em Cuba.”

“Exigimos reparações pelos danos causados pelo imperialismo. Exigimos reparações para o povo negro deste país, exigimos reparações para cada família sem terra, para cada família sem abrigo, para cada mulher cujos direitos foram violados, para as crianças cujas infâncias foram tiradas, para as crianças e mulheres palestinianas, para todos aqueles que vivem na periferia do mundo, sujeitos à pobreza e à miséria. O problema do mundo não é a pobreza, mas a riqueza técnica nas mãos de poucos”, disse a outra acusadora, Sandra Quintela, membro do Jubileo Sur/Américas.”

Ao redigir a sentença final do tribunal, o júri condenou o sistema e suas falsas promessas e caminhos, ressaltando a necessidade de buscar novos caminhos e alternativas, pautadas em lógicas que fujam do vazio neoliberal.

“Finalmente, a juíza Simone Nacif leu uma longa frase. “Tendo considerado a decisão soberana do júri, concedo a petição e declaro ilegítimas as falsas soluções apresentadas pelo sistema capitalista e condeno o imperialismo pelos crimes de genocídio dos povos da Palestina, induzindo a pobreza através de acordos de comércio livre, guerra económica e violação de soberania e autodeterminação dos povos de Cuba e do Haiti, e racismo estrutural e ambiental no Brasil, contra a juventude negra e contra o meio ambiente”, disse ela, emitindo um apelo à luta.

“Portanto, apelo a todos os povos, à classe trabalhadora organizada, aos movimentos sociais, aos povos indígenas, aos negros, à comunidade LGBTQIA+, aos habitantes do Sul Global, a todos os povos subalternizados a permanecerem permanentemente na luta contra o imperialismo e os seus efeitos destrutivos sobre o nosso país. vidas, exigindo reparações até que o sistema neoliberal seja extinto e construamos uma sociedade baseada na solidariedade. Vamos dar passos firmes em direção ao horizonte socialista”, concluiu, encerrando o julgamento.”

Digno de nota

Uma pequena entrada de eventos e celebrações relacionados a nossos assuntos habituais, mas que, devido a nosso foco na COP29, foram reservados para essa segunda seção.

Em primeiro lugar, o lançamento, na sexta-feira dia 8 de novembro, do [Solidarity Map](#), mecanismo de mapeamento, controle e interconexão de iniciativas de solidariedade internacional, buscando relacionar as opressões e movimentos anti opressão ao redor do mundo. Idealizado pela Especialista da ONU em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional Cecilia Bailliet e sua equipe.

Descrito por Cecília como uma ferramenta para “permitir que a solidariedade atravessasse fronteiras e mude narrativas, trazendo luz à esperança e ao ativismo”, o mapa é interativo e está aberto para inserção de movimentos, eventos e organizações com pautas transfronteiriças.

Outra estreia: a *Oceanic Outlook: Debt and Development Newsletter* publicação recorrente que busca mostrar a “intersecção do desenvolvimento económico, da resiliência climática e da sustentabilidade financeira nas nações das ilhas do Pacífico”, para se inscrever e receber o conteúdo: <https://www.tradepac.org/debt-newsletter>

Saúde

Como nos comprometemos alguns informes atrás, continuamos - e continuaremos - a reportar os acontecimentos de Gaza. No que já se soma em 400 dias, em [no mínimo 155 mil mortos](#) (como exposto no nosso informe de número 18), em nenhum hospital plenamente funcional no norte de Gaza e na impossibilidade de escapar da insegurança alimentar e da inanição, estamos vendo a construção de relatórios e atividades de denúncia movidas pela sociedade civil, pela academia e por mídias alternativas. A *Progressive International* anunciou no final de Outubro que estaria enviando uma Delegação para investigar os crimes de guerra praticados por Israel e no dia 7 de Novembro foram publicados seus “achados e conclusões”. A partir de observações próprias e encontros com organizações civis, comunidades locais e figuras políticas, a [October Delegation](#) conduziu uma semana de ações em campo, reunindo evidências que revelassem a realidade dos territórios ocupados. A conclusão: a clara trajetória de um projeto de violações sistemáticas dos direitos humanos, políticos, econômicos e ambientais internacionais, com detenções, desaparecimentos, prisões políticas, violência, deslocamento forçado e políticas de apartheid que agora - após o 8 de Outubro de 2023 - somam-se a uma realidade na qual “(...) as forças israelenses destroem sistematicamente todas as infra-estruturas de suporte à vida na Faixa de Gaza. A fome, as doenças, a falta de acesso aos cuidados de saúde, a falta de água potável e uma miríade de outros fatores estão a contribuir para uma situação cataclísmica para o povo palestino”. O documento também revela as vítimas mais frequentes: mulheres, crianças e trabalhadores da saúde ou de organizações humanitárias (esses últimos dois grupos sendo alvos dada que suas ausências “desestabilizam o sistema de saúde de Gaza”).

“(...) mais de 800 mil palestinos foram sujeitos à detenção militar desde 1967, afetando até 40% dos homens palestinos nos territórios ocupados. Muitos dos detidos foram detidos sem julgamento. Estes ataques intensificaram-se desde o início da campanha genocida de Israel contra o povo palestino em Gaza. Tal como Inès Abdel Razek, do Instituto Palestino para a Diplomacia Pública, disse à delegação: “Não há como voltar atrás ao 6 de Outubro. Vivemos numa nova realidade. Mas essa realidade é uma camada sobre outras camadas de colonização, ocupação e expropriação.” Repetidas vezes, os delegados ouviram a mesma mensagem dos palestinos: “O mundo falhou conosco.” Enfrentam execuções, expulsões, tortura e encarceramento – tudo sobre os escombros de um genocídio em Gaza.

Implicações

O genocídio em curso em Gaza – juntamente com a natureza sistemática das práticas abusivas e ilegais de Israel nos Territórios Ocupados – demonstra um esforço concentrado para punir, humilhar, desumanizar e quebrar coletivamente a vontade do povo palestino. As ações do regime israelense recordam os piores abusos históricos cometidos pelas potências coloniais contra as populações indígenas que procuravam a sua libertação – desde os campos de concentração usados pela Grã-Bretanha contra o movimento de libertação nacional no Quênia até ao internamento de milhões de argelinos pela França. O apoio político, econômico e diplomático a Israel é cúmplice destes crimes contra a humanidade – e ameaça a integridade básica da ordem internacional. O regime israelense deve ser urgentemente sujeito a um isolamento total em todas as frentes – econômica, militar, cultural, política e diplomática – para lançar as bases para o fim do genocídio e para o desmantelamento da ocupação colonial na Palestina.”

O documento final produzido pela Delegação e sua investigação reverbera [um parecer liberado alguns dias depois pelo Comitê Especial das Nações Unidas para Investigar as Práticas de Israel \(UN Special Committee to Investigate Israeli Practices\)](#) que trouxe - mais - evidências que corroboram a prática de genocídio por parte de Israel, destacando o uso de “starvation” - a fome exacerbada, a inanição - como tática de guerra e tortura.

“Desde o início da guerra, as autoridades israelitas têm apoiado publicamente políticas que privam os palestinos das necessidades necessárias para sustentar a vida – comida, água e combustível”, afirmou.

“Estas declarações, juntamente com a interferência sistemática e ilegal da ajuda humanitária, deixam clara a intenção de Israel de instrumentalizar suprimentos vitais para ganhos políticos e militares.”

Vale-se notar que ambos os documentos - assim como muitas outras colocações de ativistas internacionais, especialistas, acadêmicos e organizações - usam expressões conectadas a “sustentabilidade da vida” e como a quebra e a incapacitação dessas cadeias leva a morte do povo palestino. Como, por exemplo, as já mencionadas “faltas”: a falta de alimento, a falta de tratamentos médicos, a falta de água potável que foram “produzidas” e que se somam a medidas “ativas” de aniquilação, como os bombardeios constantes, os drones e o alvejamento de civis. Juntas, essas duas frentes expõem um projeto de morte e insustentabilidade da vida. Com isso, o sistema de saúde de Gaza talvez seja o maior exemplo de descapacitação de sustentabilidade da vida, com a destruição programada e intencional de todos os hospitais do território palestino. Os hospitais Kamal Adwan e Al-Awda Hospital tem sido alvos constantes desde a escalada do genocídio, sendo atacados diariamente, tendo suprimentos - desde alimentação, medicações e combustível - interditados e seus médicos assassinados. Os dois são os únicos centros de cuidado restantes e que possuem o mínimo necessário para atender pacientes. O [People’s Dispatch publicou atualizações sobre os dois hospitais](#) no dia 5 de Novembro:

“O Hospital Kamal Adwan, no norte de Gaza, continua sob ataque direto das forças israelenses. Após um cerco prolongado às instalações, os ataques israelenses danificaram infra-estruturas críticas, incluindo tanques de água, e feriram pacientes e funcionários. “Após intensos combates, um cerco e uma invasão, Kamal Adwan foi reduzido de um hospital que ajudava centenas de pacientes com dezenas de profissionais de saúde a uma concha de si mesmo”, afirmou o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Os últimos ataques destruíram equipamentos médicos essenciais para o tratamento de crianças e recém-nascidos, incluindo incubadoras. Imagens de vídeo do hospital mostram esforços agitados da equipe para transportar crianças enquanto as forças israelenses atacam os andares superiores do edifício. Dado que os cuidados infantis e neonatais em Gaza sofreram graves golpes desde outubro de 2023, o impacto destes últimos ataques a Kamal Adwan aprofundará a crise geral dos cuidados de saúde, exacerbada pelo fato de a maioria das crianças estar exposta à fome e a doenças infecciosas.

A situação no Hospital Al-Awda é igualmente terrível. A instalação não recebe combustível desde o início de outubro e os principais serviços, incluindo o transporte de ambulâncias, foram forçados a cessar em consequência dos ataques. Embora missões limitadas da ONU tenham chegado ao hospital para realizar evacuações médicas, não foram autorizadas a entregar suprimentos essenciais, levando à instalação à beira do colapso. Os profissionais de

saúde manifestaram receios de que os ataques em curso aos hospitais no norte de Gaza possam ter como objectivo aniquilar completamente os cuidados de saúde na região, nomeadamente exterminando o pessoal médico que se recusa a sair.

Apesar dos ataques direcionados e das preocupações dos profissionais de saúde relativamente à segurança, Kamal Adwan e Al-Awda continuam a representar o único ponto de cuidados disponível para os residentes do norte de Gaza. Com os hospitais sobrecarregados, muitos pacientes morrem em poucos dias devido à escassa capacidade médica, informou Hani Mahmoud da Al Jazeera em 5 de novembro.”

A organização *Mothers against genocide* - @mothersagainstgenocide - vem denunciando, junto da organização [Code Pink](#), a violência reprodutiva cometida por Israel. Como exposto acima, mulheres e crianças estão entre as principais mortes e as Nações Unidas estimam que 155 mil mulheres grávidas e lactantes foram afetadas pela destruição do sistema de saúde. A publicação *The Lancet* também se debruçou sobre o tópico, veiculando o artigo [“Will there be a future for newborns in Gaza?” escrito por Bilal Irfan, Abdallah Abu Shammala e Khaled Saleh](#). O artigo reforça a combinação letal trazida nos demais documentos citados aqui: o ataque militar somado ao projeto de estabilização da “teia da vida” - *web of life*, como trazido pela *Code Pink*.

“O contínuo ataque militar israelense a Gaza conduziu a uma catástrofe humanitária alarmante, em que o início da fome está associado a uma deterioração dos serviços de saúde materna, afetando gravemente o bem-estar das mulheres grávidas e das crianças. O colapso quase total da infra-estrutura de cuidados de saúde, juntamente com a falta de acesso a serviços médicos essenciais, resultou num aumento trágico de mortes maternas e neonatais evitáveis. Como defensores do setor médico, é nosso dever trazer e prestar atenção a estes casos angustiantes e apelar a uma intervenção internacional imediata.

As nossas equipas, compostas por médicos internacionais que trabalham em conjunto com profissionais de saúde palestinos locais, testemunharam em primeira mão o colapso da infra-estrutura de saúde de Gaza durante missões médicas. As pessoas estão sendo obrigadas a navegar por uma situação impossível: o evento outrora comemorativo do parto tornou-se agora uma questão de sobrevivência. Os cuidados pré-natais são praticamente inexistentes em Gaza. O aumento do trabalho de parto prematuro é impressionante, muitas vezes desencadeado pelo estresse crônico da deslocação, da desnutrição e do trauma de testemunhar ataques aéreos. Enquanto os hospitais lutam para acompanhar as vítimas em massa, as maternidades e as enfermarias estão a tornar-se não funcionais. Em alguns casos, as mulheres tiveram de dar à luz em locais externos, em condições insalubres, sem a assistência de parteiras ou médicos.

Esta violência reprodutiva não é apenas uma consequência do ataque militar – é um resultado deliberado de políticas que restringem o acesso aos cuidados de saúde. O ataque às maternidades e o bloqueio que limita os fornecimentos médicos essenciais, como anestésicos e kits de maternidade de entrarem em Gaza transformaram a gravidez numa situação de risco de vida para milhares de mulheres.

Os nossos colegas em Gaza, médicos locais que enfrentam diariamente os horrores desta violência em grande escala, relatam um aumento sem precedentes nas mortes maternas, abortos espontâneos e natimortos. A subnutrição que muitas mulheres grávidas sofrem apenas agrava estes resultados. Sem acesso a uma nutrição adequada ou a cuidados de saúde, são forçadas a engravidar em condições incompreensíveis para a consciência humana. Este

bloqueio, agora na sua segunda década, e cada vez mais reforçado ao longo dos últimos meses, agravou o sofrimento, com implicações terríveis para as gerações futuras. A prevenção de nascimentos em Gaza não é apenas um dano colateral – é uma violação do direito internacional, um lembrete sombrio da violência estrutural imposta a esta população.”

Também movidos pela destruição programada do sistema de saúde palestino, trabalhadores da saúde - que muitas vezes já foram citados aqui como incontestável frente de ativismo - vem se reunindo e exigindo que suas instituições denunciem o genocídio. O grupo *Healthcare Workers for Palestine* - @healthcareworkersforpalestine no *Instagram* e que esteve conosco numa entrevista no informe final de 2023 - se organiza para denunciar os ataques de Israel e convocou um abaixo assinado para chamar a atenção das instituições de saúde que ainda estão neutras.

Financiando o Investimento em Saúde: política fiscal e cancelamento da dívida

Abrimos esta segunda seção dentro do bloco Saúde para trazermos dois pontos de atenção na última quinzena: o financiamento da saúde. O primeiro assunto é [a negociação - quase que eterna - do Acordo Pandêmico ainda está a acontecer](#) e os entraves continuam os mesmos: PABS, equidade, troca de informações e financiamento voltaram a frear a adoção de um tratado dentro do limite previamente acordado (dezembro 2024). A décima segunda sessão foi encerrada na última semana e, seguindo as colocações da professora [Nina Schwalbe](#), avanços foram feitos, mas mais é necessário, como apontado pelo Grupo das Filipinas ao mencionar PABS, transferência tecnológica e financiamento, e a necessidade de aprofundar esses assuntos na próxima rodada que acontecerá em Dezembro. O tema do financiamento sustentável - presente no artigo 20 do Acordo e conectado as IHR - é o corpo de trabalho do [documento submetido pelo Geneva Global Health hub - G2H2 - destacando a necessidade de um financiamento verdadeiramente funcional](#) e baseado na equidade e nos princípios de responsabilidade compartilhada, mas diferente (CBDR) que leve em consideração as necessidades dos países com menos capital disponível, conectando este financiamento verdadeiramente funcional com a necessidade do cancelamento da dívida - em especial tendo em vista que o pagamento da dívida notoriamente leva a cortes em políticas públicas ligadas à saúde.

“O tratado sobre a pandemia também está a ser negociado como um instrumento vinculativo. Isso significa que o regime “voluntário” que abrange e envolve o Art. 20 deve de todas as maneiras possíveis levar a mudanças para acordos vinculativos, baseados em responsabilidades comuns, mas diferenciadas, também quando se trata de financiamento. Precisamos reverter o atual cenário de financiamento profundamente desigual – veja os slides com números que comparam APD vs. reembolsos de dívida e números sobre fluxos financeiros ilícitos (IFFs): <https://g2h2.org/wp-content/uploads/2024/03/Pandemic-Treaty-Financing-Insight.pdf>

A injustiça financeira domina o mundo e vemos isso com bilionários gradualmente assumindo o controle. Agora: negociar uma nova norma para lidar com as pandemias não pode ignorar o contexto estrutural em que opera hoje. O cancelamento da dívida não pode ser ignorado, os IFF também não podem ser ignorados: fazem parte da conversa.

Os governos devem ter soberania fiscal para investir na saúde pública e definir as suas prioridades na forma como pretendem enfrentar potenciais pandemias. As políticas fiscais e as injustiças financeiras precisam fazer parte da conversa quando se trata do artigo n. 20 do texto

provisório do tratado. Não esqueçamos: a forma como o mecanismo de coordenação de financiamento é moldado terá um impacto substantivo e relevância para todo o sistema de governação do tratado. Você deve decidir quem comanda o show.

Porém, há também uma questão adicional que agora você pode esclarecer, reabrindo o Artigo 20.

Há uma significativa diferença entre:

- financiar a implementação sustentável de um tratado acordado pela OMS e
- moldar o financiamento do tratado para a projetificação da PPR pandêmica

(...)

Uma pandemia é muito mais do que uma doença e não será gerida através do financiamento de projetos específicos que reflitam a cultura e os interesses da saúde dos grandes atores globais da saúde presentes, as Parcerias Públicas e Privadas (PPPs) que habitam as salas dos governos públicos de saúde global.”

Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular e COP29

South-South and Triangular Cooperation Solutions Lab and COP29

Regina Ungerer

Erica Kastrup

Tiago Nery

Abstract: *At COP29, UNOSSC played a pivotal role in fostering impactful partnerships for climate action. The office hosted a high-level dialogue titled "Just, Equitable Financing and Solidarity for Climate Action," aimed at catalyzing South-South and triangular cooperation. Additionally, UNOSSC participated in various dialogues and sessions centered on innovative financing mechanisms and the role of cooperation in achieving climate goals, reinforcing the UN's commitment to inclusive and sustainable development highlighting the South-South and Triangular solutions Lab.*

Brazil's South-South cooperation primarily focused on agriculture, highlighting the sector's significance for the economy and its role in global food security and sustainable development. Highlights included Brazil collaborated with the FAO to enhance food systems in Latin America and the Caribbean and the Cotton Solos project with Mali. Brazil also participated in the project to Recover Agricultural Areas in Mozambique that were affected by two cyclones and the project to reduce agro-environmental risks in the dry corridor of Central America. They were also present in Peru to explore potential areas of collaboration and exchange experiences in public policies and services for rural women. They participated in the 29th Ibero-American Summit of Heads of State and Government, which aimed to strengthen Ibero-America's presence on the global stage, and also in the 35th Meeting of Ministers and High Authorities for Comprehensive Disaster Risk Management of MERCOSUR, to strengthen regional cooperation and promoting a South America that is better prepared for emergencies.

Regarding the G-77 and China, their participation in COP29 reflected their commitment to defending the interests of developing countries in the global climate dialogue. It was marked by a strong emphasis on the unity of the Group and on financial goals to address climate challenges. In their opening statement, they presented a series of important demands. Additionally, they participated in nine regular meetings of the UN General Assembly in the 3rd, 4th and 5th Committees.

The Non-Aligned Youth Movement has been involved in the preparations for COP29 and the 19th Conference of Youth (COY19), which is the largest youth-led climate conference with the aim of empowering and mobilizing them to take a proactive role in the global climate movement.

At COP29, the South Centre focused on advocating for the interests of developing nations, particularly in areas such as climate finance, loss and damage, and the specific needs of small island states and landlocked developing countries. Additionally, the South Centre highlighted that WTO Members are moving towards a global review of the TRIPS Agreement. They also participated in the 1st Global South Conference on Agriculture Dialogues and drafted a document on the WIPO Design Law Treaty for Developing Countries. Furthermore, the South Centre is involved in the Human Rights Council's 2024 Social Forum.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Non-Aligned Youth Movement. South Centre.*

Resumo: Na COP29, o UNOSSC desempenhou um papel fundamental no fomento de parcerias para a ação climática. O UNOSSC organizou um diálogo de alto nível intitulado "Financiamento Justo, Equitativo e Solidariedade para a Ação Climática", com o objetivo de catalisar a cooperação Sul-Sul e triangular. Além disso, participou de vários diálogos e sessões centrados em mecanismos de financiamento inovadores e no papel da cooperação na obtenção de metas climáticas, reforçando o compromisso da ONU com o desenvolvimento inclusivo e sustentável, destacando o Laboratório de soluções Sul-Sul e Triangular.

A cooperação Sul-Sul do Brasil foi principalmente na área da agricultura, refletindo a importância desse setor para a economia e seu papel como ator global na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. Destaque para o fortalecimento dos sistemas alimentares da América Latina e Caribe dentro de um programa de cooperação entre o Brasil e a FAO e para o projeto Cotton Solos com o Mali. O Brasil participou também do projeto de Recuperação de Áreas Agrícolas de Moçambique que foram afetados por 2 ciclones e no projeto para a redução de riscos agroambientais no corredor seco da América Central. Estiveram ainda presentes no Peru para explorar áreas potenciais de colaboração e trocar experiências em políticas públicas e serviços para mulheres rurais. Participaram da XXIX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo que tem o objetivo de fortalecer a presença da Iberoamérica no cenário global e também na XXXV Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres do MERCOSUL com o objetivo de fortalecer a cooperação regional e promover uma América do Sul mais preparada para emergências.

Quanto ao G-77 e a China, sua atuação na COP29 refletiu seu compromisso em defender os interesses dos países em desenvolvimento no diálogo climático global e foi marcada por uma forte ênfase na unidade do Grupo e nas metas financeiras para os desafios climáticos e em sua declaração de abertura apresentou uma série de demandas importantes. Além disso, participaram de 9 reuniões regulares da AGNU nos 3º, 4º e 5º Comitês.

O Movimento Jovem dos não-alinhados esteve envolvido com os preparativos da COP29 e com a 19ª Conferência da Juventude (COY19) que é a maior conferência sobre o clima, liderada por jovens com o objetivo de capacitá-los e mobilizá-los para assumir um papel proativo no movimento climático global.

Na COP29, o South Centre se concentrou em defender os interesses das nações em desenvolvimento, particularmente em áreas como financiamento climático, perdas e danos, e as necessidades específicas de pequenos estados insulares e países em desenvolvimento sem litoral. Mas o Centro Sul também destacou que os Membros da OMC caminham para uma revisão global do Acordo TRIPS; participaram da 1ª conferência do sul global sobre os diálogos em agricultura; redigiram um documento sobre o tratado de lei de desenho da OMPI para países em desenvolvimento e participam do Fórum Social 2024 do Conselho de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Movimento Jovem dos não-Alinhados. Centro Sul

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

Boletim mensal - **South-South Monthly**, [outubro/novembro de 2024](#)

Basta clicar na figura abaixo, ou em cada destaque para entrar no Boletim.



[Conectando Processos Globais para Impacto Local: 8ª Conferência Internacional sobre Cooperação Triangular](#) já destacado no [Informe 19 do Observatório](#) de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

[Cooperação Sul-Sul e Ação Climática](#) - A cooperação Sul-Sul é crucial para implementar soluções regionais de financiamento climático que atendam às necessidades específicas dos países em desenvolvimento. Essa abordagem assegura uma transição justa, priorizando os direitos e meios de subsistência das comunidades locais. Ao alinhar políticas que promovem o desenvolvimento econômico inclusivo e reduzam a dependência de combustíveis fósseis, os países do Sul Global podem criar estratégias de adaptação e mitigação que enfrentem seus desafios únicos, enfatizando a equidade social, a geração de empregos e a redução da pobreza, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

O UNOSSC esteve presente na COP29 e promoveu no dia 14 de novembro, uma sessão sobre [“Acelerando a Cooperação Sul-Sul e Triangular por meio da inovação colaborativa e da construção de portfólios coerentes de novas soluções: Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular da UNOSSC”](#)

[Celebração dos 60 anos do G-77](#)

[Fórum Global de Inovação da UIT destaca cooperação Sul-Sul e triangular para reduzir a exclusão digital](#) que foi destacado no [Informe 20 do Observatório](#) de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

[27º Congresso Mundial do Instituto Mundial de Poupança e Banco de Varejo \(WSBI World Congress 2024\)](#), destacado no [informe 20](#) do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

[Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza: SESRIC e UNOSSC organizaram um Workshop de Capacitação em Cooperação Sul-Sul e Triangular para Alívio da Pobreza na Região Organização da Cooperação Islâmica](#)

[Países do Baixo Mekong aprendem com as tecnologias da República da Coreia sobre gestão integrada de água, energia e alimentos](#)

[Promovendo a educação inclusiva por meio da cooperação Sul-Sul na Nicarágua](#)

[Fundo Índia-ONU: A formação profissional fortalece a força de trabalho de Santa Lúcia](#)

[Fundo Índia-ONU: Jovens atletas da Micronésia superam desafios por meio de sinergias Sul-Sul](#)

[Laboratório de Soluções para Cooperação Sul-Sul e triangular](#) – Este laboratório criado pelo UNOSSC é uma iniciativa inovadora que visa promover a colaboração entre países em desenvolvimento. Este laboratório atua como uma plataforma global dedicada à incubação e teste de soluções inovadoras e baseadas em evidências, com o objetivo de fortalecer a cooperação Sul-Sul e triangular. Ele se concentra em enfrentar os desafios do desenvolvimento, aproveitando experiências e recursos compartilhados entre os países do Sul Global.

O laboratório é parte de um esforço mais abrangente do UNOSSC para promover, coordenar e apoiar a cooperação Sul-Sul, que enfatiza a solidariedade e a colaboração entre os países em desenvolvimento. Recentemente, o Laboratório foi reformulado para melhorar sua eficácia e aumentar seu impacto nas iniciativas de desenvolvimento global.

O primeiro Desafio de Inovação global da UNOSSC está aberto para inscrições.

[Projeto de ligação reversa entre Bangladesh e Turquia sobre “Desenvolvimento de variedades de algodão”](#) - O algodão é uma das culturas mais importantes em Bangladesh e a principal matéria-prima da sua indústria têxtil, desempenhando um papel significativo nas exportações do país. No entanto, a produção local de algodão é insuficiente para atender à demanda anual do setor, que é de aproximadamente um milhão de toneladas. Como resultado, 97% do algodão consumido no país é importado, enquanto apenas 3% é produzido internamente.

O Governo de Bangladesh está empenhado em aumentar a produção de algodão sem prejudicar as áreas agrícolas já limitadas destinadas ao cultivo de alimentos. Para alcançar esse objetivo, a estratégia consiste em aproveitar terras agrícolas menos produtivas para a produção de algodão, o que requer o desenvolvimento de novas variedades adaptadas às condições locais.

[Programa de Desenvolvimento de Bambu Holandês-Sino-África Oriental: Fase II: Trabalhando para transferir conhecimento, tecnologias e experiências políticas da Europa e da Ásia para ajudar a desenvolver o setor de bambu na Etiópia, Quênia e Uganda](#). Os países do leste da África possuem bambu em abundância, mas ainda não exploraram completamente seu



potencial que poderia reduzir a pobreza, criar empregos e proteger o meio ambiente. Os gargalos na cadeia de suprimentos, baixa qualidade dos produtos e governança institucional inadequada dificultam essa exploração. Conectar esses países a mercados regionais e internacionais pode impulsionar o desenvolvimento econômico verde e melhorar a segurança alimentar.

O bambu é um recurso renovável, fácil de cultivar e versátil, utilizado em produtos como alimentos, materiais de construção e embalagens, podendo substituir os plásticos de uso único. O bambu também contribui para a captura de carbono e a restauração de terras. Com um valor de produção superior a 70 bilhões de dólares, a indústria do bambu destaca seu imenso potencial nas políticas econômicas e ambientais.

COP29 e UNOSSC

14 de novembro de 2024 - Acelerar a Cooperação Sul-Sul e Triangular através da inovação colaborativa e da construção de portfólios coerentes de novas soluções⁵²

A sessão de alto-nível foi promovida pelo UNOSSC e a Organização do Golfo para Pesquisa e Desenvolvimento (GORD) e teve o objetivo de fortalecer a Cooperação Sul-Sul e Triangular, destacando o potencial da inovação colaborativa.

Foi dado ênfase na criação de portfólios com soluções coerentes que pudessem ser adaptadas a diferentes contextos e necessidades, além de construir caminhos de desenvolvimento resilientes.

Como um marco fundamental, o novo Laboratório de Soluções do UNOSSC, que foi projetado para catalisar parcerias impactantes e facilitar a troca de soluções entre países, se alinha à operacionalização de desafios complexos de desenvolvimento por meio de uma parceria, incubação, financiamento e escalonamento de soluções inovadoras, contribuindo assim para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao final, espera-se que os participantes identifiquem e integrem várias abordagens para criar soluções sustentáveis e escalonáveis que abordem os desafios únicos enfrentados pelos países em desenvolvimento. Esse processo envolve esforços conjuntos em pesquisa, transferência de tecnologia e capacitação, promovendo benefícios mútuos e aprendizado compartilhado, o que permitirá que os países enfrentem problemas comuns de maneira mais eficaz.

Os parceiros atuais do Laboratório de Soluções do UNOSSC incluem a Organização do Golfo para Pesquisa e Desenvolvimento (GORD), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Masdar City, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), o

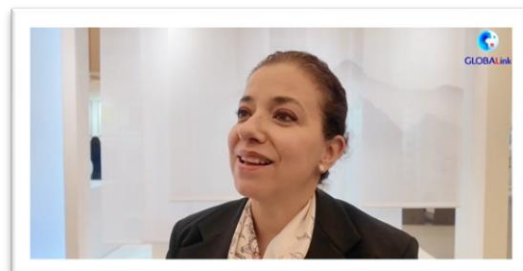
⁵² <https://www.instagram.com/p/DCUPVGQSNIK/>

Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Fundação Internacional Zayed para o Meio Ambiente⁵³.

Mais do UNOSSC na COP29

Qualquer área que transcenda fronteiras geográficas requer Cooperação Sul-Sul, seja a agenda climática, a agenda hídrica, a agenda ambiental ou a paz e o desenvolvimento, entre outras, disse o diretor do UNOSSC, Dima Al-Khatib.

O Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular incorpora nossa ambição coletiva de criar uma plataforma global para nutrir, testar e dimensionar soluções inovadoras.



No **Fórum de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul em Mudanças Climáticas**, organizado pelo Ministério da Ecologia e Meio Ambiente da China à margem da COP29, a Diretora do UNOSSC ressaltou que os países menos desenvolvidos que contribuem com apenas 3,8% das emissões globais e os pequenos países insulares em desenvolvimento com apenas 1%, são afetados pelas consequências das mudanças climáticas e o Diretor Geral Adjunto Agência Internacional de Energia Atômica descreveu como sua agência usa a cooperação Sul-Sul para apoiar os países a enfrentar as mudanças climáticas.

A realidade das mudanças climáticas é algo que todos os países enfrentam, mas para muitos países no Sul Global, não é apenas um desafio, é uma ameaça existencial. Perdas e danos, adaptação e mitigação exigem total solidariedade global.

A China tem sido um parceiro-chave neste esforço, demonstrando forte comprometimento por meio de iniciativas de cooperação Sul-Sul, apoiando países em desenvolvimento em sua transição para uma economia de baixo carbono e aumentando sua resiliência aos impactos das mudanças climáticas.

A Fundação Internacional Zayed para o Meio Ambiente⁵⁴ e o UNOSSC assinaram um acordo às margens da COP29 para ampliar o novo Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular com assistência técnica e suporte financeiro para o primeiro Desafio de Inovação global.

UNOSSC e a Organização do Golfo para Pesquisa e Desenvolvimento (GORD) assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de ampliar o Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular com assistência técnica e acesso à vasta infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação da GORD.

Durante o **Fórum Ministerial sobre Boa Governança Verde**, organizado pelo Governo do Azerbaijão à margem da COP29, a Diretora Dima Al-Khatib disse que o UNOSSC está fechando lacunas em inovação e está acelerando o desenvolvimento sustentável entre as nações do Sul.

⁵³ <https://unsouthsouth.org/2024/11/14/cop29-catalyzing-impactful-south-south-and-triangular-cooperation-partnerships/>

⁵⁴ A Fundação Internacional Zayed para o Meio Ambiente está sediada em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos. Estabelecida em 1999, a fundação recebeu o nome do xeque Zayed bin Sultan Al Nahyan, o pai fundador dos Emirados Árabes Unidos, que era conhecido por seu comprometimento com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

No centro dos esforços do UNOSSC está a *South-South Galaxy*, a plataforma digital que conecta países com mais de 950 soluções do Sul Global. A *South-South Galaxy* faz conexões, apresentando iniciativas comprovadas que podem ser replicadas e adaptadas em diferentes contextos.

O Diretor da **Agência de Desenvolvimento Internacional** do Azerbaijão, se reuniu com a diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, para explorar esforços colaborativos para promover a Cooperação Sul-Sul e Triangular e identificar novas oportunidades de engajamento. O UNOSSC reconheceu a jornada de desenvolvimento do Azerbaijão e sua transição de um país de baixa renda para um país de renda média-alta. Hoje em dia, o país compartilha lições valiosas a outras nações em desenvolvimento, especialmente no que concerne a redução da pobreza, TI, energia renovável, saúde, educação e água e ajuda humanitária.

A Diretora Dima AL-khatib convidou a Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão para colaborar com o UNOSSC no Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular, apoiando soluções inovadoras em áreas prioritárias como inclusão financeira, inovação tecnológica, produtividade agrícola e inclusão digital.

Na sessão "**Oportunidades e meios para apoiar transições de baixa emissão**", organizada pelo Novo Banco de desenvolvimento⁵⁵, a diretora da UNOSSC, Dima Al-Khatib disse: "a urgência é premente, o caminho é inevitável e o acesso ao financiamento necessário é limitado". O Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular oferece suporte crítico para a incubação e o desenvolvimento de projetos verdes financiáveis.

O Vice Presidente do setor público e estratégia do **Fundo da OPEP** para o Desenvolvimento Internacional e o vice-presidente de Finanças se encontraram com a diretora do UNOSSC, para explorar formas de escalonar o ritmo da ação dos ODS por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

13 de novembro de 2024 – 1ª conferência GSIDA – do sul global – diálogo em agricultura⁵⁶



O UNOSSC e o Centro de Cooperação Econômica Estrangeira (FECC) do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China, coorganizaram o Global South I-Dialogue sobre

⁵⁵ O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), anteriormente conhecido como Banco de Desenvolvimento do BRICS, é um banco de desenvolvimento multilateral estabelecido pelos países do BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O banco foi fundado em 2014 com o objetivo de apoiar projetos públicos ou privados por meio de empréstimos, garantias, participação acionária e outros instrumentos financeiros.

⁵⁶ <https://x.com/UNOSSC>

Agricultura em Pequim, reunindo representantes da ONU na China, FAO, PMA, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), Sri Lanka, Cabo Verde e Nigéria.

O evento destacou o papel fundamental da capacitação, cooperação tecnológica, mecanismos de financiamento inovadores e parcerias público-privadas no enfrentamento da insegurança alimentar, pobreza e impacto climático por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular. E a Diretora do UNOSSC afirmou que: "Ao fortalecer parcerias globais e iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Triangular, podemos promover soluções eficazes, capacitar comunidades a superar a insegurança alimentar e contribuir para um mundo onde a fome zero deixe de ser uma aspiração e se torne uma realidade."



A Diretora Dima Al Khatib abriu a Iniciativa de Desenvolvimento de Jovens Empreendedores Rurais para Países Africanos em Pequim, destacando o papel dos jovens como agentes de mudança no Pacto para o Futuro e Cooperação Sul-Sul para compartilhamento de conhecimento e capacitação. Ela disse: **"Vocês são os líderes do amanhã e sua jornada para levar as habilidades e conexões que vocês ganham aqui para casa com vocês começou. Isso permitirá**

que vocês transformem suas comunidades, criem mudanças duradouras e impulsionem o desenvolvimento sustentável em toda a África."



Ainda na 1ª conferência GSIDA – do sul global, a diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, discursou para estudantes da Universidade Agrícola da China sobre **Cooperação Sul-Sul e liderança feminina**. Ao refletir sobre sua jornada, ela destacou a importância do empoderamento feminino, especialmente em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) para promover igualdade e progresso em todos os setores.

Os campos STEM são cruciais para a inovação e o crescimento econômico, e há ainda uma sub-representação de mulheres nessas áreas. As mulheres do Sul Global trazem perspectivas e experiências únicas que enriquecem as discussões. Por meio da Cooperação Sul-Sul e triangular, os países podem compartilhar conhecimentos e soluções eficazes para empoderar as mulheres, incluindo programas de capacitação e investimentos direcionados a este grupo.

08 de novembro de 2024 – Lançamento do Relatório de 2024 do Fundo Índia-ONU⁵⁷

O Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU é uma iniciativa criada pelo Governo da Índia com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento, especialmente no Sul Global. Lançado em 2017, o fundo busca promover a cooperação Sul-Sul e fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento para alcançar os ODS. Seu foco principal está na capacitação e no compartilhamento de conhecimento com destaque para os Estados Insulares em Desenvolvimento, Países em desenvolvimento sem litoral e os países menos desenvolvidos.

⁵⁷ <https://x.com/UNOSSC/status/1854927035082129524>



Esse fundo reflete o compromisso da Índia com o desenvolvimento global e seu papel como um parceiro responsável na solução dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. Os projetos apoiados pelo Fundo ONU-Índia estão transformando vidas e construindo comunidades resilientes em todo o Sul Global.

Recentemente, parlamentares indianos e representantes permanentes na ONU se reuniram para celebrar o impacto do fundo em diversas regiões do Sul Global. Com 84 projetos em 62 países, o fundo capacita comunidades e impulsiona o progresso em direção aos ODS por meio da Cooperação Sul-Sul.

O Relatório Anual do Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU destaca projetos abrangendo saúde, educação, clima entre outros.

Para ler o relatório, [clique aqui](#).



07 de novembro de 2024 - Desbloqueando oportunidades: histórias de Pequenas e Médias Empresas na facilitação do comércio Sul-Sul na Feira Internacional da *China International Import Export*⁵⁸

O Centro de Comércio Internacional (*International Trade Centre (ITC)*), o *China International Import Export (CIIE)* e o UNOSSC lançaram um relatório sobre o papel fundamental das Pequenas e Médias Empresas no avanço do comércio Sul-Sul.

O relatório destaca plataformas como a CIIE ajudam a construir um comércio resiliente e inclusivo por meio da Cooperação Sul-Sul. Além disso, aborda a necessidade urgente de fortalecer a resiliência econômica diante do aumento do custo de vida, dos impactos da pandemia de Covid-19, dos conflitos e das mudanças climáticas. Destaca ainda a importância do comércio e investimento Sul-Sul, conforme evidenciado no Documento Final da 3ª Cúpula do Sul, realizada em Kampala em janeiro de 2024, que salienta a necessidade de maior integração regional e cooperação comercial entre os países.

Para maximizar o potencial do comércio Sul-Sul, é muito importante capacitar micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que desempenham um papel essencial na economia global. O Centro de Comércio Internacional (ITC) tem trabalhado em colaboração com o Ministério do Comércio da China para apoiar quase 300 MPMEs de mais de 30 países em desenvolvimento, oferecendo treinamentos e facilitando o acesso ao comércio.

⁵⁸ <https://x.com/UNOSSC/status/1854547840908857393>

Adicionalmente, o UNOSSC uniu forças com o Governo da China para fomentar a cooperação comercial por meio de iniciativas de capacitação e intercâmbio de conhecimentos pois empoderar pequenas empresas não só geram resultados concretos, mas também abre novas oportunidades, contribuindo assim para um futuro mais resiliente e sustentável.

Para ler o relatório, [clique aqui](#).



05 a 10 de novembro de 2024 – 7ª China International Import Expo

A 7ª China International Import Expo (CIIE) foi inaugurada no Centro Nacional de Exposições e Convenções em Xangai, reunindo cerca de 3.500 expositores de 152 países, regiões e organizações internacionais.

Dima Al-Khatib, Diretora do UNOSSC destacou que a transferência de tecnologias e políticas entre países em desenvolvimento evidencia sua crescente capacidade de gerar e compartilhar inovação e ressaltou que a *South-South Galaxy*, que promove parcerias na cooperação Sul-Sul e triangular, já registrou mais de 600 instituições e apresenta mais de 950 soluções, com mais de 90 casos contribuindo para os ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Ela também destacou o potencial da cooperação Sul-Sul e triangular na construção de cidades sustentáveis e resilientes, apoiando projetos-piloto e pequenas doações por meio de fundos fiduciários. Citou dois projetos financiados pelo Ministério do Comércio da China, que resultaram em 40 iniciativas em mais de 50 países, facilitando o acesso a serviços de gerenciamento de resíduos sólidos em Koidu, Serra Leoa, e promovendo o transporte de baixo carbono em Santiago, Chile.

Durante o Fórum de Inovadores Criativos do Patrimônio Mundial em Hangzhou, o UNOSSC e a UNESCO lançaram um relatório conjunto sobre **“Conservação do Patrimônio em Cidades Chinesas**, apresentando boas práticas e experiências inovadoras de educação patrimonial e conservação de cidades chinesas que podem ser adaptadas a diversos contextos culturais em todo o mundo na preservação do patrimônio por meio da cooperação Sul-Sul.

Durante uma sessão paralela na mesma EXPO focada em **“Desenvolvimento Sustentável do Sul Global e Cooperação China-África”**, Dima Al-Khatib destacou que o Pacto para o Futuro reflete as prioridades dos países em desenvolvimento em relação ao desenvolvimento sustentável, à ação climática e à equidade global. O Pacto reconhece a cooperação Sul-Sul e triangular como uma estrutura colaborativa para promover a transformação digital, incentivar a inovação, capacitar os jovens e fortalecer parcerias globais. Ela destacou que à medida que se olha para o futuro, está claro que a cooperação Sul-Sul e triangular não é apenas uma estrutura; é uma força motriz que capacita as nações a enfrentar desafios comuns, escalar soluções e moldar uma comunidade global baseada no respeito mútuo e na prosperidade compartilhada.

O Brasil na cooperação Sul-Sul

O principal tema da cooperação Sul-Sul do Brasil, neste informe, foi a agricultura.

A cooperação do Brasil na agricultura é essencial, refletindo a importância desse setor para a economia do país e seu papel como ator global na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. Como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, o Brasil utiliza a cooperação internacional para compartilhar suas experiências e tecnologias agrícolas, contribuindo assim para a segurança alimentar global, especialmente em países em desenvolvimento.

Além disso, a colaboração com outros países possibilita a troca de tecnologias e práticas agrícolas inovadoras, que vão desde técnicas de cultivo até o uso de biotecnologia, aumentando a produtividade e a sustentabilidade das práticas agrícolas. O Brasil também tem se engajado em iniciativas voltadas para a conservação dos recursos naturais, a redução do desmatamento e a promoção da agricultura de baixo carbono, alinhando-se a compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



17 de novembro de 2024 – Cooperação Sul-Sul para fortalecer sistemas alimentares na América Latina e Caribe⁵⁹

O Brasil e a FAO lançaram, em 17 de novembro, um projeto destinado a fortalecer os sistemas alimentares urbanos e periurbanos na América Latina e no Caribe. A iniciativa, intitulada **“Fortalecimento da Agenda Regional de Sistemas Alimentares para o Contínuo Urbano-Rural na América Latina e Caribe”**, integra o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO.

A cerimônia de assinatura contou com a presença do Embaixador Ruy Pereira, diretor da ABC, do Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e do Representante Regional da FAO para a América Latina e Caribe. O Diretor da ABC destacou que o Brasil é uma referência internacional em agricultura e celebrou a renovação da parceria com a FAO. O Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social reiterou o compromisso brasileiro com as iniciativas de cooperação bilateral.

O objetivo deste projeto, que representa uma nova abordagem de cooperação Sul-Sul trilateral na FAO voltada para o apoio aos sistemas alimentares urbanos, é aumentar a segurança alimentar, reduzir a pobreza e promover sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos.

Durante a mesma cerimônia, foi assinado o Marco de Programação de País (MPP) para o período de 2024-2027 entre a FAO e o Brasil. Este documento estabelece novas prioridades para a cooperação técnica e estratégica bilateral, alinhando os objetivos globais de desenvolvimento sustentável (ODS) com metas específicas para o Brasil.

⁵⁹ https://www.instagram.com/p/DChKSHKvOsA/?img_index=1



15 de novembro de 2024 – Cooperação humanitária para El Salvador⁶⁰

O Brasil, reafirmando seu compromisso com a cooperação humanitária sem comprometer seu abastecimento interno, doou ao governo de El Salvador 5 mil doses de vacinas antirrábicas, mil doses de soro antirrábico e 1 milhão de seringas descartáveis com agulhas. Os insumos foram entregues no dia 7 de novembro pela Embaixada do Brasil em San Salvador.

Durante a cerimônia, o Embaixador Luiz Eduardo de Aguiar destacou os laços de amizade entre os dois países e a importância de apoiar o sistema de saúde pública salvadorenho. A Vice-Ministra de Relações Exteriores de El Salvador, Adriana Mira, enfatizou que o Brasil é um parceiro fundamental no fortalecimento da saúde pública no país. Carlos Alvarenga, Vice-Ministro da Saúde, também celebrou a cooperação, lembrando que “**a saúde não tem fronteiras**”.



14 de novembro de 2024– Projeto Cotton Solos⁶¹

Especialistas da Universidade Federal de Lavras estiveram no Mali monitorando a colheita de algodão e milho pelo projeto Cotton Solos, fruto da cooperação técnica entre Brasil e Mali.

O projeto **Cotton Solos** foi lançado em 2018 e é uma iniciativa que envolve Organizações Não Governamentais, instituições de pesquisa, governos, cooperativas e associações.

A missão ao Mali avaliou o impacto das práticas de manejo do solo adaptadas do Brasil, com o objetivo de melhorar a produtividade agrícola na região. Desde 2019, o projeto vem implementando técnicas inovadoras em quatro unidades técnicas demonstrativas, onde são realizadas práticas de conservação, fertilidade e manejo do solo. Também são feitos experimentos como o plantio consorciado de feijão caupi e amendoim que contribuem para enriquecer o solo e controlar a erosão.

Além de fortalecer a produção, a equipe realiza análises anuais para monitorar o impacto das práticas agrícolas e o desenvolvimento de 24 espécies de plantas de cobertura, selecionando as mais adequadas para o clima local com o objetivo de ampliar a produtividade e a qualidade do solo, fortalecendo o setor agrícola de ambos os países. O PNUD – Brasil apoia a iniciativa que é financiada pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). No Mali, o projeto é coordenado pela Companhia Malinense de Desenvolvimento Têxtil (CMDT).

⁶⁰ <https://x.com/abcgovbr>

⁶¹ https://www.instagram.com/p/DCUQe-4PjEA/?img_index=1

12 a 15 de novembro de 2024 – XXIX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo⁶²



No contexto da cooperação multilateral, o diretor-geral da ABC, embaixador Rui Pereira, participou da XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada entre 12 e 15 de novembro em Cuenca, no Equador, com o lema **“Inovação, Inclusão e Sustentabilidade”**.

As Cúpulas Ibero-americanas reúnem líderes dos 22 países de língua espanhola e portuguesa da América Latina e da Europa, com o objetivo de fortalecer a presença da Iberoamérica no cenário global. Durante o encontro, foram compartilhados avanços em temas-chave para a região, como meio ambiente, direitos digitais, mobilidade estudantil e segurança social.

Desde o início das cúpulas, surgiram 30 programas de cooperação, entre os quais se destacam o Iberorquestras Juvenis, que utiliza a música como ferramenta para combater a exclusão social, e o Programa Ibero-Americano de Prevenção e Erradicação da Violência contra as Mulheres.

Outros programas notáveis incluem o Ibermedia, que promove o cinema ibero-americano, e os Bancos de Leite Humano, que beneficiaram quase 2 milhões de recém-nascidos em ambas as regiões.



⁶² https://www.instagram.com/p/DCSR2pXvjtk/?img_index=1

Em Cuenca, foram lançados dois relatórios coordenados pela Secretaria Geral Iberoamericana: a [XV edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul e Trilateral na Iberoamérica](#) e o [IV Relatório do Observatório de la Rábida, intitulado “Oceanos na Iberoamérica: conservar e restaurar para prosperar”](#).



11 a 14 de novembro de 2024 – Programa “Caminhos para a Igualdade”⁶³

Representantes da ABC participaram recentemente de uma missão no Peru para explorar áreas potenciais de colaboração e trocar experiências em políticas públicas e serviços para mulheres rurais.

Esta iniciativa faz parte do programa “**Caminhos para a Igualdade**”, estabelecido pelo governo brasileiro em parceria com a ONU Mulheres.

O encontro contou com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil, bem como do Ministério das Mulheres, além de oficiais do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Irrigação do Peru. O objetivo da missão foi facilitar a troca de experiências relacionadas a políticas públicas e serviços para mulheres rurais e explorar futuras oportunidades de cooperação Sul-Sul trilateral entre os dois países.

A programação incluiu reuniões técnicas com órgãos do governo peruano e uma oficina interativa focada na troca de conhecimentos sobre as políticas públicas e serviços disponíveis para mulheres rurais em ambas as nações.

Em 2018, a ABC e a ONU Mulheres lançaram o Programa de Parceria “Caminhos para a Igualdade” para promover a igualdade de gênero. Este programa visa fortalecer as capacidades institucionais para a promoção dos direitos das mulheres no Brasil e nos países parceiros, além de apoiar a ABC na integração de uma perspectiva de gênero em seus programas e projetos.

08 de novembro de 2024 - XXXV Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR) do MERCOSUL⁶⁴



⁶³ <https://www.instagram.com/p/DCWYRVDOqDe/>

⁶⁴ https://www.instagram.com/p/DCPJUWhvcqS/?img_index=1

A XXXV Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR) do MERCOSUL, presidida temporariamente pelo Uruguai, ocorreu em 8 de novembro, em Montevidéu. O evento contou com a participação de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de fortalecer a cooperação regional e promover uma América do Sul mais preparada para emergências.

Durante o encontro, foram discutidos os avanços nas mesas de trabalho lideradas por cada país e analisado o Plano de Ação para 2025-2026. Um dos destaques foi a apresentação da "Guia de Atuação para Resposta a Desastres e Assistência Humanitária", um passo significativo na gestão de crises.

O Brasil foi representado pelo Coordenador Nacional na RMAGIR, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff, e pelo Coordenador-Geral da Cooperação Humanitária da ABC, Ministro José Solla.

Essa reunião reafirma a importância de unir esforços e compartilhar conhecimentos para construir uma região mais segura e resiliente.



8 de novembro de 2024 – Recuperando áreas agrícolas em Moçambique⁶⁵

O projeto “Recuperação de Áreas Agrícolas de Camponeses Moçambicanos Afetados pelos Ciclones Idai e Kenneth” foi premiado pela Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais na categoria ‘Extensão e Cultura’ do Prêmio Destaque em Extensão e Cultura.

Coordenado pela ABC, o projeto é uma iniciativa humanitária e técnica que conta com a parceria da Universidade de Lavras e do Instituto Federal de Minas Gerais desde sua concepção e seu objetivo é contribuir para o aumento da segurança alimentar nas regiões centro e norte de Moçambique por meio da produção de alimentos, representando mais uma ação de cooperação Brasil-África na área da agricultura.

Além da doação de sementes, a cooperação contribuiu para a criação de hortas comunitárias e ofereceu capacitações para a produção agrícola de hortaliças. As “machambas escolas” (hortas-escola) foram estabelecidas nas províncias de Manica, Sofala, Nampula e Cabo Delgado, focando na produção de hortaliças.

Os profissionais que atuam na extensão rural que assistem as comunidades beneficiárias também receberam uma capacitação especializada de 15 dias no Brasil.

⁶⁵ <https://x.com/ABCgovBr>



06 de novembro de 2024 - Projeto Inovação para a Redução de Riscos Agroambientais no Corredor Seco Centro-Americano⁶⁶.

No dia 6 de novembro, foi realizado no Panamá um ciclo de oficinas virtuais focadas em tecnologias e inovações sociais para a gestão de recursos hídricos em áreas de seca.

Essa iniciativa faz parte do projeto "**Inovação para a Redução de Riscos Agroambientais no Corredor Seco Centro-Americano**", uma parceria dentro do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO.

Durante o ciclo, cerca de 200 participantes de instituições dos países do Sistema de Integração Centro-Americana e de organismos internacionais compartilharam conhecimentos e experiências sobre temas como captação de água da chuva, reuso de águas cinzas, barragens subterrâneas e o "**Sisteminha da Embrapa**" para produção sustentável.

O **Sisteminha da Embrapa** é uma tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA, voltada para a produção sustentável em pequenas propriedades rurais, especialmente em regiões com condições climáticas adversas, como o semiárido brasileiro. Essa abordagem integra práticas de manejo agrícola que visam aumentar a produtividade e a resiliência das pequenas propriedades, promovendo a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais.

Com o apoio técnico da EMBRAPA, o ciclo de oficinas destacou a importância de tecnologias que se conectam às dinâmicas sociais, promovendo uma convivência sustentável com a seca. Essa abordagem é crucial tanto para o semiárido brasileiro quanto para o Corredor Seco Centro-Americano, onde milhões de pessoas enfrentam riscos de insegurança hídrica e alimentar.



05 de novembro de 2024 – CDB CoP16 (16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica)⁶⁷

Durante a COP16, em Cali, Brasil e Colômbia reafirmaram seu compromisso com a agricultura familiar, oficializando a segunda fase do projeto +Algodão Colômbia, uma parceria que beneficiará cerca de 1.200 famílias produtoras.

Com apoio técnico e financeiro do Brasil, e em parceria com a FAO, a iniciativa busca fortalecer a produção de algodão colombiano e expandir mercados, promovendo práticas sustentáveis, certificação e qualidade.

Nesta nova etapa, estão previstas atividades que incluem a instalação de mais Unidades Demonstrativas de Cultivo em regiões como Tolima e Huila, ampliando as ações de compartilhamento de tecnologias sustentáveis e conhecimento técnico.

Por meio da cooperação Sul-Sul, o projeto +Algodão Colômbia integra a biodiversidade, fortalece as comunidades rurais e promove o "**ouro branco**" como fonte de renda e

⁶⁶ <https://www.instagram.com/p/DCEyZSTP8Qo/>

⁶⁷ https://www.instagram.com/p/DB_nEtcP_Yn/

desenvolvimento social. Essa parceria, coordenada pela ABC e FAO, em conjunto com o Ministério da Saúde da Colômbia, envolve a Embrapa e outras instituições brasileiras e colombianas.



04 de novembro de 2024 – 3ª fase do projeto sobre gestão integrada de resíduos hídricos⁶⁸

Uma equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura e Política Hídrica da Argentina (SIPH) esteve em missão em Brasília para o início de um novo ciclo do projeto de cooperação entre os dois países coordenado pela ABC e desenvolvido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico do governo federal.

Essa fase começa com o intercâmbio de experiências sobre a bacia do Rio São Francisco, enquanto as fases anteriores concentraram suas ações na bacia do Prata. A relevância de conhecer de perto a experiência brasileira, especialmente a da bacia do Rio São Francisco, se deve ao fato de que 67% das bacias argentinas estão situadas em regiões semiáridas. Após a visita à capital federal, a delegação argentina seguiu para Petrolina, em Pernambuco, com o objetivo de realizar uma visita de campo e conhecer as ações de transposição, entre outras iniciativas relevantes para o projeto.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁶⁹, Nairóbi (UNEP)⁷⁰, Paris (UNESCO)⁷¹, Roma (FAO/IFAD)⁷², Viena (UNIDO)⁷³ e Washington (G-24)⁷⁴.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

O Iraque será o próximo país a deter a presidência pró-tempore do G-77 em 2025.

Destaques do G-77 e China

G-77 na COP29

A participação do G-77 e da China na COP29 têm refletido seu compromisso em defender os interesses dos países em desenvolvimento no diálogo climático global e tem sido

⁶⁸ <https://www.instagram.com/p/DB9ry1yvdaG/>

⁶⁹ UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

⁷⁰ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁷¹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁷² FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁷³ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁷⁴ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

marcada por uma forte ênfase na unidade e nas metas financeiras. O Grupo tem se concentrado em defender o desenvolvimento sustentável abordando as necessidades financeiras dos países em desenvolvimento no contexto das mudanças climáticas.

Na sua declaração de abertura, o G77 apresentou uma série de demandas importantes:

Preparação de um Novo Texto - O grupo solicitou que os copresidentes elaborassem um novo texto antes da próxima sessão de negociações.

Financiamento Anual: O G-77 e a China exigiram que os países desenvolvidos contribuam com um montante mínimo de US\$ 1,3 trilhão por ano para todos os países em desenvolvimento. Eles afirmaram que essa nova meta deve refletir as necessidades e prioridades em constante evolução dos países em desenvolvimento.

Conformidade com Tratados: As negociações devem estar em conformidade com os Artigos 9.1 e 9.3 do Acordo de Paris. Qualquer texto de negociação deve deixar claro que o objetivo é estabelecer a nova meta como uma "provisão" dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, alinhado com os tratados climáticos históricos. O Novo Compromisso de Qualidade Global (NCQG) não deve ser interpretado como uma meta de investimento.

Definição de Financiamento Climático: O Novo Compromisso de Qualidade Global deve especificar o que não deve ser considerado financiamento climático do ponto de vista contábil; empréstimos não concessionais e créditos de exportação não podem ser incluídos como financiamento climático.

Reconhecimento de Impedimentos: A nova meta deve reconhecer os obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam para acessar financiamento, que são parte da arquitetura financeira internacional por design.

Compromisso dos Países Desenvolvidos: Além disso, os países desenvolvidos devem honrar os compromissos relacionados ao aporte de US\$ 100 bilhões.

Características dos Recursos: Os recursos disponibilizados sob a nova meta devem ser previsíveis, novos e adicionais, adequados, baseados em subsídios e concessionais, e não devem resultar em restrições fiscais ou em um aumento da dívida.

No dia 12 de novembro de 2024, o G-77 uniu sua posição sobre as metas financeiras, particularmente em resposta às discussões em torno dos combustíveis fósseis e do financiamento climático. O grupo reiterou a importância de oferecer apoio financeiro adequado aos países em desenvolvimento para ajudá-los a fazer a transição para fontes de energia sustentáveis e lidar com os impactos das mudanças climáticas.

Além disso, o G-77 e a China têm participado ativamente de várias sessões e discussões na COP29, enfatizando a necessidade de ação coletiva e apoio aos países em desenvolvimento. A declaração ministerial do grupo também destacou a necessidade de estabelecer sistemas de proteção social fiscalmente sustentáveis para apoiar populações vulneráveis.

10 e 11 de novembro de 2024 – 1ª Conferência Ministerial do Fórum de Parceria Rússia-África em Sochi⁷⁵.



O Ministro das Relações Exteriores de Uganda, Gen Jeje Odongo, cumprimentando o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, à margem da 1ª Conferência Ministerial do Fórum de Parceria Rússia-África realizada em Sochi, na Rússia.

Esta Conferência reuniu ministros das Relações Exteriores da Federação Russa e dos Estados-membros africanos da ONU e foi uma continuidade das Cúpulas realizadas em São Petersburgo (2023) e Sochi (2019) e o compromisso do presidente russo, Vladimir Putin e sua determinação em expandir os laços políticos e comerciais com o continente africano.

Desta forma, a Conferência fez parte de uma iniciativa mais abrangente para aprofundar os laços entre a Rússia e os países africanos e contou com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas, incluindo mais de 40 ministros de Relações Exteriores, Economia, Saúde, Desenvolvimento Digital e Educação de diversos países africanos.

Além dos representantes seniores da União Africana e de organizações de integração regional estiveram também presentes empresários da Rússia e da África, atuando nas áreas de finanças, academia e mídia. A conferência abordou temas cruciais, como cooperação em segurança, desenvolvimento econômico, capacitação de habilidades, governança digital, saúde e treinamento diplomático.

Foram estabelecidas comissões intergovernamentais bilaterais focadas em comércio, economia e cooperação técnico-científica com vários países africanos. O evento não apenas fortaleceu os acordos existentes, mas também se tornou um marco histórico nas relações entre a Rússia e a África.

De acordo com Anton Kobaykov⁷⁶, O objetivo foi fortalecer os laços econômicos entre a Rússia e a maioria dos países pode mudar radicalmente o equilíbrio econômico e político com os países ocidentais em favor dos africanos. Obviamente, os próximos 10 anos serão marcados por uma luta acirrada pela África, uma luta contra a herança colonial. E dissipar a noção de que a Rússia está isolada dos países ocidentais.

Participação do G-77 e da China nas reuniões ordinárias dos Comitês da Assembleia Geral das Nações Unidas

⁷⁵ <https://x.com/UgandaMFA/status/1855228489945006098>

⁷⁶ Anton Kobaykov é um político e diplomata russo conhecido por seu papel nas relações internacionais, particularmente no contexto do engajamento da Rússia com países africanos. Ele atuou como conselheiro do Presidente da Rússia e esteve envolvido em várias iniciativas voltadas para melhorar a cooperação entre a Rússia e a África.



13 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 139 da pauta: Pedido de subvenção ao tribunal especial residual para Serra Leoa, na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo expressou sua gratidão ao Governo de Serra Leoa e outros parceiros por seu apoio contínuo ao Tribunal Especial Residual para Serra Leoa (RSCSL). O G-77 e a China enfatizaram a importância do funcionamento adequado do Tribunal e monitorarão de perto suas necessidades financeiras, que são essenciais para suas operações e várias atividades judiciais e não judiciais, incluindo proteção de testemunhas e manutenção de arquivos.

O Grupo observou que, desde 2015, as contribuições voluntárias da comunidade internacional têm sido insuficientes para cobrir as despesas do Tribunal, destacando a necessidade de subvenção contínua da AGNU como a principal fonte de financiamento. Essa imprevisibilidade no financiamento representa desafios para a sustentabilidade do Tribunal e a implementação efetiva do mandato. Portanto, o Grupo reitera a necessidade de um mecanismo de financiamento sustentável de longo prazo para o RSCSL.

Além disso, o Grupo elogiou as medidas de eficiência implementadas pelo Tribunal, como reuniões virtuais e recursos administrativos compartilhados.



12 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 139 da pauta: Construção e gestão de propriedades: 11º Relatório anual de progresso sobre o plano estratégico de patrimônios da ONU em Genebra, na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo agradeceu o Governo da Suíça, o país anfitrião do Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG), por seu apoio contínuo e por facilitar a implementação do projeto de construção do Plano de Patrimônio Estratégico. Ressaltaram seu compromisso em preservar o valor patrimonial das instalações das Nações Unidas em Genebra. Lembraram que a área ao redor do *Palais des Nations* serve como um lembrete dos esforços feitos para estabelecer um sistema multilateral antes da fundação das Nações Unidas.

Estes são lembretes dos eventos que se desenrolaram após o fracasso da Liga das Nações e um aviso para que se evite perder as Nações Unidas de forma semelhante. Essas razões importantes fazem com que o Grupo esteja motivado a lutar pela conclusão bem-sucedida deste projeto de construção.

No entanto, é essencial ressaltar alguns pontos que não podem ser ignorados. Por exemplo: o 10º relatório de progresso apresentado pelo Secretário-Geral sobre este projeto de construção do Plano de Patrimônio Estratégico em 2023, projetou um acréscimo orçamentário de 3%, o que equivale a um déficit de 39,5 milhões de francos suíços. No entanto, em apenas

um ano, o 11º relatório de progresso previu um aumento de custos orçamentários de 14% do orçamento aprovado, representando uma demanda adicional de 118,2 milhões de francos suíços. Além disso, o projeto agora está enfrentando atrasos adicionais de 24 meses para a renovação de edifícios históricos e 16 meses para o Edifício E.

O Grupo reconheceu que sempre pode ocorrer um aumento do orçamento inicial, mas a atual solicitação de aumento significativo de financiamento, é preocupante. O Secretariado deve refletir sobre o agravamento da situação e implementar urgentemente medidas de mitigação.

Resoluções anteriores da AGNU enfatizaram a necessidade de governança eficaz, supervisão, transparência e responsabilização na gestão do projeto para cumprir os objetivos dentro do prazo e do orçamento. O Grupo questionou o cumprimento destes princípios, especialmente considerando o pedido de quase 80 milhões de francos suíços a mais do que no ano passado e considerou a situação atual insustentável para um projeto nesta fase.

Há outros assuntos sobre os quais o Grupo buscará clareza, como os atrasos contínuos em garantir um preço máximo garantido para o edifício E, algo esperado para este ano, conforme previsto no décimo relatório de progresso, e a decisão do Comitê Diretor de incluir equipamentos para permitir a participação remota por meio de interpretação simultânea remota.

10. Finalmente, o Grupo buscará responsabilização sobre a gestão deste projeto de construção, algo que precisa ser urgentemente abordado para evitar comprometer a continuação deste projeto.



11 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 139 da pauta: Elementos refinados da estratégia de tecnologia da informação e comunicação na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo analisou os elementos refinados da estratégia de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para o plano de cinco anos de 2023 a 2028, em resposta à [resolução 78/243 da AGNU](#). Nesta resolução, a Assembleia solicitou que a estratégia de TIC fosse mais clara e precisa em sua visão e em seus objetivos, identificando os desafios e riscos existentes e previstos, incluindo questões de segurança cibernética, lições aprendidas e conexões com iniciativas relacionadas. Da mesma forma, esta estratégia deveria conter uma estrutura de governança e responsabilização clara e eficaz, e estimativas dos recursos necessários para a sua implementação, visando otimizar a alocação de despesas atuais com TIC e evitar duplicações e sobreposições, entre outros aspectos.

O G-77 e a China reconheceram a importância da Estratégia de TIC como um facilitador essencial para os mandatos da Organização, delineando uma visão estratégica e os resultados esperados para as atividades de TIC. No entanto, destacaram que o relatório não aborda suficientemente as solicitações específicas da [resolução 78/243](#) e solicitaram esclarecimentos adicionais em uma sessão informal.

Destacaram também que a atual estratégia de TIC deve-se integrar às prioridades da Organização, garantindo coerência entre as entidades do Secretariado, especialmente devido aos gastos anuais significativos com TIC de mais de US\$ 773 milhões.

Além disso, é necessário que haja uma abordagem coordenada e transparente em relação à segurança cibernética, garantindo a conformidade com práticas e padrões básicos em todas as entidades do Secretariado, conforme descrito na [resolução 69/262 da AGNU](#). Não se pode esquecer, que o cenário tecnológico está em rápida mudança, particularmente com os avanços na inteligência artificial, que exige que a Estratégia de TIC permaneça adaptável para se alinhar com os mandatos abordando os desafios de segurança emergentes. Importante também, evitar a dependência de fornecedores específicos para mitigar riscos de segurança e garantir acesso equitativo aos serviços para todos os Estados-Membros, em conformidade com o princípio da igualdade soberana.



11 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 142 da ordem do dia: Padrão de Conferências, na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O Grupo reconheceu a recomendação do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) de descontinuar seu relatório anual sobre o padrão de conferências e espera entender as implicações dessa decisão durante as discussões informais.

Entretanto, destacaram a importância de oferecer serviços de conferência de alta qualidade que garantam o tratamento igualitário de todos os seis idiomas oficiais da ONU, o que é essencial para apoiar todos os órgãos.

Além disso, o Grupo reafirmou que a ONU é fundada no princípio da igualdade soberana de todos os Estados-Membros, conforme estabelecido na Carta da ONU. Esse princípio deve ser mantido em todos os momentos, especialmente nas conferências, para evitar qualquer tratamento diferenciado entre os Estados-Membros e, desta forma, garantir sua participação igualitária e plena.

O Grupo também observou que a atual crise de liquidez da Organização resultou em um congelamento de recrutamento, afetando significativamente a equipe de serviços de idiomas. Elogiaram os esforços contínuos para envolver profissionais, especialmente da África e da América Latina e Caribe, a fim de diversificar as origens linguísticas e promover uma representação geográfica equitativa dentro da equipe.

O Grupo acolheu as medidas implementadas para garantir que os serviços e instalações das salas de conferência fossem acessíveis a pessoas com deficiência. Isso inclui o suporte contínuo do Centro de Acessibilidade e o oferecimento de serviços de linguagem de sinais. Ele destacou o Secretário-Geral e seus esforços para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a todos os locais dentro da ONU.

Finalizaram destacando a importância de aderir às diretrizes e procedimentos delineados nas instruções administrativas para autorizar o uso das instalações das Nações

Unidas para reuniões, conferências, eventos especiais e exposições. E que todas as atividades realizadas nessas instalações devem estar alinhadas com os propósitos e princípios das Nações Unidas.



05 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 139 da pauta: Proposta de Orçamento-Programa para 2025 – Construção e gestão de propriedades – Instalações da sala de conferência do Escritório da ONU em Nairobi (UNON) na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China agradeceram o Governo do Quênia pelo apoio contínuo na modernização da infraestrutura ao redor do complexo de Gigiri⁷⁷, o que ajudou significativamente os objetivos do projeto de renovação do Escritório da ONU em Nairobi (UNON). Elogiaram a simplificação dos processos administrativos relacionados a privilégios e imunidades diplomáticas, que têm facilitado a prestação de serviços de conferência no complexo da UNON. Incentivaram a colaboração contínua entre o Secretário-Geral e o país anfitrião para garantir o sucesso duradouro do projeto que está progredindo de acordo com o cronograma inicial, estabelecido na resolução 78/253 da AGNU. A relevância deste projeto é enorme e sua conclusão bem-sucedida atenderá às necessidades urgentes decorrentes da deterioração e da capacidade limitada das instalações de sala de conferência na UNON.



05 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 147 da pauta: Sistema comum da ONU na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China apoiaram as recomendações da Comissão Internacional do funcionalismo público (ICSC), reafirmaram seu compromisso com um sistema comum unificado das Nações Unidas e reconheceram o papel crucial da Comissão na regulamentação e coordenação das condições de serviço dentro deste sistema, conforme especificado no seu estatuto.

Apesar da falta de decisão da AGNU sobre o trabalho da Comissão, a ICSC continuou suas atividades conforme planejado e o G-77 e a China enfatizaram a necessidade da orientação da Assembleia Geral, para a eficácia desta Comissão.

Elogiaram o progresso significativo feito pela Comissão em resposta às solicitações da AGNU nas resoluções 76/240 e 77/256-A⁷⁸ sobre a revisão do sistema de remuneração. O Grupo

⁷⁷ O complexo Gigiri se refere à área em Nairóbi, Quênia, que abriga várias Organizações da ONU, incluindo o Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (UNON).

⁷⁸ As Resoluções 76/240 e 77/256-A são resoluções da AGNU que se concentram principalmente na revisão e no ajuste do sistema de remuneração dos funcionários da ONU, particularmente em relação ao sistema de "ajuste de cargos", que visa manter um nível salarial comparável para funcionários da ONU em

tomou nota dos relatórios de progresso dos três grupos de trabalho e antecipa resultados que alcançarão um equilíbrio ideal e sustentável entre metas de compensação concorrentes, incluindo precisão, transparência, simplicidade, consistência, estabilidade da remuneração líquida e previsibilidade em ajustes periódicos.

O G-77 e a China esperam discussões construtivas para ajustar os subsídios para filhos e outros dependentes que foram congelados nos últimos 12 anos. E reconhecem as considerações em andamento do Grupo de Trabalho relacionado com a compensação de familiares e dependentes.

O Grupo destacou a importância do subsídio educacional, incluindo uma revisão detalhada do reembolso montante fixo, conforme solicitado pela AGNU e recomendado no relatório do ICSC. Isso é uma continuação da revisão sobre a metodologia do subsídio educacional como parte da revisão abrangente do pacote de compensação.

Além disso, o Grupo observou a recomendação da Comissão de estender o programa piloto para o pagamento de valores em vez de subsídios de instalação em estações de serviço de categoria D e E não designadas como não familiares, até que a revisão abrangente do pacote de compensação seja concluída.

Por fim, o Grupo está particularmente satisfeito com os esforços das organizações para implementar políticas que melhorem a diversidade dentro do sistema comum, com foco em gênero e pessoas com necessidades especiais. E enfatizaram a importância da representação geográfica equitativa em todo o sistema da ONU e aguardam com expectativa a implementação das recomendações contidas no relatório pelas organizações.



05 de novembro de 2024 – Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 152 da ordem do dia: Administração da justiça na ONU, na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China ressaltaram a importância do sistema de Administração da Justiça da ONU como um mecanismo independente, transparente e descentralizado, essencial para a gestão eficaz de recursos humanos. Eles consideram fundamental abordar disputas relacionadas ao trabalho, a fim de garantir a responsabilização e proteger os direitos e deveres dos funcionários.

O Grupo enfatizou a necessidade de um sistema sustentável e adequadamente financiado, alinhado com o direito internacional e os princípios do devido processo, destacando que isso é vital para a gestão do ativo mais valioso da ONU: seus profissionais.

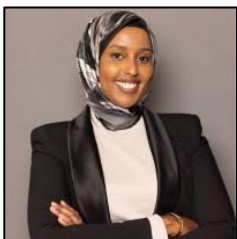
Após o relatório de 2023 do Secretário-Geral sobre a administração da justiça, o Grupo observou um aumento nas solicitações à Seção de Aconselhamento e Avaliação de Gestão,

comparação com funcionários em cargos semelhantes em outros países; com a 76/240 iniciando o processo de revisão e a 77/256-A acompanhando o progresso e solicitando ajustes adicionais com base nas conclusões da revisão.

totalizando 401 em 2024, em comparação ao ano anterior. Destaca-se que 82% dessas solicitações não foram encaminhadas ao Tribunal de Disputas, evidenciando a eficácia do processo de avaliação de gestão. O Grupo também reconheceu a redução da carga de trabalho e os prazos mais curtos na resolução de casos no Tribunal de Disputas, incentivando o Secretário-Geral a continuar promovendo essas melhorias.

Em relação à [resolução 78/248](#) da Assembleia Geral sobre multilinguismo e avaliação do sistema de administração da justiça, o Grupo irá monitor ativamente as discussões durante consultas informais.

O G-77 e a China reafirmam seu apoio ao Escritório de Ombudsman e Serviços de Mediação da Organização, destacando sua importância na resolução informal de disputas. Eles notaram um aumento significativo no número de casos em 2023 e incentivaram a continuidade dessa tendência, promovendo a resolução informal para evitar litígios desnecessários, sem prejudicar o direito do pessoal de acessar o sistema formal. Além disso, o Grupo reconheceu o relatório do Conselho de Justiça Interna, que contém recomendações para melhorar a eficiência e transparência do sistema de administração da justiça, e expressou gratidão pelo trabalho do Conselho nos últimos anos, aguardando discussões sobre as recomendações.



04 de novembro de 2024 – Declaração feita pela Sra Amina Gurhan, terceira secretária da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a discussão geral sobre o item 69 da pauta: Eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata no 3º Comitê da AGNU

O 3º Comitê é responsável pelas questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.

Em uma longa e contundente declaração, o G-77 e a China expressaram profunda preocupação com o alarmante ressurgimento do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância em todo o mundo. Apesar dos esforços nas últimas cinco décadas para erradicar essas questões, formas históricas e novas de injustiça persistem, especialmente em países desenvolvidos, afetando comunidades e sociedades.

Nesse contexto, o Grupo reafirma seu compromisso com os resultados da Conferência Mundial de 2001 contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada, consubstanciados na Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA). Este documento permanece como a base fundamental para a luta contra o racismo, propondo medidas abrangentes e soluções para as vítimas.

O Grupo condena todas as formas de racismo e discriminação, enfatizando que essas práticas constituem graves violações dos direitos humanos que devem ser combatidas por todos os meios políticos e legais. Também expressaram sua preocupação com a crescente incitação ao ódio e à intolerância, incluindo ações de instituições de aplicação da lei e a propagação de estereótipos negativos.

Além disso, o uso indevido de tecnologias de comunicação e redes sociais para promover a superioridade racial e o discurso de ódio é veementemente condenado. O Grupo ressalta a importância de líderes políticos, religiosos e da mídia em combater o discurso de ódio e adotar posturas firmes contra o racismo e a discriminação.

O G-77 e a China reconhecem a importância de mobilizar a vontade política para abordar essas questões e observam a falta de progresso na elaboração de padrões complementares à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que têm como objetivo preencher as lacunas existentes.

O G-77 e a China acreditam firmemente no poder da educação para erradicar todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. A educação é fundamental para confrontar mensagens de ódio, desconstruir preconceitos, promover novos valores e atitudes, e fomentar o diálogo intercultural e inter-religioso, especialmente entre os jovens.

O Grupo enfatiza a urgência de adotar e implementar políticas eficazes que incentivem indivíduos e instituições a se posicionarem contra a discriminação racial, passando da retórica à ação concreta. Não se pode permitir que o racismo e a intolerância continuem a proliferar em qualquer sociedade, pois a história demonstra as consequências devastadoras da ideia de superioridade racial.

O Grupo apoia o Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional para Pessoas de Descendência Africana e a criação de uma declaração da ONU sobre os direitos dessas pessoas. Destacaram a necessidade de proclamar uma 2ª Década Internacional para Pessoas de Descendência Africana.

Reiteraram seu apoio aos mecanismos de Acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Durban, enfatizando a importância de recursos adequados e sustentados, além da reativação do Fundo Fiduciário para o Programa de Ação contra o Racismo e a Discriminação Racial.

Por fim, o G-77 e a China apresentarão uma resolução sobre "Um apelo global para ação concreta para a eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada", buscando o apoio dos Estados-Membros e o grupo continuará a ser uma voz de liderança na luta contra esses flagelos, trabalhando para uma sociedade inclusiva, onde todos vivam em coexistência pacífica.



04 de novembro de 2024 - Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no debate geral do 4º Comitê da AGNU sobre o item 53 da ordem do dia: Questões relacionadas à informação

O 4º comitê é o Comitê especial sobre política e descolonização

Em uma longa declaração, o G-77 e a China elogiaram o Departamento de Comunicações Globais por seus esforços em promover iniciativas da ONU para combater a desinformação e o discurso de ódio, bem como em promover a solidariedade internacional. O Departamento desempenha um papel crucial no apoio à agenda das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, paz e segurança e direitos humanos.

Ao apoiar as atividades do Departamento, o Grupo ofereceu as seguintes observações e recomendações:

1. Implementação dos Princípios Globais: O Departamento deve continuar seu trabalho na implementação dos Princípios Globais das Nações Unidas para Integridade da Informação.

Esses princípios podem servir como uma referência importante para os Estados-Membros na formação de suas respectivas práticas neste campo, adaptadas aos seus contextos nacionais individuais.

2. Estratégias para Comunicação: O Grupo encoraja o Departamento a desenvolver estratégias que apoiem as iniciativas das Nações Unidas, incluindo a implementação do Pacto para o Futuro, o Pacto Digital Global e a Declaração sobre Gerações Futuras.

3. Foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): À medida que o mundo enfrenta os atrasos em sua jornada coletiva para atingir os ODS até 2030, é importante trabalhar dentro da estrutura multilateral para atingir esses objetivos. Espera-se que o Departamento preste atenção à promoção do crescimento econômico sustentado e do desenvolvimento sustentável alinhado com resoluções e compromissos relevantes.

4. Alavancagem de tecnologias digitais: O G-77 e a China dão enorme importância às tecnologias digitais para permitir o desenvolvimento socioeconômico e aprimorar a governança eficaz e a prestação de serviços públicos. No entanto, estão preocupados com as disparidades digitais emergentes, que representam uma nova forma de desigualdade entre os estados.

5. Melhorando a conectividade com a Internet: É fundamental incentivar organizações relevantes a respeitar a soberania dos países e a adotar medidas que promovam a melhoria da conectividade, especialmente nos países em desenvolvimento. Além disso, é crucial corrigir os desequilíbrios existentes no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a fim de criar um cenário de mídia mais justo, equitativo e imparcial.

6. Regime Equitativo de Tecnologia da Informação: Buscar um regime internacional equitativo de tecnologia da informação que faça a ponte entre a exclusão digital e permita que os países em desenvolvimento saltem para a economia digital global. Isso é essencial para facilitar a transição global para economias nacionais modernas e eficientes e cooperação internacional eficaz, incluindo uma economia digital inclusiva e conectividade.

7. Foco nas Comunicações Climáticas: Os esforços da ONU para destacar a crise climática e apresentar soluções devem permanecer como o principal foco da estratégia de comunicação do Departamento de Comunicações. Os impactos das mudanças climáticas estão se tornando cada vez mais devastadores, manifestando-se através de grandes inundações, tempestades de areia e poeira, furacões e outros eventos catastróficos em todo o mundo. É essencial utilizar ferramentas de informação eficazes para aumentar a conscientização sobre essas questões. Diante da emergência climática, uma prioridade fundamental para o Departamento deve ser enfatizar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O Departamento, em colaboração com países e organizações da ONU, deve intensificar a conscientização global sobre multilateralismo, crises humanitárias e ajuda humanitária, com especial atenção às mudanças climáticas. As Nações Unidas desempenham um papel fundamental na promoção de um mundo pacífico e justo, e suas mensagens precisam ser claras e precisas.

O Departamento de Comunicações Globais deve manter elevados padrões de precisão e integridade, além de fortalecer parcerias com a mídia para combater o discurso de ódio e promover a tolerância e a liberdade de expressão. É essencial também apoiar a eliminação da discriminação contra migrantes, reconhecendo suas valiosas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, é crucial oferecer informações em múltiplos idiomas para alcançar diversas populações. Há uma preocupação crescente com o aumento de "notícias falsas" e desinformação nas mídias sociais, que alimentam a discórdia social e a intolerância, incluindo racismo e xenofobia.

O Grupo solicitou ao Departamento de Comunicações Globais que amplie seu apoio aos esforços da ONU no combate à desinformação, especialmente nas operações de manutenção da paz. Eles defenderam a criação de conteúdo preciso em idiomas locais para melhorar a compreensão dos mandatos de paz e construir confiança.

Preocupações foram expressas sobre ataques a jornalistas, especialmente no Líbano e em Gaza, ressaltando a necessidade de responsabilização. O Grupo enfatizou a importância do multilinguismo para inclusão e compreensão, incentivando o DGC a mobilizar recursos para promovê-lo de forma eficaz.

Eles apoiaram a [resolução 76/268](#) da AGNU sobre multilinguismo, mas expressaram preocupações sobre disparidades no uso de línguas oficiais nas comunicações da ONU. O Grupo incentivou os Centros de Informação da ONU a oferecer informações em línguas locais e acolheram campanhas que destacam as contribuições de países que enviam tropas, pedindo estratégias de comunicação mais eficazes. Além disso, apreciaram as revisões do DGC sobre ameaças à integridade das informações e solicitaram apoio contínuo aos centros de informação da ONU.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

O NAMYO tem 60 Capítulos Nacionais.

Destaques do NAMYO

7 a 9 de novembro de 2024 - 19ª Conferência da Juventude (COY19)⁷⁹



A 19ª Conferência da Juventude (COY19) sobre Mudanças Climáticas ocorreu em Baku, Azerbaijão. Organizado pelo Movimento jovem dos não alinhados (NAMYO) e o Grupo Oficial de Jovens e Crianças da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (YOUNGO).

COY é a maior conferência sobre o clima, liderada por jovens e entre 7 e 9 de novembro reuniu 400 jovens delegados de todo o mundo em Baku, Azerbaijão, com o objetivo de capacitar os jovens e mobilizá-los para assumir um papel proativo no movimento climático global, antecedendo a COP29, o maior evento Global sobre o Clima no ano e que começou no dia 11 de novembro e se estenderá até o dia 22 de novembro de 2024.

Endossada pela Presidência da COP29, a COY19 funcionou como uma plataforma de capacitação para que os jovens pudessem compartilhar suas experiências, discutir perspectivas e soluções e promover ações eficazes, enfatizando seu papel crítico no enfrentamento das mudanças climáticas.



Na cerimônia de abertura, diversos dignatários como a Representante do UNICEF, a Diretora do Conselho Britânico, o Embaixador do Reino Unido, o Vice-Ministro das Relações Exteriores do Azerbaijão e o Chefe da Delegação de Negociação da COP29, entre outros, destacaram a importância da inclusão de crianças e jovens nas ações climáticas e o valor que eles trazem para a construção do futuro e que as vozes da juventude trazem novas perspectivas

⁷⁹ https://www.instagram.com/p/DCOsNJ9tMdx/?img_index=1

para o diálogo climático, além do papel crucial dos jovens na formulação de políticas para o clima. Para saber mais, [clique aqui](#).

No segundo dia da COY19, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) promoveu uma mesa redonda sobre clima e migração. Considerando que a relação entre mudança climática e migração é complexa e multifacetada, a discussão incluiu estratégias de adaptação climática, redução de risco de desastres e suporte para comunidades vulneráveis.

O Banco Mundial estima que, até 2050, as mudanças climáticas podem forçar mais de 140 milhões de pessoas a migrarem dentro de seus países na África, Sul da Ásia e América Latina. À medida que os impactos climáticos pioram, a migração provavelmente se tornará mais comum.

Há um reconhecimento crescente da necessidade de políticas que abordem a migração induzida pelo clima. Isso inclui a criação de estruturas legais para proteger os migrantes e garantir que a migração seja uma estratégia de adaptação viável.

Para isso, é essencial uma cooperação internacional, pois a mudança climática desconhece fronteiras. Os países precisam trabalhar juntos para gerenciar os fluxos migratórios e dar suporte às populações afetadas.

E o UNICEF conduziu uma sessão sobre Clima e Competências Verdes, enfatizando a importância do desenvolvimento de habilidades para os jovens líderes climáticos.

Neste dia, os participantes estiveram em diversas sessões que abordaram tópicos como patrimônio e resiliência climática, além de como avançar os ODS por meio do acesso à energia, revitalização do solo e oportunidades de empregos verdes. Para saber mais sobre este dia, [clique aqui](#)

A COY serviu também como uma oportunidade de networking para que os participantes pudessem se conectar com especialistas, ativistas e formuladores de políticas e pudessem também colaborar e formar parcerias em torno de iniciativas de ação climática. Além disso, criou um espaço de advocacia de políticas para eles pudessem, não só expressar suas preocupações com o desenvolvimento sustentável e demandas por energia renovável, mas também desenvolver planos de ação e estratégias concretas sobre justiça climática para os participantes implementarem em suas próprias comunidades e globalmente, conforme já divulgado no [informe 18 do Observatório](#).

Finalmente, a conferência foi uma vitrine de conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas e a importância do envolvimento dos jovens no enfrentamento desses desafios.



Ao final, foi apresentada a **Declaração Global da Juventude (declaração para a justiça climática e negociações alinhadas com a demanda)**, uma ferramenta importante para influenciar as negociações climáticas e inspirar ações entre jovens e formuladores de políticas, reconhecendo o papel vital dos jovens na construção de um futuro sustentável diante das mudanças climáticas.

Esta declaração encapsulou as contribuições e demandas dos jovens e foi formalmente submetida à Presidência da COP29.

Os principais destaques da declaração incluem:

1. **Justiça Climática** e a necessidade de abordar as disparidades enfrentadas por comunidades marginalizadas, especialmente em países em desenvolvimento.
2. **Participação dos jovens** enfatizando a importância de inclui-los nas decisões sobre políticas climáticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas.
3. **Ação Urgente** apelando por medidas imediatas e ambiciosas para reduzir emissões de gases de efeito estufa e promover energias renováveis.
4. **Desenvolvimento Sustentável** com a defesa de políticas que integrem sustentabilidade ambiental, equidade social e viabilidade econômica, considerando os impactos a longo prazo.
5. **Responsabilização** dos governos e corporações por seus compromissos climáticos, com relatórios transparentes de progresso.
6. **Colaboração e Solidariedade** incentivando a união entre jovens e outras partes interessadas para enfrentar os desafios climáticos de forma colaborativa.

Para ler a Declaração Global da Juventude, [clique aqui](#).

Em uma mensagem de vídeo, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, enfatizou a importância do envolvimento dos jovens na ação climática e expressou seu apoio às suas iniciativas dizendo: **“Estou do seu lado. Vamos pressionar os líderes a cumprir seus compromissos com a ação e justiça climática”**. Para ler o discurso do SG, [clique aqui](#).

O Ministro da Ecologia e Recursos Naturais do Azerbaijão e Presidente da COP29, Mukhtar Babayev, enfatizou o papel fundamental que a juventude desempenha na construção do **nosso futuro comum**.

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul

(*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade de os países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

Destaques do Centro Sul

Boletim de outubro de 2024 do Centro Sul com destaque para 1 artigo de pesquisa, 2 artigos sobre visões do Sul, 6 declarações, 1 relatório, além de outras publicações.



Para ler o Boletim completo, [clique aqui](#) ou na figura ao lado. Ou se preferir nos links abaixo.

Artigo de Pesquisa

[As implicações das restrições dos tratados aos direitos de tributação sobre serviços, especialmente para países em desenvolvimento \(Documento de pesquisa 211, 14 de outubro de 2024\)](#)

O texto discute a tributação dos serviços transfronteiriços como uma questão de alta prioridade nas negociações das Nações Unidas voltadas para estabelecer um novo marco fiscal global. Ele critica as normas fiscais internacionais aplicadas aos serviços, especialmente seu impacto nos países em desenvolvimento, que frequentemente são prejudicados por regras que favorecem prestadores de serviços não residentes.

A análise combina avaliações qualitativas das taxas fiscais com estimativas quantitativas de seus efeitos sobre o comércio e as receitas fiscais em cinco países em desenvolvimento: Argentina, Brasil, Colômbia, Quênia e Nigéria.

Os autores defendem um novo enfoque para a tributação dos serviços que rompa com a dicotomia residência-fonte, propondo um modelo de rateio de lucros baseado nos princípios do projeto BEPS da OCDE/G20, que agora está sendo desenvolvido por meio da ONU.

Visões do Sul

[Uma solução justa para acesso e compartilhamento de benefícios de informações de sequência digital? Decisão para a COP da Convenção sobre Diversidade Biológica \(CDB\) em novembro de 2024 \(SouthViews No. 275, 4 de outubro de 2024\)](#)

Espera-se uma decisão da Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) sobre uma solução para a repartição justa e equitativa dos benefícios do uso de informações de sequência digital em recursos genéticos. Existem diferentes formas de benefícios monetários e não monetários do uso de informações de sequência digital que estão sendo consideradas. Este artigo argumenta que, para a repartição

de benefícios monetários, o foco deve ser quando as informações de sequência digital são usadas comercialmente, como parte de produtos ou serviços.

[O direito internacional pode promover a inovação a partir de recursos genéticos e a partilha de benefícios, ao mesmo tempo que reconhece os direitos dos detentores de conhecimento tradicional? \(SouthViews n.º 276, 29 de outubro de 2024\)](#)

Os povos indígenas e as comunidades locais vêm inovando há milênios e contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos e processos. Para que o direito internacional promova a inovação, é indispensável promover os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais ao consentimento prévio informado, à repartição de benefícios e à garantia de seus territórios, cultura e existência.

Relatório

[G-77 e China e Centro Sul se reuniram sobre o Futuro da Resposta à Resistência Antimicrobiana em Países em Desenvolvimento \(Relatório da Reunião, outubro de 2024\)](#)

Declarações

[Declaração do Dr. Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul, à reunião de Ministros e Governadores do Grupo Intergovernamental dos 24 \(G-24\)](#)

[Uma balsa para o futuro: o Pacto para o Futuro pode entregar o Titanic multilateral?](#)

[Declaração para a 10ª Sessão do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento](#)

[Declaração do Centro Sul no Fórum Social 2024 do Conselho de Direitos Humanos](#)

[Declaração do Grupo dos 77 e da China sobre o Pacto para o Futuro](#)

[Declaração do Grupo dos 77 e China na Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana](#)

Outras Publicações

[Resumo da intervenção do Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa, na 25ª Reunião do Conselho de Coordenação da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável no Sul \(COMSATS\) - \(11 de setembro de 2024\)](#)



18 de novembro de 2024 - Webinar: Melhorando a vigilância da resistência antimicrobiana (Antimicrobial Resistance – AMR/RAM) em países em desenvolvimento.

O Centro Sul organizou um webinar durante a **Semana Mundial de Conscientização sobre Antimicrobianos 2024** para destacar estratégias essenciais e histórias de sucesso na vigilância e gestão da resistência antimicrobiana (AMR) nos países em desenvolvimento, com ênfase em reduzir as lacunas na coleta e precisão de dados.

Desafios como financiamento limitado, infraestrutura técnica deficiente e escassez de pessoal treinado dificultam a vigilância eficaz da AMR. O webinar explorou soluções digitais

econômicas, colaboração regional e estratégias eficientes em termos de recursos para ajudar a construir sistemas de vigilância de AMR resilientes, melhorando a gestão sustentável de antimicrobianos, combatendo a AMR, salvando vidas de pacientes e melhorando os resultados de saúde pública global.

O webinar foi composto por duas sessões, projetadas para fornecer insights práticos e recomendações baseadas em evidências para melhorar a vigilância de AMR, políticas e práticas clínicas, especialmente em contextos com recursos limitados.

O Centro Sul na COP29

Na COP29, o South Centre se concentrou em defender os interesses das nações em desenvolvimento, particularmente em áreas como financiamento climático, perdas e danos, e as necessidades específicas de pequenos estados insulares e países em desenvolvimento sem litoral. Sua participação tem sido crucial para garantir que as prioridades dessas nações sejam refletidas na agenda climática global.



O South Centre fortaleceu as vozes dos países em desenvolvimento nas negociações climáticas, pressionando por políticas que apoiem suas metas de desenvolvimento sustentável. Eles enfatizaram a necessidade de recursos financeiros e transferência de tecnologia para ajudar essas nações a se adaptarem às mudanças climáticas e mitigar seus impactos.

Além disso, o South Centre destacou a importância de desenvolver a capacidade dos países em desenvolvimento para que eles possam se envolver efetivamente em negociações climáticas e implementar políticas climáticas que os favoreçam. Eles enfatizaram o impacto desproporcional das mudanças climáticas em populações vulneráveis e defenderam uma distribuição justa de responsabilidades e recursos.

Para fortalecer a voz coletiva dos países em desenvolvimento, o South Centre colabora com outros grupos dentro da estrutura da UNFCCC.

Notícias

04 de novembro de 2024 - Retomada das negociações do Tratado de Pandemia da OMS: o Grupo de Equidade destaca as prioridades

A Organização Mundial da Saúde (OMS) retomou as negociações para um instrumento internacional legalmente vinculativo sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. O objetivo é concluir as negociações a tempo para adoção em uma sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde em dezembro de 2024 ou na 78ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2025.

O Grupo de Equidade do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) reúne um grande número de países em desenvolvimento. Há 33 países que fazem parte deste Grupo de Equidade: Argentina, Bangladesh, Botswana, Brasil, Bolívia, China, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Egito, El Salvador, Eswatini, Etiópia, Fiji, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Irã, Quênia, Malásia, México, Namíbia, Paquistão, Palestina, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Síria, Tanzânia, Tailândia e Uruguai.

O Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) tem a tarefa de encontrar soluções reais para evitar tais disparidades no futuro. O atual rascunho do INB mostra progresso na equidade, mas ainda são necessárias melhorias adicionais.

O Grupo de Equidade está comprometido em criar um tratado de pandemia robusto que atenda às expectativas globais e promova mudanças significativas na saúde pública.

Os principais objetivos incluem o estabelecimento de um ambicioso Sistema de Acesso e Compartilhamento de Benefícios da Pandemia (PABS) com detalhes específicos para garantir acesso equitativo a vacinas e tratamentos. Isso inclui compromissos com a repartição de benefícios, mecanismos de rastreabilidade e as ferramentas legais necessárias para a transferência de tecnologia durante pandemias.

O Grupo ressaltou a importância do acesso universal à saúde, enfatizando que a segurança de todos depende da segurança de cada um. Eles solicitaram a implementação de obrigações robustas para garantir a equidade no tratado, com o objetivo de estabelecer um acordo sólido que prepare o mundo para futuras crises de saúde.

Para ler a declaração do grupo, [clique aqui](#).

O Grupo africano enfatizou que um novo acordo de pandemia da OMS deve ser fundado na equidade.

O Grupo reafirmou seu compromisso com a segurança global da saúde durante a 12ª rodada de negociações, aproveitando as experiências do continente com pandemias que já causaram enorme sofrimento e comprometimento econômico. O grupo enfatizou a necessidade urgente de finalizar um acordo sobre pandemias até dezembro de 2024.

O objetivo é desenvolver um tratado transformador que estabeleça novos padrões na governança global da saúde, enraizados em princípios de equidade e solidariedade. O Grupo insistiu que qualquer acordo deve atender às necessidades dos 18% da população mundial mais pobre e vulnerável, garantindo que nenhuma nação ou indivíduo seja deixado para trás.

[Leia a declaração](#) proferida pela Tanzânia em nome dos 47 membros do Grupo Africano + Egito.

01 de novembro de 2024 - Membros da OMC caminham para uma revisão global do Acordo TRIPS

O ano de 2024 marca o 30º aniversário da adoção do tratado internacional mais abrangente sobre propriedade intelectual (PI) dos tempos modernos, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).

Por ocasião deste marco, a Colômbia propôs à Organização Mundial do Comércio (OMC) – especificamente, ao órgão encarregado de supervisionar a implementação deste tratado, o Conselho TRIPS, uma revisão ou exame geral pelos Estados-Membros sobre como este Acordo foi implementado em suas três décadas de vida. Em termos gerais, a proposta busca promover um esforço conjunto entre os membros da organização multilateral para reunir evidências para melhorar os dados e métricas para avaliar o impacto do Acordo TRIPS no comércio internacional nos últimos 30 anos.

Para ler o texto completo, [clique aqui](#).



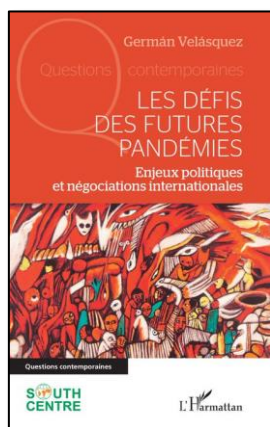
15 de novembro de 2024 – Documento de Pesquisa – Regulação Internacional de desenhos industriais: O acordo TRIPS no nível do direito da união europeia

Este artigo examina as disposições do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) no que diz respeito aos desenhos (design), além de como os aspectos restritivos abordados pelo Acordo foram tratados pela legislação da União Europeia (UE).

O documento destaca a ausência de uma definição de matéria protegível e a considerável flexibilidade deixada aos países membros da Organização Mundial do Comércio para determinar a estrutura de proteção, especialmente no que se refere aos direitos autorais.

Além disso, o artigo aponta áreas em que a legislação europeia é mais detalhada, assim como outras que podem ser vistas como incompatíveis com o Acordo TRIPS.

Para ler o artigo, [clique aqui](#).



14 de novembro de 2024 – Novo livro sobre os desafios das pandemias futuras.

German Velasquez do Centro Sul discute em seu livro, como as novas pandemias são inevitáveis.

Ele debate como se preparar para novas pandemias e, principalmente, como evitar os erros e injustiças cometidos durante a pandemia de Covid-19? Estão em andamento negociações para estabelecer um acordo internacional que promova uma prevenção e uma resposta mais justa a futuras pandemias e o livro oferece uma contribuição crítica para esses debates.

Outros pontos destacados são: Como garantir o acesso equitativo a medicamentos e diagnósticos, considerando que a maioria é produzida em um pequeno número de países? Como justificar a reversão do financiamento atual para a cooperação em saúde entre as principais regiões de um grupo de empréstimos e fundações do Norte? Como fortalecer o papel da Organização Mundial da Saúde, que já não desempenha mais sua função de coordenação nas políticas de saúde pública? É verdade que o conceito de "medicamentos essenciais", um avanço significativo nas políticas de saúde pública, está sendo substituído por "contramedidas médicas", um termo que se alinha à lógica de lucro do setor privado?

Para adquirir o livro, [clique aqui](#)



13 de novembro de 2024 – 1ª conferência GSIDA – do sul global – diálogo em agricultura⁸⁰

O South Centre participou da 1ª conferência GSIDA organizada pelo Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da República Popular da China, juntamente com o UNOSSC, FAO, Universidades, bancos de desenvolvimento e Governos do Sul Global e compartilhou suas ideias em como aumentar o

investimento agrícola Sul-Sul.

De acordo com o Centro Sul é preciso impulsionar o investimento agrícola no Sul Global e requerer desenvolvimento de capital humano, infraestrutura pública digital, instalações de preparação de projetos e planos de ação Sul-Sul como o Plano de Ação de Pequim do Fórum sobre Cooperação China-África - FOCAC 2025-2027.

Essas recomendações são do grupo da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) do Sul Global enfatizam a necessidade de cooperação internacional na Organização Mundial do Comércio, ONU, G20, BRICS + e outros.



11 e 12 de novembro de 2024 - Declaração do Centro Sul à Conferência Diplomática da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para Concluir e Adotar um Tratado de Lei de Desenho (*Design Law Treaty-DLT*).

O Centro Sul participou da Conferência Diplomática da OMPI que começou em 11 de novembro de 2024, em Riad, Arábia Saudita, marcando o estágio final das negociações para um Tratado de Direito de Desenho (DLT) proposto.

À medida que se aproxima da adoção de um marco globalmente harmonizado para o registro de designs industriais, é crucial que o tratado reflita a diversidade das realidades de todos os Estados membros. Para os países em desenvolvimento, o DLT deve não apenas simplificar os procedimentos, mas também proteger as necessidades específicas de suas pequenas e médias empresas (PMEs), artesãos e comunidades indígenas.

O Centro Sul defendeu um DLT equilibrado que assegure espaço político para enfrentar as disparidades no acesso às proteções de desenho, além de incluir compromissos vinculantes necessários para assistência técnica.

O Diretor Geral da OMPI, Daren Tang, enfatizou a necessidade de criatividade entre os negociadores para identificar um ponto em comum e chegar a um consenso⁸¹.

A conferência foi importante para estabelecer uma estrutura que apoie designers na proteção de seus desenhos considerando as diversas necessidades de todos os estados-membros, particularmente aqueles de países em desenvolvimento⁸².

⁸⁰ https://www.instagram.com/p/DCUP7n4OjvH/?img_index=1

⁸¹ https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2024/article_0016.html

⁸² <https://www.wipo.int/diplomatic-conferences/en/design-law/index.html>



08 de novembro de 2024 – Documento de Política n. 132. Rumo a um Tratado de Lei de Desenho da OMPI (DLT) equilibrado para países em desenvolvimento

O Tratado de Lei de Desenho (Design Law Treaty - DLT) da OMPI visa harmonizar e simplificar os procedimentos globais de registro de desenhos industriais, promover aplicações digitais e reduzir custos. Embora as reformas propostas pelo DLT possam aumentar a eficiência, é importante notar que seus benefícios tendem a favorecer principalmente empresas de países desenvolvidos, que possuem recursos para assegurar direitos globais de desenho. Este documento de política destaca as principais preocupações dos países em desenvolvimento, especialmente os potenciais impactos do tratado sobre pequenas e médias empresas (PMEs) e comunidades indígenas.

O texto defende ajustes essenciais nos textos de negociação do DLT para proporcionar maior flexibilidade aos países em desenvolvimento. Isso inclui a necessidade de assistência técnica vinculante, períodos gratuitos flexíveis, e a possibilidade de divulgar a origem e a fonte do conhecimento tradicional, bem como das expressões culturais tradicionais utilizadas em desenhos que se pretende registrar. Além disso, propõe disposições opcionais para divisões e registros eletrônicos.

Para ler do documento completo [clique aqui](#):



31 de outubro de 2024 - Declaração do Centro Sul no Fórum Social 2024 do Conselho de Direitos Humanos.

No Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos, o representante do Centro Sul, Sr. Abdul Muheet Chowdhary, apresentou as principais contribuições da reforma tributária internacional para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) que será realizada em Sevilha, na Espanha de 30 de junho a 3 de julho de 2025.

A contribuição do financiamento para o desenvolvimento para o avanço de todos os direitos humanos para todos refere-se à ideia de que o financiamento adequado para iniciativas de desenvolvimento em várias áreas, como saúde, educação e infraestrutura, é crucial para permitir que as pessoas exerçam plenamente seus direitos humanos fundamentais, incluindo direitos econômicos, sociais e culturais, em todas as sociedades, sem discriminação.

Abaixo, a íntegra da declaração do Centro-Sul

Excelências, senhoras e senhores,

A 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FFD4), em 2025, será uma grande oportunidade para implementar as reformas necessárias na arquitetura financeira internacional, incluindo o sistema tributário, podendo gerar receitas essenciais para os países em desenvolvimento, fundamentais para o cumprimento dos direitos humanos. Como diz o ditado, "direitos precisam de recursos". O Centro Sul gostaria de sugerir **cinco** reformas políticas concretas a esse respeito, que possam fazer parte dos resultados da FFD4.

Primeiro, um compromisso de concluir a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (FCITC) e os dois protocolos iniciais, incluindo o que trata dos serviços transfronteiriços, pelo cronograma já acordado de setembro de 2027 e de implementá-lo o mais rápido possível por meio da assinatura e ratificação por todos os Estados Membros da ONU. O protocolo sobre serviços transfronteiriços deve incluir serviços digitais automatizados, como publicidade online, que são a principal fonte de receita para as grandes empresas de tecnologia. Isso finalmente proporcionará ao mundo uma solução multilateral viável para tributar um componente importante da economia digital e encerrará a isenção fiscal de fato desfrutada pelas grandes empresas de tecnologia.

Segundo o Comitê Tributário da ONU finalizou um Instrumento de Aceleração (*Fast Track Instrument – FTI*) que pode integrar os padrões tributários internacionais da Convenção Modelo da ONU em múltiplos tratados bilaterais simultaneamente. Essa abordagem pode promover amplamente os padrões tributários internacionais da ONU e facilitar negociações em bloco, permitindo que vários países em desenvolvimento negociem ou renegociem seus tratados tributários com países desenvolvidos, algo que atualmente não é viável. No entanto, é necessário que o FTI seja convertido em um tratado para sua implementação. O texto do Instrumento de Aceleração será apresentado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) pelo Comitê Tributário da ONU em abril do próximo ano, em Nova York. Instamos todos os países em desenvolvimento a se manifestarem e a avançarem com o texto para sua conversão em tratado.

Terceiro, a divulgação pública, país por país, sobre os impostos pagos pelas empresas multinacionais nas jurisdições onde operam. Uma abordagem semelhante de transparência pode ser aplicada aos indivíduos de alta renda, especialmente aos bilionários. Essa medida contribuirá para o combate à evasão e à elusão fiscal⁸³, além de ajudar a prevenir fluxos financeiros ilícitos.

Quarto, é fundamental que haja um entendimento intergovernamental acordado de que a elusão fiscal é uma forma de Fluxos Financeiros Ilícitos. Essa compreensão pode eliminar o argumento de que a elusão fiscal é aceitável simplesmente porque é "legal".

Quinto, as regras de preços de transferência são uma ferramenta importante na luta contra a elusão fiscal pelas empresas multinacionais. No entanto, aplicá-las de forma eficaz requer acesso a bancos de dados controlados por um oligopólio, que são proibitivamente caros. Os dados relevantes podem ser transformados em um bem público global, produzido pelas Nações Unidas, e disponibilizado gratuitamente para os países em desenvolvimento.

Para acessar a íntegra do documento [clique aqui](#)

⁸³ Elusão Fiscal - Método que empresas encontram, amparadas nos desvãos da legislação, para não pagar impostos ou pagar menos do que deveriam. A legislação permite brechas ou interpretações que são aproveitadas especialmente por grandes empresas ou conglomerados.

O comércio tem impulsionado o desenvolvimento econômico do BRICS+, Brasil vende mais aos BRICS do que EUA e UE juntos, e tendência é aumentar

Claudia Hoirisch

Abstract: Trade has been a major driver of BRICS+ economic development. The share of global trade in goods traded between the group's current members has more than doubled in twenty years. China's growing role as a supplier of industrial and consumer goods, as well as an importer of commodities, has been a driver for integration. The trade distance between Brazil and the BRICS has decreased since the bloc's establishment, 15 years ago, and, since 2018, the country has exported more to the group's members than to the US and EU combined. This trend tends to grow, as commercial and diplomatic agreements signed between the group's members increase. China is a large market for Brazilian soybean, corn, sugar, protein (beef, chicken and pork), cellulose, cotton and iron ore, and is a major exporter of forestry and textile products and advanced goods such as electric vehicles, solar panels and heavy machinery.

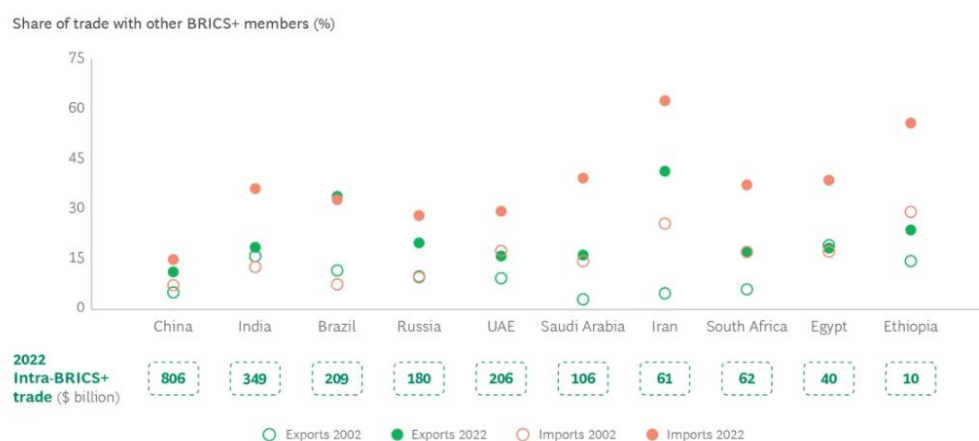
Keywords: *Intra-BRICS trade. Economic development. Commercial and diplomatic agreements.*

Resumo: O comércio tem sido um grande propulsor do desenvolvimento econômico do BRICS+. A participação do comércio global em bens transacionados entre os atuais membros do grupo mais que dobrou, em vinte anos. O papel crescente da China como fornecedora de bens industriais e de consumo, bem como importadora de *commodities*, tem sido uma impulsionadora para a integração. A distância comercial entre o Brasil e os BRICS diminuiu desde a fundação do bloco, há 15 anos, e, desde 2018, o país já exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE juntos. Essa tendência tende a crescer, na medida em que aumentam os acordos comerciais e diplomáticos assinados entre os membros do grupo. A China é um grande mercado para a soja, milho, açúcar, proteína (bovina, de frango e suína), celulose, algodão⁸⁴ e minério de ferro brasileiros, e é uma grande exportadora de produtos florestais e têxteis e bens avançados, como veículos elétricos, painéis solares e maquinário pesado.

Palavras-chave: Comércio intra-BRICS. Desenvolvimento econômico. Acordos comerciais e diplomáticos.

⁸⁴<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/china-e-o-principal-destino-de-exportacoes-brasileiras#:~:text=Os%20principais%20produtos%20exportados%20para,como%20produtos%20florestais%20e%20t%C3%AAxis.>

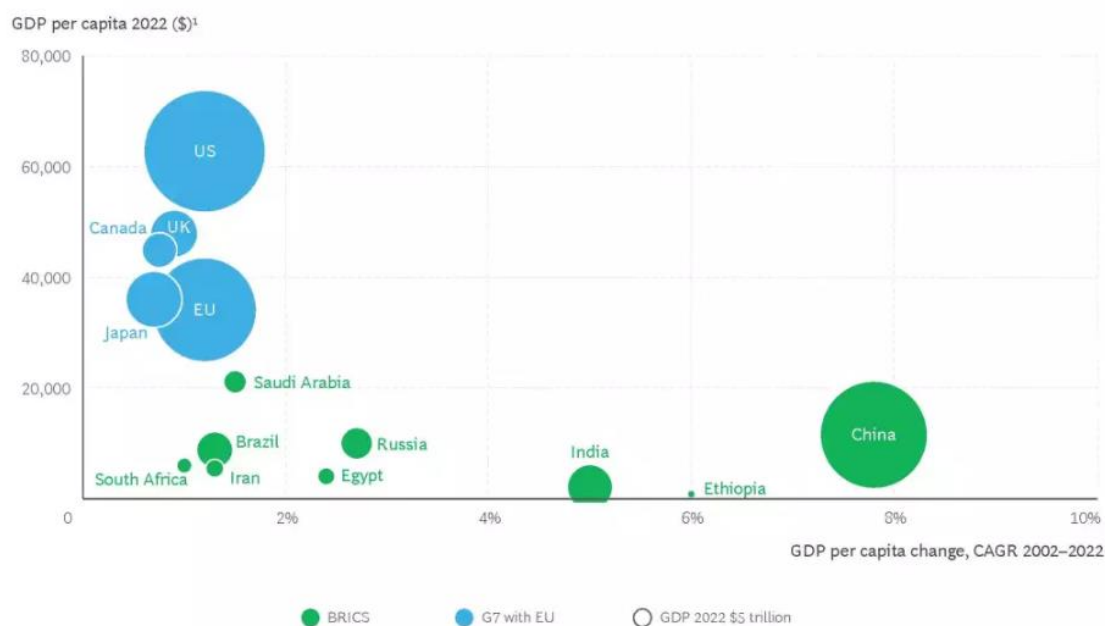
Figura 2 – Os países BRICS estão confiando mais no comércio intra-bloco



Sources: UN Comtrade; BCG analysis.

Note: 2021 data used for Iran, Russia, and Saudi Arabia due to data availability.

Figura 3 – Muitos países do BRICS+ estão crescendo rapidamente, impulsionados pela China



Sources: World Bank; BCG analysis.

Note: EU includes the G7 member economies France, Germany, and Italy; UAE not shown because of GDP per capita declined from 2002 to 2022.

¹2015 constant dollars.

O Brasil exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE juntos

A distância comercial entre o Brasil e os BRICS diminuiu desde a fundação do bloco, há 15 anos, e, desde 2018, o país já exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE juntos. Essa tendência tende a crescer, na medida em que aumentam os acordos comerciais e diplomáticos assinados entre os membros do grupo.

Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) também mostram que a balança comercial (a diferença do que o país exporta e importa)

também é favorável ao Brasil com os parceiros emergentes, enquanto para EUA e UE, o resultado é negativo.

O grupo conta com uma instituição financeira própria, o Novo Banco de Desenvolvimento sob gestão da ex-presidente Dilma Rousseff.

Os parceiros do Brics vêm promovendo mecanismos de facilitação de comércio para favorecer a ampliação dos intercâmbios comerciais e de investimentos entre si.

Números do Mdic mostram que as exportações do Brasil cresceram de forma generalizada nos últimos anos, porém, as vendas aos BRICS aumentaram de forma muito mais acelerada ante norte-americanos e europeus. Em 2009, EUA e UE somados haviam importado cerca de US\$ 45 bilhões do país, enquanto Rússia, Índia e China (a África do Sul se juntou ao grupo em 2011) haviam comprado US\$ 27,3 bilhões. Essa curva se inverteu a partir de 2018 e, no ano passado, as exportações para os EUA e Europa somaram US\$ 83,2 bilhões, enquanto as vendas aos parceiros emergentes totalizaram US\$ 123 bilhões. E a tendência se manteve neste ano. Até setembro, as exportações para os BRICS cresceram 6,5%, enquanto EUA e UE somaram 5,8%, com comparação ao mesmo período de 2023.

O comércio de bens entre as economias dos BRICS ultrapassou consideravelmente o comércio entre os BRICS e as nações do G7, levando a uma maior intensidade de comércio intra-BRICS (Figura 2). Décadas de rápido crescimento também deram a muitas dessas economias muito mais peso na economia global, tanto como produtoras quanto como consumidoras (Figura 3). Como muitos desses países estão envolvidos tanto com economias avançadas quanto com a China, que é percebida como uma superpotência econômica e comercial, eles podem criar outra coalizão menos dependente do Ocidente.

A China lidera como principal parceiro do Brasil no comércio global

A China é responsável por grande parte deste movimento: em 2009, superou os EUA como principal parceiro do Brasil no comércio global. De lá para cá, as exportações aos chineses cresceram 396%, somando US\$ 104 bilhões em 2023.

Quando as exportações do Brasil para os países do BRICS superaram os envios para EUA e UE, as compras feitas pela China representavam 90,2% do total do grupo. Em 2023, a fatia recuou para 84,5%.

A China se tornou importante para o Brasil por uma questão de complementaridade de economias — os chineses dependem dos insumos agrícolas brasileiros, enquanto nós dependemos de suas manufaturas, equipamentos de telecomunicação, veículos de passageiros, válvulas e tubos termiônicos. Dentre as exportações, se destacam *commodities* e insumos agrícolas (soja, milho, óleo bruto de petróleo, minério de ferro). Os alimentos brasileiros vêm suprimindo a necessidade de regiões com baixa produção, como as mais desérticas, e as com grande população, como a China⁸⁹.

⁸⁹ [https://www.poder360.com.br/poder-economia/china-passou-de-38o-para-1o-parceiro-comercial-do-brasil-na-historia/#:~:text=De%20l%C3%A1%20para%20c%C3%A1%20os,%24%2051%2C1%20bilh%C3%B5es\)](https://www.poder360.com.br/poder-economia/china-passou-de-38o-para-1o-parceiro-comercial-do-brasil-na-historia/#:~:text=De%20l%C3%A1%20para%20c%C3%A1%20os,%24%2051%2C1%20bilh%C3%B5es) .)

Considerações

A soja representa 39% dos produtos que são exportados, o que pode trazer um risco porque, se a China tem uma desaceleração forte e o preço da soja cai drasticamente, o Brasil pode ter um problema de balança comercial e consequentemente de balanço de pagamentos.

Seria interessante que o Brasil diversifique as parcerias para que não corra o risco de ter de usar reservas internacionais em razão de maior dependência da economia chinesa.

Reunião Ministerial do G7 sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável e os mil dias de guerra. Discussões sobre bem-estar e ações climáticas em pauta na agenda da OCDE.

G7 Ministerial Meeting on Sustainable Urban Development and the 1,000 days of war. Discussions on well-being and climate action on the OECD agenda.

***Pedro Burger
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
João Miguel Estephano
Paulo Esteves***

Abstracts

G7 - G7 leaders discussed actions based on the transformative potential of cities as drivers of sustainable development in the G7 Ministerial Meeting on Sustainable Urban Development. Also, close to the 1,000 days of Russian-Ukrainian War, the G7 leaders issued a new declaration of support.

OECD - The OECD's highlights include the publication of a study on well-being, another on monitoring climate action and a third on trends and perspectives in the topic of migration, as well as three updates of its usual statistical indices on the world economy.

Keywords: G7; OECD; Sustainable Urban Development; Ukraine; International cooperation.

Resumos

G7 - Ocorreu nesta quinzena a Reunião Ministerial do G7 sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável em que os líderes discutiram medidas com base no potencial transformador das cidades como propulsoras do desenvolvimento sustentável. Ainda, próximo ao aniversário de mil dias da Guerra entre Rússia e Ucrânia, os líderes do G7 emitem uma nova declaração de apoio.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um estudo sobre bem-estar, outro sobre monitoramento de ações climáticas e um terceiro sobre tendências e perspectivas no tema da migração, além de três atualizações de seus usuais índices estatísticos sobre a economia mundial.

Palavras-chave: G7; OCDE; Desenvolvimento Urbano Sustentável; Ucrânia; Cooperação internacional.

G7 -

Entre os dias 3 e 4 de novembro, em Roma, se deu a Reunião Ministerial do G7 sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável. Como já antecipado no informe anterior, a reunião teve uma importância significativa para dar continuidade ao diálogo iniciado pelas presidências anteriores da Alemanha (2022) e Japão (2023) não só entre os ministros, mas também com

organizações internacionais, como OCDE, ONU-Habitat, Banco Europeu de Investimento e Urban7. Anteriormente, na cúpula de Puglia, em junho, os líderes do G7 encarregaram os Ministros das pastas relativas ao desenvolvimento sustentável de “discutir ações concretas para reduzir as desigualdades espaciais, proteger o meio ambiente e o clima e promover economias inteligentes e inovadoras em áreas urbanas”, bem como promover a saúde, a segurança e a inclusão dos cidadãos diante das mudanças climáticas, se antecipando aos seus efeitos. Ainda na cúpula, foi ressaltada a relevância do poder transformador das cidades como propulsoras do desenvolvimento sustentável. Foi então na Reunião Ministerial sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável que os ministros se reuniram para elaborar uma resposta conjunta a essa requisição, que resultou na declaração emitida em 4 de novembro⁹⁰.

Ainda no preâmbulo do documento, os ministros reconhecem o papel crucial das cidades para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Nova Agenda Urbana, Acordo de Paris, entre outros. Os líderes reconhecem as cidades e as políticas urbanas integradas e sustentáveis para o trabalho da transição global para emissões líquidas zero, circulares e resilientes ao clima; cidades socialmente justas e inclusivas; cidades digitais e inteligentes. A partir disso, os líderes se comprometeram a apoiar as cidades na realização de todo o seu potencial para uma transformação urbana sustentável e resiliente. Ainda, os líderes reafirmaram o compromisso em implementar as disposições de acordos e declarações internacionais por meio de políticas urbanas que contribuam efetivamente para alcançar esses objetivos sob uma perspectiva urbana e territorial, sendo eles: Comunicado dos Líderes do G7; Comunicado da Reunião dos Ministros de Clima, Energia e Meio Ambiente do G7; Comunicado da Reunião dos Ministros de Indústria, Tecnologia e Digital do G7; Comunicado da Reunião dos Ministros de Transportes do G7; Comunicado da Reunião dos Ministros de Deficiência e Inclusão do G7.

Os ministros elencaram as seguintes prioridades para um desenvolvimento urbano sustentável: i) Transições Ecológicas, Energéticas e Climáticas, em que incentivaram as cidades na adoção de políticas integradas para a transição para cidades resilientes e com emissão líquida zero, focando em ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, uso sustentável de recursos, conservação da natureza e biodiversidade, redução da poluição, construção de ambientes urbanos saudáveis e verdes, e implementação de soluções baseadas na natureza. Além do incentivo à sustentabilidade energética, eficiência energética e o uso de energias renováveis, e da economia circular local, com ênfase na reciclagem e redução de emissões de gases de efeito estufa. ii) Transição Social e Demográfica para Cidades Inclusivas: os líderes sugerem que as cidades devam adotar políticas para promover a inclusão social, acessibilidade, habitação acessível e adequada, emprego inclusivo e desenvolvimento de capacidades, com foco em grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência e idosos. Também afirmam que é essencial garantir a igualdade de gênero na urbanização e promover a preservação e valorização do patrimônio cultural, além de fomentar uma governança democrática e descentralizada; iii) Inovação e Transição Digital para Cidades Sustentáveis: os líderes incentivam as cidades a adotar políticas digitais que melhorem o acesso aos serviços públicos, promovam a participação cidadã e utilizem tecnologias como dados urbanos, e Inteligência Artificial para melhorar o

⁹⁰ Communiqué of the Ministers’ Meeting on Sustainable Urban Development. G7 ITALIA. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/communique-of-the-ministers-meeting-on-sustainable-urban-development/>>. Acesso em: 17/11/2024.

planejamento e gestão urbana. A promoção de ecossistemas urbanos de inovação e o uso de modelos financeiros alternativos para infraestrutura pública também são recomendados.

Os líderes destacam Princípios e Práticas para Implementação do Desenvolvimento Urbano Sustentável, com princípios gerais e práticas inspiradoras para enfrentar desafios globais. Dentre as práticas, podemos destacar: Fortalecer a conexão urbano-rural, combater a precariedade energética, com ações em níveis locais, como comunidades e redes de energia renovável e superar lacunas de dados. Ao fim do documento, os ministros destacam os compromissos para uma ação conjunta. Primeiro, reconhecem os desafios comuns de que, embora os países do G7 tenham dinâmicas urbanas diferentes, enfrentam desafios semelhantes e podem se beneficiar do entendimento mútuo sobre as políticas implementadas pelos governos nacionais em objetivos compartilhados. A partir disso, se comprometem com ações como: i) Apoiar o intercâmbio entre os governos do G7; ii) Promover uma rede de diálogo mais próxima dentro e fora do G7, incluindo ONU-Habitat e OCDE; iii) Trabalhar com organizações parceiras das cidades para compartilhar experiências e práticas em desenvolvimento urbano sustentável, reconhecendo o U7 como grupo de engajamento com base nos resultados positivos do diálogo. Por fim, apoiaram o compartilhamento de experiências principalmente no que tange à mitigação e adaptação às mudanças climáticas; planejamento e entrega de habitação adequada; uso de dados e softwares.

O tema da sustentabilidade também foi comum a um outro encontro que ocorreu na quinzena: a Reunião dos Ministros do Turismo.

Se aproximando do milésimo dia de guerra entre Rússia e Ucrânia, os ministros do G7 emitiram uma nova declaração de apoio à Kiev. Na oportunidade, os ministros reafirmaram o apoio inabalável ao país, sua solidariedade e compromisso em contribuir para a luta da soberania, liberdade, independência, integridade territorial e reconstrução da Ucrânia. Na declaração, os líderes reconhecem o sofrimento vivido pelo povo ucraniano e a resiliência e determinação na defesa do seu território e cultura. Ainda, reafirmaram o compromisso de impor custos severos à Rússia por meio de sanções, maior controle à exportação russa e outras medidas⁹¹. Em resposta nas redes sociais, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse estar "profundamente grato" aos líderes do G7 pelo apoio que expressaram ao seu país. Zelensky completou dizendo que "agora é a hora da comunidade global aprofundar seus esforços e tomar decisões decisivas para garantir estabilidade e paz para todas as nossas nações"⁹². Conforme agenda do G7, o próximo encontro do grupo se dará entre os dias 25 e 26 de novembro e terá na mesa os ministros das relações exteriores do grupo.

OCDE –

Lançado no 7º Fórum Mundial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Bem-estar, o relatório intitulado *“How’s Life? 2024: Well-being and*

⁹¹ G7 Leaders’ statement in support of Ukraine. G7 ITALIA. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/g7-leaders-statement-in-support-of-ukraine/>>. Acesso em: 17/11/2024.

⁹² G7 expressa apoio à Ucrânia; Zelensky agradece premiê da Itália. ANSA. Brasil. Disponível em: <https://www.ansalatina.com/brasil/noticias/ultimo_momento/2024/11/17/g7-expressa-apoio-a-ucrania-zelensky-agradece-premie-da-italia_b9cbfb4c-88c1-428f-9881-503aa9b21103.html>. Acesso em: 17/11/2024.

*Resilience in Times of Crisis*⁹³ se dedica a analisar e discutir se a vida está melhorando para as pessoas que vivem em países da OCDE e se o progresso tem sido sustentável e inclusivo, apresentando as mais recentes evidências de mais de 80 indicadores que abrangem resultados referentes ao bem-estar, desigualdades e recursos para o bem-estar futuro, incluindo, por exemplo, medições de solidão, pobreza doméstica, exposição a temperaturas extremas e dor física⁹⁴. Assim, mapeia os resultados atuais de bem-estar e os recursos futuros, oferecendo uma visão abrangente da vida das pessoas e possibilita a identificação de desafios sociais, de inclusão e de sustentabilidade atuais e orienta os formuladores de políticas a abordar as áreas que necessitam de intervenção.

Além disso, a sexta edição da iniciativa periódica contrasta as tendências de médio prazo nos resultados de bem-estar com os desenvolvimentos desde 2019 a fim de uma melhor compreensão dos impactos da pandemia de Covid-19, a crise do custo de vida e os ricos e conflitos geopolíticos emergentes e para delinear sinais de alerta que exigem maior atenção das políticas em relação ao bem-estar da população.

É observado que, embora as intervenções dos governos para lidar com o impacto econômico desses choques tenham contribuído para a resiliência da renda média e dos resultados de emprego, as pressões sobre o custo de vida, conforme evidenciados pelos custos de moradia e pela insegurança financeira relatadas pelos indivíduos, permanecem significativas para muitos núcleos familiares. Em paralelo, há também sinais de alerta na deterioração de aspectos críticos não econômicos do bem-estar, como a saúde, o bem-estar subjetivo e a conexão social, que muitas vezes não são compreendidos em métricas econômicas tradicionais para a avaliação da recuperação da crise e o monitoramento do progresso da sociedade.

Desse modo, o rico documento sensibiliza em prol de tomadas de decisão e ações que possibilitem e impulsionam o bem-estar futuro das próximas gerações, especialmente frente às mudanças climáticas e seus múltiplos efeitos, e atenta para abordagens mais focadas em pessoas nos desenhos e formações de políticas.

Ademais, a iniciativa conta com um material complementar, o documento *“In Brief: How’s Life? 2024”*⁹⁵, que apresenta em uma versão resumida as principais informações do estudo e suas conclusões.

Na esteira dessa discussão, outro destaque da quinzena foi a publicação do relatório *“The Climate Action Monitor 2024”*⁹⁶, parte do Programa Internacional de Ação sobre o Clima (IPAC, em sua sigla em inglês). Dirigido a formuladores de políticas e profissionais da área, a mais recente edição da produção anual fornece perspectivas e informações sobre a ação climática global e o progresso em direção às metas de zero emissões líquidas de carbono para 51 países

⁹³ OCDE. *How's Life? 2024: Well-being and Resilience in Times of Crisis*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://doi.org/10.1787/90ba854a-en>.

⁹⁴ OCDE. OECD launches How’s Life? report and Digital Well-being Hub to foster more inclusive and sustainable well-being for all. OCDE [Internet]. 2024 Nov 05 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/11/oecd-launches-how-s-life-report-and-digital-well-being-hub-to-foster-more-inclusive-and-sustainable-well-being-for-all.html>.

⁹⁵ OCDE. *In Brief: How’s Life? 2024*. OECD Policy Insights on Well-being, Inclusion and Equal Opportunity [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Nov 15];17. Available from: <https://doi.org/10.1787/eedbe25b-en>.

⁹⁶ OCDE. *The Climate Action Monitor 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://doi.org/10.1787/787786f6-en>.

membros da OCDE e países parceiros. A edição apresenta ainda uma avaliação abrangente das metas líquidas zero, dos principais riscos relacionados ao clima e das tendências chaves das ações climáticas.

As constatações do estudo indicam, todavia, que os atuais compromissos de redução das emissões de gases de efeito estufa para 2030 não são ambiciosos o suficiente para atingir as metas de temperatura do Acordo de Paris, existindo uma lacuna expressiva na ambição política entre as metas de temperatura acordadas globalmente e as reduções de emissões das metas climáticas nacionais. Observa-se também que a maioria dos compromissos atuais carece de uma base jurídica para ser aplicada⁹⁷. Outro alerta é o de que, sem uma expansão significativa da ação climática nacional, os países não conseguirão enfrentar o desafio do zero líquido.

Em paralelo, a organização intergovernamental também publicou a versão mais atual de seu projeto “*International Migration Outlook*” de estudos e análises de perspectivas, tendências, dados e análises sobre o tema de migração, com o estudo intitulado “*International Migration Outlook 2024*”⁹⁸. A edição de 2024 propõe-se a analisar os desenvolvimentos recentes dos movimentos migratórios e a inclusão de imigrantes no mercado de trabalho nos países participantes da OCDE, além de monitorar as mudanças políticas de governança e integração nos territórios analisados.

A 48ª edição da iniciativa possui também um capítulo especial sobre empreendedorismo de migrantes, além de notas sobre os países estudados e um anexo estatístico detalhado. É interessante destacar que o estudo revela que a migração permanente para os países da OCDE atingiu um novo recorde no ano de 2023, com a chegada de 6,5 milhões de migrantes, além do registro do aumento acentuado no número de migrantes temporários e solicitantes de asilo⁹⁹.

Por fim, a entidade internacional divulgou também no período três atualizações referentes às suas medições estatísticas sobre a economia global.

O primeiro destaque é a pesquisa sobre o mapeamento das taxas de emprego e desemprego mundial¹⁰⁰, que revelam que a taxa de desemprego dos países integrantes da organização se manteve em 4,9% em setembro de 2024, repetindo o nível de agosto, e com o índice de desemprego permanecendo inalterado em 26 países da OCDE, subindo em quatro e registrando queda em somente dois.

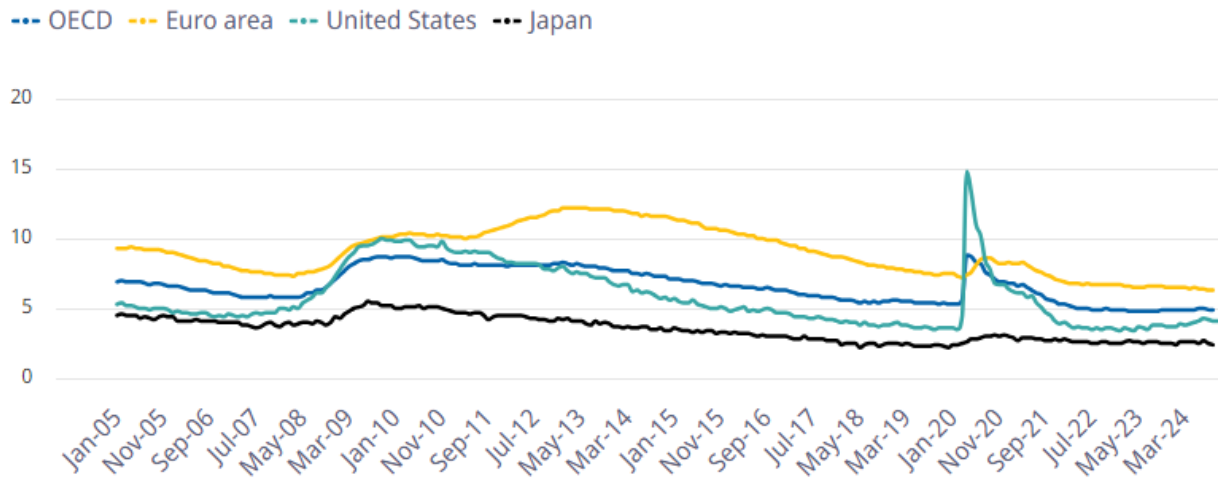
⁹⁷ OCDE. Progress in national climate policy efforts remains insufficient to achieve 2030 targets. OCDE [Internet]. 2024 Nov 07 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/11/progress-in-national-climate-policy-efforts-remains-insufficient-to-achieve-2030-targets.html>.

⁹⁸ OCDE. International Migration Outlook 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Nov 15];17. Available from: <https://doi.org/10.1787/50b0353e-en>.

⁹⁹ OCDE. Migration to OECD countries hits new record. OCDE [Internet]. 2024 Nov 14 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2024/11/migration-to-oecd-countries-hits-new-record.html>.

¹⁰⁰ OCDE. OECD unemployment rate stable at 4.9% in September 2024. OCDE [Internet]. 2024 Nov 14 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/11/unemployment-rates-updated-september-2024.html>.

Figura 1: Taxas de desemprego, OCDE, área do euro e países seleccionados – Porcentagem da força de trabalho, ajustada sazonalmente



Fonte: OCDE, 2024.

Já os resultados dos dados coletados pela organização sobre o crescimento e o bem-estar econômico e a renda familiar¹⁰¹ indicou que a renda familiar real per capita na OCDE aumentou 0,4% no segundo trimestre de 2024, em comparação com 1,3% no trimestre anterior, enquanto o PIB real per capita cresceu 0,3%. Embora tenha havido um aumento geral na renda familiar real per capita, o cenário mostrou-se variado nos países da OCDE, com Portugal apresentando o maior aumento, impulsionado principalmente pela remuneração dos funcionários.

A organização ainda divulgou no período a atualização referente ao mês de setembro de 2024 de sua pesquisa estatística sobre taxas de consumo e a inflação internacional, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹⁰². Assim, a pesquisa constatou que a inflação anual na OCDE desacelerou de 4,7% em agosto para 4,4% em setembro, com a inflação recuando em 27 dos 38 países integrantes da organização, se elevando em seis e se mantendo estável ou praticamente estável em cinco. Embora se note uma recente desaceleração da inflação global da OCDE, os níveis médios de preços na organização como um todo foram aproximadamente 30% mais altos em setembro de 2024 do que em dezembro de 2019, antes do início da pandemia de Covid-19.

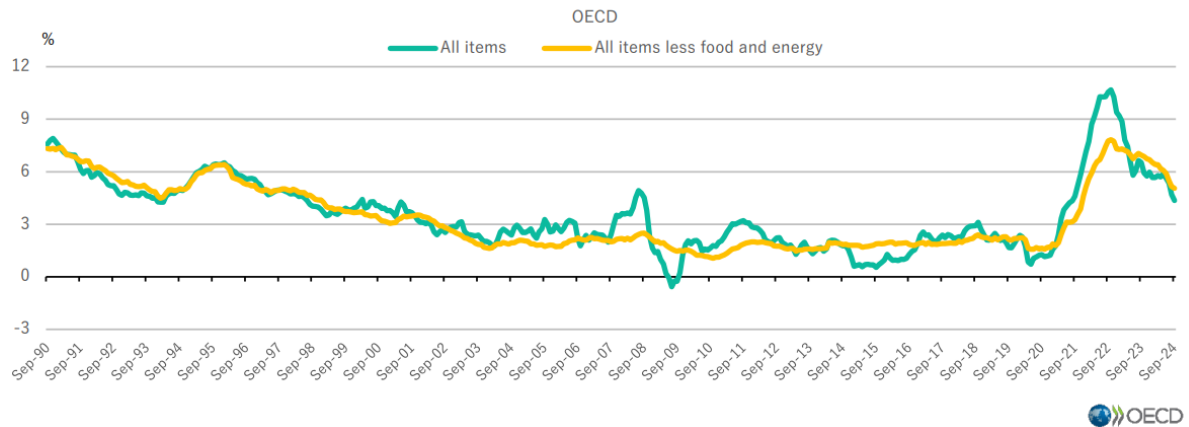
Observou-se também que a inflação básica esteve em 2% ou abaixo disso em 17 países, assemelhando-se com os números registrados em agosto (16). A inflação anual de energia na

¹⁰¹ OCDE. Growth in real household income slows in second quarter of 2024. OCDE [Internet]. 2024 Nov 13 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/11/growth-and-economic-well-being-second-quarter-2024-oecd.html>.

¹⁰² OCDE. Driven by falling energy prices, OECD headline inflation slows to 4.4% in September 2024. OCDE [Internet]. 2024 Nov 06 [cited 2024 Nov 15]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/11/consumer-prices-oecd-updated-6-november-2024.html>.

OCDE permaneceu negativa, recuando de menos 0,4% em agosto para menos 2,2% em setembro.

Figura 2: Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2024.

Em relação aos dados coletados sobre a inflação anual nos países do G7, a inflação anual básica desacelerou para 2,2% no mês, após os 2,4% registrados em agosto, devido à queda dos preços de energia. Na zona do Euro, a inflação anual medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (*Harmonised Index of Consumer Prices*, em inglês) caiu para 1,7%, ante os 2,2% de agosto, e ficando abaixo de 2% pela primeira vez desde junho de 2021. No G20, a inflação anual desacelerou para 6,0% em setembro, em comparação com 6,2% observados em agosto.

Previsão do tempo para a América Latina: ventos fortes à vista com a reeleição de Trump e desajustes na cooperação regional

Pronóstico del tiempo para América Latina: fuertes vientos a la vista con la reelección de Trump y desajustes en la cooperación regional

**Sâmia de Brito
Sebastian Tobar
Miryam Minayo**

Resumen: En esta edición del informe presentamos un breve panorama político sobre el impacto de la victoria de Trump en la región latinoamericana. También destacamos la Cumbre APEC 2024; la LV Reunión Ordinaria de Ministros de Salud del Mercosur y el Taller sobre Preparación de una Propuesta de Estrategia de Cooperación Subregional para América del Sur OPS/OMS con el MERCOSUR. En el marco de la CEPAL, abordamos la Agenda Digital para la región con la idea de que una transformación digital eficaz puede ayudar a la región a superar las trampas que impiden su desarrollo. Igualmente, destacamos la XXIX Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno y sus principales resultados. La ORAS-Conhu cumplió agenda en los temas de biodiversidad y salud, cooperación regional y enfermedades raras, y la Se-COMISCA participó en agendas sobre enfermedades raras y el mercado laboral en salud. Finalmente, en el contexto de la reunión del G20 en Brasil, el Acuerdo Mercosur-UE fue un tema paralelo en los encuentros bilaterales, así como la conocida resistencia francesa.

Palabras-clave: América Latina y el Caribe. APEC 2024. Mercosur. Cumbre Iberoamericana

Resumo. Nesta edição do relatório apresentamos um breve panorama político sobre o impacto da vitória de Trump para a região latino-americana. Destacamos também a Cúpula APEC 2024; a LV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do Mercosul e o Workshop sobre Preparação de uma Proposta de Estratégia de Cooperação Sub-regional para a América do Sul OPAS/OMS com o MERCOSUL. No âmbito da CEPAL trouxemos a Agenda Digital para a região com a ideia de que transformação digital eficaz pode ajudar a região a superar as armadilhas que impedem o seu desenvolvimento. Igualmente, destacamos a XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e seus principais resultados. A ORAS-Conhu cumpriu agenda no tema de biodiversidade e saúde, cooperação regional e doenças raras e Se-COMISCA participou de agendas nos temas de doenças raras e mercado laboral em saúde. Por fim, no contexto da reunião do G20 no Brasil, o Acordo Mercosul-UE foi assunto paralelo nos encontros bilaterais, bem como a conhecida resistência francesa.

Palavras-chave: América Latina e o Caribe. APEC 2024. Mercosul. Cúpula Ibero-Americana

O furacão Trump e seu impacto para Latino América

O furacão Trump passou pelos Estados Unidos, e sua segunda presidência parece pressagiar mudanças significativas na administração federal e nas políticas de longa data do país. A questão que se coloca é: como isso afetará a América Latina?

Desde a Cúpula da ALCA¹⁰³, em Mar del Plata, a América Latina tem estado fora do radar dos Estados Unidos, tanto para republicanos quanto para democratas. A Cúpula da ALCA, em que participou George W. Bush, marcou um antes e depois no relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina. A contra cúpula dos povos, onde Hugo Chávez pronunciou seu famoso “AL-CARALHO”, simbolizou um ponto de inflexão, em que a América Latina deixou de ser uma prioridade para os Estados Unidos. A ideia de áreas de livre comércio foi arquivada devido à rejeição dos países latino-americanos, sendo substituída por acordos bilaterais.

Sem dúvida, a América Latina será impactada pelo impacto no comércio e pelo aumento das tensões, especialmente com a China. A região se verá entre dois polos: os Estados Unidos e a China. Os Estados Unidos buscam algum alinhamento da América Latina diante dos principais investimentos da China, mas não oferecem incentivos materiais para garantir esse alinhamento com o grande país do norte.

A questão da fronteira com o México e da imigração ilegal para os Estados Unidos tem sido um tema recorrente nas campanhas eleitorais. Para os republicanos, os imigrantes tornaram-se inimigos, com promessas de deportações em massa. A política migratória será um problema, sobretudo para os países da América Central, com seus grupos populacionais migrantes em busca do "sonho americano".

Trump afirmou que sua palavra favorita é “tariff”. Embora a promessa seja aplicar tarifas sobre os produtos chineses que entram nos Estados Unidos, é muito provável que também sejam aplicadas aos produtos originários da América Latina, como forma de proteger a economia dos Estados Unidos.

Nesse contexto, o Brasil e outros países latino-americanos seriam obrigados a pagar tarifas para acessar os mercados dos Estados Unidos.

O Partido Democrata já via a China como uma ameaça, e isso parece se acentuar em um segundo governo de Trump. À luz dessa ameaça, a questão deve se estender aos países BRICS. No entanto, ao contrário dos Democratas, Trump não considera a Rússia uma ameaça.

Trump terá uma política de relações com a América Latina guiada pelos laços que mantém com os diferentes presidentes da região, e por sua ideologia de “America First”. A China é um importante parceiro da América Latina. Governos de esquerda, como os do Brasil, Colômbia e México, e governos de direita, como os da Argentina e El Salvador, mantêm importantes relações comerciais com a China. Essa relação certamente entrará em tensão com o novo governo Trump.

Antes da saída do atual presidente Biden dos Estados Unidos, ele se reuniu com Xi Jinping em Lima, no âmbito da Cúpula Ásia-Pacífico. Alguns dos pontos abordados foram: as ameaças da China a Taiwan, as violações de direitos humanos cometidas pelo regime chinês, o

¹⁰³ A IV Cúpula das Américas foi um evento crucial no desenvolvimento das políticas internacionais interamericanas que delineou as políticas internacionais da América do Sul para toda a década seguinte, na qual os líderes de toda a América, com exceção de Cuba, reuniram-se na cidade argentina de Mar del Plata (4 a 5 de novembro de 2005), na costa atlântica da província de Buenos Aires, com o intuito de discutir o desenvolvimento regional. Embora tenha sido prevista uma agenda inicial, ela foi desviada devido à pressão dos governos dos Estados Unidos e do Canadá para tratar da questão da ALCA. A Cúpula foi amplamente resistida por diferentes atores sociais na América do Sul

apoio da China à Rússia na invasão da Ucrânia e a proposta dos EUA de implementar uma missão de paz da ONU no Haiti para combater as gangues.

Após a reunião, Xi afirmou: “A China está pronta para trabalhar com a nova administração dos EUA, para manter a comunicação, expandir a cooperação e gerir as diferenças, além de lutar por uma transição constante da relação China-EUA para o benefício de ambos os povos”, embora não tenha se referido diretamente ao presidente Trump.

Entretanto, o presidente eleito Trump está formando seu gabinete e escolheu o senador Marco Rubio como secretário de Estado. Embora Rubio tenha excelente domínio do espanhol, não parece que isso reconfigure a relação dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente no que diz respeito ao bloqueio de Cuba e às relações com a Venezuela e a Nicarágua.

No campo da saúde, a nomeação de Robert F. Kennedy Jr. por Donald Trump como Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos provocou críticas generalizadas.¹⁰⁴ Sua postura antivacina pode ter um impacto negativo na erradicação de doenças evitáveis por vacinação, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países da região.

Cúpula APEC2024

Foi concluída em Lima, Peru, em 16 de novembro, a Cúpula de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), com a defesa do comércio livre, o que ocorre num momento em que o novo candidato dos EUA, Donald Trump, fala de um maior protecionismo da sua economia.

Na reunião, o presidente do Chile, Gabriel Boric, apelou aos líderes das 21 economias presentes para não recuarem na transição para as economias verdes e o multilateralismo, referindo-se ao “elefante na sala” que o presidente americano tinha mencionado. Joe Biden.

Na Cúpula APEC2024, líderes de 21 economias reuniram-se para abordar questões como comércio, segurança e sustentabilidade e aprovaram o **Roteiro de Lima para Promover a Transição para a Economia Formal e Global**. Os representantes das 21 economias também adotaram a **Declaração Ichma**, que visa renovar a agenda da Área de Livre Comércio Ásia-Pacífico.

A reunião teve muito em mente o receio com as ideias de Trump¹⁰⁵, no sentido das suas posições econômicas que estão longe das de alguns dos participantes do fórum. O republicano, por exemplo, opõe-se às políticas de transição verde e defende um maior protecionismo comercial.

Xi Jinping esteve presente na APEC2024 e participou também na inauguração do megaporto de Chancay, uma das maiores infraestruturas construídas em solo peruano e que contou com o apoio do capital chinês. O megaporto de Chancay construído no Peru pode ser considerado um símbolo da influência “made in China” na América Latina¹⁰⁶

¹⁰⁴ <https://www.theguardian.com/us-news/2024/nov/14/trump-administration-rfk-criticisms>

¹⁰⁵ <https://www.france24.com/es/asia-pac%C3%ADfico/20241117-apec-apuesta-por-el-libre-comercio-en-una-cita-marcada-por-china-y-la-sombra-de-trump>

¹⁰⁶ <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20241115-el-megapuerto-de-chancay-en-per%C3%BA-s%C3%ADmbolo-de-la-influencia-made-in-china-en-am%C3%A9rica-latina>

LV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do Mercosul

A LV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde, no exercício da Presidência Pro Tempore do Uruguai (PPTU), foi realizada na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, no dia 15 de novembro de 2024, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Chile participou como Estado Associado.

A Vice-Ministra da Saúde da Argentina referiu-se aos desafios que seu país enfrenta, especialmente o acesso aos medicamentos, situação que incentiva a busca de oportunidades para acessá-los. Nesse sentido, destacou a importância do compartilhamento deste espaço, e da chegada de possibilidades conjuntas na busca de soluções para os problemas que a região enfrenta.

Em particular, mencionou os desafios que o seu país enfrenta na reorganização do sistema de saúde. O financiamento dos benefícios de saúde e a implementação de novas tecnologias como estratégias de abordagem nas políticas de prevenção constituem um desafio para o país. Nesse sentido, a dengue e suas consequências, que hoje é um problema de saúde, tornou-se uma oportunidade para implementar essas ações.

O Embaixador, Representante do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL no Uruguai, destacou a importância da saúde na região, da troca de informações e experiências e do desenvolvimento da cooperação técnica, que no caso do Brasil se dá por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O Vice-Ministro da Reitoria e Vigilância do Ministério da Saúde Pública e Assistência Social do Paraguai destacou a importância do trabalho conjunto e do compartilhamento de experiências. Mencionou que o processo de integração leva à articulação de ações entre os atores, dando ênfase ao processo de cooperação sul-sul. Ele ainda chamou a atenção para o impacto do clima na saúde e no desenvolvimento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, a importância dos cuidados de saúde mental e destacou o desafio de encontrar soluções para estas doenças através da promoção do diálogo e de uma agenda consensual, através do quadro governativo das instituições, para o acesso da população à saúde.

O Diretor Geral de Promoção e Prevenção da Saúde, em representação do Ministro da Saúde e Esportes do Estado Plurinacional da Bolívia, destacou a importância de fortalecer os laços de comunicação e informação para controlar as doenças endêmicas. Destacou o desafio do seu país no acesso a medicamentos de alto custo e, nesse sentido, enfatizou a importância da construção coordenada e complementar de alianças e sinergias para alcançar os objetivos propostos.

O Coordenador Nacional do Chile, em representação do Ministro da Saúde, mencionou a importância de encontrar soluções comuns para os problemas comuns que afligem todos os países da região. Manifestou o interesse do seu país nos acordos alcançados hoje e no relatório epidemiológico da região e nas doenças priorizadas. Por último, destacou a importância de promover o diálogo, a colaboração e estabelecer linhas de cooperação na procura de soluções comuns para garantir o bem-estar dos países.

Os Ministros da Saúde aprovaram quatro acordos:

• **Acordo sobre realização de Transplantes nos Estados parte do Mercosul e Estados Associados de pessoas não residentes:** que propõem celebrar convênios específicos entre os

Estados partes e Associados que requeiram o deslocamento de seus residentes com fins de transplantes a outros territórios dentro do Mercosul, em virtude de seus próprios programas de transplante não contarem com o devido desenvolvimento.

- **Acordo sobre Regulação do Marketing Digital do Substitutos do Leite Materno:** para garantir adequações dos marcos legais para que estejam de acordo com o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno.

- **Acordo Relacionado a produtos de Tabaco e Nicotina com sabor:** que promove estratégias o desenvolvimento de estratégias para comunicação para conscientizar a população e a opinião pública sobre os problemas relacionados a produtos de tabaco e nicotina com sabor e seu impacto na iniciação de tabaco entre os jovens, entre outros.

- **Acordo para estabelecimento de um Protocolo Único para a Elaboração de Painéis de Amostra Seca em Tubo para Controle de Qualidade de Testes Rápidos de HIV, Sífilis e Hepatites C.**

Workshop sobre Preparação de uma Proposta de Estratégia de Cooperação Sub-regional para a América do Sul OPAS/OMS com o MERCOSUL

No âmbito da Presidência Pro Tempore do Uruguai, foi realizado um Workshop sobre a Preparação de uma proposta de Estratégia de Cooperação Sub-regional para a América do Sul, onde participaram os Coordenadores Nacionais dos países e representantes da OPAS.

Durante o processo foram identificadas linhas de trabalho a serem priorizadas neste processo que culminará em setembro de 2025, a saber: Saúde Fronteiriça; Clima e Saúde; Eliminação de Doenças Transmissíveis; Enfrentar as Doenças Não Transmissíveis e a Saúde Mental; Produção, Acesso, Regulação e Judicialização de Medicamentos, Tecnologias e Produtos de Saúde; Fortalecimento dos Gabinetes de Relações Internacionais de Saúde (ORIS); Preparação e Resposta a Emergências.

O workshop identificou projetos para concorrer aos fundos do CCHD:

I. Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da Saúde nas Fronteiras do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), o trabalho de desenvolvimento do projeto foi concluído e é apresentado pelo Uruguai.

II. Situação da regulamentação e consumo de Ácidos Graxos Trans provenientes da produção industrial na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –que vai ser liderada pelo Brasil.

III. Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Arboviroses em seis países da região das Américas –

Esses projetos serão submetidos para avaliação e financiamento pela OPAS.

CEPAL: Uma transformação digital real e eficaz pode ajudar a América Latina e o Caribe a superar as armadilhas que impedem o seu desenvolvimento^{107 108}

¹⁰⁷ <https://www.cepal.org/es/comunicados/transformacion-digital-real-efectiva-puede-ayudar-america-latina-caribe-superar-trampas>

¹⁰⁸ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/80841-superar-trampas-desarrollo-america-latina-caribe-la-era-digital-potencial>

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) divulgou recentemente o relatório intitulado *Superar as Armadilhas do Desenvolvimento na Era Digital: o Potencial Transformador das Tecnologias Digitais e a IA na América Latina e no Caribe*. Este documento destaca o papel estratégico das tecnologias digitais e da inteligência artificial (IA) na superação de desafios históricos que limitam o desenvolvimento da região.

A CEPAL identifica três “armadilhas” que dificultam o avanço socioeconômico na América Latina: (1) Baixa capacidade de crescimento econômico, marcada por uma dependência excessiva de setores tradicionais. (2) Desigualdade estrutural, que gera baixa mobilidade social e fraca coesão social. (3) Fragilidade institucional, traduzida em governança ineficaz.

Segundo o relatório, a transformação digital oferece caminhos para fortalecer a competitividade e a inovação empresarial, melhorar a qualidade de vida, promovendo inclusão social e acesso a mercados globais e reforçar a governança por meio da digitalização de processos governamentais, aumentando a transparência e a eficiência institucional.

Com relação à conectividade e inclusão digital, o relatório chama atenção para as disparidades de acesso à Internet na região. Enquanto 80% da população urbana possui acesso à rede, em áreas rurais e entre grupos de baixa renda o percentual é significativamente menor, com diferenças de até 50 pontos percentuais entre os domicílios mais ricos e os mais pobres.

A “conectividade significativa” deve ir além do acesso básico, abrangendo qualidade, acessibilidade e capacitação digital para que os cidadãos possam aproveitar plenamente as oportunidades digitais.

O documento também tratou dos impactos econômicos e no mercado de trabalho da inteligência artificial. Em 2023, a IA contribuiu com US\$ 70,7 bilhões (1,11% do PIB) na economia de 17 países da região. No entanto, cerca de 44% da força de trabalho enfrenta alta probabilidade de impacto pela automação. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que mitiguem desigualdades e capacitem os trabalhadores para os novos contextos tecnológicos.

A implementação da Agenda Digital para América Latina e Caribe 2026 (eLAC2026) é vista como um instrumento central para potencializar a transformação digital na região. Este documento foi apresentado e aprovado durante a IX Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação, realizada em 7 e 8 de novembro na sede da CEPAL, em Santiago, Chile.

A Agenda constitui um marco estratégico para a transformação digital na região, organizando-se em torno de três eixos, três pilares temáticos e um conjunto de objetivos estratégicos. Eixos principais: Conectividade significativa e infraestrutura digital: fortalecimento das bases para acesso à Internet de qualidade; Governança e segurança digital: promoção de estruturas regulatórias robustas e Inovação, tecnologias emergentes e IA para o desenvolvimento sustentável: incentivo ao uso de soluções tecnológicas avançadas para crescimento econômico e bem-estar social. Os pilares temáticos: Transformação digital para o desenvolvimento produtivo; Transformação digital para o bem-estar social e Transformação digital do Estado.

Por fim, a transformação digital e a IA podem ser catalisadores de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável na América Latina e Caribe. Contudo, sua implementação requer coordenação política robusta e ações concretas para superar desigualdades estruturais e fragilidades institucionais.

XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo^{109 110}

Nos dias 15 e 16 de novembro, foi realizada em Cuenca, no Equador, a XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, marcando um momento importante para o diálogo e a cooperação entre os 22 países que compõem a Comunidade Ibero-Americana.

Apesar de uma participação limitada ao nível presidencial, a Cúpula trouxe avanços significativos em iniciativas regionais e reafirmou o compromisso dos países com a integração e a colaboração multilateral.

As principais conquistas do encontro foram: (1) Aprovação do Programa de Ação. O programa estabelece as principais linhas de trabalho para a Cooperação Ibero-Americana no próximo período, com destaque para: impulsionar a empregabilidade juvenil e fortalecer os direitos digitais e ambientais, com base nos avanços da Cúpula anterior em Santo Domingo; Promover o Cartão Ibero-Americano de Deficiência e o reconhecimento mútuo de estudos e títulos de ensino superior e incentivar a mobilidade acadêmica e a Iniciativa de Cooperação para o Desenvolvimento de Videojogos como ferramenta para as indústrias criativas. (2) Compromisso com a Igualdade de Gênero e Segurança Cidadã. Foi reiterada a necessidade de fortalecer o empreendedorismo feminino e de adotar medidas efetivas para acabar com a violência contra as mulheres. Questões de segurança cidadã foram amplamente debatidas, considerando os desafios regionais ligados ao crime transnacional e à coesão social. (3) Adoção da Declaração de Cuenca: 19 países aprovaram a Declaração de Cuenca e outras 24 declarações especiais, além de um comunicado específico sobre a crise no Haiti.

A Cúpula enfrentou desafios relacionados à falta de consenso em determinados pontos, especialmente devido a posições divergentes entre países como Argentina e Cuba, que dificultaram a aprovação de uma declaração oficial unânime.

Além disso, a participação de chefes de Estado foi limitada, com apenas quatro líderes presentes, incluindo o anfitrião, Daniel Noboa. Segundo o Secretário-Geral Ibero-Americano, Andrés Allamand, a ausência foi atribuída a fatores conjunturais, sem impacto no compromisso geral dos países.

Apesar das dificuldades, foi ressaltado que o sistema de integração ibero-americana permanece sólido, com as contribuições financeiras regulares e a participação ativa nos mecanismos de trabalho.

Com a transferência da Secretaria Pro Tempore para a Espanha, a próxima Cúpula Ibero-Americana será realizada em 2026. O objetivo será consolidar o sistema de integração, identificar novas prioridades e reafirmar os valores comuns da comunidade, como paz, direitos humanos, sustentabilidade e inclusão.

De acordo com o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, a próxima reunião buscará maior coesão e presença de lideranças, enfatizando o papel das duas línguas globais da comunidade (espanhol e português) e a diversidade cultural enriquecida pelas línguas cooficiais.

¹⁰⁹ <https://www.segib.org/culmina-la-xxix-cumbre-iberoamericana-con-la-aprobacion-de-un-programa-de-accion-que-impulsa-las-principales-lineas-de-trabajo-de-la-comunidad/>

¹¹⁰ https://www.segib.org/wp-content/uploads/XXIX-Cumbre_Ecuador_programa-de-accion.pdf

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) cumpriu agenda no tema de biodiversidade e saúde, cooperação regional e doenças raras

Bertha Restrepo, coordenadora de mudanças e desigualdades, representou o ORAS-CONHU na Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP16) que foi realizada em Cali, Colômbia. Entre as mais de 42 declarações, manifestos e documentos, no setor da saúde, ganhou destaque a adoção do Plano de Ação Mundial sobre Biodiversidade e Saúde.

O Plano se baseia no enfoque da Saúde Única e tem como objetivos visibilizar os vínculos existentes entre saúde e diversidade biológica, facilitar a implementação das metas do Marco Mundial de Biodiversidade Kunming Montreal e reforçar os sistemas de saúde dos países em desenvolvimento e países com economias em transição baseadas em cooperação (Norte-Sul, Sul-Sul e triangular).

A secretaria executiva do ORAS-CONHU participou de reunião com o Ministério de Saúde do Peru, como presidente pro Tempore da Reunião de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSAA), e representantes da OPAS/OMS.

A reunião foi marcada pela discussão sobre prioridades, políticas, estratégias e planos de saúde para a região andina. Maria del Carmen Calle, representante do ORAS-CONHU, reforçou a importância de manter a saúde no centro das políticas públicas. A representante da OPAS, Piedad Huerta, destacou a necessidade regional de encontrar objetivos comuns para avançar uma agenda comum para a América do Sul. Os resultados contribuirão para a elaboração de uma estratégia regional de cooperação 2024-2025.

O ORAS-CONHU, junto com a Aliança Iberoamericana de Doenças Raras, o SECOMISCA SICA, o AECID e Esperanza, conduziu o III Fórum de Alto Nível e XI Congresso Iberoamericano de Doenças Raras, órfãs ou pouco frequentes. O evento foi realizado nos dias 7 e 8 de novembro e teve como objetivo o fortalecimento das implementações de intervenções desenvolvidas na abordagem e manejo integral desse tipo de doenças.

A Secretária Executiva do ORAS-CONHU, Maria Carmen Dávila, destacou a necessidade de dar visibilidade a essas doenças com objetivo de tratar não só pessoas, mas as famílias que são impactadas. Indicou também que essa é uma oportunidade única para que o Organismo lidere iniciativas para a melhoria das doenças raras na região andina. E, finalizou propondo que os esforços se deem de forma intersetorial, multidisciplinar e que envolva o governo, instituições, indústria, academia, cooperantes internacionais e a sociedade civil.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA) participa de agendas nos temas de doenças raras e mercado laboral em saúde

Nos dias 5 a 8 de novembro, a SECOMISCA participou de uma oficina de análise do mercado laboral em saúde, organizado pela OPAS, com o objetivo de capacitação de funcionários governamentais e pontos focais da OPAS/OMS em aspectos técnicos e práticos do AMLS. A capacitação é baseada no guia da OMS sobre o tema e buscou discutir e coordenar esforços nacionais e internacionais em recursos humanos em saúde.

Participaram representantes da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá e República Dominicana. Os participantes eram tomadores de decisão em temas de políticas

para o pessoal de saúde e especialistas técnicos responsáveis em coletar, analisar e compartilhar informações para a tomada de decisão.

A SECOMISCA participou nos dias 7 e 8 de novembro do III Fórum de Alto Nível e XI Congresso Iberoamericano de Doenças Raras, Órfãs ou Pouco Frequentes, organizados pela Aliança Iberoamericana de Doenças Raras em colaboração com a Academia Latino-americana de Pacientes (LAPA) e ORAS-CONHU. O objetivo foi abordar os desafios e oportunidades relacionadas a doenças raras, órfãs e pouco frequentes na América Latina.

A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) cumpriu agenda nos temas de água, saúde e florestas

A OTCA, em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), aprovaram a extensão da vigência do Projeto Amazonas: Ação até dezembro de 2025.

Na segunda fase de implementação, o projeto conseguiu criar a Rede Hidrológica Amazônica e a Rede de Qualidade da Água. Essas redes têm como objetivo padronizar os protocolos de monitoramento de quantidade e qualidade da água e também realizar capacitações técnicas que fortalecem as instituições nacionais.

Para a próxima fase, derivada da prorrogação, o planejamento de ações inclui: instalação de plataformas de Coleta de Dados na Bolívia e no Peru e a atualização dos módulos de Redes e Recursos Hídricos na Sala de Situação.

A OTCA e a OPAS se reuniram no dia 8 de novembro em Brasília para discutir as necessidades sanitárias da Amazônia, entre os temas discutidos foram atenção primária em áreas de fronteira, controle de doenças transmissíveis, preparação para desastres e emergências. Estavam também na agenda as discussões sobre o alinhamento das ações da Organização com a Agenda 2030 e a Declaração de Belém.

Durante a reunião, as representantes da OPAS reforçaram a necessidade de fortalecer a cooperação de saúde, principalmente o tipo técnico especializado, em áreas transfronteiriças para dar respostas efetivas a região.

Essa reunião faz parte do esforço da OPAS para definição de uma agenda comum de saúde para a região e elaboração de um plano de ação para formalização da Estratégia de Cooperação Sub-regional. O processo incluirá discussão com outros mecanismos de integração sub-regional para elaboração de uma resposta coordenada e efetiva em saúde para a região.

A Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin e o coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, se reuniram, no âmbito da Conferências das Partes (COP29) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com Juliette Biao, diretora do Secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas para discutirem mecanismos de financiamento climático para a conservação e gestão sustentável das florestas. Um dos tópicos centrais foi a Estratégia de Financiamento Florestal, iniciativa da OTCA entre outras.

Os representantes da OTCA também participaram da cerimônia de abertura onde foi discutido temas como financiamento global para enfrentar a crise climática, redução de emissões de gases de efeito estufa, além de adaptação e resiliência às alterações climáticas entre outros.

América Latina no G20¹¹¹

Brasil, México e Argentina, os únicos representantes latino-americanos no G20, apresentam diferenças significativas em suas políticas econômicas e posicionamentos políticos, o que dificulta a formulação de uma agenda comum para a região dentro desse fórum internacional. O G20, que é principalmente um bloco econômico e financeiro, exige um alinhamento mais estreito entre seus membros, algo que se torna desafiador devido à diversidade de interesses e perspectivas desses três países latino-americanos.

O Brasil e o México, por exemplo, compartilham afinidades em áreas como o combate à pobreza, desigualdade social e mudanças climáticas. Essas pautas, que se alinham com as preocupações dos países em desenvolvimento, geraram um espaço para colaboração. A recente mudança no governo mexicano, com a posse de Claudia Sheinbaum, uma líder de centro-esquerda, abriu novas possibilidades de cooperação com o Brasil, especialmente em questões sociais. Para o Brasil, que busca reforçar os laços latino-americanos em sua política externa, a relação com o México representa uma oportunidade estratégica no G20, considerando a convergência de interesses e a necessidade de fortalecer a voz da região em temas globais.

Por outro lado, a Argentina, sob a presidência de Javier Milei, adota uma postura alinhada com a (extrema) direita, o que a coloca em desacordo com o Brasil em algumas das discussões centrais do G20, como a tributação dos super ricos e as políticas de mudanças climáticas. O governo de Milei tem demonstrado resistência a algumas das propostas brasileiras, especialmente no que diz respeito à reforma das instituições multilaterais e ao aprofundamento das discussões sobre sustentabilidade.

A dinâmica do G20, portanto, reflete a complexidade das relações entre esses países, onde as afinidades e os alinhamentos variam conforme as questões abordadas. Enquanto o México e o Brasil buscam maior integração em áreas sociais e climáticas, a Argentina, embora ainda mantenha uma relação econômica estreita com o Brasil, se distancia no campo político.

Acordo Mercosul-UE como assunto paralelo nos encontros bilaterais do G20¹¹²

No domingo, 17 de novembro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. O encontro teve como tema central a discussão sobre o acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, embora, segundo informações do Planalto, detalhes específicos das conversas não tenham sido divulgados.

Ursula von der Leyen destacou, em suas redes sociais, que sua visita ao Brasil tinha o objetivo de “aprofundar as parcerias globais” e “criar novas” com o país, ressaltando a relevância desse fortalecimento de laços internacionais neste momento global. O acordo entre a UE e o Mercosul tem sido um tópico importante nas relações bilaterais, com implicações comerciais e políticas que visam integrar mais as economias e promover o desenvolvimento sustentável e o comércio livre de barreiras.

¹¹¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/g20-saiba-mais-sobre-atuacao-de-brasil-argentina-e-mexico>

¹¹² <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/11/6990540-g20-brasil-acordo-entre-ue-e-mercossul-marcou-reuniao-entre-lula-e-leyen.html>

Além de Lula, participaram da reunião o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, o assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, e o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, demonstrando o interesse do governo brasileiro em envolver diversas esferas do poder executivo nas negociações.

Este encontro se insere no contexto mais amplo da agenda internacional do presidente Lula, que tem trabalhado para fortalecer as relações externas do Brasil, principalmente no que tange a parcerias estratégicas com blocos econômicos.

Contexto e Impacto: A visita de Ursula von der Leyen ao Brasil sinaliza a intenção da União Europeia de reforçar suas relações com o Mercosul, especialmente em um momento em que o Brasil, sob a liderança de Lula, tem adotado uma postura mais proativa nas questões globais. O acordo entre os dois blocos, que ainda encontra desafios para sua ratificação plena, tem o potencial de impulsionar o comércio e a cooperação entre as economias, além de promover iniciativas conjuntas em áreas como sustentabilidade, inovação tecnológica e mudanças climáticas.

Com as diversas reuniões bilaterais planejadas para este domingo, o presidente Lula reafirma seu compromisso com uma política externa baseada no fortalecimento de laços estratégicos, ampliação do comércio internacional e contribuição ativa para um novo paradigma de cooperação internacional.

A França e a Negociação do Acordo UE-Mercosul: Desafios e Impasses¹¹³

A posição da França em relação ao acordo entre a União Europeia e o Mercosul continua sendo um ponto de tensão nas negociações, especialmente à luz da crescente pressão de setores agropecuários europeus que se opõem ao tratado. O governo francês tem tentado, por “todos os meios”, bloquear a assinatura desse acordo, citando preocupações com as implicações para a agricultura nacional e a soberania alimentar da União Europeia.

O acordo, que abrange aspectos políticos, econômicos e comerciais, é tratado pela Comissão Europeia em nome do bloco. No entanto, a estrutura de negociação impõe uma dinâmica complexa, na qual a França tem um papel de destaque. Como o Conselho da União Europeia deve aprovar qualquer acordo de forma unânime antes que ele seja ratificado pelos Parlamentos nacionais, o país tem a possibilidade de vetar a assinatura do tratado. Essa possibilidade se reflete na pressão de outros membros, como Alemanha e Espanha, que defendem a conclusão do acordo, mas encontram na França um opositor determinado.

Uma das alternativas que está sendo estudada pela Comissão Europeia para contornar essa resistência francesa é a divisão do acordo. A proposta envolveria separar a parte sobre trocas comerciais da seção política e de governança, o que permitiria que o acordo comercial fosse aprovado sem a necessidade de unanimidade. Em vez disso, uma maioria qualificada no Parlamento Europeu e no Conselho seria suficiente. No entanto, a França rejeita essa proposta, considerando-a uma alteração significativa nas condições negociadas inicialmente, e ameaça formar uma "minoridade de bloqueio" para impedir que essa divisão seja adotada. Para que essa minoria fosse eficaz, seria necessário que pelo menos quatro países se opusessem ao acordo,

¹¹³ <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/entenda-como-a-fran%C3%A7a-pode-bloquear-o-acordo-entre-ue-e-mercopol-1.1553365>

sem que o apoio conjunto dos outros membros alcançasse 65% da população da União Europeia, o que tornaria o bloqueio possível.

Além das questões econômicas, a França também tem levantado preocupações políticas e “democráticas” em um contexto de crescente ascensão de forças populistas e de extrema direita na Europa. O governo francês teme que a assinatura do acordo, sem o seu apoio, possa prejudicar a estabilidade política interna e afetar a coesão do bloco europeu. O presidente Emmanuel Macron já se posicionou publicamente, afirmando que a França não assinará o tratado “tal como está”, e que a Comissão Europeia não deveria avançar com a assinatura sem o apoio de Paris.

A resistência da França, portanto, não é apenas uma questão de proteção dos seus interesses agrícolas, mas também de garantir que a União Europeia mantenha uma postura coesa e alinhada com os princípios que norteiam sua política externa e sua integração interna. Em contrapartida, países como Alemanha e Espanha, com interesses comerciais mais próximos do Mercosul, pressionam para que o acordo seja concluído, apontando que ele poderia abrir novas oportunidades econômicas e reforçar as relações globais da União Europeia.

Essa disputa interna reflete um desafio maior para a Comissão Europeia, que busca equilibrar os interesses divergentes entre os estados membros, enquanto tenta concluir um acordo com o Mercosul que tenha implicações significativas para a política comercial e externa da União Europeia. A solução para esse impasse dependerá da capacidade de encontrar um consenso que leve em conta as preocupações da França, ao mesmo tempo em que preserve os objetivos estratégicos da União Europeia no comércio global.

Debate de Candidatos ao Segundo Turno no Uruguai

Os candidatos presidenciais da Frente Ampla (FA), Yamandú Orsi, e do governista Partido Nacional (PN), Álvaro Delgado¹¹⁴, participaram de um debate uma semana antes do segundo turno, no qual marcaram diferenças nas áreas de segurança e economia, aquelas que mais preocupam a população.

Os dois candidatos concordaram em posições muito semelhantes em diversas áreas ao longo do debate, como não aumentar os impostos, promover a abertura do país ao capital estrangeiro e manter uma política dura contra a insegurança, especialmente contra o aumento crescente do tráfico de drogas.

Em relação ao aumento da violência criminal no Uruguai, o candidato oficial Delgado sustentou que os anos de 2018 e 2019 registaram os maiores índices em termos de criminalidade. *“Foram os anos mais violentos do Uruguai e deixamos este governo com menores índices de criminalidade”*. *“O tráfico de drogas é inimigo da sociedade e boa parte do que a Frente Ampla exige já fizemos no Uruguai”*.

Yatmandu Orsi, por sua vez, sustentou que a questão da segurança é uma das questões centrais da sua proposta e afirmou que *“Vamos adicionar 2.000 policiais em todo o país; criaremos delegacias móveis que possam atingir todo o território; intensificaremos o patrulhamento; chegaremos à instalação de 20 mil câmeras de vigilância; controlaremos mais*

¹¹⁴ <https://www.dw.com/es/acalorado-debate-presidencial-en-uruguay-previo-a-balotaje/a-70806259>

as fronteiras; combateremos a lavagem de dinheiro; e vamos desativar as 50 quadrilhas que existem hoje no país”.

Em relação à economia, o candidato da Frente Ampla destacou “*o nosso compromisso é a estabilidade, o equilíbrio macroeconómico e a segurança. Em 15 anos de governo da Frente, o Uruguai cresceu como nunca e é isso que vamos repetir*”. “Não vamos aumentar impostos. *Vamos apoiar as pequenas e médias indústrias beneficiando-as com o menor custo da energia, resolvendo a burocracia, protegendo a indústria nacional e favorecendo as empresas públicas*”.

Em relação à economia, o candidato oficial destacou: “*A pandemia afetou o nosso crescimento, mas no pós-pandemia não fechamos o país, como Orsi e a Frente Ampla propuseram, e apoiamos a abertura e a produção. Temos, portanto, o maior salário em 49 anos no Uruguai. Este é o verdadeiro Uruguai e aquele que defendemos*”.

O debate pode se assistir na íntegra em:
https://www.youtube.com/results?search_query=debate+presidencial+uruguay

Informe África

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The African Union has voluntarily joined the Global Alliance against Hunger and Poverty and is committed to pursuing the mission, objectives and principles of the Alliance. After 19 months of conflict, the ongoing civil war continues to deteriorate the living conditions of millions of Sudanese. BAD has invested heavily in regional connectivity, demonstrating its commitment to strengthening continental integration and trade. The African Union, in partnership with the U.S. Department of State Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, held a Global Coalition Continental Consultation to address the persistent challenges posed by drug trafficking. The AUC and IOM have renewed their commitment to strengthen their strategic partnership and joint efforts to address the challenges of migration. At COP29, AUDA-NEPAD and the World Food Programme launched the African Platform for Disaster Risk Management and Recovery. On the day dedicated to Africa at COP29, a programmatic statement of AUDA-NEPAD was made. SADC held the Harare meeting of Health Ministers to address the most urgent health challenges in the region.*

Keywords: G20. African Union. SADC. ADB. OIM.

Resumo. União Africana aderiu voluntariamente à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e comprometeu-se a prosseguir a missão, os objetivos e os princípios da Aliança. Após 19 meses de conflito, a guerra civil curso continua a deteriorar as condições de vida de milhões de sudaneses. O BAD investiu consideravelmente em conectividade regional demonstrando seu compromisso com o fortalecimento da integração continental e do comércio. A União Africana, em parceria com o U.S. Department of State Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, realizou uma Global Coalition Continental Consultation para enfrentar os desafios persistentes colocados pelo tráfico de drogas. A CUA e a OIM renovaram o compromisso de fortalecer a sua parceria estratégica e esforços conjuntos para enfrentar os desafios da migração. Na COP29, a AUDA-NEPAD e o Programa Alimentar Mundial, lançou a Plataforma Africana de Gestão e Recuperação do Risco de Desastres. No dia dedicado à África na COP29, foi feita uma declaração programática da AUDA-NEPAD. A SADC realizou Harare a reunião de Ministros da Saúde para abordar os desafios de saúde mais urgentes na região.

Palavras-chave: G20. União Africana. SADC. BAD. OIM.

União Africana

Adesão à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Reconhecendo o crescimento alarmante do número de pessoas que enfrentam a fome e a pobreza, a União Africana [aderiu voluntariamente](#) à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e comprometeu-se a prosseguir a missão, os objetivos e os princípios da Aliança. A

Força-Tarefa sobre Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza proposta pela presidência brasileira do G20 se concentrará no estabelecimento de uma Aliança Global para arrecadar recursos e conhecimento para a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais que comprovadamente sejam eficazes na redução da fome e da pobreza em todo o mundo. Os Termos de Referência e o Quadro de Governança da Aliança Global expressam a necessidade de colaborar com vários membros para alcançar soluções duradouras para a pobreza e a fome em todo o mundo. A União Africana reconhece que a fome e a subnutrição são manifestações perversas da pobreza e da desigualdade persistentes e estruturais, e reconhece ainda a necessidade de acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões, para implementar plena e eficazmente a Agenda 2030 das Nações Unidas e, em última análise, a Agenda 2030 da União Africana.

Imagem 1: Adesão da União Africana à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza



Fonte: União Africana, 2024.

Para esse efeito, a União Africana apoia a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e a sua missão de apoiar e acelerar os esforços para erradicar a fome e a pobreza, reconhecendo ao mesmo tempo que o mundo sofreu reveses significativos na consecução dos ODS 1 (sem pobreza) e 2 (zero pobreza). fome), entre outros ODS, devido aos desafios intensificados pelas alterações climáticas, perda de biodiversidade, a pandemia da COVID-19, abrandamentos e crises económicas, perturbações na cadeia de abastecimento, conflitos e outras facetas da economia global multidimensional. Considerando que a redução das desigualdades (ODS 10), contribuindo para revitalizar as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ODS 17), a realização de outros ODS interligados e defendendo transições sustentáveis, inclusivas e justas, a União Africana observa ainda a necessidade crítica de o mundo se unir em torno de abordagens integradas e de grande escala que combina os níveis internacional, regional, nacional e local e reconhece a natureza interligada dos desafios e soluções para a fome e a

pobreza e associa a proteção social ao acesso a bens e serviços que podem ajudar as populações pobres e vulneráveis a superar barreiras estruturais e a impulsionar o investimento responsável na sua capacidade produtiva.

A Cesta de Políticas da Aliança Global são serviços complementares que incluem, mas não se limitam a intervenções para redução da pobreza, segurança alimentar e nutricional, apoio à primeira infância, educação e desenvolvimento de competências, emprego, serviços de saúde, bem como acesso de agricultores familiares ao financiamento, mercados, serviços de extensão e/ou insumos agrícolas, em linha com os compromissos e obrigações internacionais. A União Africana reconhece particularmente o elevado valor e o impacto positivo da construção de sistemas agroalimentares fortes no continente, conforme elaborado na agenda pós-Malabo e na Estratégia e Plano de Ação Decenal do CAADP.

O cabaz de referência da Aliança Global contém políticas que são construídas coletivamente com evidências robustas e serve como uma base útil para orientar a ação conjunta e aumentar o alinhamento com a implementação da Agenda CAADP. Portanto, ao aderir à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, a União Africana compromete-se a fazer o seu melhor, no seu próprio campo de ação, e de acordo com o seu próprio mandato, prioridades e quadro jurídico, para apoiar a implementação de instrumentos políticos que sejam em linha com o seu quadro continental CAADP para a Agricultura e a Agenda 2063.

Reconhecendo também o conjunto de referências de tais políticas da Aliança Global como uma colecção contínua e construída coletivamente de exemplos com provas robustas para reduzir a fome e a pobreza, e como uma base útil para orientar a ação conjunta e aumentar o alinhamento na implementação de intervenções e ações globais. A União Africana reconhece o seu papel na coordenação da implementação de políticas e programas contra a fome e a pobreza a nível continental, bem como no fornecimento de orientação e apoio às partes interessadas e atores a nível regional e nacional para melhorar e/ou ampliar a implementação dos quadros de política agrícola e de estratégias entre aqueles alinhados com o conjunto de políticas da Aliança Global.

Em particular, a União Africana compromete-se a coordenar e supervisionar a implementação dos instrumentos ou programas políticos, referenciados no cabaz de referência da Aliança Global, em estreita coordenação e cooperação com as Comunidades Económicas Regionais (CER) para desenvolver e implementar a agricultura nacional e regional e políticas de segurança alimentar e fortalecer o quadro de monitorização e avaliação do Processo de Revisão Bienal do CAADP para acompanhar e reportar sobre o progresso no setor agrícola e continuar a coordenar os seus 55 Estados-Membros, para alcançar as metas da Declaração de Malabo do CAADP, incluindo o compromisso de acabar com fome até 2025. Também enfatizado no Objetivo Estratégico 3 sobre Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional com resultados principais que incluem: políticas, regulamentos e programas melhorados de segurança alimentar e nutricional; aumento da produção e consumo de alimentos nutritivos tradicionais e indígenas; cadeias de valor fortalecidas que promovam alimentos ricos em nutrientes; padrões e protocolos de segurança alimentar, sanitário e fitossanitário (SPS, *Sanitary and Phytosanitary*); infraestrutura e capacidades fortalecidas em matéria de segurança alimentar; e políticas e programas do sector agrícola que integrem significativamente intervenções sensíveis à nutrição.

A União Africana reconhece a importância da cooperação política e do apoio para alcançar os objetivos da Agenda 2063 e dos ODS. A Aliança permitirá a implementação em

grande escala, pertencente e liderada pelos países, de instrumentos políticos baseados em evidências para erradicar a fome e a pobreza através dos seus pilares financeiros e de conhecimento.

A União Africana compromete-se ainda a cocriar e fornecer assistência técnica, capacitação e reforço, formação e/ou partilha de conhecimentos em termos voluntários e mutuamente acordados em resposta aos pedidos dos países membros da Aliança Global que optem por implementar instrumentos e programas políticos em conjunto de políticas da Aliança que sejam compatíveis com as suas áreas prioritárias.

Sudão enfrenta restrições devido à fome e violações da lei humanitária

Após 19 meses de conflito, a Guerra Civil sudanesa em curso continua a [deteriorar](#) as condições de vida de milhões de sudaneses. Os conflitos intensivos entre as Forças de Apoio Rápido (RSF) e as Forças Armadas Sudanesas (SAF) exacerbaram enormemente os níveis de fome a nível nacional. Numerosos civis foram apanhados no fogo cruzado, levando a um aumento do número de mortos. A violência sexual e a violação têm sido utilizadas como armas de guerra, com milhares de casos que não são denunciados devido a um estado de medo generalizado. O Sudão registou números recordes de deslocamentos, tornando-se numa das maiores crises de deslocamentos do mundo. De acordo com [estimativas](#) do Comité Internacional de Resgate (IRC, *International Rescue Committee*), as vítimas civis da guerra civil ultrapassam os 20.000. Aproximadamente 25,6 milhões de pessoas necessitam urgentemente de ajuda humanitária, o que representa mais de 50 por cento da população do Sudão.

Em 12 de novembro, o Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*) instou o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) a acelerar os esforços de resposta no Sudão no meio da escalada da violência. As organizações humanitárias foram impedidas de aceder a alguns dos pontos críticos mais assolados por conflitos no Sudão.

A travessia de Tine, no Chade, tem sido há muito tempo um caminho crítico para as organizações humanitárias chegarem à crítica região de Darfur, no Sudão. De acordo com o [OCHA](#), a intensificação dos combates ao longo desta região, bem como na região do Porto Sudão, bloqueou a entrega de ajuda para salvar vidas.

"Estamos profundamente preocupados com a trajetória alarmante deste conflito. Embora já tenha desencadeado um sofrimento horrendo, existem condições para ceifar exponencialmente mais vidas", disse, porta-voz da Chefe Interina de Coordenação de Assuntos Humanitários, Joyce Msuya.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) [confirmou](#) em 29 de outubro que os níveis de deslocamento a nível nacional atingiram um novo pico, com mais de 11 milhões de civis sudaneses deslocados até hoje. Mais de 400 mil pessoas foram deslocadas em El Fasher só nos últimos seis meses. Mais de metade da população deslocada são mulheres e mais de 25 por cento são crianças.

O Campo de Refugiados de Zamzam, no norte de Darfur, abriga atualmente cerca de 500 mil civis sudaneses. "A escala deste deslocamento - e as necessidades humanitárias correspondentes - cresce a cada dia. Metade da população do país precisa de ajuda. Eles não têm acesso a abrigo, a água potável, a cuidados de saúde. A doença está se espalhando rapidamente", explica a Diretora-Geral da OIM, Amy Pope.

A guerra civil causou danos significativos ao setor agrícola do Sudão. De acordo com o [Banco Mundial](#), espera-se que quase 9 milhões de pessoas enfrentem uma fome catastrófica em 2025 se as condições não melhorarem. O Programa Alimentar Mundial [estima](#) que existem 13 áreas no Sudão que estão atualmente em risco de fome.

"As pessoas estão a vender os seus bens para comprar alimentos para as suas famílias. O abastecimento dos mercados comerciais foi interrompido pelos combates. Muitas pessoas dependem agora totalmente da ajuda para terem apenas uma refeição por dia. As pessoas têm de comer folhas e lama em busca de energia apenas para tentar sobreviver", afirmou o diretor da *Concern Sudan*, Dr. Farooq Khan.

"Um em cada dois sudaneses luta para obter a mínima quantidade de alimentos para sobreviver. As condições de fome tomaram conta do Norte de Darfur e milhões lutam para se alimentar todos os dias", acrescenta Pope.

Em 5 de novembro, a ONU informou que a RSF tinha utilizado a violação e a violência sexual como armas de guerra. "Descobriu-se que esta campanha em grande escala, dirigida predominantemente a mulheres e raparigas, inclui violação, escravatura sexual, casamento forçado e tráfico de seres humanos sob condições de violência extrema que equivaleriam a tortura", disse um especialista da ONU.

De acordo com um [relatório](#) da ONU de 23 de outubro, mais de 400 vítimas de agressão sexual da RSF foram registradas e encaminhadas para serviços de saúde e de apoio psicossocial. A maioria destas vítimas não tem acesso a cuidados médicos. As organizações humanitárias apelaram ao pessoal da RSF para que assumam a responsabilidade pelos seus crimes, para garantir que os perpetradores sejam responsabilizados e que o sofrimento não continue.

A Coordenadora Humanitária da ONU no Sudão, Clementine Nkweta-Salami, afirmou num comunicado divulgado em 26 de outubro, que os ataques contínuos a civis e a infraestrutura são proibidos pelo direito humanitário internacional e devem acabar. "Penso que, tendo em conta a natureza da violência, o nível de impunidade de que goza a RSF e o silêncio global quase total sobre este assunto, o número de mortos pode acabar por ser uma subestimação grosseira", disse ela.

O Banco Africano de Desenvolvimento e a integração económica

O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) investiu 55 bilhões de dólares em conectividade regional em toda a África ao longo da última década, demonstrando o seu compromisso com o fortalecimento da integração continental e do comércio.

Esta atualização foi partilhada pela Dra. Joy Kategekwa, Diretora de Integração Regional do BAD, durante o recente [lançamento](#) do Mercado Comum de Capitais, Serviços e Bens 2023-2024 da Comunidade da África Oriental (EAC, *East African Community*).

Falando sobre o tema "Manter a Promessa de Integrar África", Kategekwa delineou o papel de parceria estratégica do Banco no desenvolvimento da África Oriental, destacando o seu apoio ao Protocolo do Mercado Comum da EAC, que visa aprofundar a integração económica através da promoção da livre circulação de bens, serviços e capitais em toda a região.

Os projetos ao abrigo do mote ‘Integrar África’ do Banco na África Oriental, avaliados em 5,5 bilhões de dólares, representam a maior fatia do continente, sublinhando a sua dedicação à promoção de uma África Oriental mais interligada.

“Com 64% da carteira Integrar África direcionada para as infraestruturas de transportes, o Banco financiou projetos significativos que irão melhorar o comércio regional”, afirmou Kategekwa. Um desses projetos é o caminho de ferro eletrificado de bitola padrão de 3,9 bilhões de dólares que liga o Burundi, a Tanzânia e a República Democrática do Congo, com 700 milhões de dólares fornecidos pelo Banco. “Este caminho de ferro simplificará o comércio e a mobilidade através das fronteiras da África Oriental, apoiando as crescentes necessidades económicas da região”, sublinhou.

Para além das infraestruturas, o Banco também investiu em projetos de conectividade “soft”, como o Projeto de Integração dos Sistemas de Pagamento e Liquidação da EAC, no valor de 20 milhões de dólares, que permite transações transfronteiriças em moeda local, e o Projeto de Reforço da Capacitação da EAC, no valor de 11 milhões de dólares, que visa reduzir os custos comerciais e eliminar as barreiras não pautais.

Kategekwa sublinhou a importância destes investimentos para a África Oriental e para os objetivos mais amplos de África no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), que representa um mercado de 3 biliões de dólares. Exortou os governos e as partes interessadas do setor privado a colaborarem na transformação da África Oriental numa força económica unificada.

Sublinhou a importância de harmonizar as políticas, melhorar as infraestruturas e reduzir as barreiras comerciais, instando todas as partes interessadas a empenharem-se na implementação integral do Protocolo do Mercado Comum da EAC. “Juntos, podemos criar uma região próspera, pronta para aproveitar as vastas oportunidades oferecidas pela ZCLCA”, afirmou

A Secretária-Geral da EAC, Veronica Nduva, manifestou a sua preocupação com a ausência de convergência monetária regional, que tem impacto no comércio fronteiriço, apelando à avaliação dos esforços nacionais no sentido de mudanças regionais. “Não importa quantos progressos se façam a nível nacional se não houver convergência a nível regional”, afirmou, alertando para o facto de esta disparidade aumentar os custos das empresas e dificultar a livre circulação.

A conferência terminou com um apelo coletivo à criação de uma Comunidade da África Oriental sem fronteiras como modelo de integração continental e de desenvolvimento sustentável.

Imagem 2: O BAD investe em transportes para fortalecer integração regional (Fonte: BAD)



Combate ao tráfico de drogas e prevenção do crime

A União Africana, em parceria com o *U.S. Department of State Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs*, realizou uma *Global Coalition Continental Consultation* de 22 a 25 de outubro de 2024, em Antananarivo, Madagascar. O [evento](#) reuniu Estados-Membros, organizações internacionais e partes interessadas na aplicação da lei para enfrentar os desafios persistentes colocados pelo tráfico de drogas em África. Com foco na redução da oferta de drogas sintéticas, na abordagem holística do tráfico ilícito de drogas e no combate ao crime organizado transnacional associado, a consulta explorou formas de melhorar a prevenção do crime, a justiça criminal e o Estado de direito em todo o continente.

As principais discussões centraram-se em estratégias de aplicação da lei baseadas em dados, integração de políticas e cooperação transfronteiriça para combater redes de drogas sintéticas. Os [participantes examinaram a importância das reformas legais, da capacitação para a aplicação da lei](#) e das alternativas ao encarceramento para apoiar indivíduos com transtornos por uso de substâncias. Foram partilhadas percepções específicas de cada país sobre tendências em matéria de drogas, detenções e lacunas regulamentares, destacando a necessidade de harmonização legislativa para evitar que os traficantes explorem discrepâncias legais através das fronteiras.

Em seu discurso de abertura, a Ministra das Relações Exteriores de Madagascar, Rasata Rafaravavitaika enfatizou a importância de políticas de drogas inclusivas e adaptativas para enfrentar o desafio crescente do tráfico de drogas sintéticas. Ela destacou a necessidade de mecanismos de cooperação sustentáveis que tenham em conta as necessidades específicas de cada país e comunidade, centrando-se particularmente na proteção dos jovens e dos grupos vulneráveis.

Imagem 3: Participantes da consulta continental contra tráfico de drogas sintéticas



Fonte: African Union, 2024.

Adicionando a voz dela, a Embaixadora Minata Samate Cessouma, Comissária da União Africana para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, sublinhou a urgência de abordar a vulnerabilidade dos jovens face ao aumento do consumo de drogas sintéticas. Ela apelou a políticas que sejam inclusivas e respondam às necessidades de todos os grupos demográficos, com um forte enfoque nas iniciativas de prevenção, tratamento e reabilitação.

O Ministro da Juventude e Desporto de Madagascar, Abdoulah Marson Moustapha, realçou ainda o papel vital da juventude africana como parceiros-chave na luta contra o tráfico de drogas. “Os nossos jovens não são apenas vítimas; eles também são nosso maior patrimônio”, afirmou. O Ministro destacou a importância de investir na educação, saúde e bem-estar dos

jovens para construir uma geração resiliente capaz de liderar África em direção a um futuro melhor.

A consulta também recomendou a criação de laboratórios forenses, a formação de pessoal responsável pela aplicação da lei, a expansão dos [programas K9](#) e a utilização de sistemas de notificação internacionais (através da INTERPOL, AFRIPOL, UNODC e da Organização Mundial das Alfândegas) para uma melhor partilha de informações. Foram incentivadas campanhas de sensibilização pública para educar as comunidades sobre os perigos das drogas sintéticas.

União Africana e OIM estreitam cooperação

A Comissão da União Africana (CUA) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) renovaram o seu compromisso de fortalecer a sua parceria estratégica e esforços conjuntos para enfrentar os desafios da migração em África numa reunião inaugural de Diretores em Adis Abeba.

A Comissária da CUA para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, Embaixadora Minata Samate Cessouma, representando o Presidente da CUA, Moussa Faki Mahamat, sublinhou o papel vital que a colaboração entre a CUA e a OIM desempenha na abordagem às questões de migração em África. Ela destacou a importância das rotas de migração seguras e ordenadas e os seus efeitos na viabilidade económica e na prosperidade humana.

“A justaposição da migração interna e externa africana reafirma a importância desta ocasião, o que sublinha o compromisso conjunto da UA-OIM de aprofundar a cooperação para promover uma migração segura, digna e regular em todo o continente”, afirmou Minata Samate Cessouma. “O alinhamento das prioridades da migração com a Agenda 2063 da UA será fundamental para aproveitar o potencial da migração para beneficiar todos os segmentos da sociedade africana, incluindo a sua diáspora, os jovens, as mulheres e outras populações vulneráveis”, acrescentou.

Imagem 4: A Embaixadora Minata (à direita) com a nova Diretora-Geral da OIM, Amy Pope



Fonte: African Union, 2024.

A migração continua a ser uma das questões mais prementes no continente africano, apresentando oportunidades significativas e desafios complexos. À medida que os padrões de migração continuam a mudar e a evoluir, a coordenação institucional e a cooperação regional continuam a ser essenciais. A reunião entre a CUA e a OIM também abordou a importância de

fortalecer as parcerias com as Comunidades Económicas Regionais Africanas (CER) para garantir uma governança coerente da migração através das fronteiras.

“A CUA e a OIM são grandes parceiros porque as nossas organizações têm uma visão semelhante, na qual vemos África concretizar o seu vasto potencial, uma visão que é impulsionada pela crescente população em idade ativa de África, pela predominância de pequenas e médias empresas e pela rápida evolução do continente. transformação digital”, disse a Diretora-Geral da OIM. “África enfrenta muitos desafios difíceis, incluindo conflitos e alterações climáticas, mas uma migração bem gerida é uma chave poderosa para desbloquear o seu crescimento e prosperidade futuros.”

Ela sublinhou a importância da colaboração entre a Comissão da União Africana e a OIM para aproveitar o potencial de África, enfrentar os desafios da migração e alcançar o desenvolvimento sustentável, observando que esta parceria pode ajudar a desbloquear vastas oportunidades para o continente.

Ancorada no Acordo de Cooperação UA-OIM assinado em 2022, a parceria centra-se em várias áreas críticas de governação da migração, incluindo a importância dos dados de migração para informar as políticas, a mobilidade laboral para o desenvolvimento económico e a garantia da saúde e segurança dos migrantes. O reforço das políticas de migração em todo o continente é fundamental para alcançar a estabilidade e a prosperidade a longo prazo. Estas políticas estão alinhadas com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2063 da União Africana e o Quadro de Política de Migração para África (*Migration Policy Framework for Africa*, MPFA, 2018-2030), enfatizando soluções sustentáveis que promovem a dignidade humana, as oportunidades económicas e a proteção ambiental.

As principais iniciativas discutidas incluíram a renovação do Acordo de Cooperação UA-OIM e a aprovação do Plano de Implementação Conjunta UA-OIM (2025-2027), apoio à implementação do Protocolo de Livre Circulação da UA, expansão da Declaração Ministerial de Kampala de 2022 sobre Migração, Ambiente e Alterações Climáticas (KDMECC, *Kampala Declaration on Migration, Environment and Climate Change*) em todo o continente, e reforço do Plano de Ação do Pacto Global para a Migração (GCM, *Global Compact for Migration*) para África.

Reconhecendo as questões complexas de instabilidade, conflito, violência, mudanças climáticas e desastres que causam deslocamentos em grande escala em África, a reunião destacou a necessidade de uma coordenação humanitária institucional e interagências mais forte e enfatizou a construção de parcerias entre as CER e a OIM.

A Reunião foi concluída com um [comunicado](#) comprometendo-se a renovar o Acordo de Cooperação UA-OIM, apoiar o Plano de Implementação Conjunta, envolver-se na angariação conjunta de fundos, promover a migração regional e a cooperação em mobilidade, defender políticas de migração laboral baseadas em direitos e reforçar a consistência nas políticas de migração em todos os países. níveis de governança.

“Nunca na história das nossas duas instituições irmãs houve uma parceria tão forte, uma responsabilidade partilhada e uma solidariedade global”, disse S.E. Samate, enfatizando esta aliança renovada.

AUDA-NEPAD

Lançamento da plataforma de gestão e recuperação do risco de desastres

Em 15 de novembro, na COP29, em Baku, no Azerbaijão, a Agência de Desenvolvimento da União Africana-NEPAD (AUDA-NEPAD, *African Union Development Agency - [New Partnership for Africa's Development](#)*), em colaboração com a Capacidade Africana de Risco (*African Risk Capacity*) e o Programa Alimentar Mundial, [lançou oficialmente](#) a Plataforma Africana de Gestão e Recuperação do Risco de Desastres.

Esta iniciativa visa transformar a forma como África aborda a redução, gestão e recuperação do risco de catástrofes, introduzindo soluções inovadoras e práticas para os crescentes desafios climáticos do continente.

O objetivo da plataforma é mobilizar recursos técnicos e financeiros para aumentar a resiliência climática de África. Promoverá a colaboração entre governos, o sector privado e parceiros de desenvolvimento para implementar estratégias sustentáveis de adaptação climática. Ao reforçar a capacidade de África para resistir e recuperar de desastres relacionados com o clima, a plataforma visa garantir a estabilidade ambiental, social e económica a longo prazo.

No lançamento, a senhora Estherine Lisinge-Fotabong, Diretora de Agricultura, Segurança Alimentar e Sustentabilidade Ambiental da AUDA-NEPAD, representou a CEO da Agência, senhora Nardos Bekele-Thomas. A senhora Lisinge-Fotabong destacou a necessidade urgente de ação, observando que África tem registrado um aumento preocupante de catástrofes, com uma média de 98 por ano, e resultando na perda de aproximadamente 72.000 vidas. Ela também mencionou que crises como as mudanças climáticas, os conflitos, as consequências da Covid-19 e o aumento dos custos dos alimentos e dos combustíveis estão a criar desafios significativos para o continente.

Embora África seja um foco central para o financiamento climático internacional, o continente necessita de cerca de 2,5 trilhões de dólares entre 2020 e 2030 para enfrentar os desafios climáticos. No entanto, permanece uma lacuna financeira significativa, que impede a implementação eficaz de soluções.

A AUDA-NEPAD continua a implementar programas destinados à resiliência a catástrofes, à adaptação climática e ao desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário mais trabalho para colmatar a lacuna financeira. "Juntos, devemos garantir que África não só sobreviva a estes desafios, mas também construa um futuro resiliente para o seu povo", enfatizou Lisinge-Fotabong.

O lançamento reuniu as principais partes interessadas para discutir estratégias para parcerias mais fortes, melhor coordenação e partilha de recursos para garantir a gestão sustentável de catástrofes em África. A primeira reunião oficial da plataforma está marcada para 2025, marcando o início de uma nova era na partilha de conhecimento e na resiliência a catástrofes no continente.

O senhor Harsen Nyambe, Diretor do Ambiente Sustentável e Economia Azul da Comissão da União Africana, também falou no evento. Ele tratou do papel da União Africana na gestão de catástrofes através de quadros políticos e parcerias, destacando a importância do envolvimento dos jovens na gestão do risco de catástrofes.

Nas discussões, os participantes levantaram pontos-chave sobre a necessidade de vontade política, sistemas de alerta precoce reforçados e melhor coordenação a nível nacional. Houve um forte apelo ao reforço das parcerias entre governos, parceiros de desenvolvimento e grupos técnicos para enfrentar eficazmente os riscos de catástrofes.

A plataforma é vista como um passo essencial para melhorar a gestão do risco de catástrofes em África. Para encerrar, Lisinge-Fotabong apelou à responsabilidade coletiva na mitigação de riscos e enfatizou que, embora as respostas a catástrofes sejam importantes, o foco também deve mudar para a preparação. África deve dar prioridade a medidas proativas para construir um futuro resiliente para todos.

Clique neste [link](#) para aceder ao discurso da senhora Lisinge-Fotabong.

O Dia de África na COP29

Declaração da Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD)

No dia dedicado à África na COP29, transcreve-se a [declaração](#) da senhora Nardos Bekele-Thomas, CEO da AUDA-NEPAD:

É um grande privilégio dirigir-me hoje a vós em nome da Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), no momento em que nos reunimos para enfrentar um dos desafios mais prementes do nosso tempo – as mudanças climáticas.

Hoje, mais do que nunca, a nossa resposta coletiva a esta crise, especialmente através da adaptação, definirá o futuro de milhões de pessoas em África e fora dela. À medida que o mundo enfrenta impactos cada vez mais graves das alterações climáticas, a urgência da adaptação não pode ser exagerada. O aumento das temperaturas, os fenómenos climáticos extremos e a degradação ambiental não estão apenas a perturbar as economias – estão a desestabilizar as comunidades e a ameaçar os meios de subsistência. Mas esta não é apenas uma questão de África; é global, uma vez que os impactos climáticos não reconhecem fronteiras nacionais. Assim, a colaboração já não é uma opção, é imperativa para a nossa sobrevivência partilhada e desenvolvimento sustentável.

A Organização Meteorológica Mundial informa que, nos últimos 50 anos, mais de 11.000 desastres relacionados com o clima em todo o mundo levaram a mais de 2 milhões de mortes e perdas económicas superiores a 3,6 biliões de dólares.

No entanto, o fardo destas catástrofes recai desproporcionalmente sobre as regiões em desenvolvimento, especialmente em África, no Sudeste Asiático e nas ilhas do Pacífico, onde as vulnerabilidades são mais elevadas.

O Relatório sobre a Lacuna de Adaptação do PNUA de 2022 pinta um quadro nítido: sem medidas urgentes, o custo anual da adaptação às alterações climáticas nos países em desenvolvimento poderia atingir 300 mil milhões de dólares até 2030, aumentando para 500 mil milhões de dólares até 2050. No entanto, o financiamento global para a adaptação climática ronda atualmente os 30 biliões de dólares por ano – uma mera fracção do que é necessário.

A urgência é especialmente aguda em África. Em todo o nosso continente, desde as secas que devastam colheitas na África Oriental até às inundações que deslocam comunidades inteiras, os impactos das mudanças climáticas estão a reverter os ganhos de desenvolvimento duramente conquistados. Os riscos são elevados: África já está a perder até 5% do seu PIB anualmente devido aos impactos relacionados com o clima. Só na África Subsariana, estima-se que o custo da adaptação varie entre 30 e 50 biliões de dólares anuais durante a próxima década. Até 2030, prevê-se que quase 120 milhões das pessoas mais pobres do continente estarão expostas a secas, inundações e condições

extremas colocando ainda maior pressão sobre os esforços de redução da pobreza e prejudicando significativamente o nosso crescimento económico.

Sem ações decisivas, estas perdas só aumentarão. É por esta razão que os líderes africanos na Cimeira da União Africana de 2014 reconheceram a adaptação como uma prioridade máxima para o continente.

Para África, a adaptação significa mais do que simplesmente reagir a catástrofes – trata-se de preparar o futuro, integrando a resiliência climática em todos os aspectos das nossas economias e estratégias de desenvolvimento. Significa uma agricultura climaticamente inteligente para capacitar os nossos agricultores para alimentar as nossas populações, apesar dos padrões climáticos imprevisíveis. Significa construir infraestruturas resilientes que possam resistir a inundações, secas e à subida do nível do mar. Significa equipar as nossas comunidades – especialmente as mais vulneráveis – com as ferramentas e recursos de que necessitam para resistir e recuperar rapidamente dos choques climáticos.

Adaptação também tem a ver com inovação. Trata-se de desenvolver soluções lideradas por africanos que combinem o conhecimento indígena com tecnologia de ponta. Em todo o continente, estamos a assistir a exemplos notáveis de adaptação – desde sistemas de irrigação alimentados por energia solar no Sahel até projetos comunitários de restauração de mangais ao longo das nossas costas. Estes são os tipos de soluções que permitirão a África não apenas sobreviver, mas também prosperar num clima em mudança.

Apesar destes esforços, o financiamento para a adaptação continua a ser criticamente inadequado. De acordo com o Centro Global de Adaptação, as Contribuições Nacionalmente Determinadas de 51 países africanos indicam uma necessidade de 580 bilhões de dólares em investimentos para a adaptação de 2020 a 2030. Contudo, África recebe atualmente apenas cerca de 11 bilhões de dólares anuais para este fim. Se esta tendência persistir, até 2030, o financiamento cumulativo da adaptação totalizará apenas 125 bilhões de dólares – menos de um quarto do que o continente necessita.

Imagem 5: A CEO da AUDA-NEPAD no dia dedicado à África na COP29



Fonte: AUDA-NEPAD, 2024.

Esta lacuna de financiamento exige uma ação urgente e coletiva. Devemos intensificar o nosso compromisso, aumentar os nossos investimentos e levar as nossas iniciativas a novos patamares. Não basta fazer o que é confortável ou familiar. Temos de ir além dos nossos limites atuais para garantir um futuro onde África não só se adapte, mas prospere.

Para encerrar, gostaria de destacar os esforços da AUDA-NEPAD através da criação do Centro de Excelência da AUDA-NEPAD em Adaptação e Resiliência Climática. Localizado no Cairo, este Centro dedica-se a fortalecer a capacitação, a partilha de conhecimentos e a inovação na adaptação climática em toda a África. Desempenhará um papel fundamental ao dotar as nações africanas das ferramentas e conhecimentos necessários para integrar a adaptação climática nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Através deste Centro e de outras iniciativas emblemáticas – como a agricultura inteligente em termos climáticos e o desenvolvimento de infraestrutura resilientes – a AUDA-NEPAD está empenhada em estabelecer parcerias com os nossos Estados-Membros e intervenientes internacionais. O desafio da adaptação climática é simplesmente demasiado vasto para ser enfrentado por qualquer país ou região sozinho. Através de parcerias com governos, instituições internacionais, o sector privado e a sociedade civil, África está posicionada não para ser apenas um receptor de soluções de adaptação, mas também um líder na sua definição.

Trabalhemos juntos para transformar desafios em oportunidades e para garantir um futuro resiliente, sustentável e próspero para África e para o mundo.

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Cooperação regional e estratégias de saúde

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizou uma reunião estratégica de Ministros da Saúde e responsáveis pelo HIV e AIDS em 7 de novembro, em Harare, Zimbábue, para abordar os desafios de saúde mais urgentes na [região](#). Presidido pelo Dr. Douglas Mombeshora, Ministro da Saúde do Zimbábue, o evento reafirmou o compromisso coletivo dos Estados-Membros na implementação de ações decisivas para combater doenças como HIV, tuberculose e malária. O encontro destacou a necessidade de programas eficazes, baseados em evidências, e de uma implementação rápida das resoluções para alcançar avanços significativos na saúde regional.

Os participantes enfatizaram a importância do compartilhamento de informações epidemiológicas entre os Estados-Membros, especialmente no controle de surtos de doenças transmissíveis e na mitigação de ameaças transfronteiriças. Além disso, reconheceu-se o apoio fundamental de parceiros internacionais, como os Centros Africanos de Controle de Doenças, na construção de um Painel Regional que facilite a coordenação e a vigilância de saúde pública. Uma abordagem integrada foi proposta para fortalecer a manufatura local e regional de medicamentos e vacinas, garantindo segurança sanitária. Outro tema central foi a vacinação infantil, com a urgência de alcançar crianças que ainda não receberam imunizações básicas. A pandemia de COVID-19 impactou negativamente os serviços de imunização na região, evidenciando a necessidade de expansão dos programas para comunidades de difícil acesso.

A senhora Angele Makombo Ntumba, Secretária Adjunta da SADC, enfatizou o papel crítico dos Estados-Membros no desenvolvimento e ratificação do Tratado sobre Pandemias e na revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), instrumentos essenciais para preparar a região para futuras pandemias. Ela destacou, ainda, o impacto negativo do subinvestimento em áreas como assistência médica cirúrgica. Nesse sentido, a SADC trabalha com a OMS para criar uma estratégia regional que fortaleça o atendimento cirúrgico, obstétrico e anestésico.

O progresso nos esforços contra o HIV foi celebrado, com reduções de novas infecções e mortes relacionadas à AIDS em 2023. Os Ministros comprometeram-se a intensificar os esforços para eliminar a transmissão vertical do HIV e apoiar ações específicas em países como Madagascar, onde os índices de HIV permanecem alarmantes. Estratégias integradas e iniciativas como o programa [2gether4SRH](#) foram destacados como fundamentais para alcançar metas de saúde reprodutiva, materna e neonatal.

A luta contra a obesidade e o sobrepeso também foi priorizada, com a adoção de uma estratégia regional para prevenção e controle de doenças não transmissíveis (DNT). Dados recentes indicam taxas de sobrepeso variando entre 25% e 55% nos Estados-Membros,

destacando a necessidade de ações preventivas para reduzir o impacto econômico e social das DNT.

No contexto da malária, o Vice-Presidente do Zimbábue, Honorável General (Rtd) Dr. Constantino Chiwenga, liderou as comemorações do Dia da Malária da SADC e lançou a campanha "[A Malária Zero Começa Comigo](#)". Com base no tema "Sistemas de saúde e comunidades resilientes: a chave para a eliminação da malária", ele destacou a importância de sistemas de saúde robustos e da participação comunitária para alcançar a meta de eliminação da malária até 2030, conforme delineado na Declaração de Windhoek. A campanha "Zero Malária Começa Comigo" exemplifica o poder da mobilização política, comunitária e privada, inspirando ações coordenadas para eliminar a doença. Originalmente lançada no Senegal, a campanha foi endossada pela União Africana em 2018 e expandiu-se para uma iniciativa pan-africana. No entanto, foi destacado que o progresso na eliminação da malária está atrasado devido ao financiamento insuficiente, e os Ministros apelaram por maior investimento doméstico e internacional.

Por fim, a reunião concluiu com a análise de iniciativas de financiamento da saúde na região, destacando a importância da colaboração com o setor privado e a troca de boas práticas entre os Estados-Membros. O encontro demonstrou que, embora os desafios sejam significativos, a determinação coletiva e as ações coordenadas são ferramentas indispensáveis para alcançar sistemas de saúde resilientes e comunidades mais saudáveis na região da SADC.

Estratégias para *HealthTech*

[HealthTech](#) refere-se à aplicação de tecnologias em cuidados de saúde para prevenir, diagnosticar e tratar condições médicas; promover bem-estar; melhorar a qualidade do atendimento; organizar a prestação de serviços na região Africana. De acordo com o relatório do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento [Policy Blueprint](#), HealthTech é uma das ferramentas mais poderosas para reduzir lacunas na prestação de cuidados globais de saúde, com potencial de gerar até 15% de eficiência em sistemas de saúde, liberando recursos para outras necessidades dos pacientes.

Nesta perspectiva, os Governos africanos têm reconhecido o valor de *HealthTech*, com esforços, como a Política Nacional de *eHealth* lançada por Ruanda em 2016 instrumento importante para melhorar a saúde das populações no que se refere ao acesso e a melhoria dos cuidados de saúde no seu todo a população. Países como Senegal e Quênia também iniciaram estratégias digitais antes da pandemia de Covid-19, mostrando maior capacidade de resposta durante a crise sanitária.

Apesar do progresso na implementação das tecnologias digitais no continente africano, ainda persistem desafios estruturais e contextuais identificadas pelo relatório como:

Falta de políticas unificadas: de acordo com entrevistas e consultas conduzidas em 11 países africanos (incluindo Etiópia, Nigéria e Camarões), a ausência de um conjunto unificado e atualizado de políticas prejudica o desenvolvimento de *HealthTech*. Por isso, estratégias existentes são descritas como "vagas, incompletas e inconsistentes", muitas vezes abertas à má interpretação. Um caso emblemático foi identificado no Ruanda, onde a ausência de leis claras sobre privacidade digital impactou a interação dos pacientes com serviços de saúde.

Processos de licenciamento complexos: licenciar inovações em *HealthTech* é frequentemente descrito como um processo "cansativo, caro e demorado". Por exemplo, um

inovador no Ruanda relatou esperar quase quatro meses para aprovar o processamento de dados fora do país, mesmo com apoio governamental. Essa burocracia retarda a implementação de novas soluções.

Infraestrutura deficiente: cerca de 29% da população africana vive em áreas sem acesso à internet, enquanto 50% das unidades de Atenção Primária na África subsaariana carecem de eletricidade confiável. Isso resulta na necessidade de manter sistemas baseados em papel, mesmo em locais com ferramentas digitais disponíveis, criando redundâncias e atrasos.

Acesso restrito e insegurança de dados: a falta de políticas claras sobre compartilhamento de dados é um dos desafios mais frequentes relatados por inovadores. Muitas vezes, governos hesitam em liberar dados por receio de violações de segurança, enquanto inovadores enfrentam restrições que limitam o desenvolvimento de soluções integradas.

Integração limitada: o documento destaca a fragmentação dos sistemas de dados. Em muitos países, os registros digitais são incompatíveis entre departamentos de saúde (como laboratórios e farmácias), dificultando a interoperabilidade. Isso também impede a troca de dados entre países, restringindo o aprendizado e a colaboração em nível regional.

Recomendações

Mecanismos de coordenação e diálogo: a criação de fóruns nacionais e regionais é essencial para promover a colaboração entre governos, inovadores e comunidades. Um exemplo destacado é o trabalho do HealthTech Hub Africa em Ruanda, que facilitou diálogos entre 65 startups e investidores e autoridades governamentais em março de 2023. Esses encontros resultaram em recomendações concretas, como o desenvolvimento de checklists técnicos para avaliar medidas de proteção de dados em startups.

Revisão de políticas de dados: é essencial atualizar as regulamentações para permitir o acesso seguro a dados de saúde. O uso de serviços em nuvem deve ser explorado, garantindo segurança e eficiência, enquanto políticas de interoperabilidade precisam ser priorizadas para conectar sistemas e dados.

Licenciamento simplificado: simplificar os processos de licenciamento pode acelerar a implementação de inovações. Um exemplo citado no documento é o uso de "sandboxes regulatórios", onde inovadores e reguladores trabalham juntos para testar soluções em um ambiente controlado antes de adotar regulamentações formais. Além de criar condições que permitam a harmonização dos procedimentos e o funcionamento de tecnologias digitais na saúde na região: Desenvolver plataformas regionais que unifiquem processos regulatórios pode facilitar a colaboração entre países e reduzir redundâncias.

As recomendações destacadas no relatório são complementadas por casos de sucesso na implementação de tecnologias digitais em saúde na África, demonstrando o impacto positivo de abordagens inovadoras e colaborativas. Na República Democrática do Congo (RDC), a introdução de drones para o transporte de vacinas e amostras médicas em áreas remotas exemplifica uma solução tecnológica sustentável. Essa iniciativa foi implementada por meio de uma abordagem multissetorial, envolvendo ministérios da Saúde, Defesa e Tecnologia. A coordenação eficiente entre esses órgãos foi essencial para superar desafios logísticos e garantir a integração das operações ao sistema público de saúde.

Em Ruanda, o *HealthTech Hub Africa* desempenhou um papel crucial ao organizar um *summit* em Kigali, reunindo startups, investidores e representantes governamentais. Este encontro resultou em parcerias público-privadas bem-sucedidas, que abordaram questões críticas como licenciamento e proteção de dados. O evento demonstrou como o diálogo entre diferentes atores pode acelerar a implementação de soluções digitais inovadoras.

Na África do Sul, o Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia emerge como um exemplo de excelência em coordenação multissetorial. Composto por mais de 124 membros institucionais, o fórum promove a inovação tecnológica por meio de iniciativas colaborativas. Seu trabalho evidencia como parcerias entre setores público, privado e acadêmico podem influenciar políticas públicas e fomentar o desenvolvimento de *HealthTech*.

O maremoto Trump sacode as águas na Europa

Europe in retreat

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The Donald Trump elections in the USA leaves the European Union apprehensive about financing the Ukraine war and its own defense. The war, in turn, is experiencing a moment of escalation with the involvement of North Korea, which followed the authorization of the use of US weapons to attack Russia, which followed the review of Russian nuclear doctrine. The EU Mercosur Free Trade Agreement remains on the agenda and with its traditional opponents. The European Parliament hearings confirm 19 new commissioners and leave the health commissioner and the 6 executive vice-presidents in the suspense.*

Keywords: *Global Health; European Union; Ukraine war; Donald Trump.*

Resumo. A eleição de Donald Trump nos EUA deixa a União Europeia apreensiva, em relação ao financiamento da guerra na Ucrânia e à sua própria defesa. A guerra, por sua vez, vive momento de escalada com o envolvimento da Coreia do Norte, que se seguiu à autorização de uso de armas estadunidenses para ataque à Rússia, que se seguiu à revisão da doutrina nuclear russa. O Acordo de Livre Comércio UE Mercosul segue em pauta e com seus tradicionais opositores. As audições do Parlamento Europeu confirmam 19 novos comissários e deixam na berlinda o da saúde e os 6 vice-presidentes executivos.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Guerra na Ucrânia; Donald Trump.

A eleição de Donald Trump nos EUA promete agitar as águas no sistema internacional, mas no caso da Europa, é possível esperar um verdadeiro maremoto. O continente, que já vem convivendo com a ascensão das forças de extrema direita, agora sentirá a pressão interna e externamente ao bloco. A agenda migratória, que sai de um Pacto de Migração e Asilo para entrar em discussões sobre externalização de migrantes, vai se tornar apenas mais um exemplo da mudança de pauta política. Mudanças semelhantes de rota, podem ser esperadas em assuntos como a guerra da Ucrânia, expansão da Otan e políticas comerciais.

Trump sempre se mostrou crítico ao apoio financeiro estadunidense à guerra na Ucrânia e se elegeu com a promessa de limitar este apoio e de acabar com a guerra o mais rápido possível. Contudo, logo após sua eleição, a guerra vive uma escalada recente. Como resposta ao envolvimento da Coreia do Norte, Jon Biden autorizou a Ucrânia a utilizar mísseis estadunidenses de longo alcance para atacar a Rússia. A utilização dos armamentos fornecidos por países ocidentais, vinha sendo permitida apenas para defesa, não para ataque. Apesar dos constantes apelos de Volodymyr Zelenskyy, os países que fornecem armas à Ucrânia (membros da Otan), sempre impediram a sua utilização para atacar o interior do território russo.

A Rússia, que sempre advertiu que a possibilidade de uso de armas ocidentais para atacá-la significaria uma escalada no conflito, revisou sua doutrina nuclear. Não demorou para que a Ucrânia atacasse a região russa de Bryansk com seis mísseis balísticos ATACMS, fornecidos

pelos EUA. Poucas horas depois do ataque, o presidente russo Vladimir Putin assinou o decreto que aprova a sua doutrina nuclear atualizada, alterando os parâmetros sobre quando a Rússia pode utilizar armas nucleares. O documento atualizado, que define as condições em que a Rússia pode utilizar armas nucleares, afirma agora que qualquer agressão contra a Rússia por um Estado não nuclear, se tiver apoio de uma potência nuclear, será considerada um ataque conjunto.

A eleição de Trump ameaça enfraquecer todas as instâncias multilaterais e muitas regionais, como a Otan. Em sua gestão anterior, a Otan estava apagada e perigava ser sufocada pela ausência de financiamento americano. Este filme, vai voltar à cena, num momento em que se discute a expansão da Aliança, absorvendo inclusive a Ucrânia, promessa para quando a guerra acabar. O novo mandatário estadunidense, se mostra comprometido com o fim da guerra, apesar de omitir de quem seria a vitória, mas nada comprometido com a Aliança do Atlântico Norte, para quem a Europa terceirizou sua política de segurança.

Como resultado, a Cimeira da UE de outubro, se debruçou sobre o apoio à Ucrânia após a autorização de Biden para a utilização de armas dos EUA contra a Rússia e sobre a nova gestão dos EUA. A recente eleição presidencial norte-americana e a vitória de Donald Trump, que se comprometeu a rever a assistência militar e financeira à Ucrânia, pesam sobre o encontro. O regresso político de Trump alimenta o receio de que a Europa possa em breve ficar sozinha no seu apoio à Ucrânia. "Estamos perante um cenário completamente diferente e os europeus têm de estar preparados para agir sem esperar para reagir às decisões dos EUA", afirmou Josep Borrell, responsável pela política externa da UE, a propósito do regresso do republicano à Casa Branca.

Um efeito bastante direto à volta de Trump como mandatário dos EUA é o acirramento de práticas comerciais protecionistas. Caso cumpra com sua promessa eleitoral, o novo presidente imporá uma tarifa de 10% sobre todas as importações que adentrarem os EUA. Se a taxação se confirmar, espera-se um grande movimento de desvio de comércio: todos os países que tiverem suas vendas para os EUA prejudicadas, tentarão escoar suas exportações, desviando o comércio com os EUA para qualquer outro país.

Este cenário traz novo impulso ao Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul, que segue em discussão com promessa de celebração até o final de 2024. Tanto a UE, quanto o Mercosul, têm nos EUA um importante parceiro comercial e terão suas balanças comerciais prejudicadas com o aumento do protecionismo estadunidense. A assinatura do Acordo, traria um alívio para os setores prejudicados, que poderiam fazer escoar sua produção para o novo parceiro. Contudo, independentemente da assinatura do Acordo, o aumento das tarifas de importação por parte dos EUA, afetarão todo o fluxo comercial mundial.

No entanto, as declarações concedidas na recente reunião do G20 no Rio de Janeiro, deixam claras as posições outrora cristalizadas, como a oposição da França, que não só se opõe, como agora se dedica a arregimentar novas oposições. O presidente francês, Emmanuel Macron, esteve em Buenos Aires antes da reunião do Rio, para conversar com Javier Milei, presidente da Argentina, sobre suas posições contrárias ao Acordo de Livre Comércio. A oposição da França ao Acordo, também voltou às ruas na segunda-feira, durante a reunião do G20, quando agricultores de diversas cidades manifestaram suas contrariedades.

No âmbito da nova gestão da União Europeia, as audições no Parlamento Europeu para nomeação dos 26 novos Comissários indicados pela presidente reeleita, Úrsula Von der Leyen,

entra em sua reta final com muitos candidatos referendados, mas sem certeza sobre os 6 vices-presidentes executivos e sobre o Comissário para Saúde e Bem-estar Animal, o húngaro Olivér Várhelyi, que pode ter seu nome substituído por outro nome húngaro. Além de Várhelyi, estão na berlinda: a espanhola Teresa Ribera (Transição Limpa, Justa e Competitiva), a finlandesa Henna Virkkunen (Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia), a estónia Kaja Kallas (Negócios Estrangeiros e Política de Segurança), a romena Roxana Mînzatu (Pessoas, Competências e Preparação), o italiano Raffaele Fitto (Coesão e Reformas) e o francês Stéphane Séjourné (Prosperidade e Estratégia Industrial).

Xi Jinping no Brasil

Xi Jinping in Brazil

André Costa Lobato

Abstract. *Before arriving in Rio de Janeiro for the G20, Chinese President Xi Jinping highlighted the 50-year diplomatic relationship between Brazil and China, praising the strategic partnership and progress in mutual trust and bilateral cooperation. Xi also emphasized the cultural connection between the two nations, noting Brazil's influence in China, such as samba and capoeira. Additionally, he stressed the importance of strengthening cooperation mechanisms and supported Lula's proposal to create a Global Alliance Against Hunger and Poverty. Xi's visit to Brazil follows his trip to Lima for the APEC summit, where he met with Joe Biden and reiterated China's "red lines" for U.S.-China relations, including Taiwan and human rights issues. .*

Keywords: Artificial Intelligence, BRICS, Dilma Rousseff

Resumo. Antes de desembarcar no Rio de Janeiro para o G20, o presidente chinês Xi Jinping destacou os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, elogiando a parceria estratégica e os avanços em confiança mútua e cooperação bilateral. Xi também sublinhou a afinidade cultural entre os países, com destaque para a influência brasileira na China, como samba e capoeira. Além disso, reforçou a importância de fortalecer os mecanismos de cooperação e apoiou a proposta de Lula para criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Xi chegou ao Brasil após visitar Lima, onde participou de um encontro da APEC e realizou uma reunião com Joe Biden, na qual enfatizou as "linhas vermelhas" para as relações entre China e EUA, como a questão de Taiwan e os direitos humanos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, BRICS, Dilma Rousseff

Diplomática

O presidente da China, Xi Jinping, chegou ao Rio de Janeiro no dia 17 para participar do 19º Encontro do G20 e realizar uma visita de Estado ao Brasil¹¹⁵, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Recebido com honras na Base Aérea do Galeão, Xi destacou os 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países, elogiando a parceria estratégica e os avanços em confiança mútua, cooperação prática e defesa dos interesses do Sul Global. Ele afirmou que a visita busca aprofundar os laços bilaterais e alinhar estratégias de desenvolvimento, além de participar das discussões do G20 sobre um mundo multipolar e uma globalização inclusiva. É a quarta visita de Xi ao Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores da China publicou texto de Xi Jinping intitulado "*A Friendship Spanning Vast Oceans: A Voyage Toward a Brighter Shared Future*"¹¹⁶ antes de sua chegada ao Rio de Janeiro para o G20. Xi destacou a afinidade cultural entre Brasil e China,

¹¹⁵ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202411/t20241118_11528456.html

¹¹⁶ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202411/t20241117_11527716.html

exemplificada pela tradução de poemas da Dinastia Tang por escritores como Cecília Meireles e Machado de Assis, além do impacto de elementos culturais brasileiros, como o samba e a capoeira, na China. Ele ressaltou a parceria em fóruns multilaterais, como ONU e BRICS, e iniciativas conjuntas, como o entendimento político sobre a crise na Ucrânia. Xi elogiou ainda a proposta de Lula de criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, afirmando apoio ao projeto e reafirmando a importância de fortalecer a confiança estratégica e os mecanismos de cooperação bilateral.

Antes de vir ao Brasil, Xi visitou Lima, no Peru, para encontro da APEC. Lá, fez uma reunião bilateral com Joe Biden¹¹⁷. O comunicado da chancelaria chinesa foi mais incisivo do que os de costume, traçando objetivamente quatro linhas-vermelhas para as relações entre EUA e China: “O princípio de uma só China e os três comunicados conjuntos China-EUA são a base política das relações China-EUA. Eles devem ser observados. A questão de Taiwan, democracia e direitos humanos, o caminho e o sistema da China e o direito de desenvolvimento da China são quatro linhas vermelhas para a China. Eles não devem ser desafiados. Estes são os guarda-corpos e redes de segurança mais importantes para as relações China-EUA.”. O comunicado diz ainda que a “Armadilha de Tucídides não é uma inevitabilidade histórica” e que uma “nova guerra fria não deve ser travada e uma vitória não pode ser ganha”.

Antes do encontro com Biden, Xi ligou para Trump, o recém-eleito presidente dos EUA, para parabenizá-lo pela vitória¹¹⁸. Xi Jinping disse que a “história nos mostra que a cooperação entre a China e os Estados Unidos beneficia ambos, enquanto o confronto prejudica ambos”.

Sanitária

No aguardo do que será o tema da saúde na relação bilateral entre Brasil e China, ou do encontro entre Xi Jinping e Lula da Silva em Brasília nos dias 19 e 20 deste mês. Comentários durante a reunião do observatório.

Socioeconômica

A China lidera globalmente na energia eólica offshore, com 39,1 milhões de quilowatts conectados à sua rede nacional até o terceiro trimestre deste ano, conforme anunciado em uma conferência do setor de energia eólica realizado Beihai. O país desenvolveu cadeias tecnológicas e industriais completas para a energia eólica offshore, abrangendo desde o projeto e fabricação até construção, operação e manutenção¹¹⁹.

A Suprema Corte Popular da China (SPC) informou que as disputas ambientais e ecológicas no país diminuíram desde 2021, indicando avanços nos esforços de proteção ambiental e construção ecológica. Entre 2014 e 2024, os tribunais chineses concluíram 2,16 milhões de processos ambientais, com o número de órgãos especializados em julgamento ambiental aumentando de 134 para mais de 2.400. O presidente da SPC, Zhang Jun, destacou os avanços judiciais, defendendo punições para poluidores e medidas de restauração ambiental, além de apoio à criação de um código ambiental nacional e à formulação de regras

¹¹⁷ https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202411/t20241117_11527672.html

¹¹⁸ <http://www.news.cn/politics/leaders/20241107/bfab81b6a29b4627b15e83c7088f7cdb/c.html>

¹¹⁹ http://en.ce.cn/main/latest/202411/17/t20241117_39205507.shtml

internacionais de conservação. A SPC também anunciou 10 bases-modelo para proteção e restauração ambiental, localizadas em províncias como Zhejiang, Fujian e Shanxi¹²⁰.

Os dois primeiros resultados de pesquisas independentes feitos por cientistas chineses usando amostras do “lado oculto” da lua coletadas pela missão Chang'e-6 foram publicados nas Nature e Science. Os estudos revelaram que ainda havia atividade de magma há cerca de 2,8 bilhões de anos, fornecendo evidências científicas importantes para que as pessoas entendam a evolução da lua, que possui formações geológicas distintas em seu lado voltado para a Terra e o lado explorado pela missão chinesa¹²¹.

¹²⁰ https://english.court.gov.cn/2024-11/14/c_1044940.htm

¹²¹ https://www.cas.cn/syky/202411/t20241115_5039639.shtml

EUA: Biden-Harris consolidando iniciativas nacionais e globais

Guto Galvão

Resumo: O governo Biden-Harris está concentrado seus esforços na consolidação de iniciativas e programas nacionais e internacionais, incluindo aqueles das áreas de saúde e clima. Os EUA mantêm uma presença de alto nível com posições de destaque em eventos globais, como a COP29 e o G20. Suas ações integram um plano abrangente que visa fortalecer a liderança dos EUA nesses setores até o final do mandato.

Palavras-chave: EUA, G20, COP29, Clima, Saúde

Summary: The Biden-Harris administration is focusing on consolidating national and international initiatives and programs, including those in health and climate. The U.S. has maintained a high-profile presence, with prominent positions at global events such as COP29 and the G20. His actions are part of a comprehensive plan to strengthen U.S. leadership in these sectors by the end of his term.

Keywords: USA, G20, COP29, Climate, Health

Ações importantes da administração Biden-Harris

Até 20 de janeiro de 2025, a atuação do governo Biden se concentrará em consolidar as iniciativas e programas nacionais e internacionais, incluindo aqueles das áreas de saúde e clima. Nesse sentido, os EUA mantêm uma presença de alto nível com posições que têm se destacado em eventos globais, como a COP29 e o G20. Suas ações integram um plano abrangente que visa fortalecer a liderança dos EUA nesses setores até o final do mandato. Combinando iniciativas internas, parcerias globais e compromissos multilaterais, os EUA abordam simultaneamente os desafios climáticos e de saúde pública.

Participação dos EUA na COP29

A COP29, realizada em Baku, Azerbaijão, em 2024, é um evento crucial no fortalecimento das políticas globais de combate às mudanças climáticas. Durante a conferência, os Estados Unidos tiveram um papel proativo e significativo, tanto em termos de compromissos climáticos quanto em ações concretas para apoiar a transição energética global e a justiça climática. O governo dos EUA aproveitou a COP29 para destacar suas iniciativas, além de reforçar sua liderança na inovação tecnológica e no financiamento climático. Aqui estão os principais pontos da atuação dos EUA na conferência:

Compromissos climáticos ambiciosos dos EUA.

As iniciativas e compromissos do governo Biden-Harris na 29ª ONU Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP29) para acelerar a ação climática global, incluem:

Anúncios de ações climáticas domésticas

1. **Redução das emissões de metano:** Finalização de uma regra para reduzir as emissões de metano do setor de petróleo e gás.
2. **Expansão da energia nuclear:** Estabelecer metas ambiciosas para construir nova capacidade de geração de energia nuclear.
3. **Promoção da energia geotérmica:** Aprovar projetos geotérmicos de grande escala e investir em tecnologias de última geração.
4. **Redução das emissões do governo:** Meta de redução de 30% nas emissões do Escopo 3 do governo federal até 2030.
5. **Pesquisa de remoção de dióxido de carbono marinho:** avançar na pesquisa sobre tecnologias de remoção de dióxido de carbono marinho.

Anúncios de ações climáticas globais

1. **Gases de Efeito Estufa (GEEs) metano e não CO₂:** organizar uma cúpula e mobilizar mais de US\$ 1 bilhão em financiamento para combater os super poluentes.
2. **Implantação de energia nuclear:** Liderar esforços para triplicar a capacidade global de energia nuclear e apoiar projetos internacionais.
3. **Energia Renovável e Eficiência Energética:** Estabelecer metas internacionais para armazenamento de energia e expansão da rede.
4. **Desafio de Gestão de Carbono:** Expandir a iniciativa para incluir mais países.
5. **Parceria de resfriamento EUA-Índia:** Reduzir as emissões relacionadas ao resfriamento na Índia em 50% até 2030.
6. **Aposentadoria antecipada da usina de carvão da Indonésia:** Facilitando o investimento para a aposentadoria antecipada de uma usina a carvão.

Mobilização Financeira

1. **Mecanismo de Financiamento Climático do ADB:** Anunciando uma garantia de US\$ 1 bilhão para permitir US\$ 4,5 bilhões em novos empréstimos.
2. **Mecanismo de Fundos de Investimento Climático:** Apoiar um mecanismo para arrecadar US\$ 5 bilhões em 10 anos.
3. **Investimentos recordes da DFC e EXIM:** Alcançar altos níveis de investimentos climáticos.
4. **Investimentos da USAID:** Direcionando o financiamento privado para setores de difícil acesso e apoiando projetos climáticos no Camboja e na África.

Resiliência climática

1. **Investimentos em adaptação:** Escalando até US\$ 3 bilhões no FY23.
2. **Informações sobre o clima e alertas precoces:** expandir o acesso a informações sobre o clima e alertas precoces.

3. **Financiamento climático para a agricultura na África:** Investir em agricultura resiliente ao clima.

4. **Apoio técnico aos SIDS:** Expansão do apoio aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

5. **Acordos de Parceria em Moçambique:** Assinatura de acordos para meios de subsistência costeiros e resiliência climática.

6. **Resiliência da rede na África:** concessão de subsídios para sistemas de rede inteligente.

Promoção da liderança de mulheres e meninas

1. **Mulheres na Energia Limpa:** Investir em programas de apoio às mulheres nos setores de energia limpa.

2. **Liderança Feminina na Ação Climática:** Empoderando mulheres e meninas como líderes climáticas.

3. **Mulheres na Agricultura:** Lançamento de programas de apoio às mulheres na agricultura.

4. **Mulheres Defensoras do Meio Ambiente:** Expandindo o apoio às mulheres defensoras do meio ambiente.

5. **Mulheres em Energia Limpa e Minerais:** Aumentar a liderança das mulheres em energia limpa e setores minerais críticos.

Essas iniciativas visam aprimorar a ação climática global, promover oportunidades econômicas e melhorar a resiliência aos impactos climáticos.

Presidente Biden marca viagem histórica à Floresta Amazônica do Brasil

Em 17 de novembro de 2024, o presidente Biden marcou um legado climático histórico com uma viagem à Floresta Amazônica do Brasil, tornando-se o primeiro presidente dos EUA em exercício a visitar a Amazônia. Durante esta viagem, ele anunciou que os EUA superaram sua meta de fornecer US\$ 11 bilhões por ano em financiamento climático internacional, tornando os EUA o maior provedor bilateral de financiamento climático globalmente. Ele também assinou uma proclamação designando 17 de novembro como o Dia Internacional da Conservação.

As principais iniciativas e anúncios incluem:

1. **Fundo Amazônia:** Os EUA anunciaram US\$ 50 milhões adicionais para o Fundo Amazônia, elevando o total de contribuições para US\$ 100 milhões.

2. **Coalizão Brasileira de Restauração e Financiamento da Bioeconomia:** Uma coalizão visando mobilizar pelo menos US\$ 10 bilhões para projetos de restauração de terras e bioeconomia até 2030, apoiando a conservação e restauração de 5,5 milhões de hectares e contribuindo para 1,5 gigatoneladas de reduções e remoções de emissões até 2050.

3. **Investimento da DFC em Reflorestamento:** Um empréstimo de US\$ 37,5 milhões para a Mombak Gestora de Recursos Ltda. para o plantio em larga escala de espécies arbóreas

nativas em campos degradados no Brasil, espera-se sequestrar aproximadamente 5 milhões de toneladas métricas de CO₂ ao longo de 50 anos.

1. **Tropical Forest Forever Facility (TFFF):** Apoio à visão do presidente Lula de um fundo de US\$ 125 bilhões para a conservação de florestas tropicais.
2. **Coalizão LEAF:** Um acordo de US\$ 180 milhões sobre créditos de carbono florestal de alta integridade com o estado brasileiro do Pará.
3. **Cooperação DFC e BNDES:** Uma nova parceria para aumentar as oportunidades de investimento no Brasil em setores relacionados ao clima.
4. **Laboratório de Investimento em Soluções Baseadas na Natureza:** Uma iniciativa de US\$ 2 milhões para promover o investimento privado em projetos de soluções baseadas na natureza.
5. **Alianças para a Amazônia:** Expansão da metodologia científica TerraBio da USAID-CIAT para medir o impacto da biodiversidade.
6. **Rainforest Wealth Project:** Um investimento de US\$ 2,6 milhões para estabelecer modelos econômicos escaláveis para a conservação florestal.
7. **Apoio à bioeconomia:** US\$ 4 milhões para apoiar novos modelos de negócios que mantenham as florestas em pé e beneficiem empresas e famílias locais.
8. **Projeto Assobio:** Investimento de US\$ 1,4 milhão para fortalecer as cadeias de valor da bioeconomia em Mato Grosso.
9. **Atividade ARCA:** Um investimento de US\$ 2,8 milhões para promover o uso sustentável da terra e a conservação da biodiversidade na Amazônia.
10. **Eficiência de fertilizantes do USDA:** Um projeto de pesquisa conjunta de US \$ 1,2 milhão para melhorar a eficiência dos fertilizantes.
11. **Rastreabilidade do setor pecuário:** Um prêmio de US\$ 2,5 milhões para melhorar a rastreabilidade no setor pecuário brasileiro.
12. **Tecnologia de Extração Ilegal:** Cooperação com o Brasil para uso de Espectrometria de Massa para identificação de madeira.
13. **Mapeamento de áreas de queima da NOAA:** Suporte para esforços de mapeamento de áreas de queima quase em tempo real no Brasil.
14. **USAID Fire Management:** Um investimento de US\$ 7,8 milhões em prevenção e resposta a incêndios florestais.
15. **Aliança dos Povos Indígenas:** Um investimento de US\$ 1,9 milhão para conservar os recursos naturais em territórios indígenas.
16. **Expansão da IPFAF:** Aumentar o acesso ao financiamento para comunidades indígenas para conservação florestal.
17. **Atividade Tapajós pela Vida:** Um investimento de US\$ 4 milhões para melhorar o uso sustentável e a conservação na bacia do rio Tapajós.

18. Projeto das Bacias dos Rios Rio Negro e Xingu: Investimento de US\$ 1,4 milhão para fortalecer a gestão ambiental em territórios indígenas.

19. Gestão Territorial Indígena Integrada: Um investimento de US\$ 2,6 milhões para apoiar a gestão de terras indígenas.

20. Sistemas Avançados de Energia de Carbono Zero: Uma avaliação da implantação de minirredes renováveis na Amazônia.

21. One Health Cooperation: US\$ 17 milhões para subsídios do Belmont Forum focados em cooperação climática, ambiental e de saúde.

22. Combate à mineração ilegal: Um investimento de US\$ 1,4 milhão para reduzir a atividade criminosa organizada relacionada à mineração ilegal e ao tráfico de mercúrio.

Essas iniciativas visam combater o desmatamento, apoiar o manejo sustentável da terra, aumentar a biodiversidade e construir resiliência às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promovem o crescimento econômico e apoiam as comunidades locais e indígenas.

Participação dos EUA no G20 no Rio

A Cúpula do G20, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em novembro de 2024, foi um marco importante na diplomacia global, com a participação do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, destacando o papel central dos EUA nas questões climáticas, econômicas e sociais. Essa cúpula foi a primeira do G20 realizada no Brasil e reuniu as principais economias mundiais para discutir temas cruciais, como a mudança climática, a segurança alimentar, a desigualdade econômica, e a cooperação internacional. A visita de Biden ao Brasil também refletiu a crescente cooperação estratégica entre os EUA e a América Latina, com foco em iniciativas de desenvolvimento sustentável, inclusão social e transição energética.

Aqui estão os principais destaques da participação dos EUA no G20 no Rio:

1. Apoio ao combate às mudanças climáticas

Um dos focos centrais da cúpula foi o combate às mudanças climáticas, um tema que tem sido prioritário para a administração Biden. O presidente dos EUA aproveitou o evento para destacar os compromissos climáticos dos Estados Unidos e reforçar a liderança global dos EUA na luta contra as mudanças climáticas, promovendo a transição energética e a justiça climática.

Compromissos para a ação climática.

— **Meta de zero emissões líquidas:** Biden reafirmou o compromisso dos Estados Unidos de atingir emissões líquidas zero até 2050, com ênfase na redução das emissões de carbono e na adaptação às mudanças climáticas. Ele também reiterou a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 50% até 2030, em comparação com os níveis de 2005.

— **Financiamento climático global:** O presidente dos EUA anunciou um aumento no financiamento climático para países em desenvolvimento, com um novo compromisso de US\$ 15 bilhões até 2026, destinado a apoiar a transição para energia limpa e a adaptação climática. Esse financiamento inclui ajuda financeira para auxiliar os países mais vulneráveis a se adaptarem aos efeitos devastadores das mudanças climáticas, como desastres naturais e secas prolongadas.

— Ação coletiva e colaboração internacional: Biden destacou que a cooperação internacional é fundamental para alcançar as metas do Acordo de Paris. Ele propôs uma coalizão global para soluções climáticas, incluindo o fortalecimento das tecnologias de energia renovável, a captura de carbono e o financiamento para infraestruturas resilientes em países em desenvolvimento.

2. Desigualdade Econômica e Inclusão Social

A questão da desigualdade econômica foi outro tema central nas discussões do G20. Biden, que defende uma economia inclusiva nos EUA, usou a cúpula para reforçar seu compromisso com políticas que promovam a justiça social globalmente, destacando a importância de políticas econômicas que reduzam a desigualdade e favoreçam o crescimento sustentável para todas as nações.

Iniciativas para Redução da Pobreza e Fome

— Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: Durante a cúpula, Biden participou do lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma iniciativa que visa enfrentar os desafios de segurança alimentar e pobreza extrema nos países em desenvolvimento. A aliança propõe a colaboração entre os países do G20, organizações internacionais, ONGs e o setor privado para promover práticas agrícolas sustentáveis, melhorar o acesso a alimentos nutritivos e apoiar o desenvolvimento rural.

— Alívio da Dívida para Países Vulneráveis: Biden também abordou a questão da dívida externa de países em desenvolvimento, propondo um alívio parcial da dívida para nações que enfrentam altos níveis de endividamento, especialmente as mais afetadas pela crise climática e por desastres naturais. O objetivo seria liberar recursos para que esses países invistam em infraestrutura verde, educação e saúde pública, sem o peso do endividamento excessivo.

3. Saúde Global e Justiça Social

Outro tema relevante que Biden colocou na agenda do G20 foi a saúde global, especialmente em relação aos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde pública. O governo dos EUA enfatiza que as crises climáticas estão amplificando questões de saúde, como o aumento das doenças respiratórias, doenças transmitidas por vetores e os impactos psicológicos de desastres naturais.

Iniciativas de Saúde Pública e Clima

— Saúde e Mudanças Climáticas: Biden ressaltou o vínculo entre mudanças climáticas e crises de saúde e pediu uma abordagem integrada para redução de emissões de carbono e proteção da saúde pública. Ele propôs um aumento no financiamento para programas que tratem da prevenção de doenças exacerbadas por eventos climáticos extremos e por poluição do ar, especialmente em países que são particularmente vulneráveis a essas ameaças.

— Parceria para Vacinas e Terapias em Países em Desenvolvimento: Durante a cúpula, Biden também discutiu a distribuição equitativa de vacinas e tratamentos médicos em países de baixa renda, especialmente à luz da pandemia de COVID-19. Ele anunciou que os Estados Unidos iriam contribuir com US\$ 1,5 bilhão para fortalecer os sistemas de saúde pública e melhorar o acesso a vacinas e medicamentos essenciais em países em desenvolvimento.

4. Relações EUA-Brasil e Cooperação em Energia Limpa

A visita de Biden ao Brasil também teve um forte componente de cooperação bilateral, com um foco particular nas áreas de energia limpa, infraestrutura sustentável e proteção ambiental.

Parcerias para energia limpa e sustentabilidade.

— Transição Energética Justa: Biden se encontrou com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva para discutir iniciativas de energia renovável e como ambos os países poderiam trabalhar juntos para expandir a energia solar e eólica na América Latina. O objetivo é apoiar a transição de países da região para uma economia de baixo carbono, ao mesmo tempo, em que se garante que os trabalhadores e as comunidades vulneráveis não sejam deixados para trás nesse processo.

— Iniciativas de Conservação da Amazônia: Biden também se comprometeu a aumentar o apoio dos EUA à proteção da Amazônia e à conservação dos ecossistemas tropicais. Durante a cúpula, os EUA anunciaram uma nova contribuição de US\$ 100 milhões para o Fundo Amazônia, visando apoiar projetos de desmatamento zero e recuperação de terras degradadas.

5. Fortalecimento do multilateralismo e da Governança Global.

Biden destacou a importância de reforçar o multilateralismo e a governança global para lidar com desafios como as mudanças climáticas, a segurança alimentar, a saúde pública e a desigualdade social. Ele enfatizou que as grandes potências econômicas devem agir em conjunto para promover um desenvolvimento global sustentável e garantir a paz e a prosperidade para todos os povos.

— Reforma das Instituições Financeiras Internacionais: Biden também defendeu uma reforma das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para que esses órgãos possam apoiar de forma mais eficaz os países em desenvolvimento, especialmente no contexto da recuperação pós-pandemia e da transição para uma economia verde.

Saúde no novo governo Trump: primeiras impressões

Paulo M. Buss

Os anúncios dos primeiros integrantes da nova administração Trump na Casa Branca são assustadores, com um feroz xenófobo supremacista branco na agência de imigração; um acusado de diversos crimes na procuradoria geral do Estado; um belicista na Secretaria de Estado; e um apresentador de TV e (ex)militar à frente das mais poderosas forças armadas do planeta.

A nomeação de Robert F. Kennedy Jr. como Secretário de Saúde dos Estados Unidos na nova administração Trump também produziu enormes preocupações e uma enxurrada de críticas de cientistas e também políticos – inclusive republicanos – dos Estados Unidos e do exterior¹²², inclusive da prestigiosa *American Public Health Association (APHA)*¹²³.

Kennedy dirigirá o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS, a sigla em inglês), formado por 13 agências federais, com mais de 80 mil funcionários. Do HHS depende a política de saúde do país, como também a regulação de medicamentos e alimentos (FDA), a pesquisa em saúde (NIH) e a vigilância epidemiológica, controle de doenças e prevenção (CDC), além dos principais programas públicos de atenção médica (*Medicare* e *Medicaid*).

Sua trajetória está lamentavelmente marcada por afirmações e defesas de posições anticientíficas e de notória promoção da desinformação, como contrapor-se à vacinação da população, responsabilizar vacinas aplicadas na infância pelo autismo infantil, contra a fluoretação da água, entre outros.



Kennedy Jr. toma *selfie* na comemoração na mansão de Mar-a-Lago de Trump, na Flórida, por sua indicação como Secretário de Saúde dos EUA

¹²² Ver, por exemplo, [RFK Jr. Appointment Leaves Doctors Aghast: 'Extraordinarily Bad Choice' - Newsweek](#); [RFK Jr.'s to-do list to make America 'healthy' — vaccines, fluoride and food — has health experts worried | CNN](#); [NBC News Now - Stay Tuned NOW with Gadi Schwartz - Nov. 14 | NBC News NOW](#); [Live NOW FOX - Donald Trump taps RFK Jr. to lead HHS](#); [ABC Action News, Philadelphia - Medical community reacts to Trump's nomination of RFK Jr.](#); [Washington Post - Trump taps Robert F. Kennedy Jr., vaccine skeptic, to lead HHS](#); [New York Times - Kennedy's Views Mix Mistrust of Business With Unfounded Health Claims](#); [National Journal - RFK Jr. role in Trump administration elicits GOP applause, caution](#); [Education Week - What Could RFK Jr. as HHS Secretary Mean for School Vaccine Requirements?](#); [NBC News Now - Stay Tuned NOW with Gadi Schwartz - Nov. 14 | NBC News NOW](#); [Live NOW FOX - Donald Trump taps RFK Jr. to lead HHS](#); [ABC Action News, Philadelphia - Medical community reacts to Trump's nomination of RFK Jr.](#); [Washington Post - Trump taps Robert F. Kennedy Jr., vaccine skeptic, to lead HHS](#); [New York Times - Kennedy's Views Mix Mistrust of Business With Unfounded Health Claims](#); [National Journal - RFK Jr. role in Trump administration elicits GOP applause, caution](#); [Education Week - What Could RFK Jr. as HHS Secretary Mean for School Vaccine Requirements?](#)

¹²³ Ver: <https://apha.org/news-and-media/news-releases/apha-news-releases/2024/public-health-future>

Além das severas críticas de muitas personalidades científicas e políticas, também sua própria família, representada pela irmã, Kerry, reagiu ao que classificou como o ‘obsceno e repugnante abraço’ do irmão – anteriormente democrata, logo independente e, finalmente trumpista – à Trump. “Ele está profanando a memória de meu pai*”, completou¹²⁴. (*Robert Kennedy, assassinado na campanha presidencial à presidência dos Estados Unidos, em 1968).

A prestigiosa revista *Lancet* lançou editorial no qual lembra que “a campanha de Trump fez poucas, se alguma, promessas detalhadas sobre política de saúde, mas não pode haver ilusão sobre a atitude de Trump e sua abordagem caótica no governo. A *Comissão Lancet sobre Políticas Públicas e Saúde na Era Trump*¹²⁵ descreveu seu primeiro mandato como ‘singularmente prejudicial’.

Lancet alerta que “enfraquecer os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), Institutos Nacionais de Saúde (NIH) e FDA corre o risco de criar um vácuo científico para os Estados, sem mencionar outros países, que dependem dessas agências para orientação, mas essa hostilidade também serve para minar ainda mais a confiança pública na ciência em um momento já frágil. Esses são desenvolvimentos graves para uma das superpotências científicas do mundo e só podem prejudicar a saúde e a medicina dos EUA.” Referindo-se a Kennedy Jr. insiste em que “o Senado, embora agora firmemente sob controle republicano, deve cumprir seu dever de salvaguardar o bem-estar dos cidadãos dos EUA rejeitando candidatos grosseiramente inadequados ou não qualificados para cargos no gabinete, incluindo o chefe do Departamento de Saúde e Serviços Humanos”.

Lançando perspectivas para o futuro, argui que “as questões de saúde não decidiram a eleição. Mas na preparação para as eleições de meio de mandato de 2026, eleitores de todas as origens políticas devem se perguntar se seu acesso a cuidados, custos de saúde e a saúde do país como um todo melhorarão durante a segunda presidência de Trump. Reportagens da mídia já dizem que é improvável que o Congresso renove os subsídios de seguro saúde da era Biden em março, resultando em 4 milhões de pessoas perdendo sua cobertura. Muitos cidadãos comuns estarão se preparando para organizar, defender e protestar sobre questões relacionadas à saúde e aos direitos humanos, principalmente restrições adicionais aos direitos reprodutivos. As leis cada vez mais ameaçadoras e ambíguas sobre cuidados reprodutivos e obstétricos estão tornando a prática da medicina nos EUA um negócio arriscado. Muitos profissionais de saúde precisarão de apoio moral e legal.”

Nos desafios que a nova administração traz mundialmente, analisa que “a comunidade global de saúde agora deve enfrentar a perspectiva de uma liderança dos EUA enfraquecida ou em retirada. (...) A OMS, no meio de uma rodada de investimentos, deve temer que Trump corte laços novamente, como fez durante a pandemia da COVID-19. Especialistas em mudanças climáticas já expressaram alarme sobre a eleição de Trump durante a COP29, no Azerbaijão. (...). Todos os esforços devem ser feitos para deixar clara a necessidade de cooperação global para abordar questões globais. Mas a comunidade internacional tem que considerar alternativas e se perguntará sobre a confiabilidade dos EUA como um parceiro para acordos de longo prazo.”

Finaliza lapidarmente: “Este é um momento para mais ciência, não menos, e para que o valor da ciência seja defendido e promovido.”

¹²⁴ Ver: <https://www.yahoo.com/news/kennedy-family-comes-swinging-against-234932987.html>

¹²⁵ Ver: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32545-9/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32545-9/abstract)

Para dirigir a agência que administra os dois maiores ‘planos de saúde públicos’ dos Estados Unidos (*Medicare* e *Medicaid*) – que cobrem cerca de 150 milhões de americanos e tem orçamento aproximado de US\$ 1,6 trilhões (equivalente a 25% do orçamento federal – Trump indicou o histeriônico e controverso dr. Mehmet Oz^{126,127} criticado ao longo da vida por dezenas de entidades médicas, removido do quadro de colaboradores de universidades importantes e motivo de manchetes desabonadoras em grandes diários americanos.

A comunidade internacional está muito assustada com as possíveis consequências das políticas de Trump para o sistema internacional¹²⁸, assim como quanto à saúde global. A anunciada saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris enfraqueceria ainda mais as já frágeis iniciativas de controle da mudança climática. O abandono da OMS significaria golpe duríssimo frente a todos os acordos que se procura costurar para o enfrentamento de futuras pandemias, dadas como certas.

Mas, como afirma Mia Couto, as visões mais catastróficas erram ao impor uma sensação generalizada de impotência, pois há muitas realizações positivas no mundo inteiro. José Eduardo Agualusa insiste que em tudo há luz; a esperança está em haver quem a cultive. Em toda parte, existem pessoas empenhadas em construir pontes para um futuro mais justo e sustentável. Portanto, vamos buscar em todos os lugares as instituições e pessoas capazes de impor severa resistência à propostas que ameacem a solidariedade internacional e a justiça social no espaço global da saúde, venham elas de onde vierem.

¹²⁶ Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Mehmet_Oz

¹²⁷ Ver: Ver: Trump plans to nominate Oz to oversee Medicare and Medicaid Programs. *New York Times*, 20/11/2024, pp A21.

¹²⁸ Ver: Fiori, JL. A eleição de Donald Trump e o sistema mundial. *Observatorio Internacional do Século XXI* nº. 8 / 2024, pp. 47-50. Acesso: <https://nubea.ufri.br/index.php/observatorio-internacional>

CRÉDITOS DOS AUTORES DOS CADERNOS

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephano – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Juan Garay - Sustainable Health Equity Movement; Valyter Ecovillage.

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Mariam Yacoub – Graduada em Ciências da Saúde, mestre em Saúde Pública e Inteligência de Doenças Infecciosas. Trabalha no Colégio de Médicos e Cirurgiões de Ontário.

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **105** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, em 2023, **22** seminários e, em 2024, estamos no 21º. seminário, todos acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

27 de novembro – *Balanço sobre o G20*

05 de novembro (extra) – *COP 29 do Clima e COP 16 da Biodiversidade*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 21/2024

Período de 06 a 20 de novembro de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2024

289 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz